

Ofício nº 44/2024

À Câmara Municipal de Piumhi

Ao Senhor Presidente Wilde Wélis de Oliveira

Assunto: Encaminhamento do Relatório Preliminar do Diagnóstico Ambiental para Criação da APA na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras

Prezado Senhor Presidente,

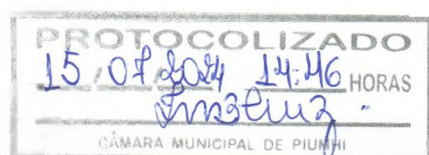
A Prefeitura Municipal de Piumhi vem por meio deste ofício encaminhar à Câmara Municipal o Relatório Preliminar do Diagnóstico Ambiental para Criação da APA na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras, elaborado pela empresa Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

O referido relatório apresenta os estudos técnicos que subsidiam a criação da área de proteção ambiental, abordando os seguintes tópicos:

- **Análise socioeconômica:** Caracteriza o perfil socioeconômico da região, incluindo aspectos como população, renda, atividades econômicas e infraestrutura.
- **Análise ambiental:** Avalia os recursos naturais da bacia hidrográfica, incluindo fauna, flora, água, solo e clima.
- **Prevenção de incêndios:** Propõe medidas para prevenir e combater incêndios florestais.
- **Análise de uso público e serviços ambientais:** Identifica as potencialidades para uso público da APA, como turismo, pesquisa científica e educação ambiental.
- **Benefícios fornecidos pela UC:** Descreve os benefícios socioambientais que a criação da APA trará para a região.

Ressaltamos que a Comissão de Acompanhamento e Supervisão do Plano de Manejo da APA Araras apresentou algumas ressalvas ao relatório preliminar, as quais detalhamos a seguir:

- **Levantamento dos afluentes do Ribeirão Araras:** A comissão considera fundamental o levantamento detalhado dos afluentes do Ribeirão Araras, bem como a análise do impacto da área proposta na conservação desses cursos d'água.
- **Ampliação da área proposta:** Foi levantado o questionamento sobre se há pertinência de ampliar a área proposta para abranger os processos minerários existentes na região.
- **Suficiência da área proposta:** A comissão questiona se a área proposta é suficiente para garantir a efetiva conservação dos recursos naturais da bacia hidrográfica.
- **Identificação dos proprietários de terra:** A comissão destaca a falta da identificação de todos os proprietários de terra da área proposta, conforme solicitado no projeto básico.



A Prefeitura Municipal de Piumhi reconhece a importância das ressalvas apresentadas pela Comissão e se compromete a analisar as mesmas de forma criteriosa, buscando aprimorar o processo de criação da APA.

Colocamo-nos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Magno de Paula

Secretário de Meio Ambiente

Magno de Paula
Secretário de Agropecuária,
Abast. e Meio Ambiente
Mat. 9026
Prefeitura Municipal de Piumhi

Eduardo Nascimento de Barros Júnior

Diretor de Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente

15/07/2024

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS

PRODUTO 2: RELATÓRIO PRELIMINAR

2024



MUNICÍPIO DE PIUMHI - MG



LÍDER
ENGENHARIA &
GESTÃO DE CIDADES

www.liderengenharia.eng.br
administrativo@liderengenharia.eng.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI - MG

DIAGNÓSTICO DOS ASPECTOS NATURAIS DA BACIA DO RIBEIRÃO ARARAS

RELATÓRIO PRELIMINAR

EMPRESA LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA

**PAULO CÉSAR VAZ
PREFEITO**



EMPRESA DE PLANEJAMENTO CONTRATADA



LÍDER
ENGENHARIA &
GESTÃO DE CIDADES

EMPRESA LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA

CNPJ: 23.146.943/0001-22
Avenida Antônio Diederichsen, nº 400 – sala 210.
CEP 14020-250 – Ribeirão Preto/SP
www.liderengenharia.eng.br



COORDENAÇÃO

Coordenador Geral
Robson Ricardo Resende
Engenheiro Sanitarista e Ambiental
CREA/SC 99639-2

Coordenador de Arquitetura
Osmani Vicente Jr.
Arquiteto e Urbanista
CAU A23196-7

Coordenador de Engenharia Civil
Juliano Mauricio da Silva
Engenheiro Civil
CREA/PR 117165-D

EQUIPE TÉCNICA

Henrique Moraes Krüger
Engenheiro Sanitarista e Ambiental
CREA/SC 122794-8

Daniel Ferreira de Castro Furtado
Engenheiro Sanitarista e Ambiental
CREA/SC 118987-6

Carmen Cecília Marques Minardi
Economista
CORECON/SP 36677

Paulo Guilherme Fuchs
Administrador
CRA/SC 21705

Paula Evaristo dos Reis de Barros
Advogada
OAB/MG 107.935

Carolina Bavia Ferruccio Bandolin
Assistente Social
CRESS/PR 10.952

Camilla Stephanie Oliveira
Engenheira Civil

Guilherme Ribeiro Nogueira
Engenheiro Ambiental
CREA/SP 5070630877

Rafael Remoto Menezes
Engenheiro Ambiental
CREA/SP 5063887557

Pedro Henrique Vicente
Engenheiro Civil
CREA/SP 5070395829

Mike Sam James Ferreira
Engenheiro Florestal
CREA/MG 142136158-2

Juliano Yamada Rovigati
Geólogo
CREA/PR 109.137/D

Robert Caetano da Silva
Engenheiro Sanitarista e Ambiental
CREA/BA 052102706-3

Ana Maria Carrascosa do Amaral
Engenheira Ambiental



**DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS**
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	16
ARCABOUÇO LEGAL.....	17
1 LOCALIZAÇÃO E ACESSO	27
2 ANÁLISE AMBIENTAL.....	29
2.1 MEIO ABIÓTICO	29
2.1.1 Clima	29
2.1.2 Geologia	35
2.1.3 Geomorfologia	39
2.1.4 Pedologia.....	46
2.1.5 Recursos Hídricos	50
A) Recursos Hídricos Superficiais.....	50
B) Recursos Hídricos Subterrâneos.....	55
C) Usos Outorgados.....	58
2.2 MEIO BIÓTICO.....	60
2.2.1 Contextualização Inicial	60
2.2.2 Bioma Cerrado	63
2.2.3 Metodologia: AER - Avaliação Ecológica Rápida	70
2.2.4 Flora	75
A) Resultados do Levantamento	75
B) Lista de Espécies de Flora	76
C) Discussão dos Resultados de Flora	83
D) Espécies Indicadoras Quanto ao Estágio Sucessional e Estado De Conservação	92
E) Formações Vegetais da Área de Estudo	104
F) Estado de Regeneração das Áreas Degradadas	109



**DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS**
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



G)	Proposição de Pesquisas e Estudos Futuros	111
2.2.5	Fauna	114
A)	Resultados do Levantamento	114
B)	Lista de Espécies de Fauna	115
C)	Discussão dos Resultados de Fauna	126
D)	Proposição de Pesquisas e Estudos Futuros	133
3	ANÁLISE SOCIOECONÔMICA	135
3.1	HISTÓRIA E PATRIMÔNIO.....	135
3.2	ASPECTOS DEMOGRÁFICOS.....	137
3.3	ASPECTOS ECONÔMICOS	139
3.3.1	Produto Interno Bruto (PIB)	139
3.3.2	Renda	140
3.3.3	Vulnerabilidade Social	141
3.3.4	Atividades Econômicas.....	143
3.4	USO E COBERTURA DA TERRA	146
3.5	PROCESSOS MINERÁRIOS	149
3.6	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E CAR	154
3.7	ASPECTOS TURÍSTICOS	158
3.8	ASPECTOS SOCIAIS.....	163
3.8.1	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	163
3.9	ANÁLISE FOFA (SWOT).....	164
4	PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS	168
5	ANÁLISE DE USO PÚBLICO	176
6	SERVIÇOS AMBIENTAIS E BENEFÍCIOS FORNECIDOS	178
	REFERÊNCIAS.....	180
	ANEXO I – Relatório da 1ª Reunião Técnica e Oficina Participativa	189
	ANEXO II – Relatório Fotográfico de Flora.....	200
	ANEXO III – Relatório Fotográfico de Fauna	206



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



ANEXO IV – Relatório Fotográfico da Paisagem	210
---	------------



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Abrangência dos biomas brasileiros.	64
Figura 2 - Câmera <i>trap</i>	73
Figura 3 - Ceva, atrativo alimentar e sensorial	74
Figura 4 - <i>Playback</i>	74
Figura 5 - Ave se alimentando em flor de açoita-cavalo (<i>Luehea divaricata</i>).	84
Figura 6 - Registro de fragmentos florestais próximos sem conexão.	87
Figura 7 - Registro fotográfico de fragmento isolado.	88
Figura 8 - Presença de gado em estrada rural na área de estudo.	89
Figura 9 - Registro fotográfico de pastagem (a frente) e monocultura de <i>Eucalyptus</i> sp. fundo).	90
Figura 10 - Localização da Propriedade do SAAE - Piumhi.	94
Figura 11 - Clareira natural, alta regeneração de plântulas e presença de serrapilheira	95
Figura 12 - Localização da Cachoeira da Belinha.	97
Figura 13 - Área da Cachoeira da Belinha em 2016.	98
Figura 14 - Cachoeira da Belinha em 2022.	99
Figura 15 - Localização da propriedade particular.	100
Figura 16 - Borda externa do fragmento florestal analisado.	101
Figura 17 - Fragmento localizado na cabeceira da Bacia do Ribeirão Araras.	102
Figura 18 - Área de pastagem próxima ao fragmento na cabeira da Bacia do Ribeirão Araras.	103
Figura 19 - Fitofisionomias do Bioma Cerrado	104
Figura 20 - Área de cabeceira da Bacia do Ribeirão Araras predominantemente ocupada por pastagem.	110
Figura 21 - Registro de fragmentos florestais próximos sem conexão.	126
Figura 22 - Presença de veículos em ambiente rural e Seriema (<i>Cariama cristata</i>).	127
Figura 23 - Presença de animais de criação de grande porte na área de estudo. ..	128
Figura 24 - Rastro de mamífero.	129
Figura 25 - Possíveis tocas de mamíferos.	130
Figura 26 - Registros da realização da oficina participativa e da dinâmica FOFA. ...	190



Figura 27 - Mapeamento comunitário.....	193
Figura 28 - Mapeamento comunitário.....	194
Figura 29 - Flyer de divulgação da 1ª Oficina.....	195
Figura 30 - Apresentação de slides utilizada durante a oficina.	196
Figura 31 - Lista de presença da 1ª Oficina.	198
Figura 32 - Pata-de-vaca (<i>Bauhinia fortificata</i>).	200
Figura 33 - Flor de Açoita-cavalo (<i>Luehea divaricata</i>).....	200
Figura 34 - Indivíduo de Açoita-cavalo (<i>Luehea divaricata</i>).....	200
Figura 35 - Indivíduo de Mangueira (<i>Mangifera indica</i>).	200
Figura 36 - Indivíduo de Carrapicho (<i>Triumfetta semitriloba</i>).	201
Figura 37 - Indivíduo de <i>Gleichenella sp.</i>	201
Figura 38 - Indivíduo de Pau-terra (<i>Qualea grandiflora</i>).	201
Figura 39 - Indivíduo de Sapateiro (<i>Pera glabrata</i>).	201
Figura 40 - Indivíduo de Micônia (<i>Miconia sp.</i>).....	202
Figura 41 - Indivíduo de Araticum (<i>Annona crassiflora</i>).	202
Figura 42 - Indivíduo de Filodendro (<i>Philodendron sp.</i>).....	202
Figura 43 - Indivíduo de Mentrasto (<i>Ageratum conyzoides</i>).	202
Figura 44 - Indivíduo de Barbatimão (<i>Stryphnodendron adstringens</i>).	203
Figura 45 - Fruto de Goiabinha (<i>Psidium guineense</i>).	203
Figura 46 - Indivíduo de Língua-de-vaca (<i>Vernonanthura tweediana</i>).	203
Figura 47 - Fruto de Ingá (<i>Inga sp.</i>).....	203
Figura 48 - Indivíduo de Bolsa-de-pastor (<i>Zeyheria montana</i>).	204
Figura 49 - Indivíduo de Jaborandi-falso (<i>Piper aduncum</i>).....	204
Figura 50 - Indivíduo de Joá-bravo (<i>Solanum viarum</i>).	204
Figura 51 - Indivíduo de Malva-branca (<i>Sida cordifolia</i>).	204
Figura 52 - Indivíduo de Bambú (<i>Bambusa sp.</i>).....	205
Figura 53 - Indivíduo de Cambará (<i>Lantana camara</i>).....	205
Figura 54 - Indivíduo de Guaxuma (<i>Malvastrum coromandelianum</i>).....	205
Figura 55 - Periquitão-maracanã (<i>Psittacara leucophthalmus</i>).....	206
Figura 56 - Seriema (<i>Cariama cristata</i>).	206
Figura 57 - Tucano-toco (<i>Ramphastos toco</i>).....	206
Figura 58 - Bacurau (<i>Nyctidrous albicolins</i>).....	206
Figura 59 - Lavandeira-de-máscara (<i>Fluvicola nengeta</i>).....	207



Figura 60 - Gralha-do-campo (<i>Cyanocorax cristatellus</i>).....	207
Figura 61 - Aranha-armadeira (<i>Phoneutria</i> sp).....	207
Figura 62 - Aranha-lança-rede (<i>Deinopsis</i>).	207
Figura 63 - Roedor (Cricetidae).....	208
Figura 64 - Roedor (Cricetidae).....	208
Figura 65 - Casa de marimbondo.....	208
Figura 66 - Registro de avifauna próximo a curso d'água.	209
Figura 67 - Pastagem com presença de fragmento florestal próximo.	210
Figura 68 - Paisagem com fragmentos florestais espalhados.	211
Figura 69 - Registro de paisagem.	211
Figura 70 - Registro de monocultura de <i>Eucalyptus</i> sp. desfolhado.	212
Figura 71 - Registro de paisagem.	212
Figura 72 - Curso d'água em propriedade particular.	213
Figura 73 - Registro da Cachoeira da Belinha.....	214
Figura 74 - Registro de beleza cênica na cabeceira da Bacia do Ribeirão Araras. .	215
Figura 75 - Registro de beleza cênica na cabeceira da Bacia do Ribeirão Araras. .	215
Figura 76 - Entrada de fragmento florestal.	216



LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização e acesso à área em estudo.	28
Mapa 2 - Classificação climática de Köppen–Geiger.	30
Mapa 3 - Geologia da área em estudo.	38
Mapa 4 - Geomorfologia da área em estudo.	40
Mapa 5 - Hipsometria da área em estudo.	42
Mapa 6 - Levantamento planialtimétrico da área em estudo.	43
Mapa 7 - Declividade da área em estudo.	45
Mapa 8 - Pedologia da área em estudo.	48
Mapa 9 - Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE-MG, Semad/UFLA): Erosão.	49
Mapa 10 - Hidrografia da área em estudo.	53
Mapa 11 - Sistema aquífero aflorante da área em estudo.	57
Mapa 12 - Outorgas de uso dos recursos hídricos na área em estudo.	59
Mapa 13 - Uso e cobertura do solo do estado de Minas Gerais.	61
Mapa 14 - Biomas do estado de Minas Gerais.	66
Mapa 15 - Transectos – Levantamento de Fauna e Flora.	72
Mapa 16 - Fragmentos florestais da área de estudo.	86
Mapa 17 - Áreas de pastagens.	91
Mapa 18 - Formações vegetais da área de estudo.	106
Mapa 19 - Uso e cobertura do solo da área em estudo.	148
Mapa 20 - Processos minerários na área em estudo.	153
Mapa 21 - Situação fundiária da área em estudo.	156
Mapa 22 - Áreas de Preservação Permanente (APP) e Uso Restrito (AUR) da área em estudo.	157
Mapa 23 - Atrativos turísticos da área em estudo.	162
Mapa 24 - Histórico de focos de queimadas (2014 – 2024) na área em estudo e entorno.	173
Mapa 25 - Área queimada acumulada (1985 – 2022) na área em estudo e entorno.	174



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados climatológicos de Piumhi/MG.....	31
Tabela 2 - Espécies identificadas por dados primários.	77
Tabela 3 - Espécies identificadas por dados secundários.....	80
Tabela 4 - Relação das espécies representativas de cada formação vegetal.....	107
Tabela 5 - Espécies identificadas por dados primários.	116
Tabela 6 - Espécies identificadas por dados secundários.....	117
Tabela 7 - Evolução da população total do Município de Piumhi.	137
Tabela 8 - Estrutura etária de Piumhi (2000 e 2010).....	139
Tabela 9 - Classificação pela renda domiciliar <i>per capita</i> no município.	141
Tabela 10 - Vulnerabilidade social em Piumhi - MG.....	142
Tabela 11 - Indicadores municipais – Censo Agropecuário 2017 (Piumhi – MG). ..	143
Tabela 12 - Principais culturas agrícolas produzidas – Lavoura permanente.	144
Tabela 13 - Principais culturas agrícolas produzidas – Lavoura temporária.	144
Tabela 14 - Produção pecuarista.	145
Tabela 15 - Principais produtos da pecuária.	145
Tabela 16 - Lista de estabelecimentos comerciais em Piumhi – MG.	145
Tabela 17 - Categorias de uso e cobertura do solo identificadas na área em estudo, com base em dados do MapBiomas (2022).....	147
Tabela 18 - Série histórica do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.....	163
Tabela 19 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH por indicador.	163
Tabela 20 - Comparação do total de focos ativos detectados pelo satélite de referência em cada mês no estado de Minas Gerais, no período de 1998 até 07/mai.....	169



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Legislação Federal.....	20
Quadro 2 - Legislação Estadual.....	23
Quadro 3 - Legislação Municipal.....	26
Quadro 4 - Descrição das Unidades Geológicas presentes na área em estudo – Piumhi/MG.....	37
Quadro 5 - Descrição dos tipos de solo presentes na área em estudo – Piumhi/MG.	47
Quadro 6 - Descrição dos atrativos turísticos na área em estudo e entorno imediato.	160
Quadro 7 - Matriz FOFA – Resultado da Oficina Participativa para elaboração do diagnóstico ambiental para criação da APA na bacia	165



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Médias mensais de precipitação e temperatura em Piumhi/MG.....	32
Gráfico 2 - Velocidade média do vento em Piumhi/MG.	34
Gráfico 3 - Direção do vento em Piumhi/MG.....	34
Gráfico 4 - Unidades de conservação no estado de Minas Gerais, divididas por grupo.	62
Gráfico 5 - Área e o número de unidades de conservação por categoria de manejo.	63
Gráfico 6 - Extensão dos biomas brasileiros.	67
Gráfico 7 - Ranking dos municípios mineiros com as maiores taxas de desmatamento no ano de 2023.	69
Gráfico 8 - Crescimento populacional em Piumhi entre 1970 e 2022.....	138
Gráfico 9 - Produto Interno Bruto (PIB) <i>per capita</i>	140
Gráfico 10 - Série histórica do total de focos ativos detectados pelo satélite de referência, no período de 1998 até 07/Mai no estado de Minas Gerais.	170
Gráfico 11 - Área queimada acumulada no estado de Minas Gerais no período (1985 - 2022).	171



APRESENTAÇÃO

Este documento é parte integrante da Elaboração do Diagnóstico Ambiental para Criação de Área de Proteção Ambiental (APA) na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras, em conformidade com o contrato 17/2024. A área em estudo localiza-se no município de Piumhi, no estado de Minas Gerais (MG).

Um Diagnóstico Ambiental é um estudo técnico-científico que tem como objetivo avaliar o estado atual de um ecossistema, identificando seus aspectos físicos, químicos, biológicos e sociais. Ele busca compreender as interações entre os seres vivos e o meio ambiente, bem como as pressões e impactos ambientais decorrentes das atividades humanas na região.

Este diagnóstico foi elaborado com base em um levantamento das características físicas, biológicas, sociais e econômicas da região, visando subsidiar a criação e implementação da Unidade de Conservação (UC).

Ao longo deste documento, serão apresentadas informações sobre a geologia, relevo, solos, clima, hidrografia e tipos de vegetação presentes na área, bem como um inventário da biodiversidade local, destacando espécies vegetais e animais. Além disso, serão analisados os principais impactos ambientais causados por atividades humanas na região, identificando ameaças à biodiversidade e aos ecossistemas locais.

A avaliação socioeconômica e cultural também será abordada, considerando aspectos relacionados à ocupação humana, atividades econômicas, infraestrutura e aspectos culturais e históricos da comunidade local, além de potenciais conflitos de uso da terra e interesses divergentes entre diferentes partes interessadas na área, visando subsidiar a definição de estratégias de manejo e planos de gestão adequados.

Este diagnóstico representa um passo importante na direção da conservação e uso sustentável dos recursos naturais na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras, contribuindo para a proteção da biodiversidade, a preservação dos serviços ecossistêmicos e o desenvolvimento socioeconômico da região.



INTRODUÇÃO

A relação entre o homem e a natureza, que tem ocorrido de forma desequilibrada, tem causado alterações nos ecossistemas que podem ser irreversíveis. Diante dessa realidade, surge a necessidade de criação de mecanismos técnicos e legais para proteger e recuperar as áreas naturais remanescentes no planeta. Essa necessidade é imediata e leva à importância da criação de áreas protegidas, oferecendo um respaldo jurídico e técnico para a preservação e gestão sustentável desses territórios.

A pressão do homem sobre os recursos naturais e os conflitos na sociedade sobre sua utilização ou conservação têm impactos significativos no meio ambiente. As Unidades de Conservação (UC) são essenciais para mitigar esses impactos, protegendo a biodiversidade, preservando espécies ameaçadas de extinção e garantindo serviços ambientais cruciais para a qualidade de vida presente e futura.

A criação de UCs deve ser fundamentada em critérios técnicos e científicos. Assim, a elaboração de um Diagnóstico Ambiental é de extrema importância para a sua criação, pois fornece subsídios técnicos necessários para a tomada de decisões e a definição de estratégias de conservação e manejo sustentável dos recursos naturais.

Através deste diagnóstico, é possível identificar as áreas prioritárias para a conservação, os riscos e vulnerabilidades ambientais, bem como as potencialidades e oportunidades para o desenvolvimento sustentável na região. Além disso, o diagnóstico busca atender aos preceitos estabelecidos pela legislação brasileira, que orientam a criação e gestão das Unidades de Conservação, bem como como o Termo de Referência construído pela Prefeitura de Piumhi, MG.

As Unidades de Conservação, ao serem criadas e geridas adequadamente, desempenham um importante papel na proteção e recuperação de ecossistemas, garantindo a conservação da biodiversidade, a manutenção dos recursos naturais e a promoção do desenvolvimento sustentável.



ARCABOUÇO LEGAL

Como forma de garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto na Constituição Federal de 1988 em seu Art. 225, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

VIII - manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis e para o hidrogênio de baixa emissão de carbono, na forma de lei complementar, a fim de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo em relação a estes, especialmente em relação às contribuições de que tratam o art. 195, I, "b", IV e V, e o art. 239 e aos impostos a que se referem os arts. 155, II, e 156-A." (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 determina que a criação de áreas protegidas (Art. 225 § 1º, inciso III), como as Unidades de Conservação, é de competência compartilhada entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Cada ente federativo pode criar Unidades em suas respectivas áreas de jurisdição, de acordo com seus interesses e necessidades.

A Lei Federal nº 9.985/2000, regulamenta o Art. 225 § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O SNUC é regulamentado pelo Decreto nº 4.340/2002. O Art. 2, inciso I da Lei nº 9.985/2000 define Unidade de Conservação como:



“espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.” (BRASIL, 2000).

Além disso, o artigo 22 da Lei nº 9.985/2002 estabelece que a criação de uma Unidade de Conservação requer a realização prévia de estudos técnicos e consulta pública. Esses procedimentos visam identificar a localização, dimensão e limites mais apropriados para a unidade, de acordo com o que for estabelecido em regulamento.

No âmbito municipal, a Lei Complementar nº 005/2006 de Piumhi/MG estabelece de forma clara que uma das diretrizes da política municipal de proteção do meio ambiente é a criação de UCs e, entre as estratégias para a qualificação ambiental, foi expressamente anunciada a promoção de estudos e implantação da Área de Proteção Ambiental do Araras.

As Unidades de Conservação são divididas em dois grupos, Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. De acordo com a Lei Federal nº 9.985/2000, a Proteção Integral visa a “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais”, tendo como objetivo promover a preservação da natureza, admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei. O grupo de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de manejo:

- I - Estação Ecológica;
- II - Reserva Biológica;
- III - Parque Nacional;
- IV - Monumento Natural;
- V - Refúgio de Vida Silvestre.

Já o Uso Sustentável permite que o ambiente seja explorado, sendo realizado “de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável” e objetiva compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais que detém



(BRASIL, 2000). No grupo de Uso Sustentável, estão integradas as categorias listadas a seguir:

- I - Área de Proteção Ambiental;
- II - Área de Relevante Interesse Ecológico;
- III - Floresta Nacional;
- IV - Reserva Extrativista;
- V - Reserva de Fauna;
- VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e
- VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Considerando essas categorias, este Diagnóstico Ambiental tem como objetivo realizar os estudos necessários para subsidiar a proposta de criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Araras. Essa categoria de UC, integrante do grupo Uso Sustentável, é descrita pelo Art. 15 da Lei nº 9.985/2000 como uma área, em geral extensa, que apresenta determinado grau de ocupação antrópica e apresenta atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, tendo como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000). Ainda:

“§1º A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas.

§2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental.

§ 3º As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade.

§ 4º Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.

§5º A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.” (BRASIL, 2000).

Com o “interesse na proteção ambiental”, para “conservar ou melhorar as



condições ecológicas locais” e “assegurar o bem-estar das populações humanas” a categoria APA foi criada por meio da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. De acordo com o seu Art. 9º:

“Art. 9º - Em cada Área de Proteção Ambiental, dentro dos princípios constitucionais que regem o exercício do direito de propriedade, o Poder Executivo estabelecerá normas, limitando ou proibindo:

- a) a implantação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água;
- b) a realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais;
- c) o exercício de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras e/ou um acentuado assoreamento das coleções hídricas;
- d) o exercício de atividades que ameacem extinguir na área protegida as espécies raras da biota regional.” (BRASIL, 1981).

Nesse sentido, a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras está fundamentada em um amplo embasamento legal e técnico, que visa assegurar a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais nessa região. O Quadro 1, Quadro 2 e Quadro 3 apresentam as legislações relacionadas à proteção e conservação dos recursos naturais e criação, implementação, manutenção e gestão de Unidades de Conservação, em âmbito federal, estadual e municipal.

Quadro 1 - Legislação Federal.

Lei	Descrição
Lei Federal nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967	Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.
Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.
Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988	Constituição da República Federativa do Brasil.
Resolução CONAMA, de 14 de dezembro de 1988	Dispõe sobre o zoneamento de Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.
Decreto nº 99.247, de 06 de junho de 1990.	Regulamenta a Política Nacional de Meio Ambiente.



**DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS**
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Lei	Descrição
Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990	Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
Portaria IBAMA nº 77-N, de 20 de setembro de 1999	Uniformiza critérios e procedimentos para a criação de Unidades de Conservação.
Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002	Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências
Decreto nº 4.411, de 7 de outubro de 2002	Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação e dá outras providências.
Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.
Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.
Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.
Decreto de 15 de setembro de 2010	Institui o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado - PPCerrado, altera o Decreto de 3 de julho de 2003, que institui Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para os fins que especifica.



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Lei	Descrição
Resolução CONAMA nº 428, de 17 de dezembro de 2010	Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o artigo 36, § 3º, da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências.
Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do <i>caput</i> e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.
Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.



Quadro 2 - Legislação Estadual.

Lei	Descrição
Lei nº 7.772, de 8 de setembro de 1980.	Dispõe sobre a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente.
Constituição Estadual, de 21 de setembro de 1989	Constituição do Estado de Minas Gerais
Lei nº 14.181, de 17 de janeiro de 2002	Dispõe sobre a política de proteção à fauna e à flora aquáticas e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Estado e dá outras providências.
Decreto nº 43.713, de 14 de janeiro de 2004	Regulamenta a Lei nº 14.181, de 17 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a política de proteção à fauna e à flora aquáticas e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Estado e dá outras providências.
Lei nº 15.971, de 12 de janeiro de 2006	Assegura o acesso a informações básicas sobre o meio ambiente, em atendimento ao disposto no inciso II do §1º do art. 214 da Constituição do Estado, e dá outras providências.
Lei Delegada nº 178, de 29 de janeiro de 2007	Dispõe sobre a reorganização do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM - e dá outras providências.
Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009	Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios.
Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011	Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.
Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013	Dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado.
Deliberação Normativa COPAM nº 200, 13 de agosto de 2014	Estabelece critérios gerais para compensação de Reserva Legal em Unidades de Conservação de Domínio Público, pendentes de regularização fundiária no Estado de Minas Gerais.
Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016	Dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – e dá outras providências.
Portaria IEF nº 119, de 9 de novembro de 2017	Dispõe sobre a regulamentação da prática de observação de vida silvestre nas Unidades de Conservação administradas pelo IEF.
Portaria IEF nº 130, de 19 de dezembro de 2017	Dispõe sobre a autorização da pesquisa científica em Unidade de Conservação no Estado de Minas Gerais e regulamenta o acesso e o uso de dados e informações recebidos pelo Instituto Estadual de Florestas - IEF, por meio dos resultados das autorizações.



**DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS**
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Lei	Descrição
Portaria IEF nº 04, de 5 de fevereiro de 2018	Dispõe sobre a regulamentação do processo de autorização para uso de imagens das unidades de Conservação administradas pelo IEF.
Decreto nº 47.383, de 2 de março de 2018	Estabelece normas para licenciamento ambiental, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades.
Portaria nº 34, de 28 de junho de 2018	Estabelece normas e diretrizes para o uso público nas Unidades de Conservação administradas pelo Instituto Estadual de Florestas e dá outras providências.
Portaria IEF nº 67, de 1 de julho de 2019	Cria o Programa de Voluntariado em Unidades de Conservação do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais – IEF/MG.
Deliberação Normativa COPAM nº 234, de 24 de julho de 2019	Estabelece regras para aplicação do fator de qualidade referente às unidades de conservação e áreas de reserva indígena, de que trata a Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios.
Decreto nº 47.749, de 11 de novembro de 2019	Dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.
Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019	Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020	Estabelece o Regulamento do Instituto Estadual de Florestas.
Decreto nº 47.919, de 17 de abril de 2020	Regulamenta o uso de fogo para fins de prevenção e de combate a incêndios florestais no interior e no entorno de Unidades de Conservação instituídas pelo Poder Público estadual.
Decreto nº 47.941, de 7 de maio de 2020	Dispõe sobre o procedimento de autorização ou ciência do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação, no âmbito do licenciamento ambiental e dá outras providências.
Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 2.988, de 24 de julho de 2020	Estabelece os critérios de uso, monitoramento e controle do fogo na prática de atividade agropastoril, florestal ou fitossanitária, bem como para fins de pesquisa científica e tecnológica no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Lei	Descrição
Decreto nº 48.127, de 26 janeiro de 2021	Regulamenta, no Estado, o Programa de Regularização Ambiental, previsto na Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e na Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, e dá outras providências.
Portaria IEF nº 27, de 28 de maio de 2021	Estabelece procedimentos técnicos e administrativos para a desapropriação de imóveis e a indenização de benfeitorias localizados no interior das unidades de conservação geridas pelo Instituto Estadual de Florestas.
Portaria IEF nº 63, de 23 de setembro de 2021	Dispõe sobre a autorização para realização de evento em Unidades de Conservação estaduais administradas pelo Instituto Estadual de Florestas e altera a Portaria IEF nº 34, de 28 de junho de 2018.
Portaria IEF nº 25, de 1 de abril de 2022	Dispõe sobre normas e procedimentos administrativos para autorização de prestação do serviço de condução de visitantes em unidades de conservação estaduais administradas pelo Instituto Estadual de Florestas.
Portaria SEMAD/IEF nº 3.132, de 7 de abril de 2022	Estabelece as diretrizes e procedimentos para a análise individualizada do Cadastro Ambiental Rural de imóveis rurais em Minas Gerais, dispõe sobre a documentação e os estudos necessários para instruir os processos de regularização das áreas de Reserva Legal que especifica e dá outras providências.
Portaria IEF nº 12, de 15 de fevereiro de 2023	Estabelece normas e procedimentos para o credenciamento e a autorização de uso para a prestação do serviço comercial de transporte aquaviário de passageiros para fins turísticos em unidades de conservação.
Portaria IEF nº 52, de 17 de julho de 2023	Dispõe sobre a prática de atividades recreativas motorizadas fora de estrada (<i>off road</i>), em unidades de conservação administradas pelo Instituto Estadual de Florestas.
Portaria IEF nº 58, de 22 de agosto de 2023	Estabelece sobre normas e procedimentos administrativos para regulamentação da prática de voo livre nas unidades de conservação estaduais administradas pelo Instituto Estadual de Florestas.
Portaria IEF nº 72, de 29 de setembro de 2023	Dispõe sobre procedimentos para planejamento e gestão de atividades que envolvam técnicas verticais nas unidades de conservação estaduais administradas pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF)



**DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS**
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Lei	Descrição
Portaria IEF nº 78, de 09 de outubro de 2023	Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para o controle e monitoramento da visitação em unidades de conservação estaduais administradas pelo Instituto Estadual de Florestas/IEF.
Portaria IEF nº 83, de 25 de outubro de 2023	Estabelece os procedimentos para a formalização, análise, emissão e acompanhamento de Autorização para Supressão de Vegetação para atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, denominada ASV-DE.

Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Quadro 3 - Legislação Municipal.

Lei	Descrição
Lei Complementar nº 005, de 20 de dezembro de 2006	Dispõe do Plano Diretor do município de Piumhi, nos termos do capítulo III da Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.
Lei Ordinária nº 2.091, de 21 de agosto de 2012	Declara como patrimônio ambiental do município de Piumhi a sub-bacia do ribeirão araras e dá outras providências.
Lei Ordinária 2.241, de 1 de julho de 2016	Autoriza ao SAAE a executar projeto destinado a conservação, recuperação e proteção da vegetação natural e dos mananciais hídricos das propriedades rurais da bacia do Ribeirão Araras, em parceria e por meio de ação conjunta com instituições interessadas na preservação do meio ambiente e dá outras providências.
Lei Ordinária nº 2.446, de 23 de dezembro de 2019	Dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente, seus fins e mecanismo de formulação e aplicação, cria o Sistema Municipal de Meio Ambiente - SIS-MMA, estabelece o Licenciamento Ambiental Municipal de atividades e empreendimentos potencialmente causadores de poluição e/ou degradação ambiental, especifica as sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
Decreto nº 5.427, de 18 de agosto de 2023	Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de estudos técnicos e consulta pública para a criação de unidade de conservação ambiental no Município de Piumhi.

Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.



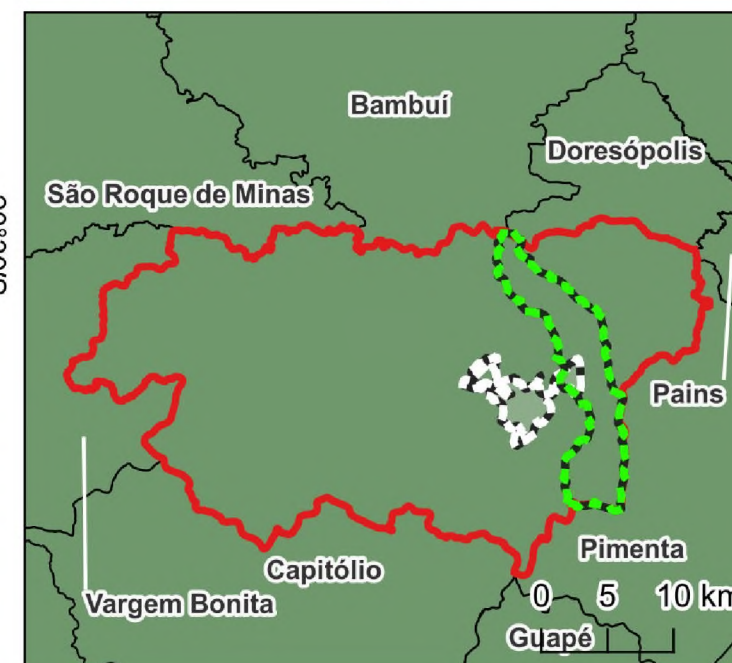
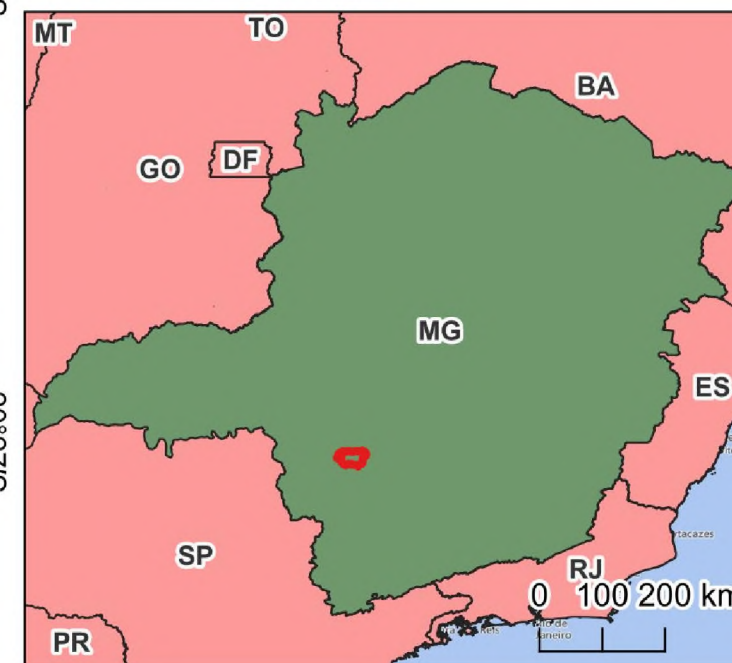
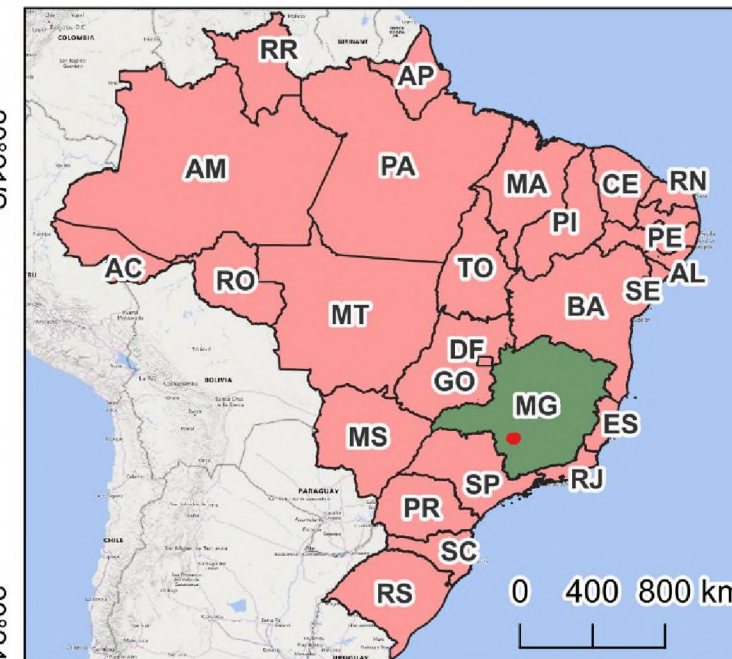
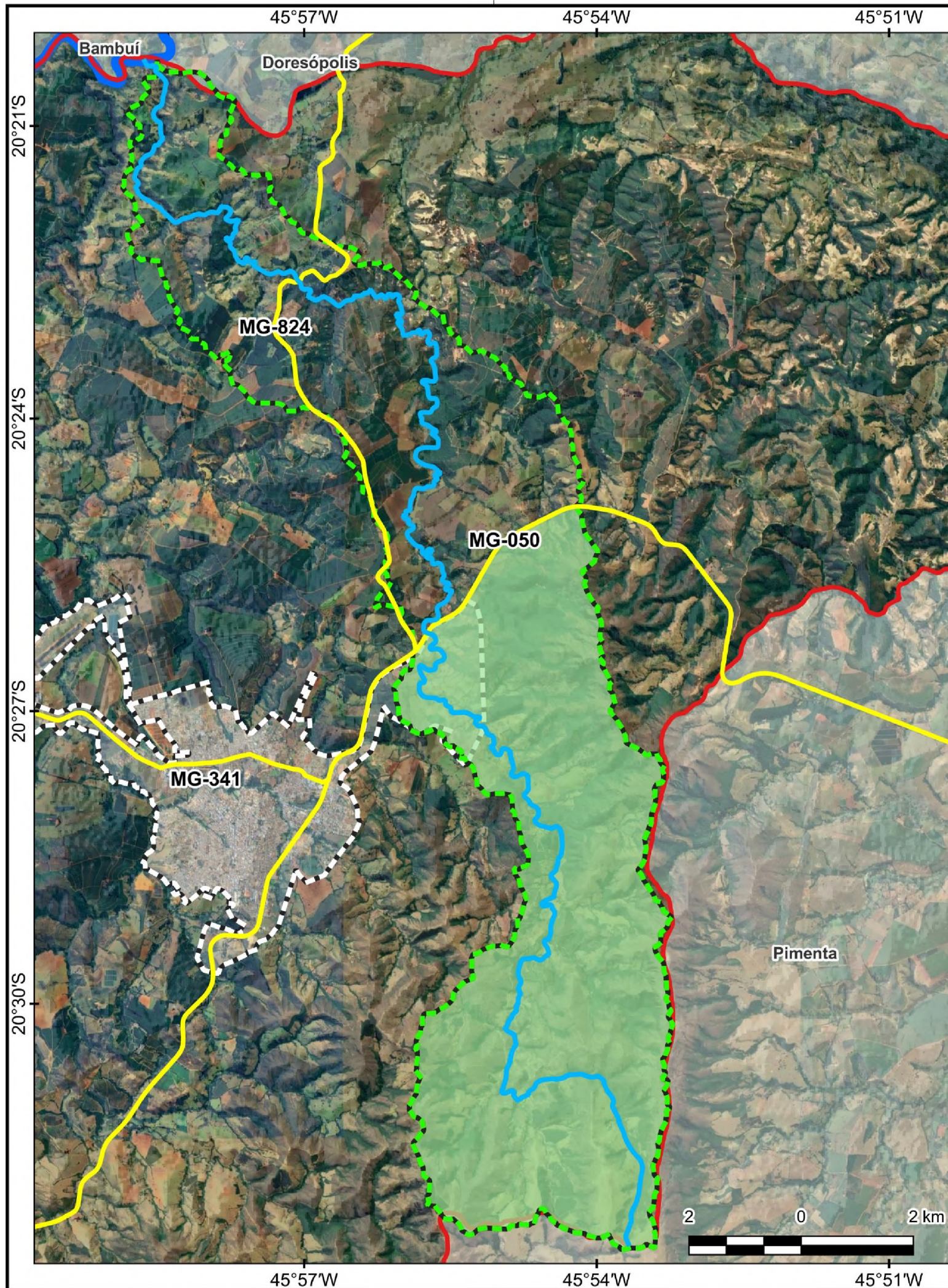
1 LOCALIZAÇÃO E ACESSO

A área em estudo, objeto do diagnóstico ambiental, faz parte da sub-bacia hidrográfica do ribeirão Araras, localizada na porção leste do município de Piumhi, no estado de Minas Gerais e declarada como patrimônio ambiental municipal pela Lei Municipal nº 2.091/2012. O município encontra-se na mesorregião oeste de Minas, apresentando uma área de aproximadamente 902,47 km² e uma população de 36.062 habitantes, de acordo com o último censo demográfico (IBGE, 2022). Os municípios limítrofes são Doresópolis, Bambuí, São Roque de Minas, Capitólio, Pimenta, Guapé, Pains e Vargem Bonita. A sub-bacia apresenta uma área de 78,07 km², abrangendo cerca de 8,65% do território municipal.

Ambos, o município e a sub-bacia, estão inseridos na Região Hidrográfica do rio São Francisco, que é uma das mais importantes e extensas do Brasil, situando-se mais especificamente na região fisiográfica do Alto São Francisco.

As principais vias de acesso à sub-bacia do ribeirão Araras são as rodovias estaduais MG-050 e MG-824 e estradas vicinais. A via principal de acesso rodoviário é a MG-050, que atravessa o município, passando pela sub-bacia, e conecta a capital Belo Horizonte à região de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo. Piumhi está localizada no meio do caminho entre essas duas metrópoles, distando 256 km de Belo Horizonte e 265 km de Ribeirão Preto.

A área objeto do diagnóstico ambiental compreende a porção do alto ribeirão das Araras, localizada a montante da rodovia MG-050. Esta área abrange uma extensão de 4.353,707 hectares (43,537 km²), compreendendo 55,77% da área da sub-bacia do ribeirão Araras. Na área em questão, já existe em execução o Projeto Produtor de Água, em parceria com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). As informações de localização e acesso à área em estudo estão ilustradas no Mapa 1.



Mapa 1 - Localização e acesso à área em estudo.



Prefeitura Municipal de Piumhi - MG

Legenda

- Área em Estudo
- Sub-bacia do Ribeirão Araras
- Perímetro Urbano
- Limite Municipal de Piumhi
- Municípios Limítrofes
- Estado de Minas Gerais
- Unidades da Federação
- Rio São Francisco
- Ribeirão das Araras
- Rodovias



Diagnóstico Ambiental para Criação da APA na
Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras
Prefeitura de Piumhi - MG

Sistema de Coordenadas Geográficas
Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Elaborado em Abr., 2024.





2 ANÁLISE AMBIENTAL

A análise ambiental é um processo fundamental para compreender as características do meio abiótico e biótico de um local. Por meio dessa análise, é possível avaliar os diversos elementos que compõem o ambiente, incluindo o solo, a água, o clima, o relevo, a vegetação e a fauna. Essa compreensão detalhada permite identificar padrões e relações entre os componentes do ecossistema, bem como diagnosticar possíveis impactos ambientais e ameaças à biodiversidade. Além disso, a análise ambiental fornece subsídios essenciais para o planejamento e gestão sustentável dos recursos naturais, contribuindo para a conservação dos ecossistemas e o bem-estar das comunidades que dependem deles.

2.1 MEIO ABIÓTICO

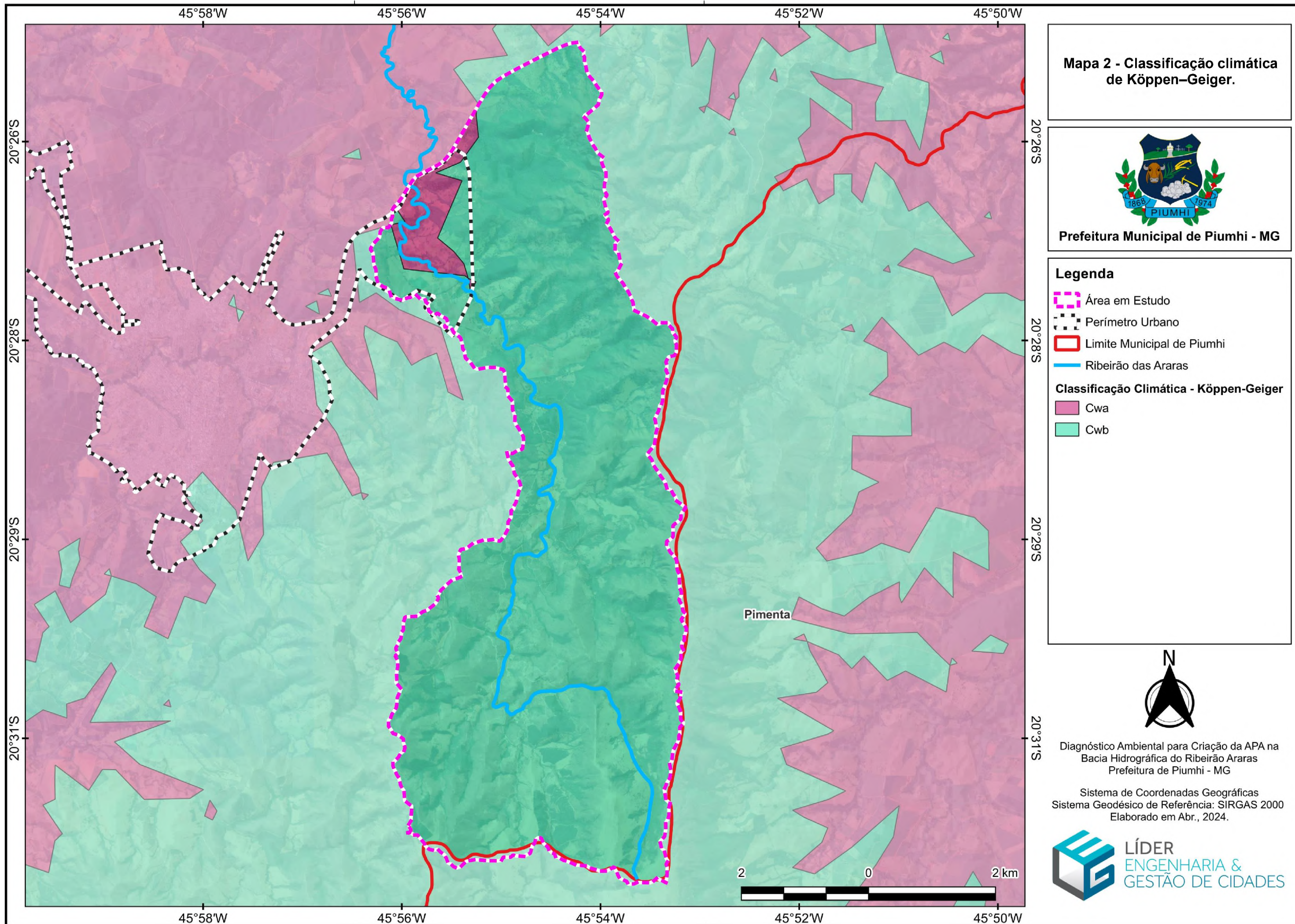
2.1.1 Clima

A classificação climática é uma tentativa de reunir o maior número de elementos possíveis que possam caracterizar os diferentes climas existentes em grupos distantes como, por exemplo: temperatura, precipitação, radiação e vento. É feita a partir de zonas, como as zonas polares, temperadas, tropical, subtropical e equatorial.

O sistema de classificação mais utilizado na climatologia, ecologia e geografia é o de Köppen–Geiger, que é uma classificação genérica lançado pela primeira vez no ano de 1900. De acordo com essa classificação, a área em estudo está localizada nas zonas **Cwb** e **Cwa** (Mapa 2), tipos climáticos definidos como:

“**Cwb** - Clima subtropical de altitude, com inverno seco e verão ameno. A temperatura média do mês mais quente é inferior a 22°C. Em Minas Gerais, ocorre nas regiões de altitude mais elevadas das serras da Canastra, Espinhaço e Mantiqueira, numa pequena área à volta de Araguari e noutra ao sul de Carmo do Paranaíba (Antunes, 1986).”.

“**Cwa** - Clima subtropical de inverno seco (com temperaturas inferiores a 18°C) e verão quente (com temperaturas superiores a 22°C). Predomina nas regiões serranas do centro e sul de Minas Gerais e no norte nas serras do Espinhaço e Cabral (Antunes, 1986).”.





O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza uma classificação climática específica para o Brasil. Nela, o país é dividido em 5 diferentes zonas climáticas: i) Equatorial, ii) Tropical Zona Equatorial, iii) Tropical Nordeste Oriental, iv) Tropical Brasil Central e v) Temperado.

A área em estudo, de acordo com essa classificação, é caracterizada como Tropical Brasil Central. Esse clima abrange áreas no centro do Brasil, incluindo o sudeste, o centro-oeste e parte do nordeste. Os verões são caracterizados por chuvas frequentes, enquanto no inverno há pouca precipitação e episódios de estiagem. As temperaturas médias variam de 20°C a 28°C ao longo do ano. Durante o inverno, a influência de massas de ar polar do sul pode resultar em frentes frias e quedas de temperatura, levando a períodos prolongados de frio.

Em Piumhi, as condições climáticas são classificadas como suaves e moderadas, seguindo a característica típica de clima subtropical úmido. O verão apresenta uma maior incidência de chuvas em relação ao inverno, com os meses de dezembro, janeiro e fevereiro sendo os mais chuvosos. As temperaturas variam em média de 18°C (mínima) a 22°C (máxima), resultando em uma temperatura média anual de 21°C. Os índices de pluviosidade variam entre 1.000 e 1.500 mm por ano, o volume de precipitação anual atinge cerca 1.423 mm, conforme registros meteorológicos.

Os dados que representam o comportamento da chuva e da temperatura ao longo do ano estão apresentados na Tabela 1 e no Gráfico 1, com base nos dados do Climate-Data.

Tabela 1 - Dados climatológicos de Piumhi/MG.

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Temperatura média (°C)	22,7	23	22,3	21,3	19	18,1	17,9	19,4	21,4	22,5	21,8	22,4
Temperatura mínima (°C)	19,4	19,4	19	17,6	14,8	13,7	13,1	13,9	16	18	18,5	19,1
Temperatura máxima (°C)	26,7	27,1	26,3	25,4	23,5	22,9	23,1	25,2	27,2	27,7	26,1	26,4
Chuva (mm)	276	173	182	64	43	17	12	15	60	103	200	278
Umidade (%)	78%	75%	79%	75%	72%	71%	66%	57%	57%	63%	76%	80%
Dias chuvosos	15	12	14	7	4	2	1	2	6	9	15	17



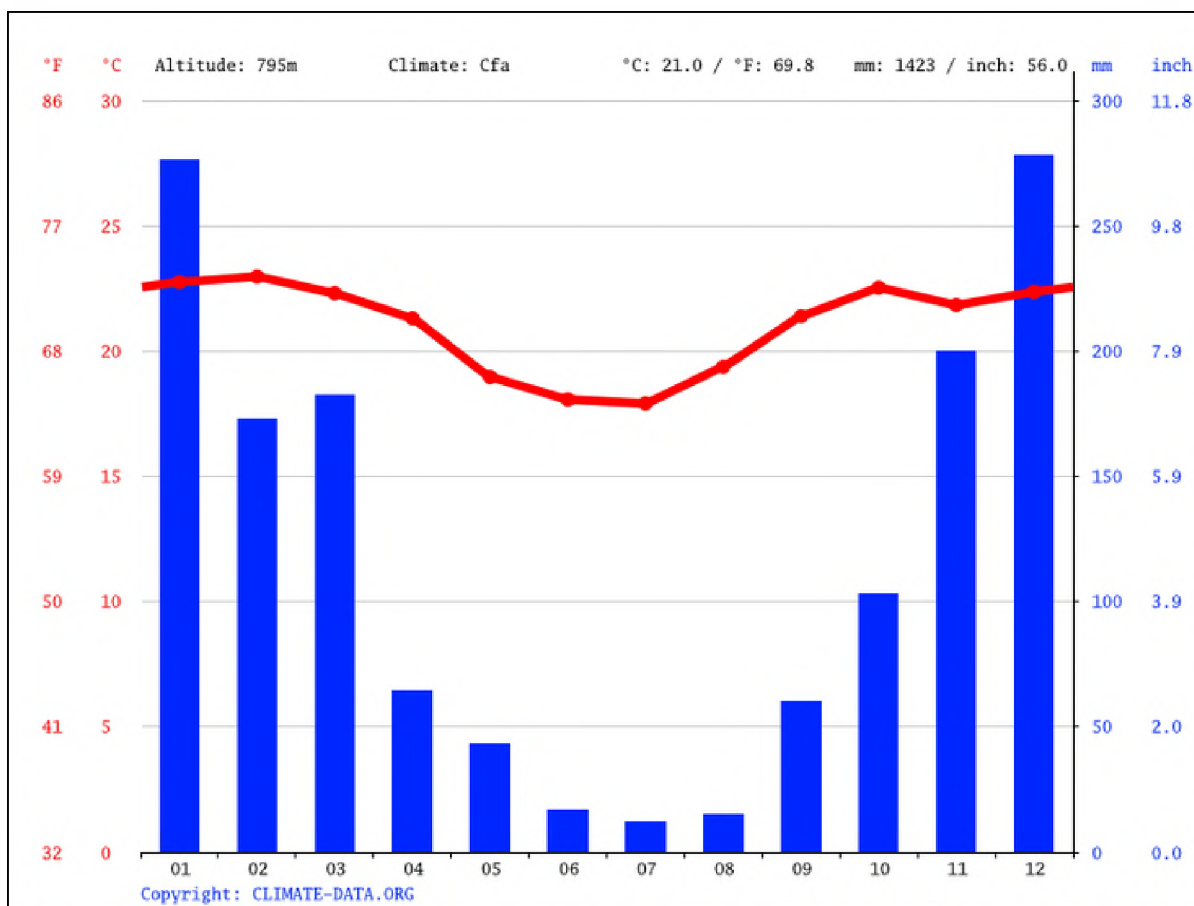
DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Horas de sol (h)	8,5	8,9	7,8	7,5	7,1	7,5	8,2	9,2	9,0	8,7	7,5	7,9

Fonte: Climate-Data, (1991 – 2021). Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Gráfico 1 - Médias mensais de precipitação e temperatura em Piumhi/MG.



Fonte: Climate-Data, (1991 – 2021).

Condições mais quentes tendem a aumentar a inflamabilidade da vegetação, tornando-a mais suscetível a incêndios e podem contribuir para o aumento da evaporação da umidade do solo, resultando em condições mais secas e propícias para a ignição e propagação do fogo. No caso da área, as temperaturas médias anuais são mais amenas e os níveis de precipitação altos, apresentando condições favoráveis para a não ocorrência e a prevenção de incêndios.

Com relação a umidade do ar, ela desempenha um importante papel na regulação do clima e das condições ambientais. Quando a umidade relativa é alta, a capacidade do ar de reter calor aumenta, resultando em temperaturas mais amenas. Por outro lado, em condições de baixa umidade relativa, o ar tende a aquecer e esfriar



mais rapidamente, levando a uma maior amplitude térmica diária. A Tabela 1 mostra a variação média da umidade ao longo do ano em Piumhi.

Na área em estudo, inserida no território municipal, a umidade do ar pode ser variável, influenciada principalmente pela sazonalidade das chuvas e pelas características geográficas da região. Durante o período chuvoso, que ocorre geralmente no verão, a umidade relativa do ar tende a ser mais elevada devido à maior evaporação da água dos corpos d'água e ao aumento da cobertura vegetal. Por outro lado, no período de estiagem, a umidade relativa do ar pode diminuir devido à menor disponibilidade de água no solo e à redução da vegetação. Além disso, fatores como altitude, relevo e cobertura vegetal também podem influenciar a distribuição e variação da umidade do ar na região.

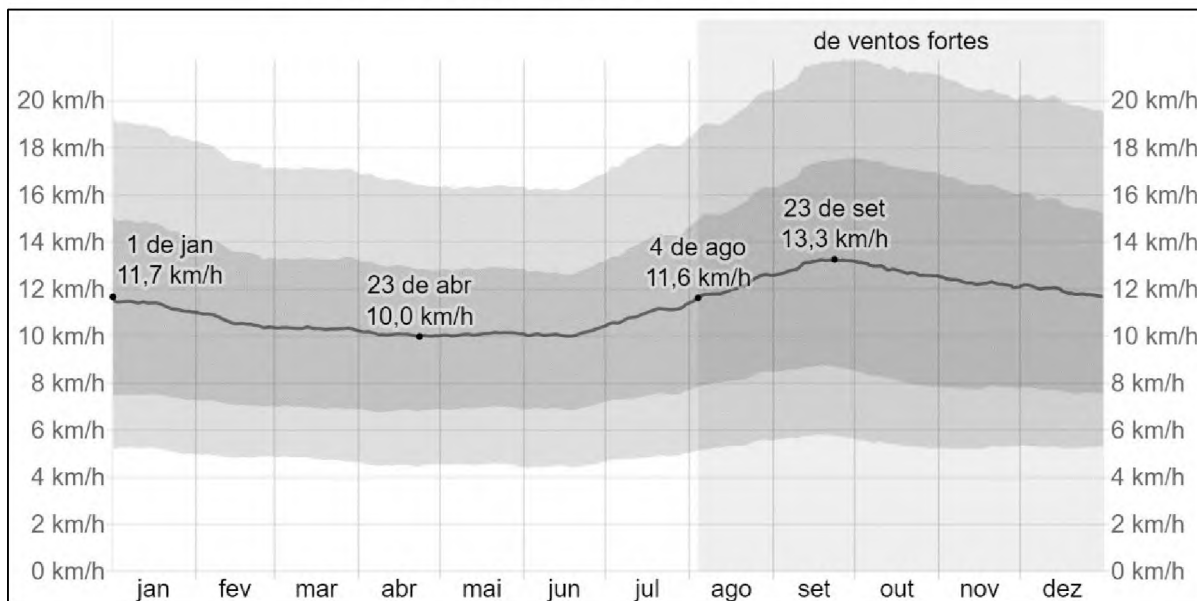
A direção e velocidade do vento é outro fator ligado a caracterização climatológica, com importância no diagnóstico do ambiente. O vento funciona como um agente dispersor de chamas, em caso de incêndios, de poluentes e agentes contaminantes, bem como de sementes (plantas anemocóricas), por exemplo, sendo importante para entender como estes podem ser transportados no ambiente.

A direção pode indicar a origem de fontes e sua dispersão, além de desempenhar um papel na propagação do fogo, determinando a velocidade e direção em que as chamas se espalham. Ventos fortes podem aumentar a intensidade do incêndio e facilitar sua propagação para áreas próximas. A velocidade do vento também influencia a evaporação da água e o movimento de sedimentos, além de poder impactar a temperatura local, criando microclimas e influenciando padrões climáticos regionais.

O Gráfico 2 e o Gráfico 3 mostram a velocidade média e a direção do vento em Piumhi.

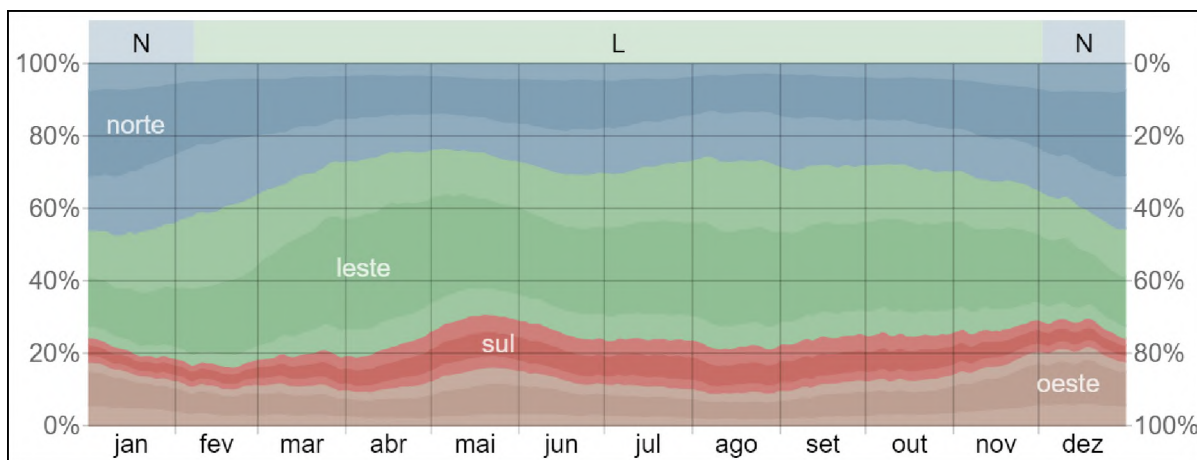


Gráfico 2 - Velocidade média do vento em Piumhi/MG.



Fonte: Weatherspark.

Gráfico 3 - Direção do vento em Piumhi/MG.



Fonte: Weatherspark.

Na área objeto da análise, a direção e velocidade do vento podem ser influenciadas pela topografia local, a vegetação circundante e a proximidade de corpos d'água, além de fatores sazonais. Em regiões de relevo plano ou suave, o vento tende a ser menos influenciado por obstáculos e pode soprar com maior regularidade e velocidade. No entanto, em áreas mais montanhosas ou com vegetação densa, a direção e velocidade do vento podem ser mais variáveis e turbulentas.



2.1.2 Geologia

A região em estudo contempla uma diversidade geológica considerável. O mapeamento, com base em dados espaciais da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE)/Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), coletados no ambiente da Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) do Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA), apontou para a existência de sete unidades geológicas, que remontam às eras Mesoarqueana e Neoproterozóica, sendo elas: Unidade Granito e Ortognaisses, Unidade Piumhi, Formação Serra da Mamona, Fácies Piumhi, Formação Santo Hilário, Fácies Samburá e Unidade Serra da Boa Esperança.

O embasamento na região é representado pelos complexos gnáissicos-migmatíticos arqueanos denominados como Campos Gerais e Barbacena. Esses complexos são sobrepostos pela sequência vulcano-sedimentar do *Greenstone Belt* de Piumhi, que inclui unidades de sequências metavulcanosedimentares dos grupos Araxá, Paciência e Lavapés. Por fim, observa-se a sequência metacarbonática-metapélitica do Grupo Bambuí.

Além disso, na área existe uma estrutura geológica com algumas falhas, bem como afloramentos geológicos (cerca de 23 afloramentos) e ocorrências minerais da substância Cromo (Cr), associadas à Unidade Piumhi, metabasaltos/metakomatiitos. Os metakomatiitos são rochas ultramáficas ricas em minerais como olivina, piroxênio e, principalmente, cromita. A presença de cromita é particularmente importante, pois esse mineral é uma fonte de cromo, utilizado em diversas indústrias, como a de metalurgia e aeronáutica.

Os depósitos de cromita na região de Piumhi têm sido explorados para fins econômicos desde os anos 50. Esses depósitos estão localizados no Maciço de Piumhi, situado na borda sudoeste do Cráton do São Francisco. O Maciço de Piumhi é composto por uma sequência metavulcanosedimentar conhecida como *greenstone belt*. A mineralização de cromita nessa área é do tipo Estratiforme e está associada aos peridotitos serpentínicos e tálcidos do Grupo Lavapés.

O *Greenstone Belt* também é importante do ponto de vista científico, pois fornece informações sobre as condições ambientais e geológicas da Terra primitiva. Estudos dessas rochas ajudam os geólogos a entender melhor a evolução do planeta e os processos que ocorreram em suas primeiras eras.



O Quadro 4 apresenta a descrição das unidades presentes na área e o Mapa 3 ilustra o mapeamento geológico.



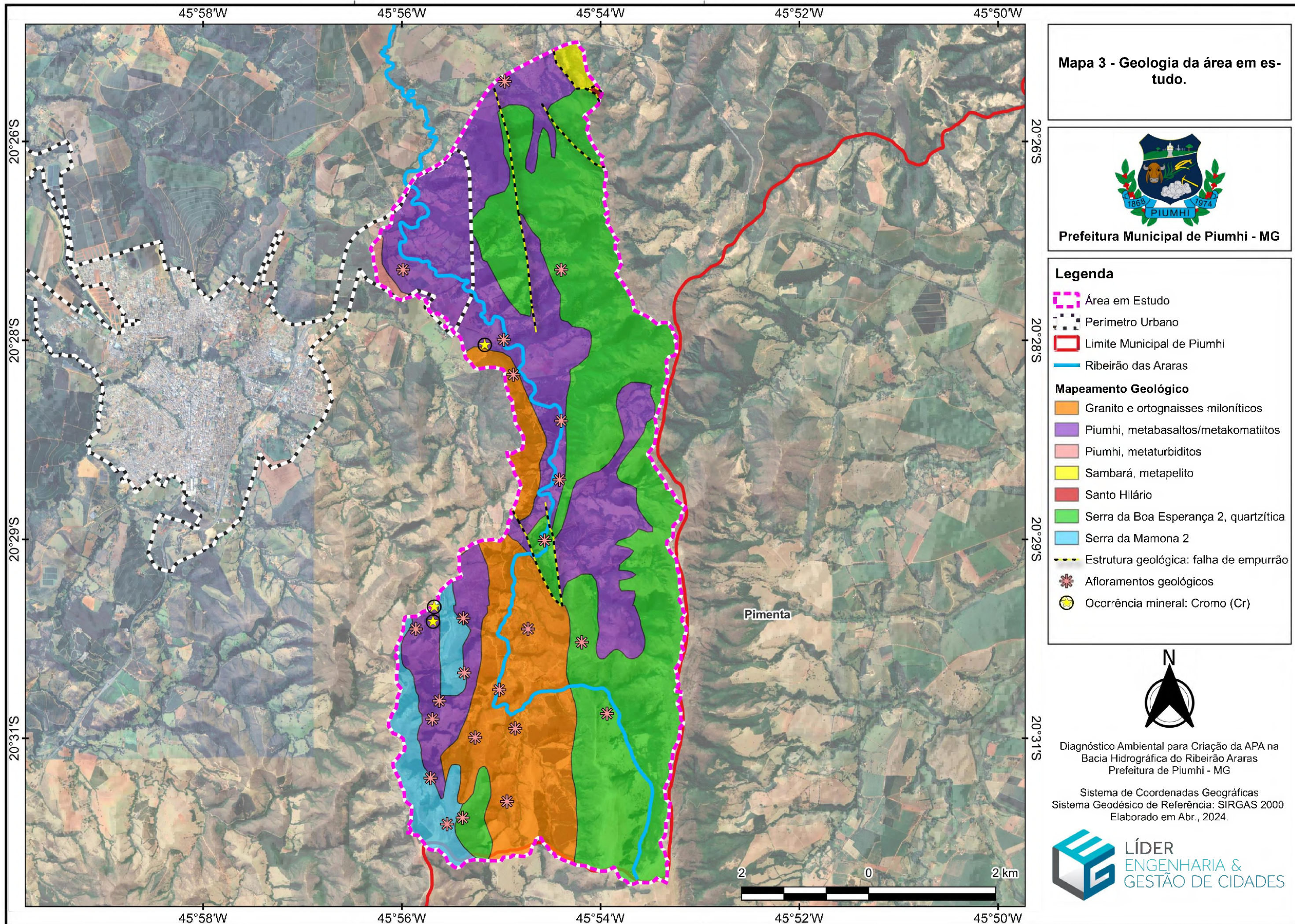
**DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS**
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Quadro 4 - Descrição das Unidades Geológicas presentes na área em estudo – Piumhi/MG.

Éon	Era	Período	Unidades	Descrição
Arqueano	Mesoarqueano	-	Unidade Granito e Ortognaisses miloníticos (A3ymil)	Composta por duas rochas principais: granito e ortognaisses miloníticos. O granito é uma rocha ígnea formada pelo resfriamento lento do magma no interior da crosta terrestre, enquanto os ortognaisses miloníticos são rochas metamórficas que passaram por pressões e temperaturas intensas ao longo do tempo. Essa unidade geralmente é encontrada em áreas onde ocorreram movimentos intensos da crosta terrestre, como dobras e falhas.
			Unidade Piumhi, metabasaltos/metakomatiitos (A3phμ)	Formada por rochas que têm origem em atividades vulcânicas antigas. Os metabasaltos são lavas vulcânicas que sofreram metamorfismo, enquanto os metakomatiitos são rochas ultramáficas (ricas em minerais como olivina, piroxênio e, principalmente, cromita) que também passaram por alterações metamórficas. Essa unidade pode indicar a presença de vulcões antigos ou áreas onde ocorreram mudanças significativas na crosta terrestre ao longo do tempo.
			Formação Serra da Mamona 2 (A3phsm)	Consiste em uma variedade de rochas metamórficas, incluindo xistos, quartzitos e filitos. Essas rochas foram formadas sob alta pressão e temperatura ao longo do tempo geológico. A presença dessa formação pode indicar ambientes antigos de deposição de sedimentos ou atividades tectônicas regionais.
			Fácies Piumhi, meta-turbiditos (PPturb)	Composta por rochas metamórficas formadas a partir da compactação de sedimentos terrígenos, como argilas e areias. Essas rochas indicam ambientes antigos de deposição, como deltas ou leques aluviais, onde sedimentos foram depositados e posteriormente metamorizados ao longo do tempo.
Proterozóico	Neoproterozóico	Ediacarano	Formação Santo Hilário (NP3shi)	É composta por uma variedade de rochas sedimentares, incluindo arenitos, argilitos e calcários. Essas rochas foram formadas em ambientes diversos, como praias, fundos marinhos e lagos antigos. A presença de fósseis marinhos nessas rochas pode indicar mudanças ambientais ao longo do tempo geológico.
			Fácies Samburá, metapelito (NP3sb2)	Composta principalmente por rochas metamórficas foliadas chamadas metapelitos. Essas rochas se formaram a partir da metamorfose de argilas sob condições moderadas a altas de pressão e temperatura. A presença dessa fácies indica processos metamórficos na crosta terrestre.
		Criogeniano	Unidade Serra da Boa Esperança 2, quartzítica (NP2seq)	É dominada por rochas metamórficas chamadas quartzitos e quartzos arenitos. Essas rochas se formaram a partir da metamorfose de arenitos e indicam a presença de antigas dunas de areia ou praias que foram soterradas e endurecidas ao longo do tempo geológico.

Fonte: CODEMGE/CPRM, 2008, 2014. Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.





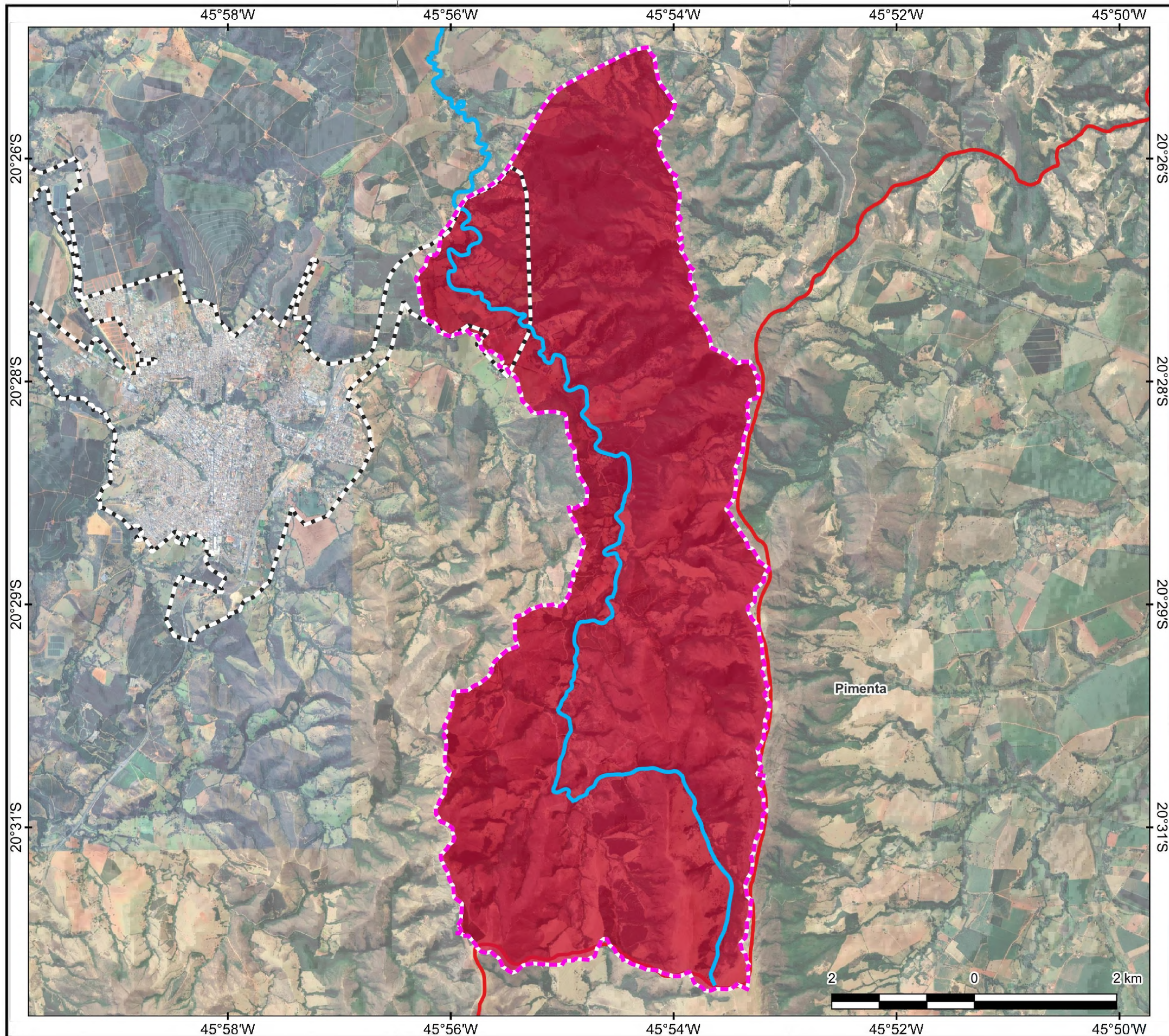
2.1.3 Geomorfologia

A área localizada no município de Piumhi apresenta uma geomorfologia caracterizada pela presença da unidade geomorfológica Serra da Canastra (IBGE, 2023).

A Serra da Canastra, comumente reconhecida como uma das mais importantes áreas de conservação do cerrado brasileiro, é uma formação de grande relevância geológica e ambiental. De acordo com estudos do Parque Nacional da Serra da Canastra, essa serra é composta principalmente por rochas da Formação Bambuí, formadas por calcários e dolomitos depositados em ambiente marinho durante o Neoproterozóico. A intensa atividade erosiva ao longo de milhões de anos moldou o relevo da Serra da Canastra, resultando em cânions, cachoeiras e vales profundos. A natureza de Dissecação sugere um processo contínuo de desgaste do relevo por meio da ação dos rios e processos erosivos, criando uma paisagem de grande beleza cênica e diversidade biológica.

De acordo com os dados disponíveis nos mapas da CPRM (2010), a região da Serra da Canastra é marcada pela presença predominante de rochas pertencentes ao subgrupo Paraopeba, que faz parte do Grupo Bambuí, a Formação Canastra ou Canastra Indiviso, e a Unidade Araxá. Na parte superior da Serra da Canastra, é possível encontrar Coberturas Detríticas e Lateríticas, compostas por materiais parcialmente lateralizados, que datam da idade Terciária e Quaternária.

Além disso, a Serra da Canastra abriga uma rica diversidade biológica, incluindo espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Essas características conferem à Serra da Canastra uma beleza cênica única e a tornam um importante ponto de interesse geológico, turístico e ambiental na região. As unidades geomorfológicas identificadas são ilustradas no Mapa 4.



Mapa 4 - Geomorfologia da área em estudo.



Prefeitura Municipal de Piumhi - MG

Legenda

- Área em Estudo
- Perímetro Urbano
- Limite Municipal de Piumhi
- Ribeirão das Araras

Unidades Geomorfológicas

- Serra da Canastra



Diagnóstico Ambiental para Criação da APA na
Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras
Prefeitura de Piumhi - MG

Sistema de Coordenadas Geográficas
Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Elaborado em Abr., 2024.

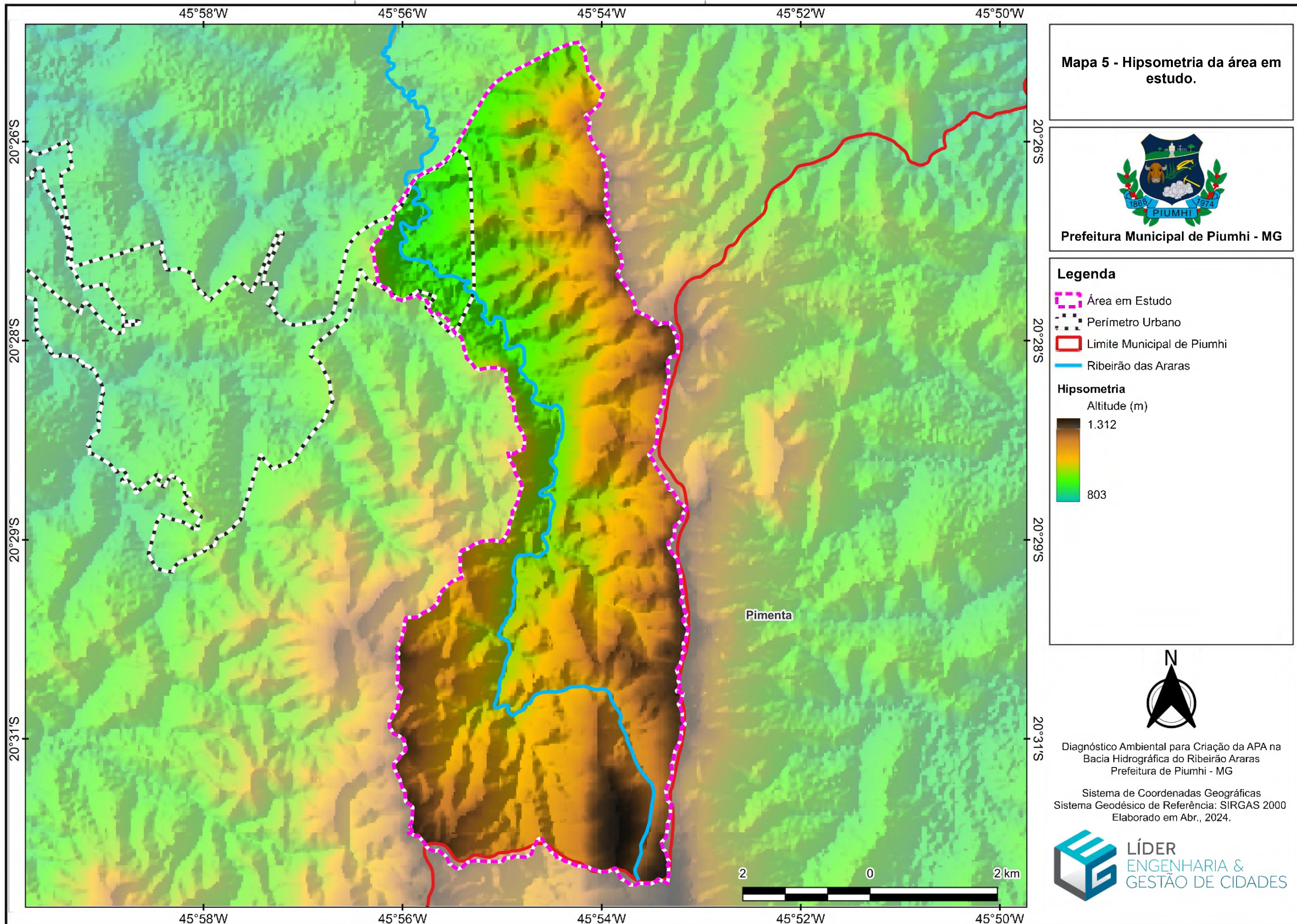


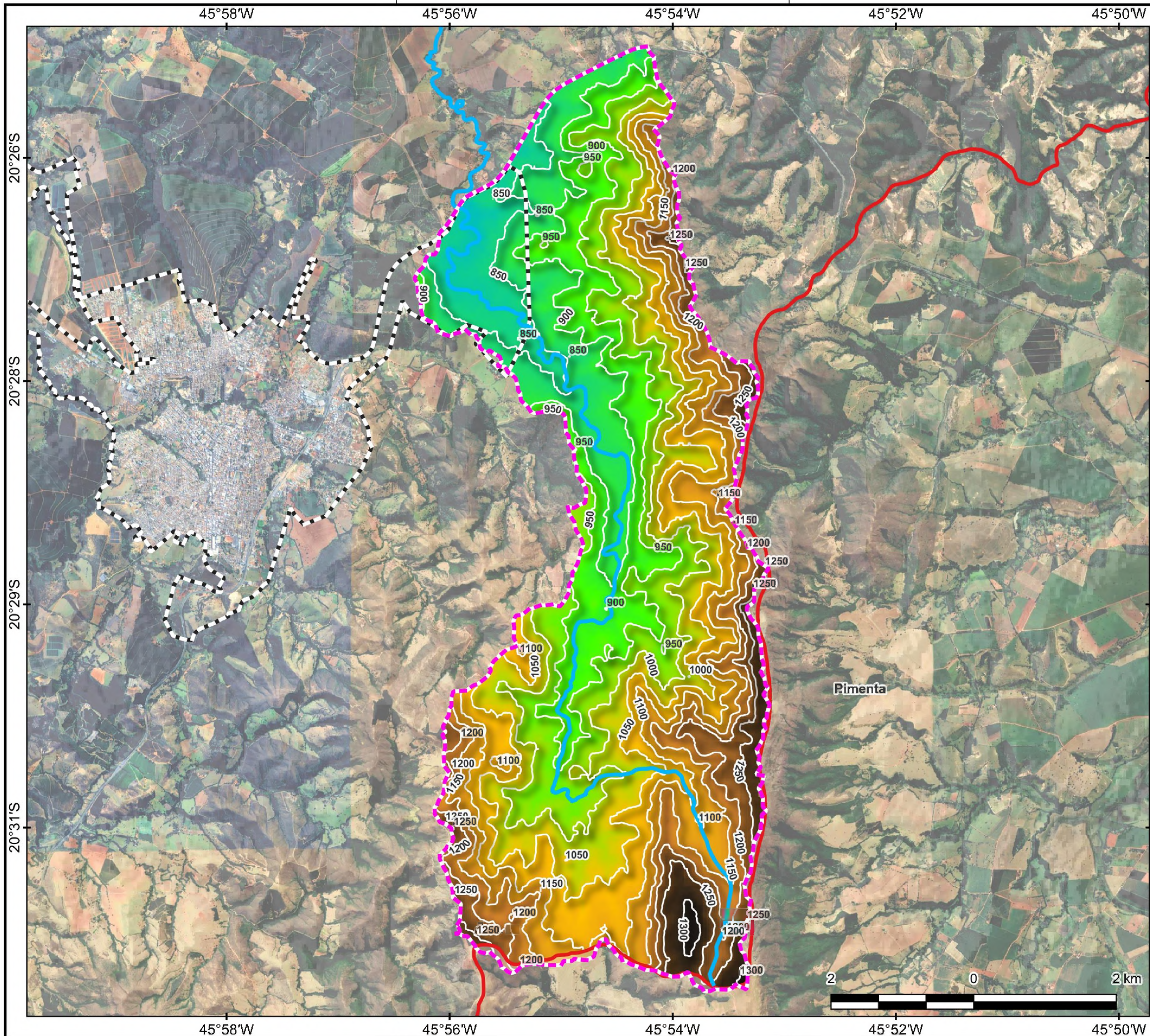
LÍDER
ENGENHARIA &
GESTÃO DE CIDADES



As características do relevo são importantes critérios a serem considerados na identificação e designação de áreas protegidas, visando a conservação da biodiversidade, a proteção dos recursos hídricos e a estabilização do solo. Essas áreas desempenham um papel na manutenção dos ecossistemas naturais e na promoção da sustentabilidade ambiental.

O relevo da área apresenta características típicas da região centro-oeste do Brasil, local em que está situada. Possui um relevo predominantemente ondulado, com suaves colinas e vales, típico da região do Planalto Atlântico (Azevedo, 1949), que abrange grande parte do estado de Minas Gerais. É possível encontrar variações no relevo devido à ação dos cursos d'água e processos erosivos ao longo do tempo. As características específicas do relevo incluem vales mais profundos próximos aos rios e riachos e regiões colinosas, com altitudes variando entre 803 e 1.312 metros, como mostrado no Mapa 5 e Mapa 6.





Mapa 6 - Levantamento planialtimétrico da área em estudo.



Prefeitura Municipal de Piumhi - MG

Legenda

- Área em Estudo
- Perímetro Urbano
- Limite Municipal de Piumhi
- Ribeirão das Araras
- Curvas de nível (50 m)
- Altitude (m)
- 1.312
- 803



Diagnóstico Ambiental para Criação da APA na
Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras
Prefeitura de Piumhi - MG

Sistema de Coordenadas Geográficas
Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Elaborado em Abr., 2024.



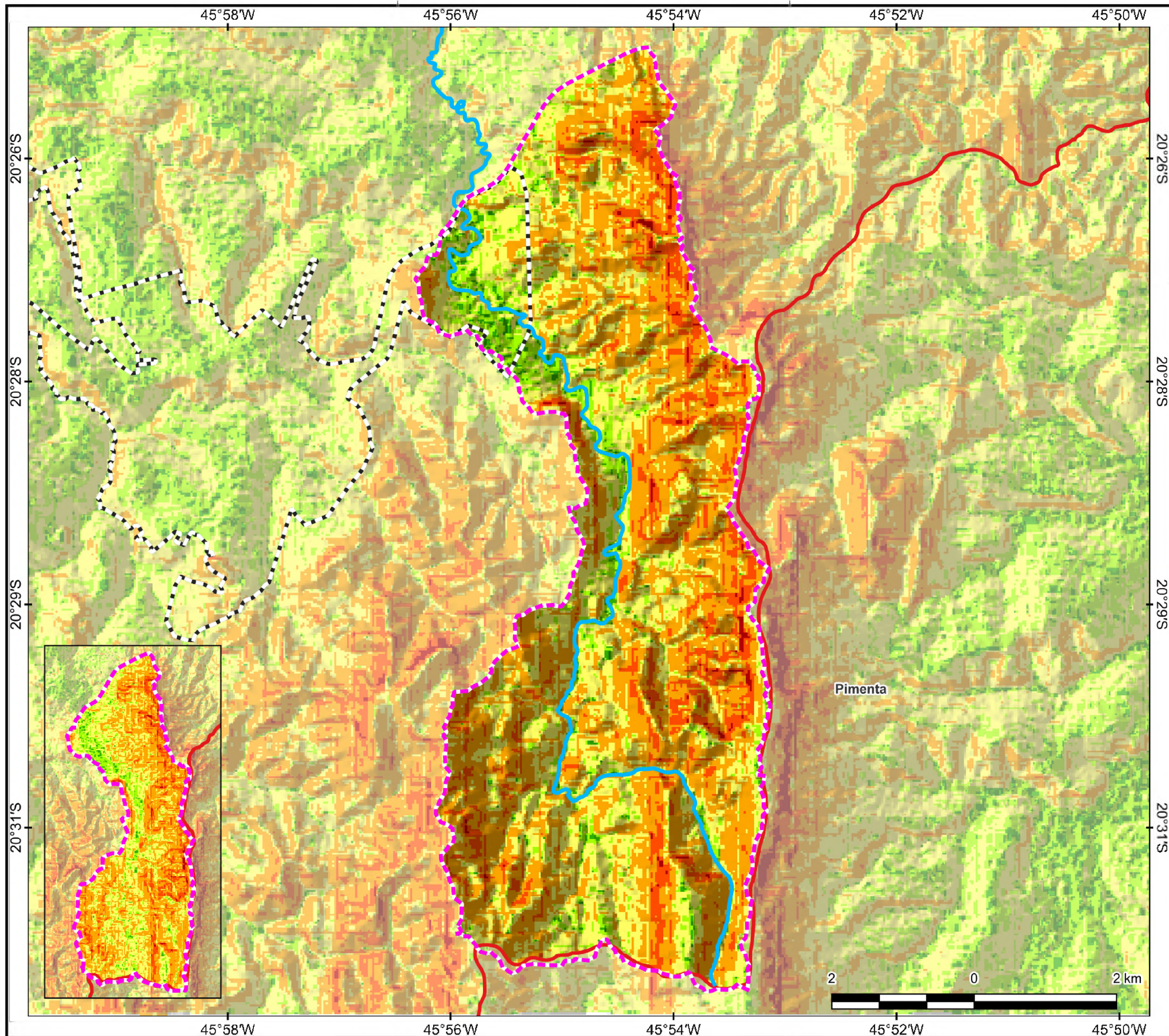


O relevo também desempenha um importante papel nos padrões hidrográficos locais, determinando os caminhos de escoamento e acumulação das águas. Os cursos d'água tendem a seguir as áreas de menor declividade, o que influencia diretamente na distribuição da vegetação e na disponibilidade dos recursos hídricos.

As áreas com declividades mais suaves tendem a apresentar uma maior capacidade de retenção de água, favorecendo a infiltração no solo e contribuindo para a recarga dos aquíferos subterrâneos, o que pode ter um impacto significativo na disponibilidade de água. Além disso, tendem a abrigar uma maior diversidade de habitats e espécies, pois oferecem condições mais favoráveis para o desenvolvimento da vegetação e para a preservação dos recursos hídricos.

Por outro lado, as áreas com declividades mais acentuadas são mais suscetíveis à erosão do solo e à degradação ambiental, especialmente quando há desmatamento ou uso inadequado da terra. A remoção da vegetação nessas áreas pode aumentar o risco de deslizamentos de terra, erosão do solo e assoreamento dos cursos d'água, impactando negativamente nos ecossistemas locais e na qualidade da água, além de influenciar diretamente na capacidade de armazenamento de água no solo e na formação de lençóis freáticos, afetando a disponibilidade hídrica da região. Isso mostra a relevância em direcionar esforços para a conservação dessas áreas.

O mapeamento clinográfico, ilustrado no Mapa 7, revela que a maior parte da área em estudo apresenta um relevo classificado como "ondulado" (33,25% da área) e "forte ondulado" (43,73%), de acordo com a classificação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa, 1979). Isso significa que a declividade varia entre 8 e 20% e entre 20 e 45%, respectivamente, abrangendo 76,98% da área total. Os 23,02% restantes estão distribuídos entre outras categorias: 1,68% são áreas planas (declividade entre 0 e 3%), 9,82% são suavemente onduladas (declividade entre 3 e 8%), 10,89% são montanhosas (declividade entre 45 e 75%) e 0,64% são áreas escarpadas (declividade superior a 75%).



Mapa 7 - Declividade da área em estudo.



Prefeitura Municipal de Piumhi - MG

Legenda

- Área em Estudo
- Perímetro Urbano
- Limite Municipal de Piumhi
- Ribeirão das Araras

Declividade

- 0 a 3% - Plano
- 3 a 8% - Suave Ondulado
- 8 a 20% - Ondulado
- 20 a 45% - Forte Ondulado
- 45 a 75% - Montanhoso
- > 75% - Escarpado



Diagnóstico Ambiental para Criação da APA na
Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras
Prefeitura de Piumhi - MG

Sistema de Coordenadas Geográficas
Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Elaborado em Abr., 2024.





2.1.4 Pedologia

Além dos aspectos geológicos e geomorfológicos, a caracterização pedológica desempenha um papel relevante na caracterização da área. Os diferentes solos têm características únicas que influenciam diretamente a biodiversidade, a qualidade da água e a saúde dos ecossistemas locais. Conhecer os tipos pedológicos ajuda na identificação de áreas vulneráveis à erosão e à degradação do terreno e são importantes indicadores da biodiversidade local, já que diferentes tipos de solo suportam diferentes comunidades de plantas e animais, e a conservação desses habitats é fundamental para a proteção da diversidade biológica.

Assim, a análise, identificação e descrição dos solos foi conduzida conforme a classificação da Embrapa, dados do ambiente da IDE-SISEMA e mapas. Nesse contexto, foram identificados três tipos de solo na área em estudo: Latossolo Vermelho Distrófico, Cambissolo Háplico Tb Distrófico e Neossolo Litólico Distrófico. O Quadro 5 fornece a caracterização desses solos, além da indicação do grau de erodibilidade e práticas de conservação, enquanto o Mapa 8 mostra a distribuição dos solos na área e o Mapa 9 apresenta características da erodibilidade da área de acordo com Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) de Minas Gerais.



**DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS**
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Quadro 5 - Descrição dos tipos de solo presentes na área em estudo – Piumhi/MG.

Tipo de Solo	Caracterização	Grau de erodibilidade e práticas de conservação
Latossolos Vermelhos Distróficos (LVd)	São solos tropicais altamente intemperizados e profundos, apresentando uma coloração avermelhada devido à oxidação de minerais de ferro e possuem características de cor, textura e estrutura uniformes ao longo de sua profundidade. Possuem baixa fertilidade natural devido à intensa lixiviação de nutrientes e possuem uma saturação por bases inferior a 50% nos primeiros 100 cm do horizonte B. Apresentam alta capacidade de drenagem, no entanto, apresentam limitações, como baixa disponibilidade de água para as plantas e susceptibilidade à compactação do solo, especialmente observada em Latossolos Vermelhos de textura argilosa ou muito argilosa, mas também pode ocorrer em solos de textura média, principalmente se a proporção de areia fina for alta.	O grau de erodibilidade varia de acordo com a declividade do terreno e a cobertura vegetal. Em áreas com declives acentuados e pouca cobertura vegetal, há maior susceptibilidade à erosão, requerendo medidas como a revegetação e a construção de barragens para controle do escoamento superficial. Para conservação desses solos, recomenda-se, por exemplo, o plantio direto, terraceamento e cultivo mínimo, que ajudam a reduzir a erosão, conservar a umidade e os nutrientes, além de promover a conservação da biodiversidade.
Cambissolos Háplicos Tb Distróficos (CXbd)	São solos comumente encontrados em terrenos fortemente ondulados ou montanhosos, caracterizados pela ausência do horizonte superficial A Húmico. Possuem fertilidade natural variável e são limitados para uso devido ao relevo íngreme, pouca profundidade e presença de afloramentos rochosos. Os Cambissolos Háplicos Tb Distróficos são caracterizados pela baixa fertilidade e apresentam argila com baixa atividade e saturação por bases inferior a 50%, geralmente nos primeiros 100 cm do horizonte B.	Apresentam alta erodibilidade devido ao relevo íngreme e à baixa cobertura vegetal. Medidas como a revegetação e a construção de estruturas de contenção são importantes para prevenir a erosão. A revegetação a partir do plantio em curvas de nível é uma prática recomendada para a conservação desses solos em áreas onduladas ou montanhosas, reduzindo a erosão e promovendo a infiltração da água no solo.
Neossolos Litólicos Distróficos (RLd)	São solos pouco desenvolvidos encontrados em áreas mais rochosas. Eles possuem uma camada rasa de solo sobre um substrato rochoso, o que limita o desenvolvimento das raízes de plantas. Devido à sua natureza pedregosa, esses solos têm baixa capacidade de retenção de água e nutrientes, além de baixa fertilidade natural. São frequentemente encontrados em áreas de relevo acidentado ou em afloramentos rochosos. São solos com saturação por bases < 50% na maior parte dos horizontes dentro de 50 cm a partir da sua superfície.	Devido à sua baixa capacidade de retenção de água e cobertura vegetal reduzida, os Neossolos Litólicos Distróficos são suscetíveis à erosão, principalmente em áreas de relevo acidentado. A conservação desses solos pode envolver a revegetação com espécies adaptadas a solos rasos e pedregosos, além de técnicas pensadas para reduzir a erosão em áreas declivosas.

Fonte: Embrapa (2018). Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Mapa 8 - Pedologia da área em estudo.



Prefeitura Municipal de Piumhi - MG

Legenda

- Área em Estudo
- Perímetro Urbano
- Limite Municipal de Piumhi
- Ribeirão das Araras

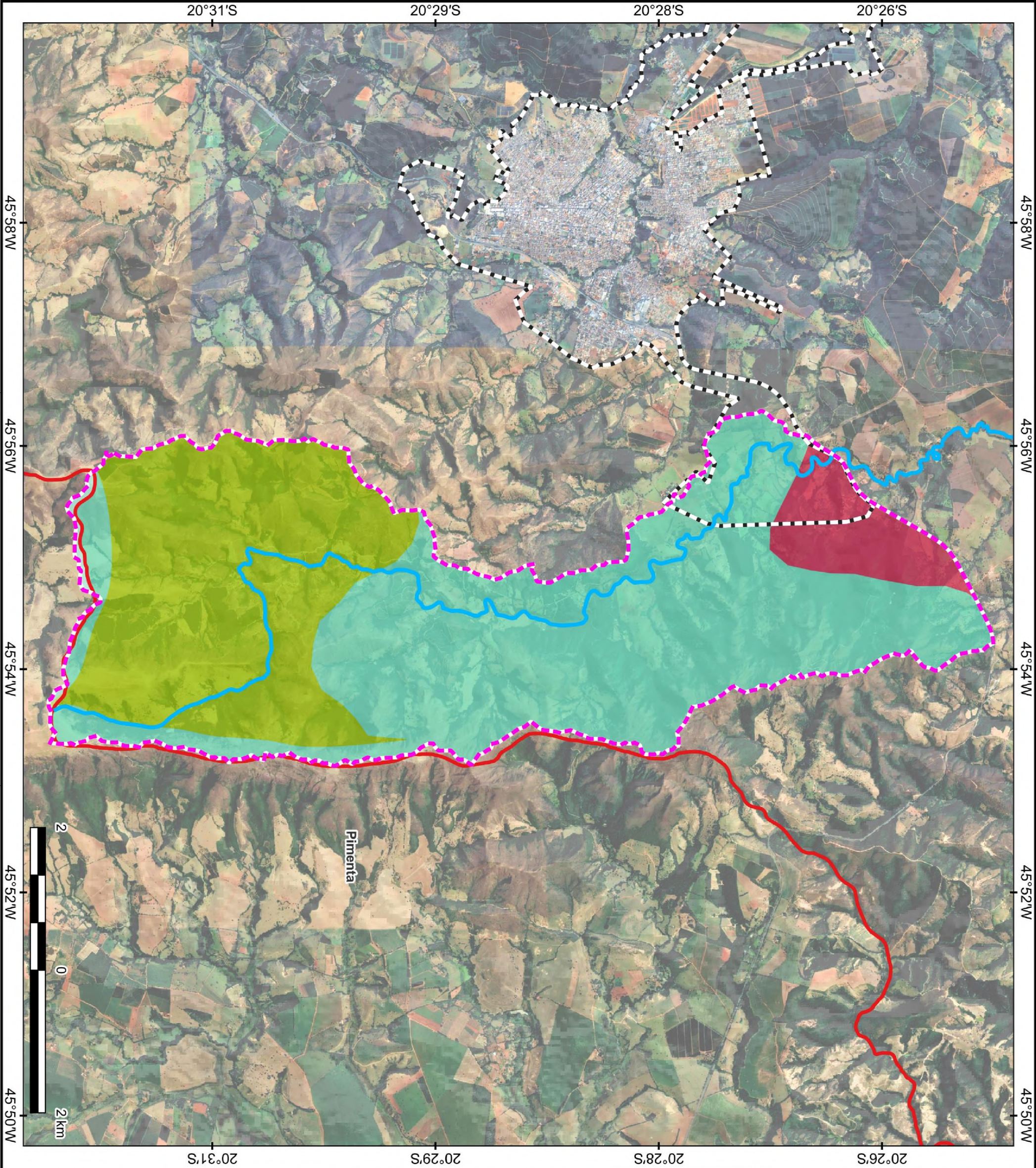
Tipos de Solo

- Latossolo vermelho distrófico (LVd)
- Cambissolo háptico Tb distrófico (CXbd)
- Neossolo litólico distrófico (RLd)

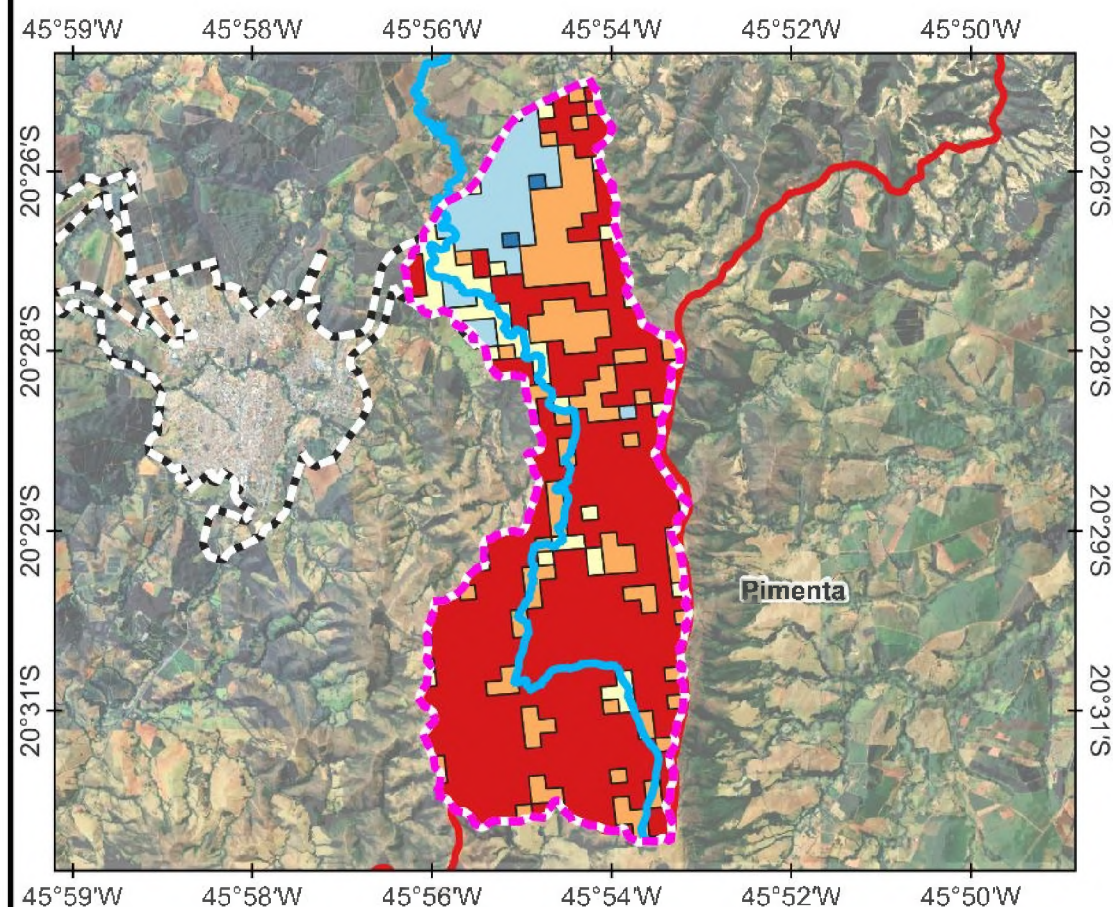


Diagnóstico Ambiental para Criação da APA na
Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras
Prefeitura de Piumhi - MG

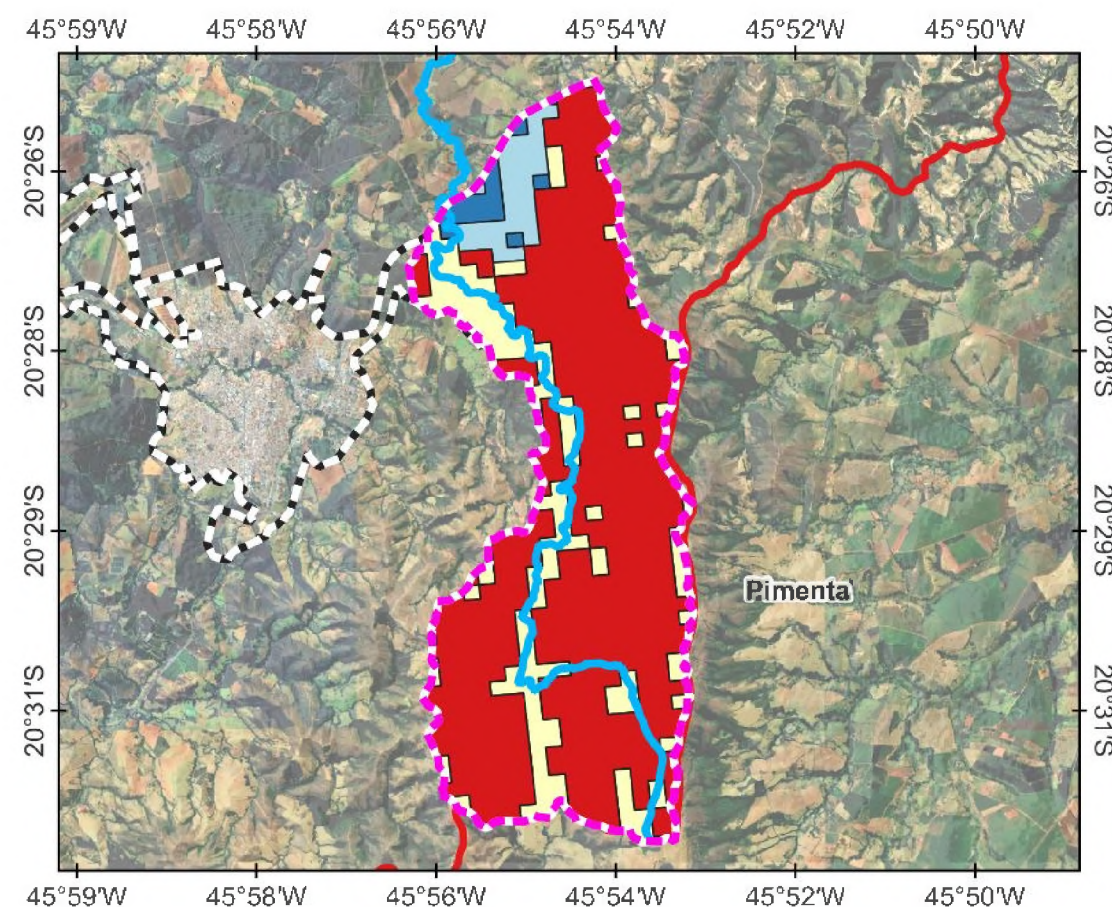
Sistema de Coordenadas Geográficas
Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Elaborado em Abr., 2024.



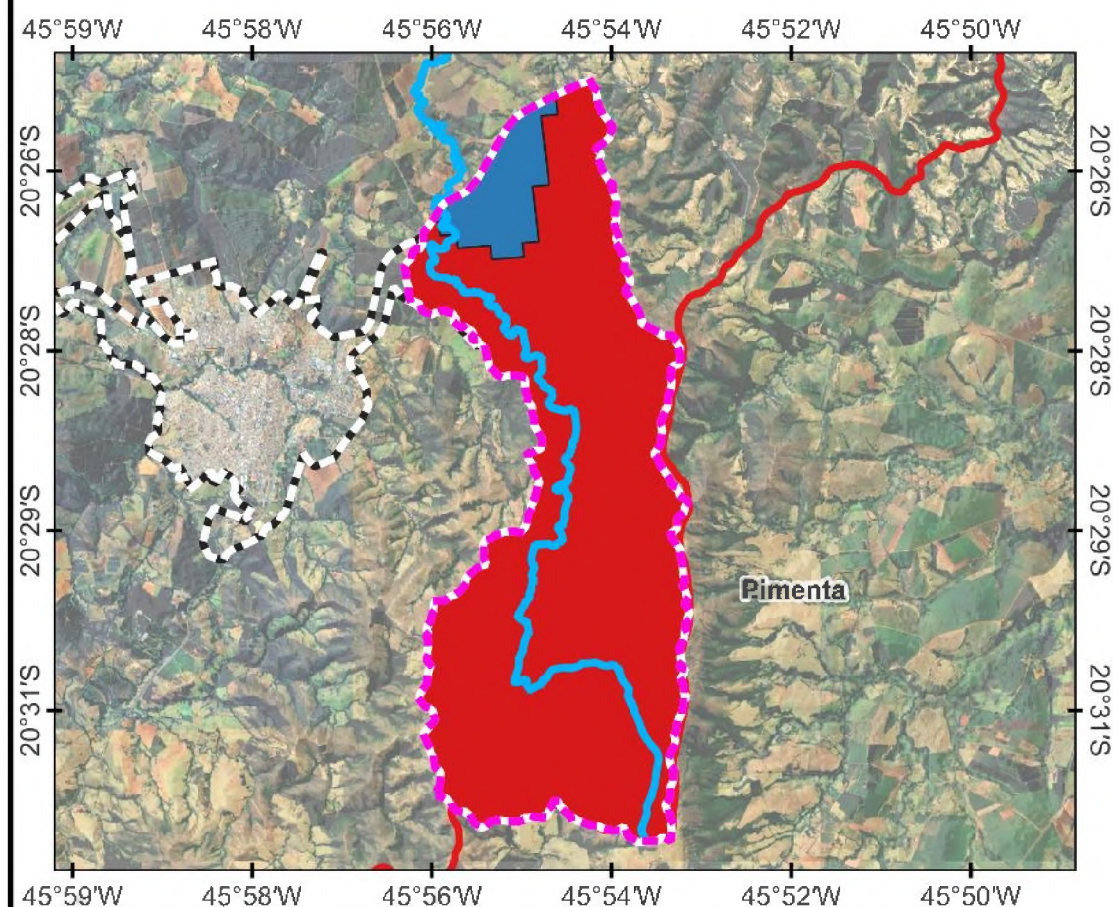
Vulnerabilidade dos Solos à Erosão



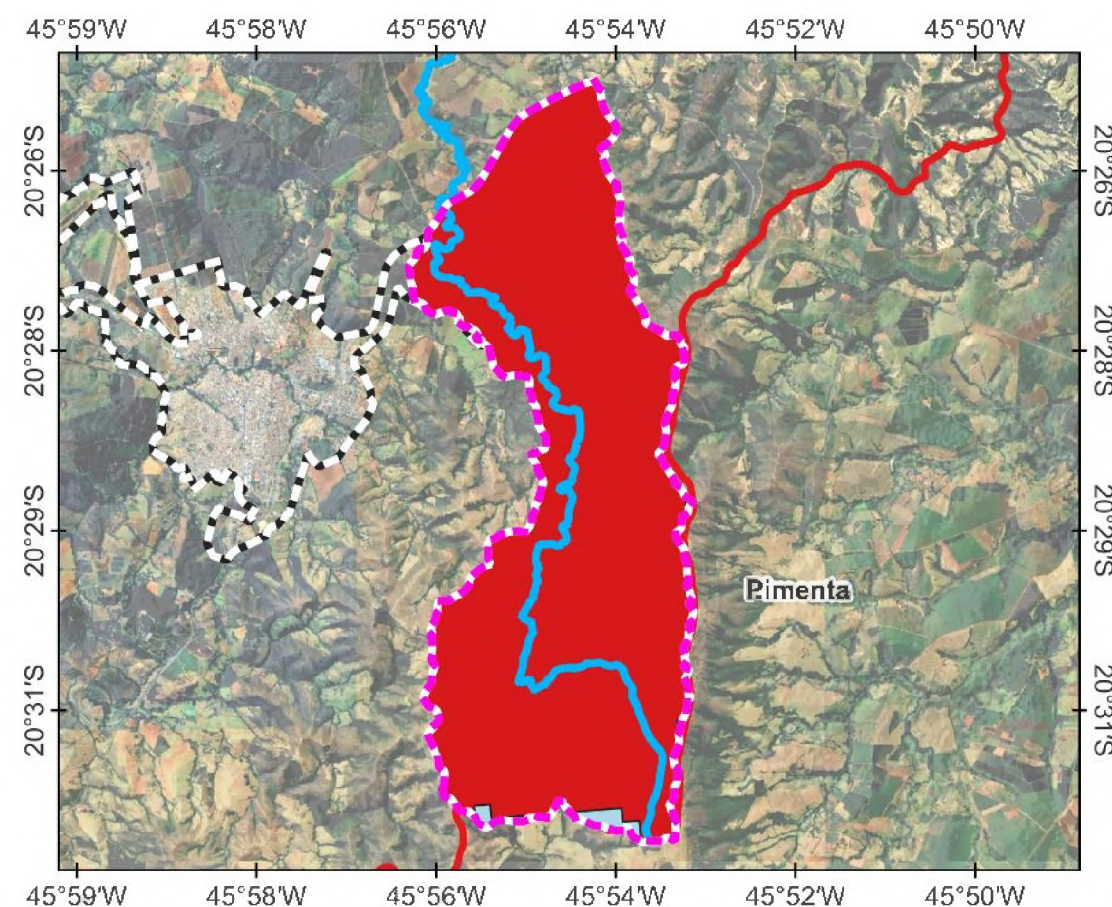
Risco Potencial de Erosão



Erodibilidade



Erosão Atual



Mapa 9 - Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE-MG, Se-mad/UFLA): Erosão.



Prefeitura Municipal de Piumhi - MG

Legenda

- Área em Estudo
- Perímetro Urbano
- Limite Municipal de Piumhi
- Ribeirão das Araras

Classificação

- Muito alta
- Alta
- Média
- Baixa
- Muito baixa



Diagnóstico Ambiental para Criação da APA na
Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras
Prefeitura de Piumhi - MG

Sistema de Coordenadas Geográficas
Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Elaborado em Mai., 2024.





2.1.5 Recursos Hídricos

Os recursos hídricos, sejam superficiais ou subterrâneos, constituem peça fundamental na manutenção dos ecossistemas e da vida no planeta. Nesse sentido, destaca-se a importância da área em estudo, que contempla as nascentes da sub-bacia do ribeirão Araras, afluente da bacia do rio São Francisco em seu trecho alto. Além disso, o interesse em manter uma qualidade adequada dos recursos hídricos, tanto pela manutenção do ciclo hidrológico, quanto pelos serviços ecossistêmicos e a possibilidade de utilização dos mananciais para abastecimento, é um dos objetivos da criação de Unidades de Conservação.

As questões relacionadas aos recursos hídricos na área em estudo serão descritas de forma mais aprofundada a seguir.

A) Recursos Hídricos Superficiais

O município de Piumhi está inserido na Região Hidrográfica do Rio São Francisco, que é uma das mais importantes e extensas do Brasil, abrangendo uma área de drenagem de aproximadamente 639.219 km², o que corresponde a cerca de 8% do território nacional. O rio São Francisco, que é o principal rio e dá nome à bacia, é um dos mais importantes do Brasil, com cerca de 2.863 km de extensão. Ele nasce na Serra da Canastra, em Minas Gerais, atravessando os estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe até desaguar no Oceano Atlântico, entre Alagoas e Sergipe.

Por conta de sua extensão territorial, a Região Hidrográfica do Rio São Francisco foi subdividida em quatro zonas ou regiões fisiográficas para fins de planejamento: Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco. Cada uma das regiões fisiográficas possui características geográficas, climáticas e hidrológicas particulares que influenciam diretamente a dinâmica dos recursos hídricos e a vida das comunidades locais.

O Alto São Francisco, por exemplo, se destaca por sua topografia acidentada e pela presença de importantes nascentes e cursos d'água, enquanto o Baixo São Francisco é marcado pela planície aluvial e pela proximidade com a foz do rio. O Médio e o Submédio São Francisco ocupam posições intermediárias entre esses extremos,



apresentando características geográficas e ambientais que refletem essa transição entre áreas montanhosas e planícies.

A Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH/MG) nº 66, de 17 de novembro de 2020, definiu as Unidades Estratégicas de Gestão (UEGs) em Minas Gerais, dentre as quais encontra-se a UEG Afluentes do Alto Rio São Francisco, composta pelas Circunscrições Hidrográficas (CH) SF1, SF2, SF3, SF4 e SF5.

A área em análise está na Circunscrição Hidrográfica dos Afluentes do Alto São Francisco (SF1), uma das 36 CHs existentes em Minas Gerais, conforme determinado no Anexo II da Deliberação Normativa CERH/MG nº 66/2020, modificada pela Deliberação Normativa CERH-MG nº 71, de 22 de dezembro de 2021.

A Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Alto São Francisco (SF1) está situada no sudoeste de Minas Gerais, abrangendo uma área de 14.155,09 km², o que corresponde a 6,03% do território da região hidrográfica do rio São Francisco e 2,41% da área total do Estado de Minas Gerais. Esta bacia engloba áreas de 29 municípios, sendo o Alto São Francisco a região com maior densidade populacional. No ano de 2022 foi finalizado o seu Plano Diretor de Recursos Hídricos (PDRH) e do Enquadramento dos Corpos de Água (ECA), aprovado por meio da Deliberação do Comitê da Bacia Hidrográfica – SF1 (CBH-SF1), nº 11, de 08 de novembro de 2022.

A sub-bacia do Ribeirão Araras faz parte da Circunscrição Hidrográfica dos Afluentes do Alto Rio São Francisco (SF1), ocupando uma área correspondente a 0,092% do total dessa CH, sendo sua área de drenagem contribuinte para o rio São Francisco, onde deságua. A sub-bacia é declarada como patrimônio ambiental do município de Piumhi, de acordo com a Lei Municipal nº 2.091/2012. Essa lei proíbe a instalação de empreendimentos de qualquer espécie que “venha alterar ou trazer riscos as condições naturais do rio em seus aspectos estéticos, físicos, químicos, biológicos ou volume de sua vazão”, acima da barragem de captação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), localizada nas coordenadas 20°27'52.08"S e 45°54'46.18"O.

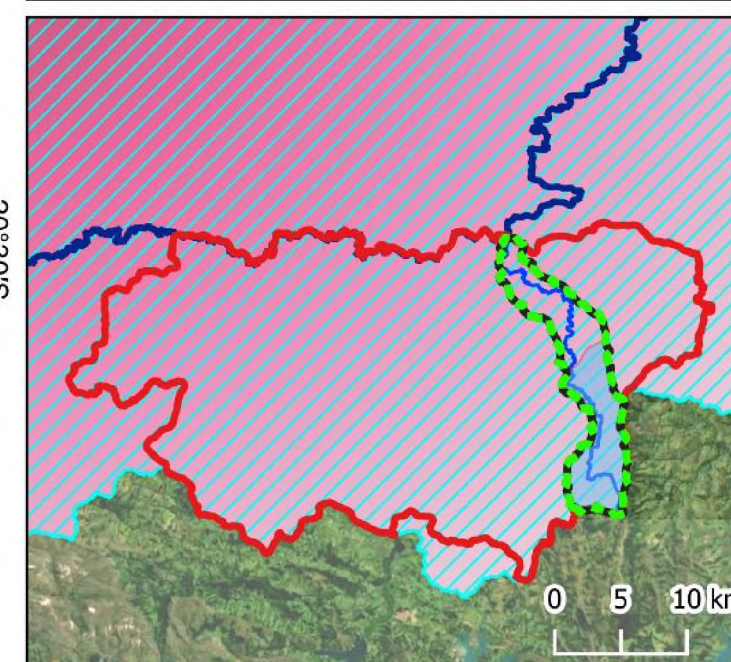
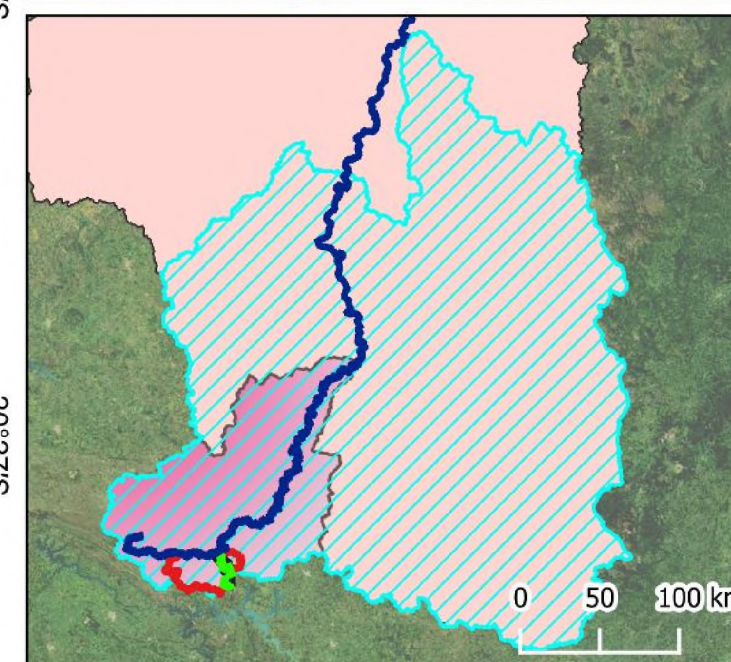
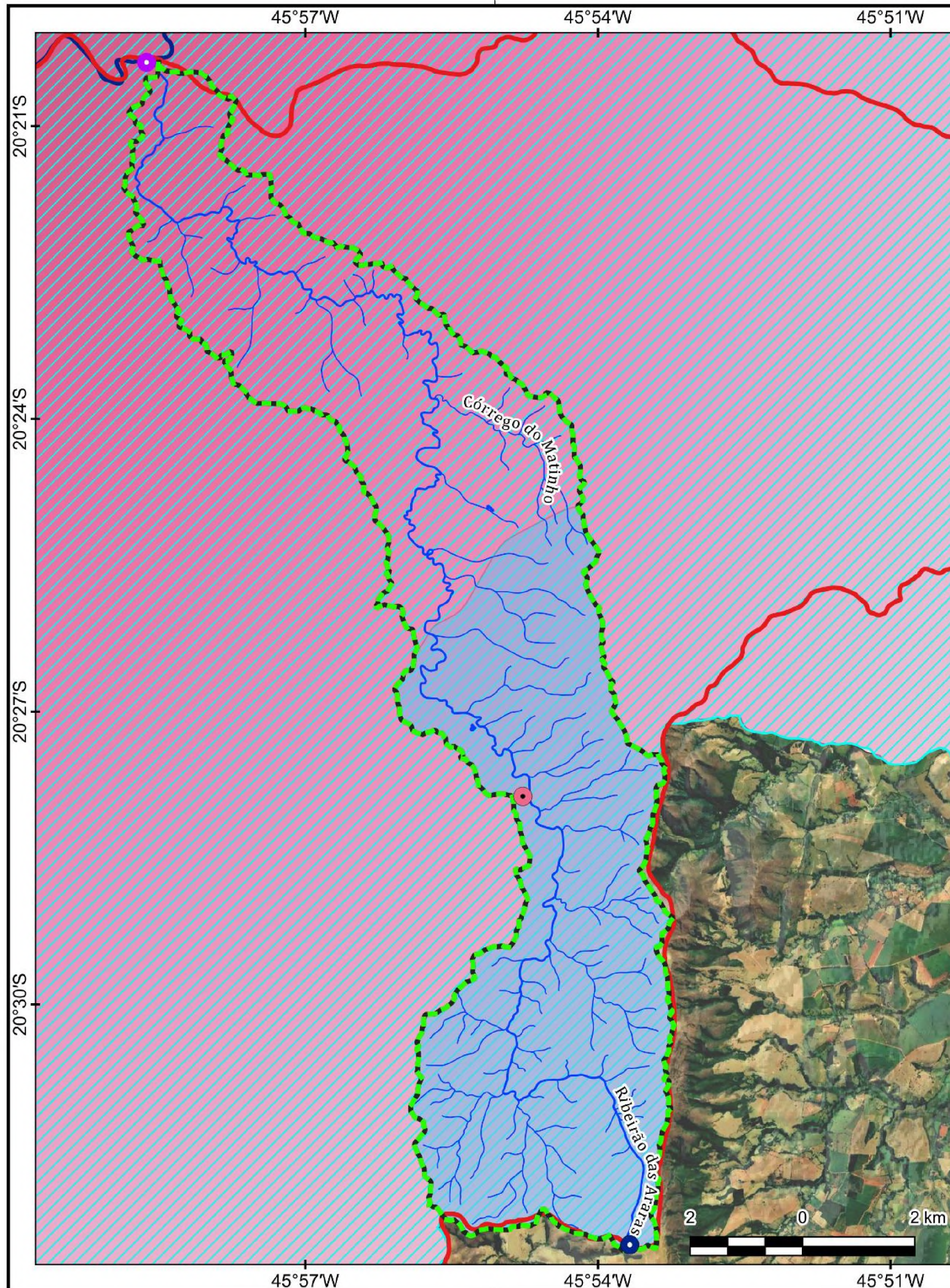
O Ribeirão das Araras, com nascente na Serra da Pimenta nas coordenadas 20°32'27.832"S e 45°53'40.34"O e foz no Rio São Francisco nas coordenadas 20°20'20.81"S e 45°58'37.71"O, é um manancial com aproximadamente 40 km de extensão, vital para a região de Piumhi, utilizado para o abastecimento público de água.



Em uma pesquisa realizada em 1995 pelo pesquisador Marcio Anselmo Duarte Ferrari, da UNICAMP, foi alertado que, sem a preservação do assoreamento do ribeirão e sua mata ciliar, havia o risco de secamento. Em 2012, uma lei foi aprovada, declarando o Ribeirão dos Araras como patrimônio ambiental e estabelecendo diretrizes para sua conservação, incluindo limitações geográficas e regras de ocupação do solo. Em 2014, apesar das previsões de seca, a sub-bacia do Ribeirão Araras continuou sendo a principal fonte de abastecimento da cidade. No entanto, houve uma queda significativa na vazão em outubro daquele ano, de 120 para 80 L/s, representando uma diminuição de cerca de 40%.

Em consulta ao PDRH/ECA-SF1 (2022), o ribeirão das Araras apresentava uma vazão Q_{95} de 91,09 L/s e uma vazão de captação de 60 L/s, destacando-se como uma fonte fundamental de água para a comunidade local e para as atividades econômicas da região, entre as quais se destacam lavouras e silvicultura, bem como atividades turísticas.

A área objeto do diagnóstico ambiental, faz parte dessa sub-bacia, abrangendo cerca de 55,77% do seu território. O Mapa 10 apresenta a hidrografia, destacando as regiões e bacias hidrográficas, bem como a Sub-bacia do Ribeirão Araras, a rede de drenagem da área em estudo e a localização dos pontos citados anteriormente.



Mapa 10 - Hidrografia da área em estudo.



Prefeitura Municipal de Piumhi - MG

Legenda

- Área em Estudo
- Sub-bacia do Ribeirão Araras
- Limite Municipal de Piumhi
- CH-SF1: Circunscrição Hidrográfica dos Afluentes do Alto São Francisco
- Unidade Estratégica de Gestão - Afluentes do Alto Rio São Francisco (UEG1)
- Região Hidrográfica do Rio São Francisco
- Rio São Francisco
- Ribeirão das Araras
- Nascente do Ribeirão das Araras
- Barragem de Captação
- Foz do Ribeirão das Araras
- Trechos de Drenagem



Diagnóstico Ambiental para Criação da APA na
Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras
Prefeitura de Piumhi - MG

Sistema de Coordenadas Geográficas
Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Elaborado em Abr., 2024.





Quanto à qualidade da água, de acordo com a minuta de Deliberação Normativa (DN) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG) nº 11/2022 encaminhada em anexo à Deliberação CBH-SF1 nº 11/2022, o Ribeirão das Araras, das nascentes até a confluência com Rio São Francisco, está enquadrado na Classe I.

De acordo com a Deliberação Normativa Conjunta dos Conselhos Estaduais de Política Ambiental (COPAM) e de Recursos Hídricos (CERH) nº 01, de 05 de maio de 2008, as águas doces estaduais da Classe I são destinadas:

- “a) ao abastecimento para consumo humano, após tratamento simplificado;
- b) à proteção das comunidades aquáticas;
- c) à recreação de contato primário, tais como natação, esqui aquático e mergulho, conforme Resolução CONAMA no 274, de 29 de novembro 2000;
- d) à irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e de frutas que se desenvolvam rentes ao solo e que sejam ingeridas cruas sem remoção de película; e
- e) à proteção das comunidades aquáticas em Terras Indígenas.” (Minas Gerais, 2008).

- **Projeto Araras**

Na bacia hidrográfica do Ribeirão Araras, encontram-se unidades de paisagem frágeis que demandam proteção e manejo. Ao longo do tempo, a falta de cuidado e consciência contribuiu significativamente para a degradação da qualidade ambiental dos recursos hídricos da região. Nesse contexto, o Projeto Araras foi concebido como uma resposta à necessidade urgente de união de esforços entre entidades do poder público e da sociedade civil. Seu propósito principal é aprimorar as condições ambientais do principal manancial de água que abastece a sede do município de Piumhi e as propriedades rurais circunvizinhas (ANA, 2018).

O Projeto Araras visa promover a revitalização e preservação ambiental da bacia hidrográfica de abastecimento público do Ribeirão Araras por meio de ações direcionadas. Estas incluem a conservação de solo e água, restauração e conservação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Florestais, Saneamento Ambiental Rural e promoção do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) aos produtores rurais, conforme estabelecido pelo Programa Produtor de Água (http://saae-piumhi.mg.gov.br/projeto_araras/index.php).



Dentre as ações em andamento e já realizadas, destacam-se a capacitação, mobilização e educação ambiental, a instalação de fossas sépticas nas propriedades rurais da bacia, o cercamento de APPs e o plantio de mudas, além de iniciativas como o peixamento no rio São Francisco, mutirões de limpeza e sinalização educativa. Essas medidas visam não apenas recuperar áreas degradadas, mas também conscientizar a comunidade local sobre a importância da conservação dos recursos naturais e promover práticas sustentáveis de manejo ambiental.

B) Recursos Hídricos Subterrâneos

Segundo a Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS):

“Água subterrânea é toda a água que ocorre abaixo da superfície da Terra, preenchendo os poros ou vazios intergranulares das rochas sedimentares, ou as fraturas, falhas e fissuras das rochas compactas, e que sendo submetida a duas forças (de adesão e de gravidade) desempenha um papel essencial na manutenção da umidade do solo, do fluxo dos rios, lagos e brejos. As águas subterrâneas cumprem uma fase do ciclo hidrológico, uma vez que constituem uma parcela da água precipitada.”

As águas subterrâneas retidas em poros e/ou fraturas e cavidades de rochas, geralmente são reservadas em aquíferos que podem ser classificados em aquíferos porosos/granulares, fraturados/fissurais e cársticos. A configuração desses aquíferos é influenciada por diversas características geológicas, tais como o tipo de rocha, a presença de fraturas e falhas, a porosidade das rochas, além de fatores geomorfológicos, hidrológicos e climáticos. Esses elementos combinados contribuem para uma variedade de arranjos e formas dos aquíferos.

A área em estudo está localizada integralmente sobre o Sistema Aquífero Fraturado Centro-Sul (SAFCS), que é um aquífero aflorante classificado como fraturado (fissurado). O SAFCS é um sistema aquífero com formação geológica caracterizada pela presença de rochas fraturadas que permitem o armazenamento e movimentação da água subterrânea. Este sistema aquífero é encontrado em várias regiões do Brasil, especialmente nas áreas do centro e sul do país.

As rochas fraturadas são permeáveis devido à presença de fraturas e fissuras que permitem a infiltração da água da superfície para o subsolo. Essa água é então



armazenada em cavidades e espaços entre as rochas, formando aquíferos de alta permeabilidade.

O SAFCS tem um importante papel para a manutenção dos ecossistemas locais, fornecendo água para cursos d'água e áreas úmidas, além de sua importância como fonte de água subterrânea para o abastecimento de água para as diversas atividades humanas. Entretanto, a exploração excessiva e inadequada desse recurso pode levar à diminuição da disponibilidade de água e à deterioração da qualidade da água subterrânea devido à contaminação. Portanto, é fundamental adotar práticas sustentáveis de gestão e conservação na região, para garantir a disponibilidade de água desse sistema aquífero a longo prazo e proteger o meio ambiente.

A distribuição do aquífero aflorante pode ser observado no Mapa 11.

Mapa 11 - Sistema aquífero aflorante da área em estudo.



Prefeitura Municipal de Piumhi - MG

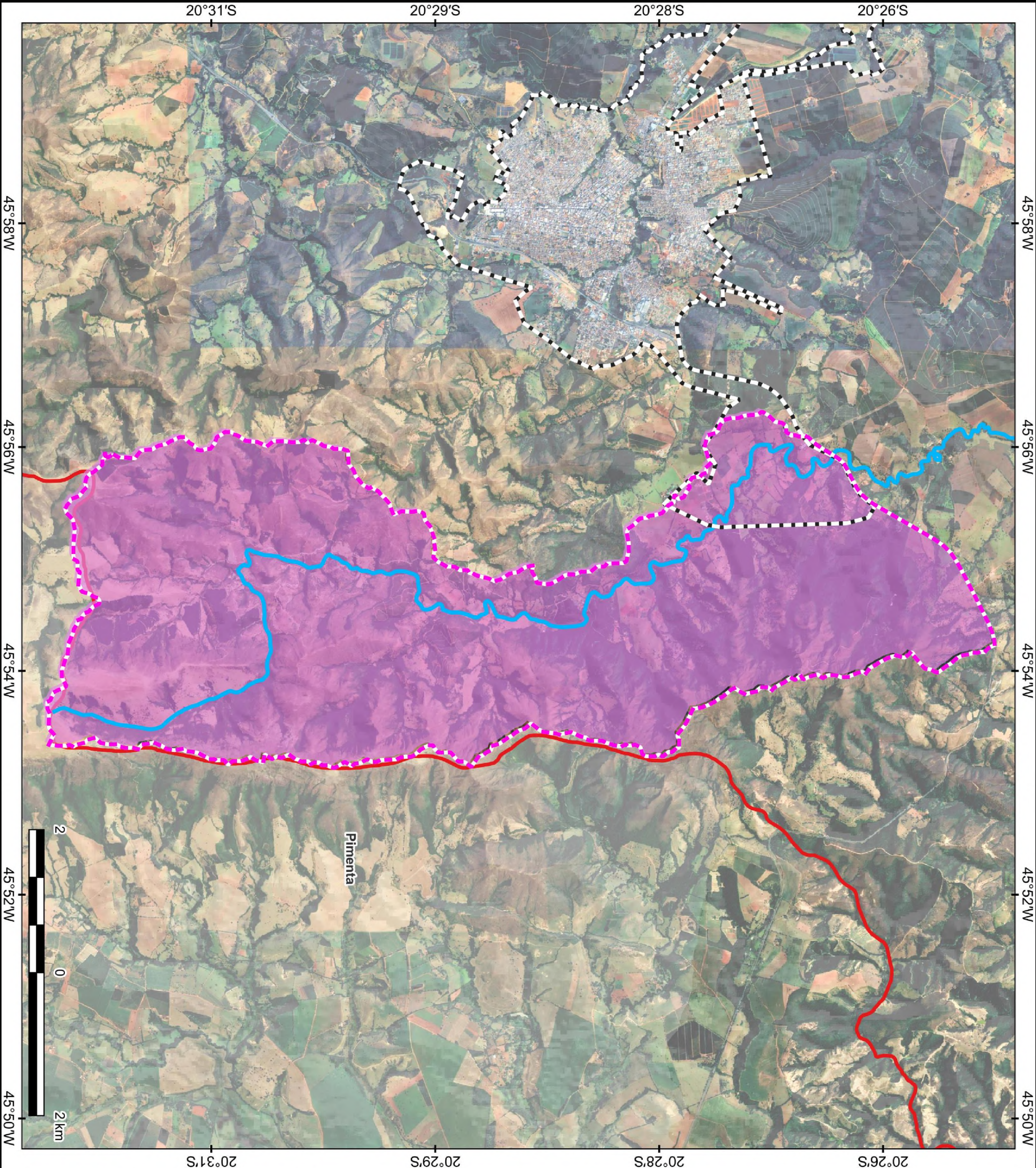
Legenda

- Área em Estudo
- Perímetro Urbano
- Limite Municipal de Piumhi
- Ribeirão das Araras
- Sistema Aquífero Aflorante
- Fraturado Centro-Sul



Diagnóstico Ambiental para Criação da APA na
Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras
Prefeitura de Piumhi - MG

Sistema de Coordenadas Geográficas
Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Elaborado em Abr., 2024.





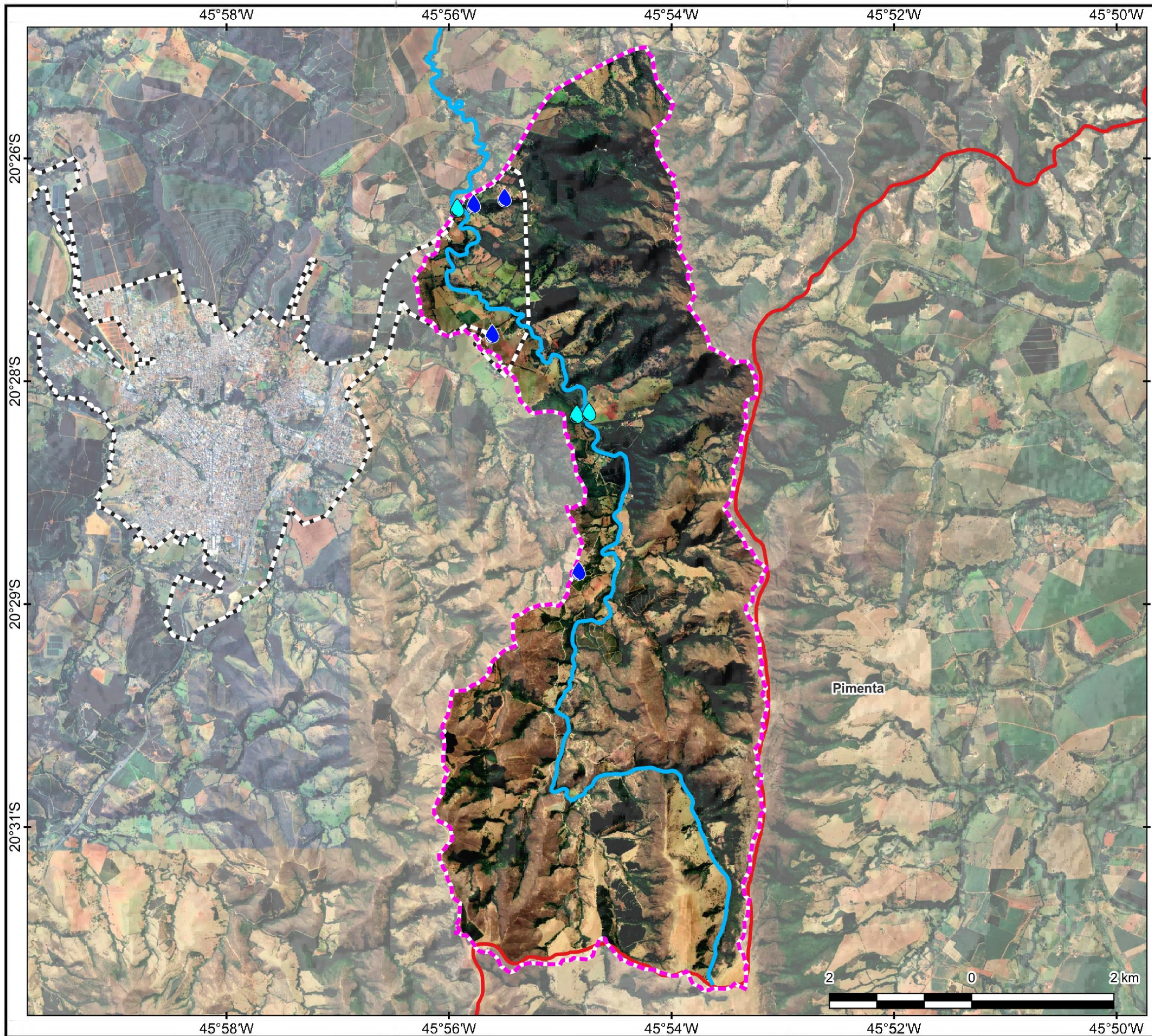
C) Usos Outorgados

Na área existem alguns usos outorgados, tanto de água superficial, quanto subterrânea. Os usos de água superficial outorgados são destinados principalmente a irrigação, construção de travessia rodoferroviária (MG-050) e a captação de água para abastecimento. Os subterrâneos são destinados principalmente para consumo humano, dessedentação animal e serviços/lazer e turismo.

Com relação aos Usos Insignificantes, que são aqueles que não requerem outorga de direito de uso, conforme estipulado na Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei nº 13.199/1999), nenhum dos usos citados são cadastrados como insignificante.

Os critérios para determinar os Usos Insignificantes são definidos na Deliberação Normativa CERH nº 09, de 16 de junho de 2004, para captações e reservatórios superficiais, e na Deliberação Normativa CERH nº 76, de 19 de abril de 2022, para captações de águas subterrâneas através de poços tubulares, cisternas, nascentes e surgências.

O Mapa 12 ilustra a localização dos usos outorgados na área em estudo.



Mapa 12 - Outorgas de uso dos recursos hídricos na área em estudo.



Prefeitura Municipal de Piumhi - MG

Legenda

- Área em Estudo
- Perímetro Urbano
- Limite Municipal de Piumhi
- Ribeirão das Araras

Outorgas de Uso dos Recursos Hídricos

- Superficial
- Subterrâneo



Diagnóstico Ambiental para Criação da APA na
Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras
Prefeitura de Piumhi - MG

Sistema de Coordenadas Geográficas
Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Elaborado em Mai., 2024.





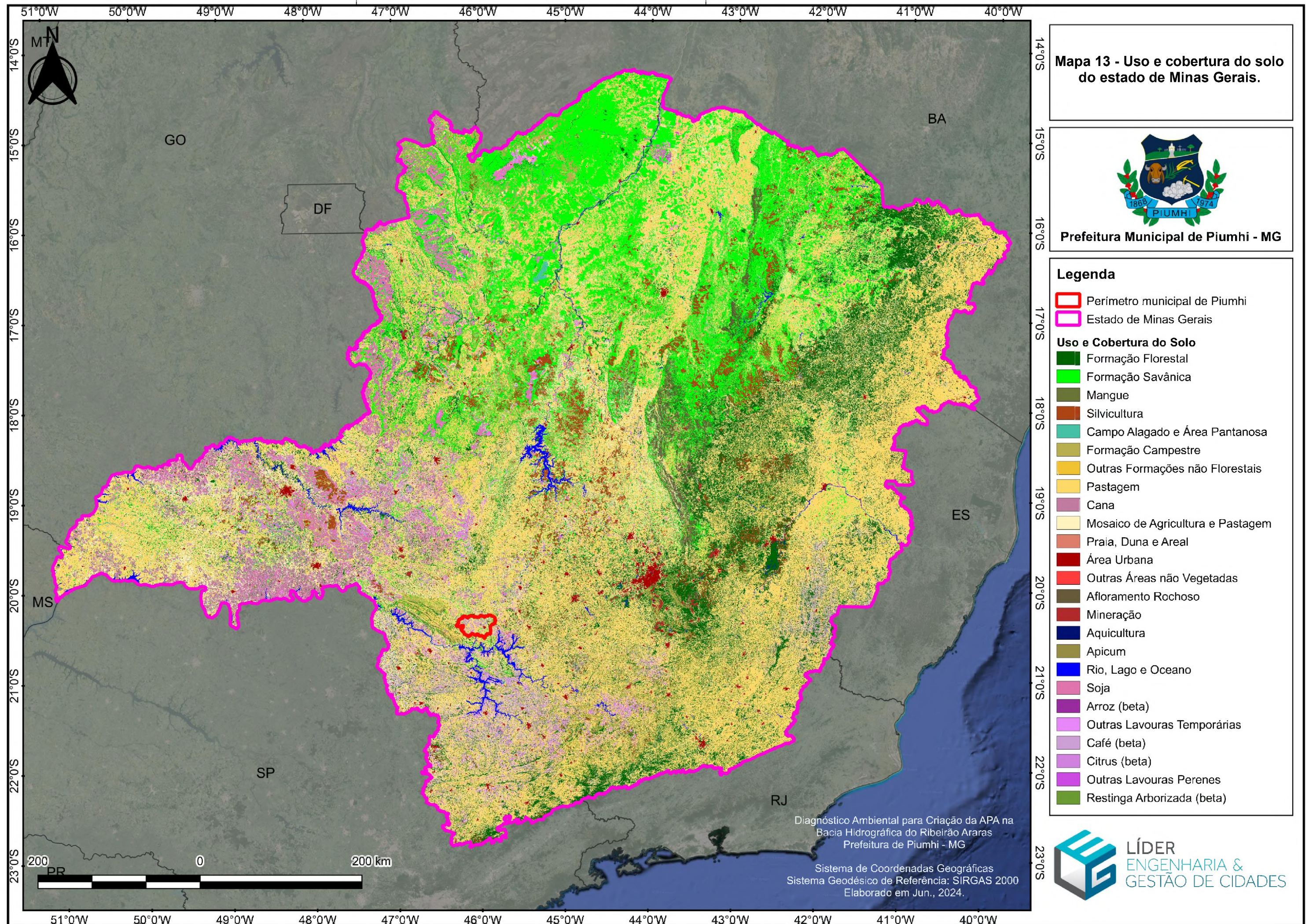
2.2 MEIO BIÓTICO

2.2.1 Contextualização Inicial

O Estado de Minas Gerais está localizado na região Sudeste do Brasil, destacando-se por sua vasta extensão territorial e rica diversidade ecológica, com uma área territorial de 586.513,98 km² (IBGE, 2024) e ocupando a posição de quarto maior estado do país.

Em 2022, a população residente no estado foi estimada em 20.539.989 pessoas (IBGE, 2024), resultando em uma densidade demográfica de aproximadamente 35,02 habitantes/Km². Essa distribuição populacional relativamente baixa, em comparação com outras regiões do país, reflete a predominância de áreas rurais e naturais que caracterizam grande parte do território mineiro.

A distribuição atual do uso e ocupação do solo no território de Minas Gerais reflete um panorama diversificado, marcado pela predominância de atividades agrícolas e de pastagens. De acordo com o IBGE (2024), a área destinada à agropecuária representa uma significativa parcela do território mineiro. Estima-se que aproximadamente 68% do solo seja utilizado para pastagens (MapBiomass, 2024), tanto naturais quanto plantadas, Mapa 13.



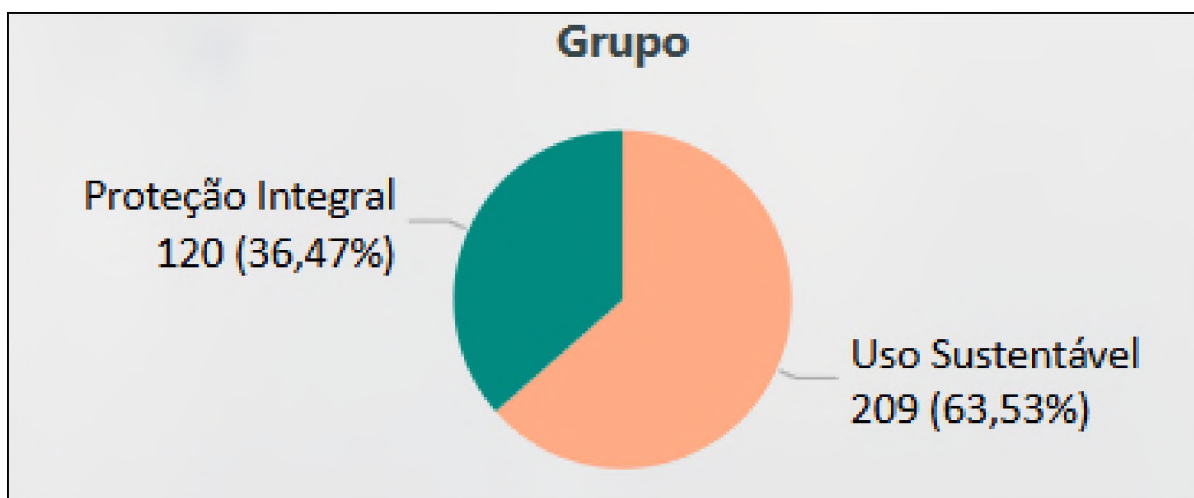


A agricultura também ocupa um espaço considerável em Minas Gerais, destacando-se pela produção de café, soja, milho e cana-de-açúcar. Dados do IBGE (2024) indicam que as culturas temporárias e permanentes abrangem cerca de 10% do território estadual.

A conversão de áreas de vegetação nativa, para usos agropecuários tem levado à fragmentação de habitats e à perda de biodiversidade (Pereira, Guilherme e Marimon, 2021). Além disso, práticas inadequadas de manejo do solo podem resultar em processos erosivos e na degradação das terras, comprometendo a produtividade a longo prazo e a qualidade dos recursos hídricos. De face com o exposto, evidencia-se a necessidade de ações de recuperação e conservação da vegetação nativa.

De acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC, 2024), no estado de Minas Gerais estão cadastradas 329 unidades de conservação divididas nos grupos de Proteção Integral e Uso Sustentável, Gráfico 4.

Gráfico 4 - Unidades de conservação no estado de Minas Gerais, divididas por grupo.



Fonte: CNUC, 2024. Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

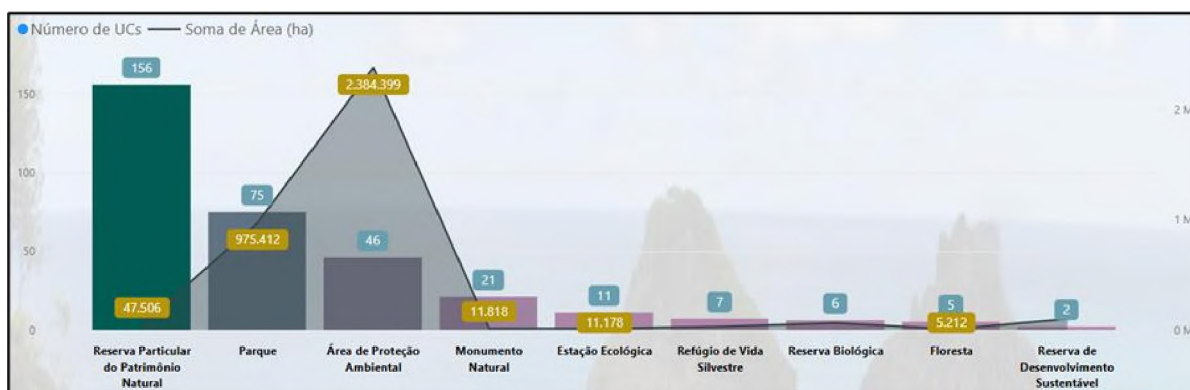
Minas Gerais abriga um total de 329 unidades de conservação, divididos em dois grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável (CNUC, 2024). Dentro deste número, 120 unidades são classificadas como de Proteção Integral, cuja principal finalidade é a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais, restringindo atividades humanas que possam comprometer a integridade dos ecossistemas. As outras 209 unidades são de Uso Sustentável, permitindo a exploração racional dos recursos



naturais, conciliando a conservação ambiental com a utilização sustentável, o que inclui práticas como manejo florestal e agroextrativismo.

Destas 329 unidades de conservação, 198 possuem plano de manejo. O plano de manejo é um instrumento fundamental para a gestão eficiente dessas áreas, fornecendo diretrizes e ações específicas para a conservação dos recursos naturais, a pesquisa científica e a educação ambiental, além de regulamentar o uso público e as atividades econômicas sustentáveis. A área total protegida pelas unidades de conservação em Minas Gerais soma 36.231,36 km² (CNUC, 2024).

Gráfico 5 - Área e o número de unidades de conservação por categoria de manejo.



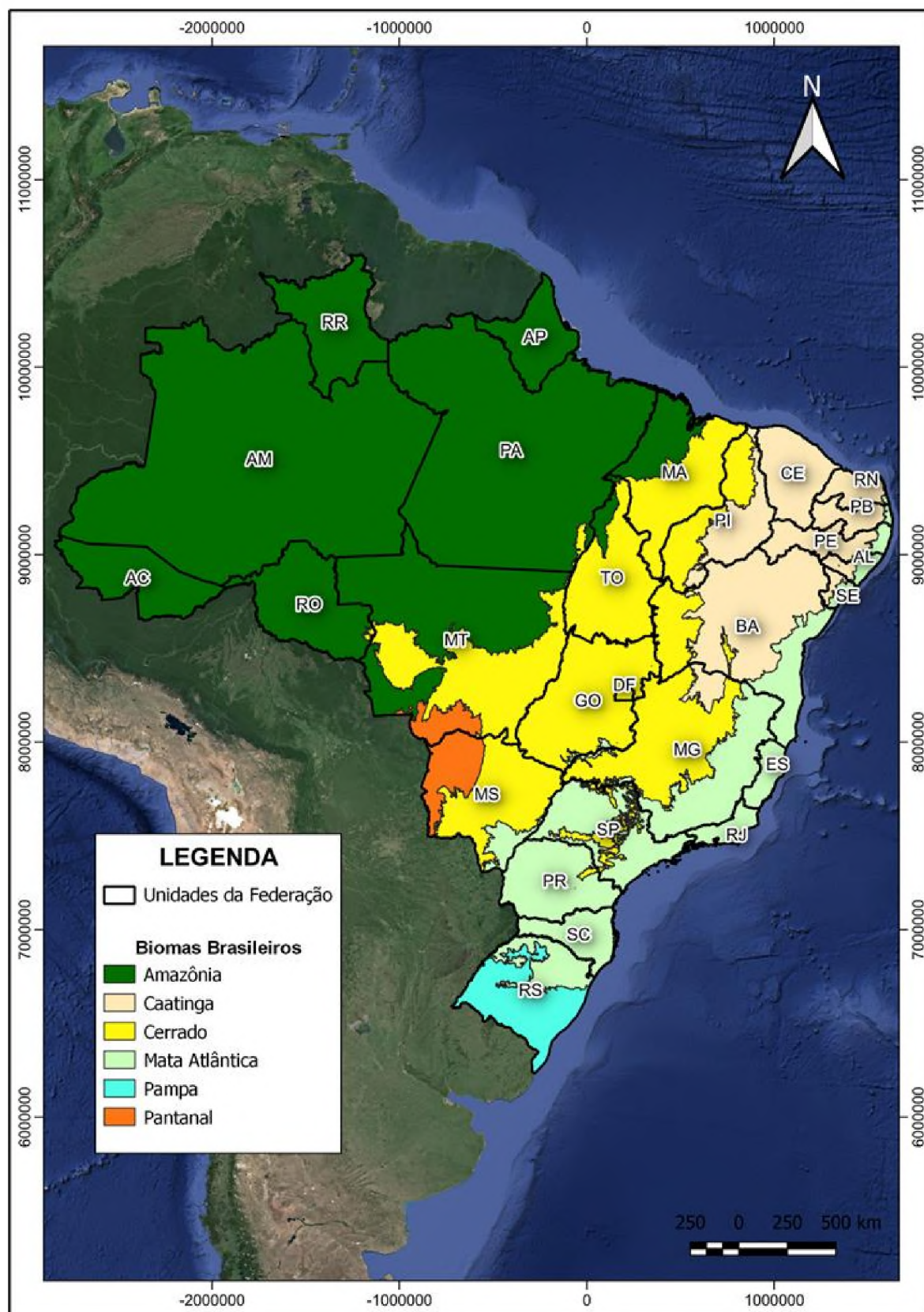
Fonte: CNUC, 2024. Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

2.2.2 Bioma Cerrado

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), o Brasil é dividido em 6 biomas, sendo estes o Bioma Amazônia, o Bioma Caatinga, o Bioma Cerrado, o Bioma Mata Atlântica, o Bioma Pampa e o Bioma Pantanal. A Figura 1 expõe a localização e abrangência dos biomas brasileiros.



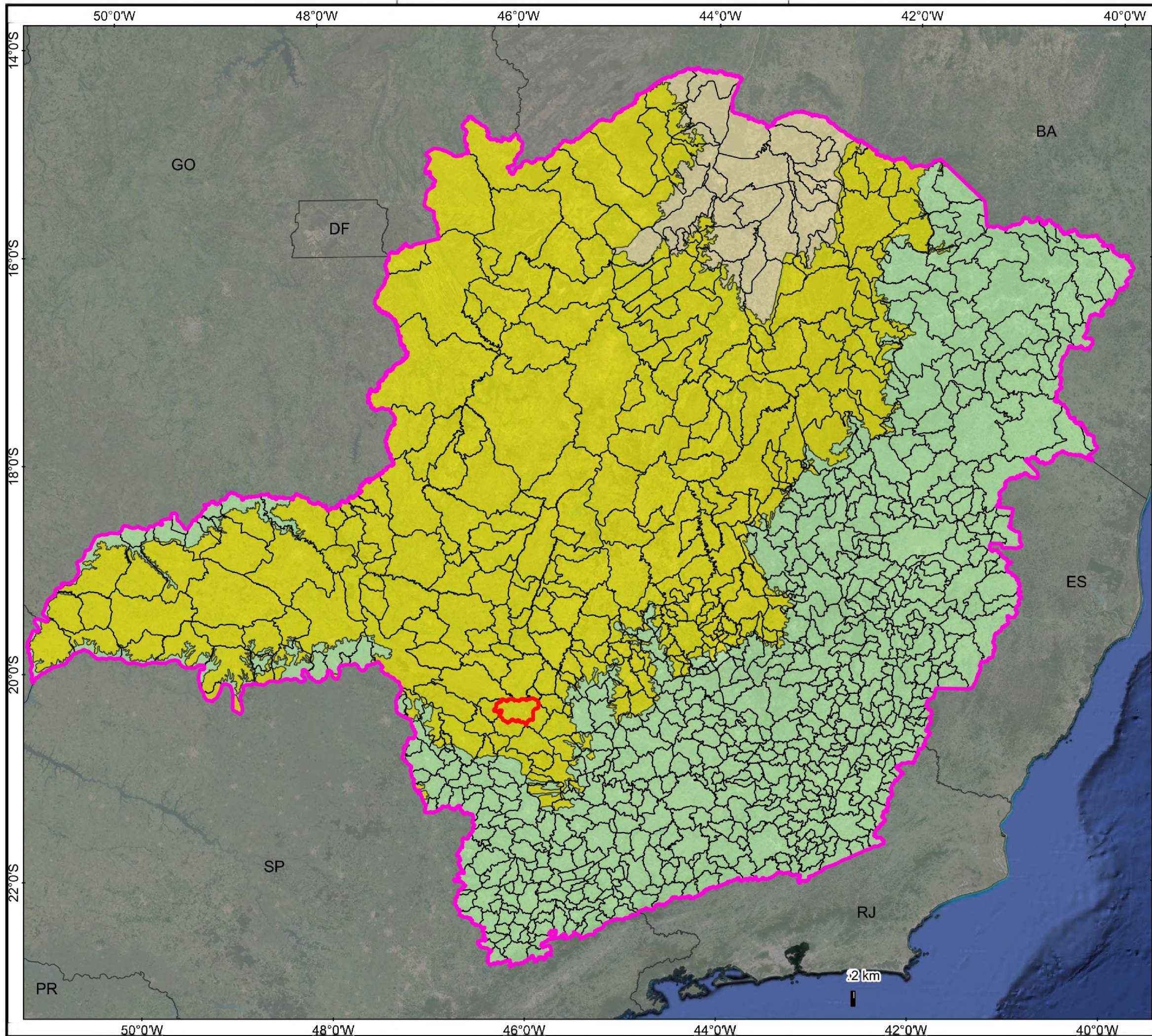
Figura 1 - Abrangência dos biomas brasileiros.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.



Os limites territoriais de Minas Gerais abrangem três biomas brasileiros, sendo estes o Cerrado (317.640 Km² em MG), a Mata Atlântica (236.763 Km² em MG) e a Caatinga (32.609 Km² em MG), conforme exposto pelo Mapa 14.



Mapa 14 - Biomas do estado de Minas Gerais.



Prefeitura Municipal de Piumhi - MG

Legenda

- Estado de Minas Gerais
- Perímetro municipal de Piumhi

Biomas em MG

- Cerrado (317.640 Km²)
- Mata Atlântica (236.763 Km²)
- Caatinga (32.609 Km²)

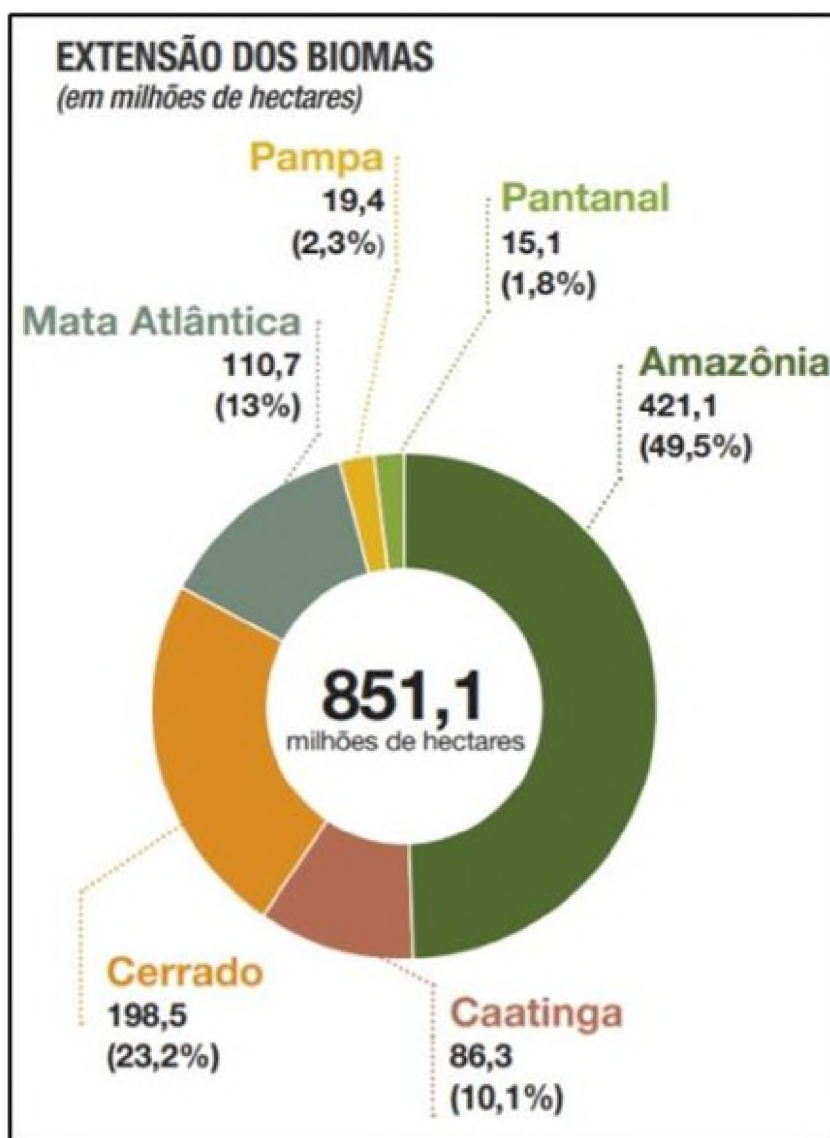


Diagnóstico Ambiental para Criação da APA na
Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras
Prefeitura de Piumhi - MG

Sistema de Coordenadas Geográficas
Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Elaborado em Jun., 2024.

O Bioma Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, ficando atrás somente do Bioma Amazônia, possuindo aproximadamente uma área de 2.000.000 km² de extensão territorial (IBGE, 2024). É considerado um dos mais importantes "hotspots" de biodiversidade mundial e possui um alto índice de endemismo (Klink e Machado, 2005) Gráfico 6.

Gráfico 6 - Extensão dos biomas brasileiros.



Fonte: MapBiomas, 2020. Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

A considerável heterogeneidade espacial do Cerrado, onde diferentes fitofisnomias se alternam na paisagem, está fortemente relacionada à variação dos solos e às suas características, como composição química, profundidade e tipo de drenagem, além da influência dos biomas fronteiriços (Walter, 2006).



Uma característica marcante do Bioma está na ocorrência e passagem de fogo. A ocorrência de incêndios no Cerrado representa uma perturbação ambiental que pode ser tanto natural quanto resultante de ações humanas. Naturalmente, os incêndios podem ser iniciados por raios que atingem material orgânico, servindo como combustível para a propagação do fogo na área. De maneira antrópica, o fogo é iniciado intencionalmente para abrir novas áreas ou limpar resíduos de plantios anteriores, aumentando a frequência e intensidade dos incêndios no Cerrado (Tansey, 2004).

As espécies arbóreas do Cerrado possuem adaptações morfológicas que lhes permitem sobreviver aos incêndios. Além disso, algumas sementes permanecem em estado dormente e só germinam após a passagem do fogo (Silva et al., 2013).

Esse Bioma apresenta um clima bem definido, com períodos de intensa chuva alternados com períodos de seca. A temperatura média anual no Cerrado varia entre 18°C e 23°C, com um índice pluviométrico anual em torno de 1.450 mm. Aproximadamente 80% das chuvas ocorrem entre os meses de setembro e abril (IBF, 2024).

O solo, caracterizado por um pH ácido e baixa disponibilidade de nutrientes, possui, entretanto, uma alta fertilidade natural. Essas são características típicas de um solo arenoso, que exibe uma cor avermelhada devido à elevada presença de óxidos de ferro (Walter, 2006). Sua vegetação cobre cerca de 22% do território brasileiro, equivalente a aproximadamente 203 milhões de hectares, e abriga cerca de 12.000 mil espécies de plantas, sendo 4.000 espécies endêmicas (IBF, 2024).

As árvores e plantas do Cerrado sobrevivem devido às suas raízes longas, que podem atingir profundidades de até 15 metros, permitindo-lhes acessar água nas camadas mais úmidas do solo durante as secas. Essas árvores têm ramos tortuosos e grossos, geralmente de pequeno porte, podendo alcançar até 20 metros de altura. Suas cascas são duras e espessas, e as folhas são cobertas por pelos (IBF, 2024).

Algumas das espécies mais representativas do Cerrado: araticum (*Annona coracea*), barbatimão (*Stryphnodendron adstringens*), copaíba (*Copaifera langsdorfii*), ipê-amarelo (*Tabebuia vellosii*), jenipapo (*Jenipa americana*), paineira-rosa (*Chorisia speciosa*), pata-de-vaca (*Bauhinia forficata*), pau-terra (*Qualea grandiflora*) e sibipiruna (*Caesalpinia Pluviosa*).

A fauna do Cerrado exibe uma alta diversidade, decorrente dos diferentes ecossistemas presentes no bioma. Atualmente, estima-se que o Cerrado abriga aproximadamente 837 espécies de aves, 180 espécies de répteis, 210 espécies de anfíbios,



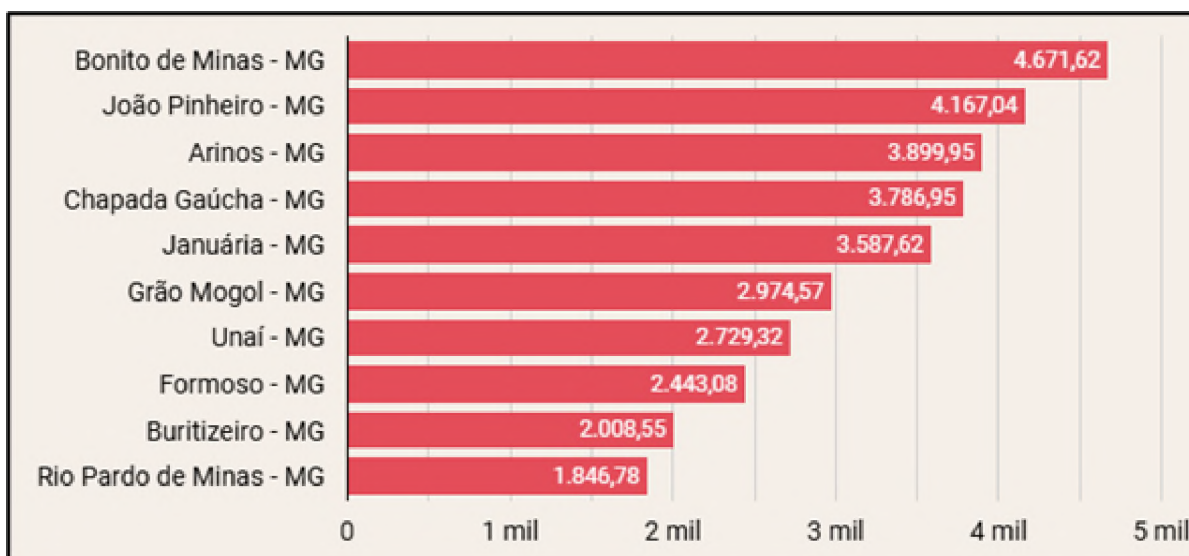
199 espécies de mamíferos e 1.200 espécies de peixes. O lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) é considerado o animal mais emblemático do Cerrado, sendo reconhecido como símbolo deste bioma.

Entretanto, segundo Machado (2008), há relatos constantes de novos registros de espécies de fauna e flora, sugerindo que esses números podem estar subestimados e que a biodiversidade do Cerrado seja maior do que as estimativas atuais indicam.

O desmatamento é um problema ambiental significativo no Brasil há muitas décadas. A supressão da vegetação nativa visa expandir áreas de produção (Santos, Ferreira e Ferreira, 2017). Segundo Pendrill et al. (2019), o desmatamento tem sido utilizado para abrir novas áreas destinadas à silvicultura, agricultura e pecuária, incluindo a criação de pastagens.

De acordo com a base de dados do Sistema de Alerta de Desmatamento do Cerrado (SAD - CERRADO), entre janeiro de 2023 e janeiro de 2024, foram registrados 13.879 alertas de desmatamento no Cerrado de Minas Gerais, totalizando 86.215 hectares desmatados. O Gráfico 7 a seguir mostra os municípios mineiros com as maiores taxas de desmatamento nesse período.

Gráfico 7 - Ranking dos municípios mineiros com as maiores taxas de desmatamento no ano de 2023.



Fonte: SAD-CERRADO, 2024. Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024



2.2.3 Metodologia: AER - Avaliação Ecológica Rápida

A Avaliação Ecológica Rápida (AER) é uma metodologia amplamente adotada em estudos ambientais, criada para coletar informações rápidas e precisas sobre a biodiversidade e a saúde ecológica de uma área específica. Este método se mostra particularmente útil em contextos onde há restrições de tempo e recursos, permitindo avaliações eficientes que orientam decisões urgentes de conservação e manejo ambiental (Sutherland et al., 2004).

A principal característica da AER é sua rapidez e o foco em indicadores ecológicos chave, que são representativos da saúde e biodiversidade do ecossistema. Esta abordagem multidisciplinar envolve especialistas de diversas áreas, como botânica, zoologia e ecologia, assegurando uma cobertura abrangente dos diferentes aspectos da biodiversidade. A flexibilidade da metodologia permite sua adaptação a variados tipos de ecossistemas e objetivos específicos de estudo, tornando-a uma ferramenta versátil e custo-efetiva (Gardner, 2006).

O processo da AER inicia-se com a definição clara dos objetivos da avaliação, a delimitação da área de estudo e a seleção dos indicadores ecológicos que serão monitorados. Isso garante que a coleta de dados seja direcionada e relevante para as necessidades específicas do estudo.

A coleta de dados em campo é uma etapa fundamental da AER e pode incluir técnicas como observação direta de espécies, uso de armadilhas fotográficas, amostragem de água e solo, e caminhadas em transectos, durante as quais são registradas as espécies encontradas (Oliveira et al., 2014). A diversidade de métodos permite uma compreensão ampla e detalhada da biodiversidade presente na área de estudo (Margules & Pressey, 2000).

Após a coleta, os dados são processados e analisados para identificar padrões, tendências e possíveis ameaças à biodiversidade. Essa análise é fundamental para a interpretação dos resultados e a formulação de recomendações para ações de conservação.

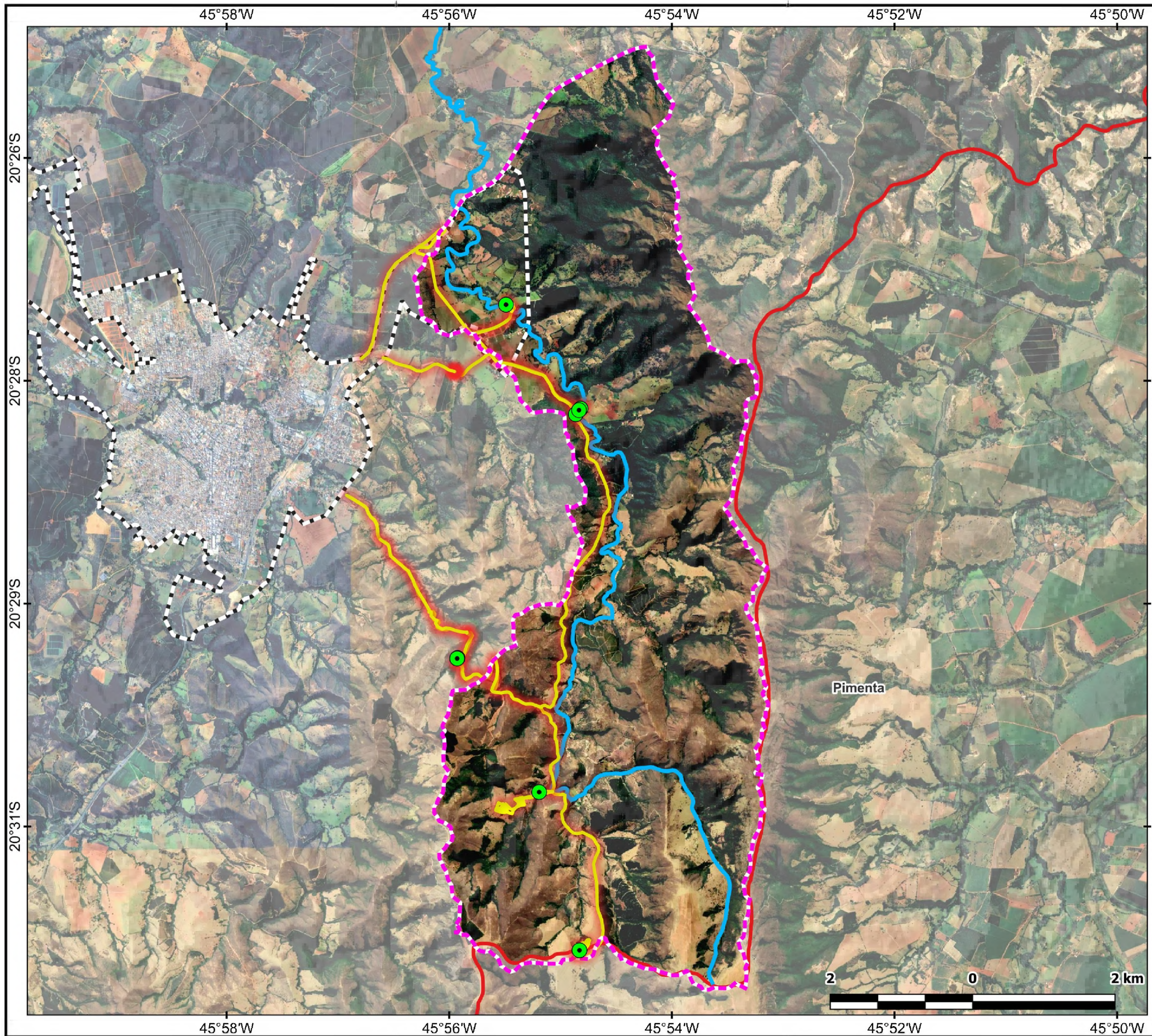
A etapa final da AER envolve a preparação de um relatório que sintetiza os achados e fornece recomendações práticas para a conservação ou manejo ambiental. Este relatório é essencial para a comunicação dos resultados aos tomadores de decisão e outras partes interessadas (Oliveira et al., 2011).



No Brasil, a AER tem sido amplamente utilizada em diversos contextos, incluindo avaliações de impacto ambiental, gestão de áreas protegidas e identificação de áreas prioritárias para conservação. Devido à vasta biodiversidade e aos diferentes biomas presentes no país, a aplicação da AER permite uma avaliação eficiente e rápida das condições ecológicas, fornecendo dados cruciais para a tomada de decisões informadas (Rodrigues & Martins, 2007).

Em estudos específicos, como o realizado na Bacia do Ribeirão Araras, foram implementados transectos em diferentes trechos da área de estudo, visando abranger as particularidades de cada parte da bacia. O levantamento considerou as características qualitativas da área, identificando as espécies presentes em seus limites. Os transectos foram percorridos em velocidade reduzida, permitindo que os responsáveis pelo levantamento se familiarizassem com o ambiente e aguçassem seu olhar técnico.

Durante as incursões nos transectos, foram coletadas coordenadas geográficas dos indivíduos e realizada documentação fotográfica. Os transectos, apresentados no Mapa 15, foram conduzidos entre 29 de abril e 3 de maio de 2024, totalizando um esforço amostral de 40 horas, distribuídas ao longo de diferentes horários do dia.



Mapa 15 - Transectos – Levantamento de Fauna e Flora.



Prefeitura Municipal de Piumhi - MG

Legenda

- Área em Estudo
- Perímetro Urbano
- Limite Municipal de Piumhi
- Ribeirão das Araras
- Transectos
- Localização das câmeras trap



Diagnóstico Ambiental para Criação da APA na
Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras
Prefeitura de Piumhi - MG

Sistema de Coordenadas Geográficas
Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Elaborado em Jun., 2024.



Este método envolve caminhadas ao longo de transectos, durante as quais as espécies encontradas são meticulosamente registradas, conforme descrito por Oliveira et al. (2014). Os dados coletados incluem informações sobre identificação taxonômica, presença de espécies invasoras, endemismo, status de natividade e risco de extinção. Foram avaliados os quatro grandes grupos: avifauna, herpetofauna, entomofauna e mastofauna.

No contexto específico da pesquisa realizada na Bacia do Ribeirão Araras, foram implementados transectos em diversos trechos para capturar as características singulares de cada região, utilizando-se câmeras *trap* com isca (ceva) (Figura 2 e Figura 3, busca ativa e *playbacks*).

Figura 2 - Câmera *trap*



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Figura 3 - Ceva, atrativo alimentar e sensorial



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Figura 4 - Playback.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.



AER contribui significativamente para a obtenção de resultados representativos da saúde e biodiversidade de um ecossistema, ao focar em indicadores-chave e realizar avaliações abrangentes e integradas. Através dessa técnica, é possível elaborar diversos tipos de relatórios, incluindo avaliações de impacto ambiental, monitoramento de biodiversidade e identificação de áreas prioritárias para conservação. Esses relatórios são essenciais para a formulação de políticas públicas, gestão de áreas protegidas e implementação de estratégias de conservação eficazes (Mace et al., 2000).

A identificação taxonômica das espécies foi conduzida com base em bibliografias específicas de levantamentos de fauna na região do município de Piumhi.

A avaliação do risco de extinção foi realizada utilizando a *Red List* da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), a Portaria do Ministério do Meio Ambiente nº 148/2022 e a Lista Histórica do Grau de Ameaças das Espécies de Fauna e Flora de Minas Gerais do Sistema de Informação Sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBr). As espécies exóticas foram identificadas com base em bibliografias específicas disponíveis.

2.2.4 Flora

A) Resultados do Levantamento

O presente relatório técnico apresenta os resultados do levantamento de flora e avaliação da vegetação realizados na Bacia do Ribeirão Araras, localizada em Piumhi-MG, especificamente a montante MG-050, abrangendo uma área de 4.353,707 hectares. Considerando a localização do município de Piumhi, importante ressaltar que o mesmo se situa em uma região de ecótono entre o Cerrado e a Mata Atlântica, podendo ocorrer espécies de ambos os biomas.

A Bacia do Ribeirão Araras é uma região de relevância ecológica e econômica. Este estudo visa apresentar os resultados do diagnóstico detalhado da flora local, identificando a biodiversidade presente e os impactos antropogênicos na vegetação da área.



B) Lista de Espécies de Flora

Com base na metodologia previamente descrita e na área de estudo detalhada anteriormente, procedeu-se com a identificação e catalogação das espécies vegetais presentes na região.

Ressaltando a informação para melhor entendimento dos resultados: espécies nativas são aquelas que ocorrem naturalmente em uma região específica, sem intervenção humana; espécies naturalizadas são aquelas que, embora não sejam nativas de uma região, conseguiram se estabelecer e se reproduzir de forma sustentável no novo ambiente, sem a necessidade de intervenção humana contínua; espécies cultivadas são aquelas plantadas e mantidas pelo ser humano para diversos fins, como alimentação, ornamentação, medicina e paisagismo.

A seguir, a Tabela 2 apresenta a lista das espécies encontradas durante o levantamento florístico por dados primários e a nível de complementação, espécies por dados secundários obtida a partir de consultas realizadas em levantamentos de flora no município de Piumhi e disponível no Herbário Virtual do REFLORA – Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Tabela 2 - Espécies identificadas por dados primários.

Nome Popular	Nome Científico	Família Botânica	Origem	Endemismo	Risco de Extinção (IUCN Red List)	Risco de Extinção (Portaria MMA nº148/2022)	Lista Histórica de Espécies em Extinção em MG 1995 - 2010 (SIBBR)	Coordenadas UTM (E, N)
Abiu-da-várzea	<i>Banisteriopsis muricata</i>	Malpighiaceae	Nativa	Não endêmica	Não consta	Não consta	Não consta	404020 E, 7731132 N
Açoita-cavalo	<i>Luehea divaricata</i>	Malvaceae	Nativa	Não endêmica	DD	Não consta	Não consta	404867 E, 7736670 N
Angico-branco	<i>Anadenanthera colubrina</i>	Fabaceae	Nativa	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta	403146 E, 7733187 N
Araticum	<i>Annona crassiflora</i>	Annonaceae	Nativa	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta	404945 E, 7728917 N
Artemisia	<i>Artemisia verlotiorum</i>	Asteraceae	Naturalizada	Não endêmica	Não consta	Não consta	Não consta	403774 E, 7731034 N
Bacupari	<i>Garcinia gardneriana</i>	Clusiaceae	Nativa	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta	404958 E, 7728931 N
Bambú	<i>Bambusa sp.</i>	Poaceae	Naturalizada	Não endêmica	Não consta	Não consta	Não consta	404121 E, 7731143 N
Barbatimão	<i>Stryphnodendron adstringens</i>	Fabaceae	Nativa	Endêmica do Brasil	Não consta	Não consta	Não consta	403992 E, 7731084 N
Bolsa-de-pastor	<i>Zeyheria montana</i>	Bignoniaceae	Nativa	Endêmica do Brasil	Não consta	Não consta	Não consta	403779 E, 7731021 N
Cafézinho	<i>Rhamnidium elaeocarpum</i>	Rhamnaceae	Nativa	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta	404831 E, 7736916 N
Cambará	<i>Lantana camara</i>	Verbenaceae	Naturalizada	Não endêmica	Não consta	Não consta	Não consta	404184 E, 7731121 N
Canela-jacú	<i>Nectandra reticulata</i>	Lauraceae	Nativa	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta	403154 E, 7733189 N
Capim	<i>Lasiacis sp.</i>	Poaceae	Nativa	Não endêmica	Não consta	Não consta	Não consta	404807 E, 7736905 N
Carrapicho	<i>Triumfetta semitri-loba</i>	Malvaceae	Nativa	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta	403183 E, 7733132 N
Copaíba	<i>Copaifera langsdorffii</i>	Fabaceae	Nativa	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta	404838 E, 7736922 N
Fruta-de-macaco	<i>Posoqueria latifolia</i>	Rubiaceae	Nativa	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta	403067 E, 7733157 N



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Nome Popular	Nome Científico	Família Botânica	Origem	Endemismo	Risco de Extinção (IUCN Red List)	Risco de Extinção (Portaria MMA nº148/2022)	Lista Histórica de Espécies em Extinção em MG 1995 - 2010 (SIBBR)	Coordenadas UTM (E, N)
Gauçatonga	<i>Casearia sylvestris</i>	Salicaceae	Nativa	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta	403164 E, 7733183 N
Goiabeira	<i>Psidium guajava</i>	Myrtaceae	Naturalizada	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta	403803 E, 7730959 N
Goiabinha	<i>Psidium guineense</i>	Myrtaceae	Nativa	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta	403807 E, 7730960 N
Guabiroba	<i>Campomanesia adamantium</i>	Myrtaceae	Nativa	Não endêmica	Não consta	Não consta	Não consta	403727 E, 7730954 N
Guamirim	<i>Myrcia splendens</i>	Myrtaceae	Nativa	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta	404062 E, 7731127 N
Guaxuma	<i>Malvastrum coromandelianum</i>	Malvaceae	Nativa	Não endêmica	Não consta	Não consta	Não consta	404166 E, 7731140 N
Imbé/Filodendro	<i>Philodendron sp.</i>	Araceae	Nativa	Não endêmica	Não consta	Não consta	Não consta	404949 E, 7728918 N
Ingá	<i>Inga sp.</i>	Fabaceae	Nativa	Não endêmica	Não consta	Não consta	Não consta	403999 E, 7731057 N
Jaborandi-falso	<i>Piper aduncum</i>	Piperaceae	Nativa	Não endêmica	Não consta	Não consta	Não consta	404022 E, 7731103 N
Jambolão	<i>Syzygium cumini</i>	Myrtaceae	Naturalizada	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta	404828 E, 7736905 N
Jenipapo	<i>Genipa americana</i>	Rubiaceae	Nativa	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta	403151 E, 7733183 N
Joá-bravo	<i>Solanum viarum</i>	Solanaceae	Nativa	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta	404028 E, 7731113 N
Jurubeba	<i>Solanum paniculatum</i>	Solanaceae	Nativa	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta	403132 E, 7733170 N
Limão-bravo	<i>Siparuna guianensis</i>	Siparunaceae	Nativa	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta	403818 E, 7730963 N
Língua-de-vaca	<i>Vernonanthura tweediana</i>	Asteraceae	Nativa	Não endêmica	Não consta	Não consta	Não consta	403794 E, 7730943 N
Malva-branca	<i>Sida cordifolia</i>	Malvaceae	Nativa	Não endêmica	Não consta	Não consta	Não consta	404027 E, 7731117 N
Mangueira	<i>Mangifera indica</i>	Anacardiaceae	Cultivada	Não endêmica	DD	Não consta	Não consta	404805 E, 7736902 N



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Nome Popular	Nome Científico	Família Botânica	Origem	Endemismo	Risco de Extinção (IUCN Red List)	Risco de Extinção (Portaria MMA nº148/2022)	Lista Histórica de Espécies em Extinção em MG 1995 - 2010 (SIBBR)	Coordenadas UTM (E, N)
Marmelo-do-mato	<i>Cordia sessilis</i>	Rubiaceae	Nativa	Não endêmica	Não consta	Não consta	Não consta	404836 E, 7736923 N
Mentrasto	<i>Ageratum conyzoides</i>	Asteraceae	Nativa	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta	404063 E, 7731115 N
Micônia	<i>Miconia sp.</i>	Melastomataceae	Nativa	Não endêmica	Não consta	Não consta	Não consta	404929 E, 7728918 N
Murici	<i>Byrsonima sp.</i>	Malpighiaceae	Nativa	Não endêmica	Não consta	Não consta	Não consta	403797 E, 7730948 N
Pata-de-vaca	<i>Bauhinia fortificata</i>	Fabaceae	Nativa	Não endêmica	Não consta	Não consta	Não consta	403154 E, 7733189 N
Pau-terra	<i>Qualea grandiflora</i>	Vochysiaceae	Nativa	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta	404900 E, 7728902 N
Piteira	<i>Furcraea foetida</i>	Asparagaceae	Naturalizada	Não endêmica	Não consta	Não consta	Não consta	404809 E, 7736928 N
Quaresmeira	<i>Tibouchina granulosa</i>	Melastomataceae	Nativa	Não endêmica	Não consta	Não consta	Não consta	403128 E, 7733175 N
Sapateiro	<i>Pera glabrata</i>	Peraceae	Nativa	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta	404906 E, 7728898 N
-	<i>Gleichenella sp.</i>	Gleicheniaceae	Nativa	Não endêmica	Não consta	Não consta	Não consta	403144 E, 7733171 N
-	<i>Cyathula sp.</i>	Amaranthaceae	Nativa	Não endêmica	Não consta	Não consta	Não consta	404813 E, 7736922 N
-	<i>Ocotea sp.</i>	Lauraceae	Nativa	Não endêmica	Não consta	Não consta	Não consta	404830 E, 7736905 N
-	<i>Xylopia sp.</i>	Annonaceae	Nativa	Não endêmica	Não consta	Não consta	Não consta	404778 E, 7736967 N
-	<i>Buddleja sp.</i>	Scrophulariaceae	Nativa	Não endêmica	Não consta	Não consta	Não consta	403833 E, 7730946 N
-	<i>Pluchea sp.</i>	Asteraceae	Nativa	Não endêmica	Não consta	Não consta	Não consta	403798 E, 7730953 N

Onde: DD – Dados Deficientes; LC – Menos Preocupante, de acordo com a IUCN. Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Tabela 3 - Espécies identificadas por dados secundários.

Nome Popular	Nome Científico	Família Botânica	Nativa ou Exótica	Endemismo
Perpétua-do-mato	<i>Gomphrena prostrata</i>	Amaranthaceae	Nativa	Endêmica do Brasil
Peito-de-pomba	<i>Tapirira obtusa</i>	Anacardiaceae	Nativa	Não endêmica
Mandiocão-do-cerrado	<i>Didymopanax macrocarpum</i>	Araliaceae	Nativa	Endêmica do Brasil
Vassourinha	<i>Aldama kunthiana</i>	Asteraceae	Nativa	Endêmica do Brasil
Picão	<i>Bidens squarrosa</i>	Asteraceae	Naturalizada	Não endêmica
Losna	<i>Calea clauseniana</i>	Asteraceae	Nativa	Endêmica do Brasil
Vassourão	<i>Chrysolaena simplex</i>	Asteraceae	Nativa	Não endêmica
-	<i>Grazielia dimorpholepis</i>	Asteraceae	Nativa	Endêmica do Brasil
Leitosinha	<i>Euphorbia potentilloides</i>	Euphorbiaceae	Nativa	Não endêmica
Barbatimão-branco	<i>Chaetocalyx nigricans</i>	Fabaceae	Nativa	Não endêmica
Faveiro	<i>Platypodium elegans</i>	Fabaceae	Nativa	Não endêmica
Unha-de-gato	<i>Senegalia tenuifolia</i>	Fabaceae	Nativa	Não endêmica
Hortelã-do-mato	<i>Hypenia reticulata</i>	Lamiaceae	Nativa	Não endêmica
Alecrim-do-campo	<i>Hyptidendron canum</i>	Lamiaceae	Nativa	Não endêmica
Canela-do-brejo	<i>Ocotea pulchella</i>	Lauraceae	Nativa	Não endêmica
Azedinha	<i>Oxalis umbraticola</i>	Oxalidaceae	Nativa	Endêmica do Brasil
Fruto-de-morcego	<i>Piper arboreum</i>	Piperaceae	Nativa	Não endêmica



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Nome Popular	Nome Científico	Família Botânica	Nativa ou Exótica	Endemismo
Capim-branco	<i>Axonopus brasiliensis</i>	Poaceae	Nativa	Não endêmica
Capinzinho-cidreira	<i>Elionurus muticus</i>	Poaceae	Nativa	Não endêmica
Jaboticaba-de-cipó	<i>Monnina tristaniana</i>	Polygalaceae	Nativa	Não endêmica
Fruta-de-tucano	<i>Vochysia cinnamomea</i>	Vochysiaceae	Nativa	Não endêmica
Pau-sangue	<i>Terminalia glabrescens</i>	Combretaceae	Nativa	Não endêmica
Cipó-timbó	<i>Tanaecium dichotomum</i>	Bignoniaceae	Nativa	Não endêmica
Jacarandá	<i>Jacaranda caroba</i>	Bignoniaceae	Nativa	Endêmica do Brasil
Cipó-uva	<i>Arrabidaea triplinervia</i>	Bignoniaceae	Nativa	Não endêmica
Sete-sangrias	<i>Cuphea thymoides</i>	Lythraceae	Nativa	Não endêmica
Pariparoba	<i>Diplopterys pubipetala</i>	Malpighiaceae	Nativa	Não endêmica
Princesa	<i>Miconia affinis</i>	Melastomataceae	Nativa	Não endêmica
Jacatirão	<i>Microlicia euphorbioides</i>	Melastomataceae	Nativa	Endêmica do Brasil
Canjerana	<i>Cabrlea carjerana</i>	Meliaceae	Nativa	Endêmica do Brasil
Gramma-das-pedras	<i>Paspalum pectinatum</i>	Poaceae	Nativa	Não endêmica
Barba-de-são-joão	<i>Senega paniculata</i>	Polygalaceae	Nativa	Endêmica do Brasil
Capororoca-do-cerrado	<i>Myrsine monticola</i>	Primulaceae	Nativa	Endêmica do Brasil
Cruzeiro	<i>Declieuxia cordigera</i>	Rubiaceae	Nativa	Endêmica do Brasil
Cipó-timbó	<i>Sejania lethalis</i>	Sapindaceae	Nativa	Não endêmica



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Nome Popular	Nome Científico	Família Botânica	Nativa ou Exótica	Endemismo
Fedegoso	<i>Cestrum corymbosum</i>	Solanaceae	Nativa	Endêmica do Brasil
Pau-de-santa-rita	<i>Laplacea fruticosa</i>	Theaceae	Nativa	Não endêmica
Alecrim-do-cerrado	<i>Lippia lupulina</i>	Verbenaceae	Nativa	Não endêmica
Guajarana	<i>Lippia stachyoides</i>	Verbenaceae	Nativa	Endêmica do Brasil
Velame	<i>Merremia digitata</i>	Convolvulaceae	Nativa	Não endêmica
Capim-baleia	<i>Bulbostylis junciformis</i>	Cyperaceae	Nativa	Não endêmica
Casadinha	<i>Gaylussacia reticulata</i>	Ericaceae	Nativa	Endêmica do Brasil
Capim-vassoura	<i>Cerradicola boavista</i>	Fabaceae	Nativa	Não endêmica

Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.



C) Discussão dos Resultados de Flora

Durante o levantamento, foram encontradas duas espécies endêmicas do Brasil: Barbatimão (*Stryphnodendron adstringens*) e Bolsa-de-pastor (*Zeyheria montana*). A preservação destas espécies é de extrema importância, pois elas desempenham papéis ecológicos específicos e contribuem para a biodiversidade única do país. O Barbatimão, por exemplo, é conhecido por suas propriedades medicinais e é amplamente utilizado na medicina tradicional. Já a Bolsa-de-pastor, além de sua relevância ecológica, também possui valor ornamental.

Os indivíduos que mais ocorreram de acordo com a percepção visual dos técnicos foram: a Quaresmeira (*Tibouchina granulosa*), o Araticum (*Annona crassiflora*), o Açoita-cavalo (*Luehea divaricata*) e a Pata-de-vaca (*Bauhinia forticata*).

A Quaresmeira é conhecida por suas belas flores roxas e sua importância como planta ornamental e medicinal. O Araticum, além de suas frutas comestíveis, é relevante para a fauna local, que se alimenta de seus frutos. A Pata-de-vaca, por sua vez, é utilizada na medicina popular. As flores do Açoita-cavalo produzem néctar, que é uma fonte de alimento para pássaros nectarívoros, como observado pelo registro fotográfico na Figura 5.

Figura 5 - Ave se alimentando em flor de açoita-cavalo (*Luehea divaricata*).



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Em relação as espécies exóticas, durante a realização dos transectos foram identificados alguns indivíduos de *Eucalyptus* sp., provavelmente originários dos plantios de monocultura desta espécie que também ocorre na área, bem como presença de gramíneas invasoras.

A área de estudo encontra-se altamente alterada por ações antrópicas, o que tem gerado significativas mudanças na composição e estrutura da vegetação local. Tais intervenções humanas incluem a pecuária e atividades agrícolas, resultando na fragmentação dos habitats naturais e na limitação das espécies à suas áreas de ocorrência originais. Este cenário evidencia a urgência de medidas de conservação para mitigar os impactos negativos e promover a recuperação da biodiversidade.

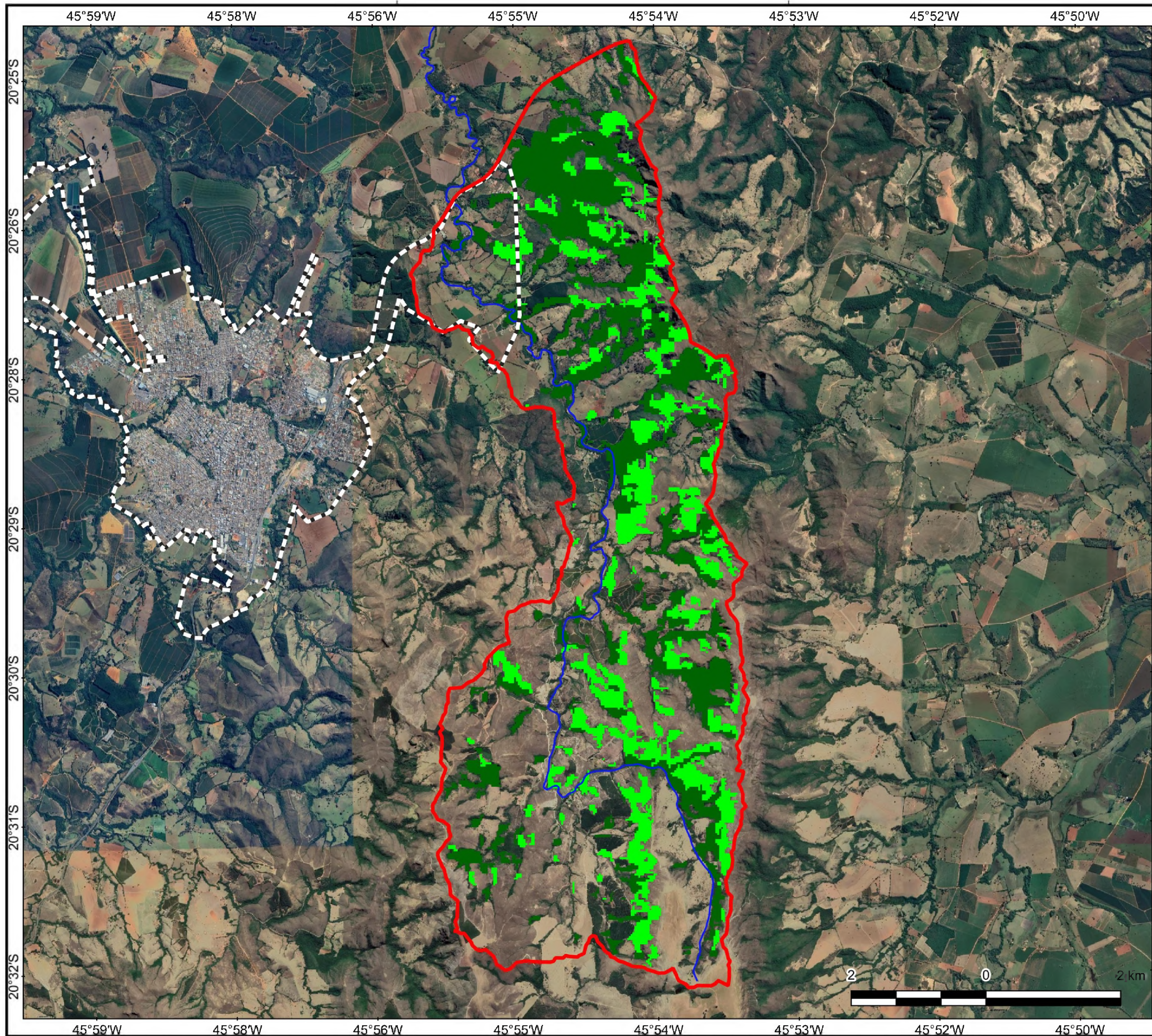
De acordo com as localizações dos levantamentos realizados, observou-se que os fragmentos de vegetação existentes restringem as espécies a suas áreas de ocorrência. Essa fragmentação reduz a conectividade entre habitats, dificultando a



dispersão e a troca genética entre populações de plantas, o que pode comprometer a viabilidade a longo prazo das espécies locais.

Os fragmentos florestais presentes contêm espécies que não são compartilhadas entre si. Tal fato sugere uma ausência de fluxo gênico entre os fragmentos e indica que a dispersão das espécies não ocorre de forma adequada, reduzindo a ocorrência de indivíduos de diferentes espécies. Além disso, essa informação evidencia a falta de conectividade entre os fragmentos florestais.

O Mapa 16 ilustra os fragmentos florestais da área de estudo.



Mapa 16 - Fragmentos florestais da área de estudo.



Prefeitura Municipal de Piumhi - MG

Legenda

- Área em estudo
- Perímetro urbano
- Ribeirão Araras

Fragmentos Florestais

- Formação Florestal
- Formação Savânica



Diagnóstico Ambiental para Criação da APA na
Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras
Prefeitura de Piumhi - MG

Sistema de Coordenadas Geográficas
Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Elaborado em Jun., 2024.



Na atualidade mundial, a fragmentação florestal tem ganhado espaço nas discussões relacionadas a proteção da biodiversidade, devido aos seus impactos ambientais significativos que afetam grandes regiões (Ramezani e Ramezani, 2021). Estudos alertam para os impactos ambientais negativos deste processo Figura 6.

Figura 6 - Registro de fragmentos florestais próximos sem conexão.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Uma das consequências adversas associadas à fragmentação florestal é conhecida como efeito de borda, caracterizado pela exposição da vegetação que limita o fragmento. Esse fenômeno está diretamente correlacionado com o tamanho e a forma do fragmento, sendo definido como a região de transição entre a área ocupada e o interior do fragmento (Krishnadas e Stump, 2021) Figura 7.

Figura 7 - Registro fotográfico de fragmento isolado.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

A formação do efeito de borda é influenciada pela extensão total da área de contato do fragmento com o ambiente externo, que frequentemente consiste em áreas antropizadas. Isso implica variações conforme o perímetro do fragmento e a distância entre os fragmentos adjacentes (Cunha et al., 2021).

Quanto menor o perímetro do fragmento florestal, maior é o efeito de borda, devido ao aumento da área de contato entre a borda e o ambiente externo. Esta condição desencadeia um efeito cascata nas árvores mais próximas à borda, expondo-as a condições climáticas adversas e comprometendo sua capacidade de sobrevivência (Carvalho, Júnior e Ferreira. 2009).

Em relação as atividades pecuaristas, a expansão de pastagens é uma das principais causas de degradação ambiental em paisagens naturais. A transformação de ecossistemas nativos em áreas de pastagem leva à perda significativa de habitats naturais, resultando em diversos impactos ecológicos negativos.

Este processo de conversão geralmente envolve o desmatamento e a remoção da vegetação nativa, o que provoca uma série de consequências adversas para a biodiversidade e o funcionamento dos ecossistemas (Nabinger, Dall'agnol e Carvalho, 2006). O uso intensivo de pecuária e pastagens foi evidente na área de estudo, com a presença de gado até mesmo nas estradas rurais Figura 8.

Figura 8 - Presença de gado em estrada rural na área de estudo.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Em vez de uma matriz diversificada de espécies vegetais, as pastagens são dominadas por poucas espécies de gramíneas cultivadas, o que reduz a heterogeneidade ambiental necessária para sustentar uma diversidade de espécies de fauna e flora. Esta simplificação ecológica pode levar à perda de espécies endêmicas e especializadas que dependem de habitats específicos encontrados em paisagens naturais (Wüst, Tagliani e Concato, 2015)

A redução da biodiversidade é uma consequência direta da conversão de áreas naturais em pastagens. As espécies que não conseguem se adaptar às novas

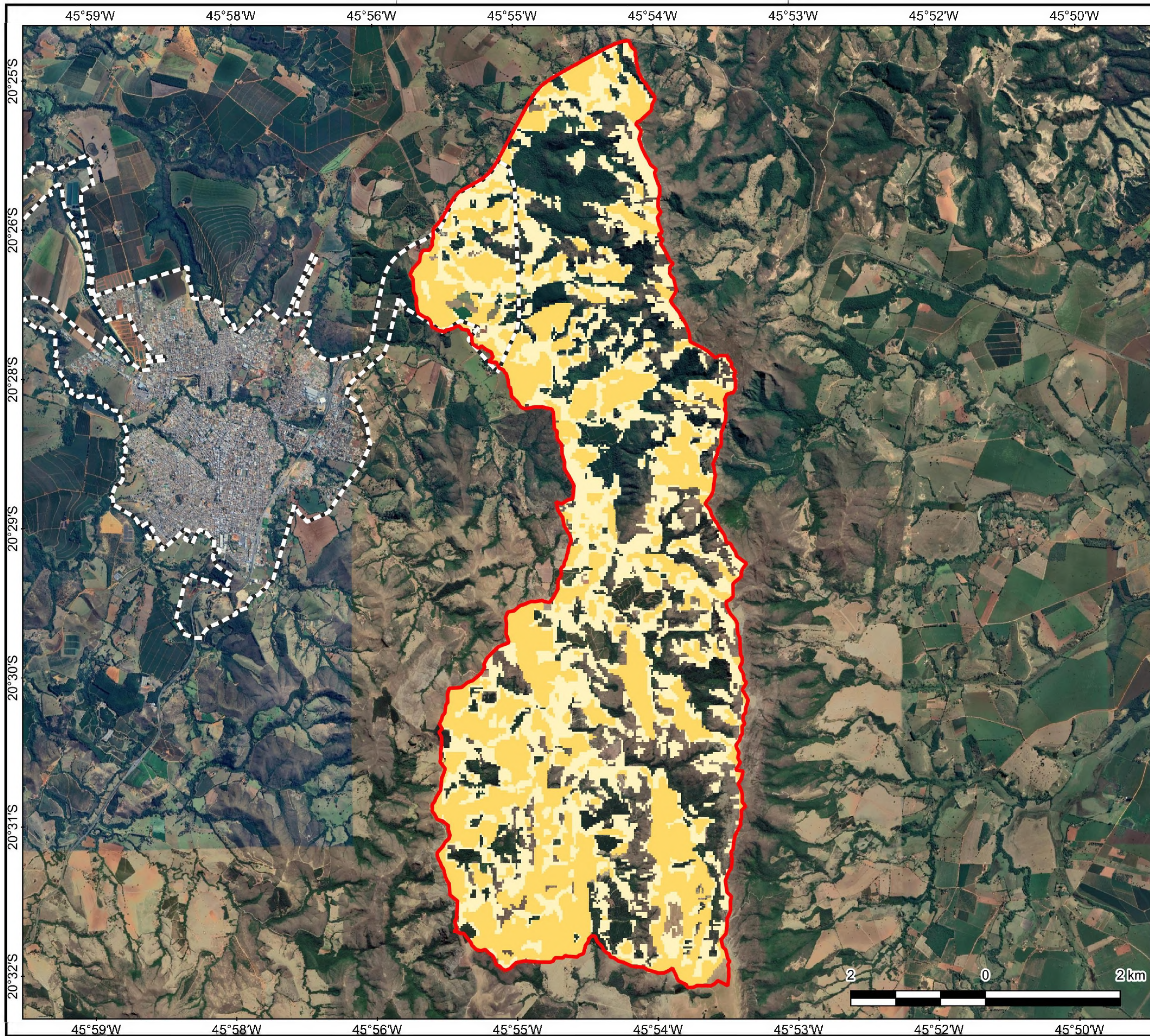
condições impostas pelas pastagens são forçadas a migrar, se adaptar ou enfrentar a extinção. A perda de biodiversidade não só afeta a fauna e flora locais, mas também compromete serviços ecossistêmicos essenciais, como a polinização, controle de pragas, ciclagem de nutrientes e resiliência a mudanças climáticas (Macedo, 2005) Figura 9.

Figura 9 - Registro fotográfico de pastagem (a frente) e monocultura de Eucalyptus sp. fundo).



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

De acordo com o MapBiomas (2024) e visitas *in loco*, a área de estudo é majoritariamente formada por pastagens e mosaico de agricultura com pastagens como mostra o Mapa 17.



Mapa 17 - Áreas de pastagens.



Prefeitura Municipal de Piumhi - MG

Legenda

Área em estudo

Perímetro urbano

Cobertura do Solo

Pastagem

Mosaico de Agricultura e Pastagem



Diagnóstico Ambiental para Criação da APA na
Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras
Prefeitura de Piumhi - MG

Sistema de Coordenadas Geográficas
Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Elaborado em Jun., 2024.





D) Espécies Indicadoras Quanto ao Estágio Sucessional e Estado De Conservação

A identificação das espécies de vegetação nativa é essencial para compreender a composição e a dinâmica das comunidades naturais. Cada comunidade natural é caracterizada por um conjunto específico de espécies, cuja identificação é fundamental para a classificação ecológica da área (Kageyama e Gandara, 2003). Além disso, a presença de determinadas espécies fornece informações valiosas sobre o estágio sucessional da comunidade, indicando se o ecossistema está em fase pioneira, secundária ou clímax (Begon, Harper e Townsend, 2007).

Outro aspecto relevante do levantamento é a avaliação do estado de conservação das comunidades naturais. Espécies indicadoras podem revelar condições de degradação ou conservação, auxiliando na identificação de áreas que necessitam de intervenções para restauração ou preservação (Melo et al., 2007). A partir da análise detalhada da flora e das condições ambientais, torna-se possível desenvolver recomendações específicas para o manejo sustentável da área de estudo, garantindo a proteção da biodiversidade e a manutenção dos serviços ecossistêmicos (Primack e Rodrigues, 2001).

Espécies pioneiras, secundárias iniciais e tardias, e espécies clímax são categorias ecológicas que descrevem diferentes estágios de sucessão ecológica em um ecossistema. As espécies pioneiras são as primeiras a colonizar áreas recém-disturbadas ou ambientes inóspitos. Estas espécies são geralmente caracterizadas por sua capacidade de crescer rapidamente, tolerar condições ambientais adversas e se reproduzir com eficiência. Elas desempenham um papel fundamental na preparação do solo para espécies subsequentes, contribuindo para a melhoria das condições ambientais, como a estabilização do solo e o aumento da matéria orgânica (Duboc, 2004).

As espécies secundárias iniciais e tardias surgem após a instalação das pioneiras, à medida que o ambiente se torna mais hospitaleiro. As espécies secundárias iniciais são adaptadas a um ambiente ainda em transição, e possuem uma competitividade moderada e uma taxa de crescimento relativamente rápida. Já as espécies secundárias tardias possuem um crescimento mais lento e são mais competitivas, se estabelecendo quando o ecossistema está próximo de alcançar seu estado clímax (Duboc, 2004).



As espécies clímax representam o estágio final da sucessão ecológica, caracterizado por uma comunidade estável. Estas espécies são altamente especializadas e adaptadas às condições ambientais estabilizadas, formando um ecossistema equilibrado e diverso (Duboc, 2004).

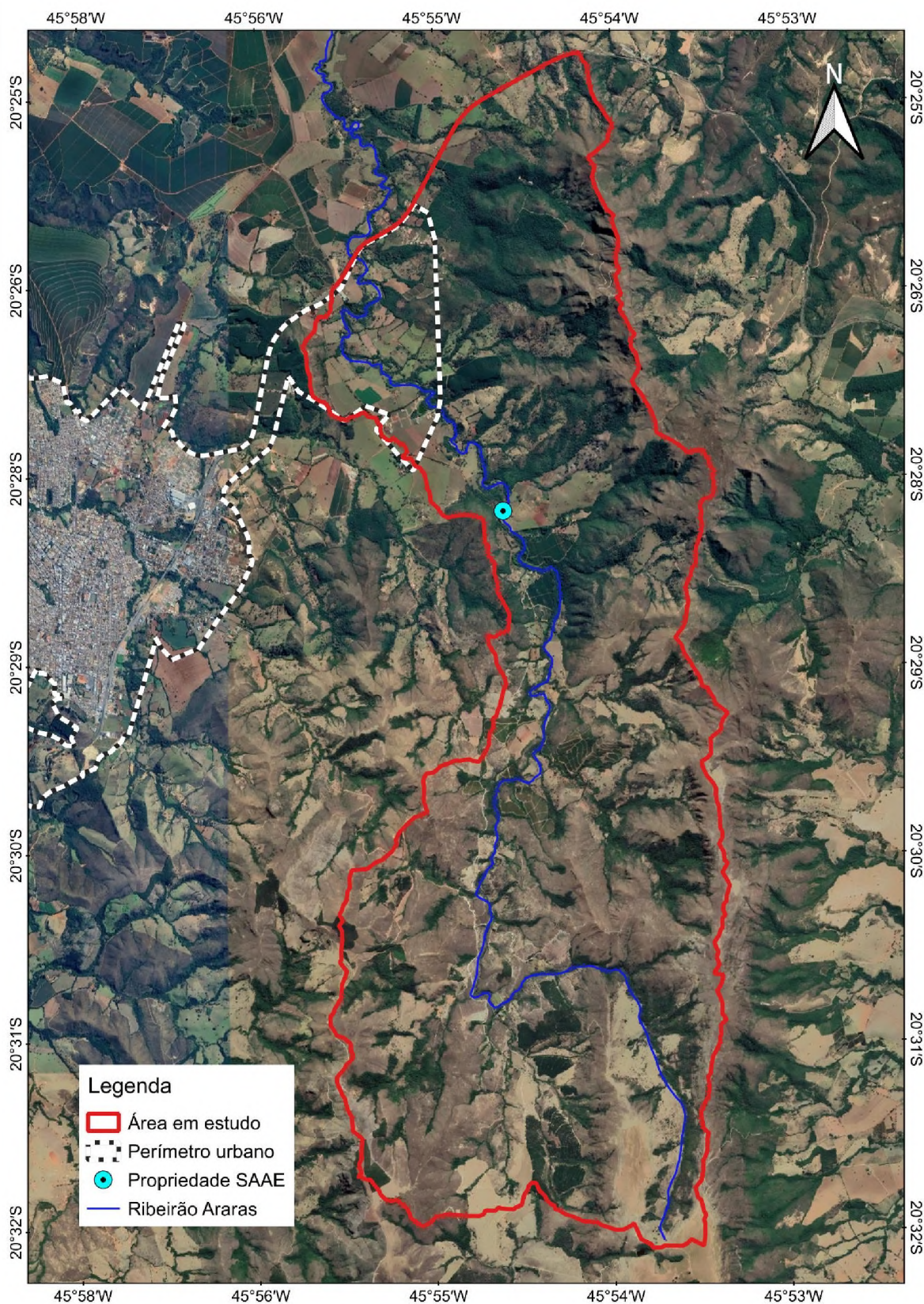
A vegetação primária refere-se à cobertura vegetal que se desenvolveu em uma área que não foi significativamente alterada por atividades humanas ou eventos naturais de grande escala. Esta vegetação representa o estado mais próximo do que seria o ecossistema natural e intacto da região, contendo uma grande diversidade de espécies e apresentando uma estrutura complexa (Gonçalves et al., 2019).

Enquanto a vegetação secundária se desenvolve em áreas que foram anteriormente perturbadas, seja por atividades humanas como agricultura, pastagem ou exploração madeireira, ou por eventos naturais como incêndios ou tempestades. Após o distúrbio, a sucessão ecológica inicia-se novamente, levando à formação de uma nova comunidade vegetal que difere da original. A vegetação secundária tende a ser menos diversa do que a vegetação primária e pode incluir uma maior proporção de espécies pioneiras e secundárias iniciais (Gonçalves et al., 2019).

De acordo com o levantamento realizado as margens do Ribeirão Araras, mais precisamente na propriedade do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Piumhi (SAAE), é possível fazer algumas inferências sobre os resultados. A Figura 10 expõe a localização da propriedade do SAAE.



Figura 10 - Localização da Propriedade do SAAE - Piumhi.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Dentre as espécies identificadas nesta área em específico, destaca-se a presença da copaíba (*Copaifera langsdorffii*). As opiniões sobre a classificação desta espécie variam: Durigan e Nogueira (1990) a identificam como uma espécie secundária tardia, enquanto Motta et al. (1997) e Pinto (1997) a consideram uma espécie clímax, sendo Pinto (1997) mais específico ao classificá-la como clímax tolerante à sombra.

Com base na discussão dos autores, a presença desta espécie indica o estabelecimento de indivíduos dos grupos sucessionais de secundárias tardias e clímax na área, sugerindo uma moderada diversidade de espécies. Além disso, foi constatada uma alta taxa de regeneração dentro do fragmento, evidenciada pela presença de clareiras naturais, incidência de plântulas nos estágios iniciais, presença de cipós e formação de serrapilheira (Figura 11). A soma destes aspectos indica que a área se encontra em um bom estado de conservação.

Figura 11 - Clareira natural, alta regeneração de plântulas e presença de serrapilheira



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.



Próximo à propriedade do SAAE de Piumhi, foi identificada uma área de pastagem aberta com poucos indivíduos isolados e esparsos de açoita-cavalo (*Luehea divaricata*). Segundo Vaccaro et al. (1999), essa espécie é classificada como secundária inicial e comumente associada à vegetação secundária, principalmente em capoeiras e áreas de pastagem (EMBRAPA, 2003).

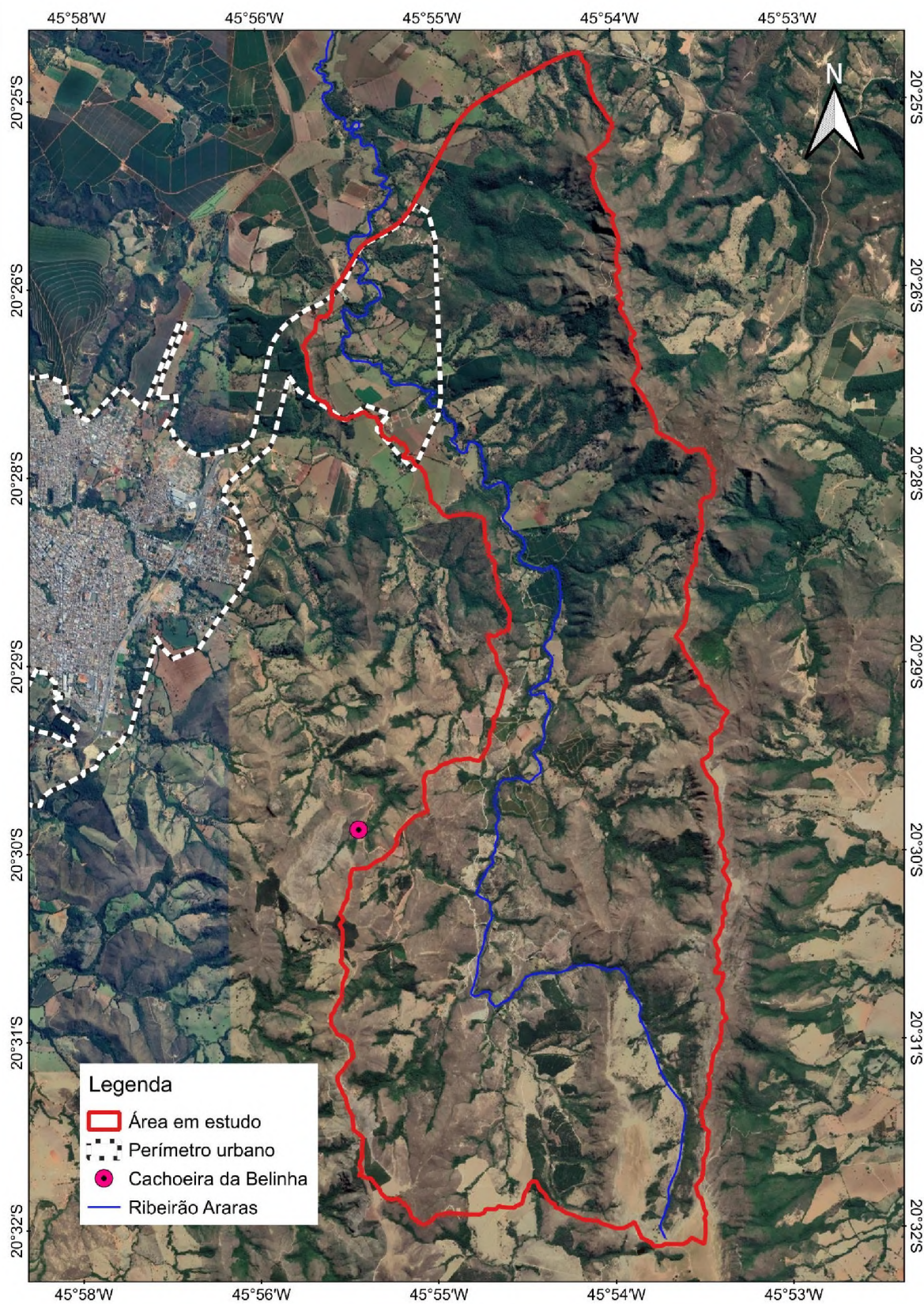
A vegetação secundária refere-se a formações vegetais que surgem naturalmente ou são restauradas após a perturbação de uma vegetação primária original, seja por desmatamento, queimadas, ou outras intervenções humanas. Desempenha um papel importante na recuperação de áreas degradadas e na manutenção da biodiversidade em paisagens fragmentadas, embora sua composição e estrutura possam variar amplamente dependendo do histórico de uso da terra e das condições ambientais locais (Fearnside, 2001).

Considerando o exposto, a presença de vegetação secundária indica intervenções antropogênicas prévias que resultaram na perda da vegetação primária nativa, evidenciando o estado de degradação desta área e necessidade de ações que revertam esse quadro e auxilie a recomposição da vegetação original.

Dando continuidade à discussão, foram realizados levantamentos próximos à Cachoeira da Belinha, um importante ponto turístico da zona rural de Piumhi, que faz parte do entorno da área de estudo, conforme exposto na Figura 12.



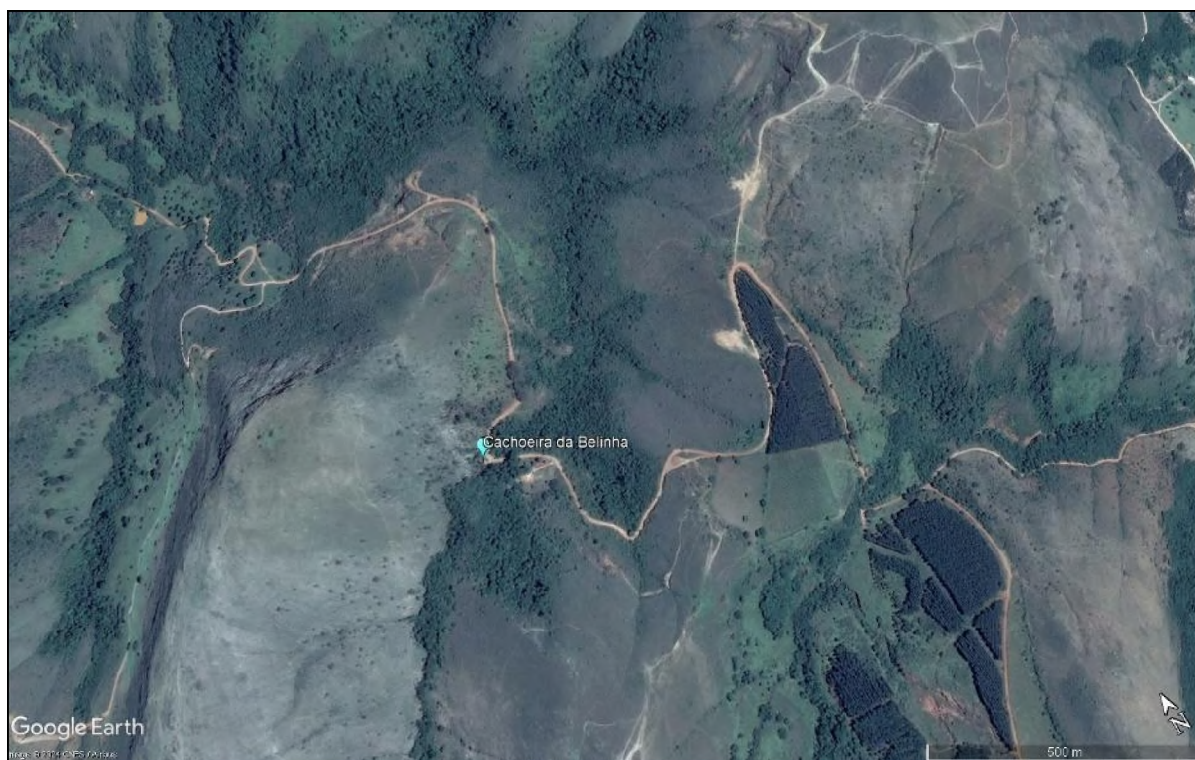
Figura 12 - Localização da Cachoeira da Belinha.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Nesta área, foi identificada a ocorrência de quaresmeira (*Tibouchina granulosa*), uma espécie predominante em vegetação secundária (EMBRAPA, 2024). Também foi registrada a presença de gauçatonga (*Casearia sylvestris*), classificada como espécie secundária tardia (Ferretti et al., 1995), que prefere florestas primárias alteradas com menor incidência de luz (Sousa et al., 2000). As imagens de satélite abaixo mostram a situação da vegetação da Cachoeira da Belinha em 2016 (Figura 13) e em 2022 (Figura 14), respectivamente.

Figura 13 - Área da Cachoeira da Belinha em 2016.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Figura 14 - Cachoeira da Belinha em 2022.



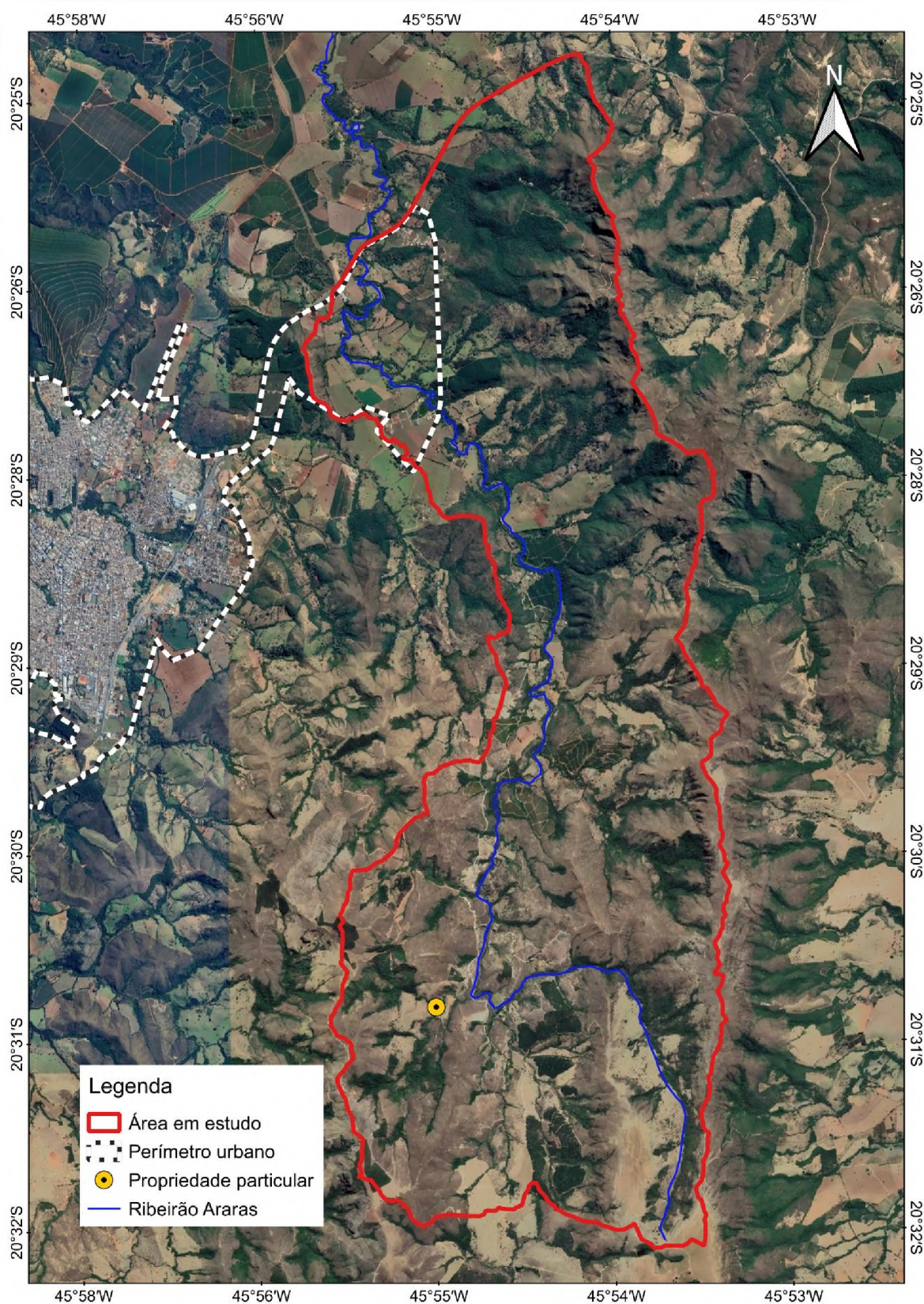
Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Considerando a presença das espécies mencionadas e as imagens de satélite que evidenciam a redução da vegetação nos fragmentos próximos, infere-se que a área sofreu degradações antrópicas e necessita de ações voltadas principalmente para o enriquecimento de espécies e contenção de redução dos remanescentes vegetais.

Segue a localização da propriedade particular onde foi realizado levantamento, apresentado na Figura 15.



Figura 15 - Localização da propriedade particular.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Observou-se a ocorrência de Guamirim (*Myrcia splendens*), sendo esta espécie classificada como secundária inicial, propícia a ambientes abertos e com alta incidência de luz (EMBRAPA, 2024). Ressalta-se que o fragmento analisado se localiza em área de pastagem, com predominância de gramíneas.

Foi observada a ocorrência de Guaxuma (*Malvastrum coromandelianum*), uma espécie que geralmente está associada a ambientes degradados. Sua presença é um indicativo de perturbações ambientais e degradação do solo, uma vez que essa planta tende a proliferar em áreas onde a vegetação nativa foi substituída ou eliminada. Sendo este fato constatado pela presença da pastagem em torno do fragmento analisado.

O fragmento em si está em estado de conservação moderado, contudo considerando seu tamanho e grau de isolamento, o mesmo encontra-se altamente suscetível a efeito de borda. A Figura 16 apresenta o registro fotográfico do perímetro externo do fragmento.

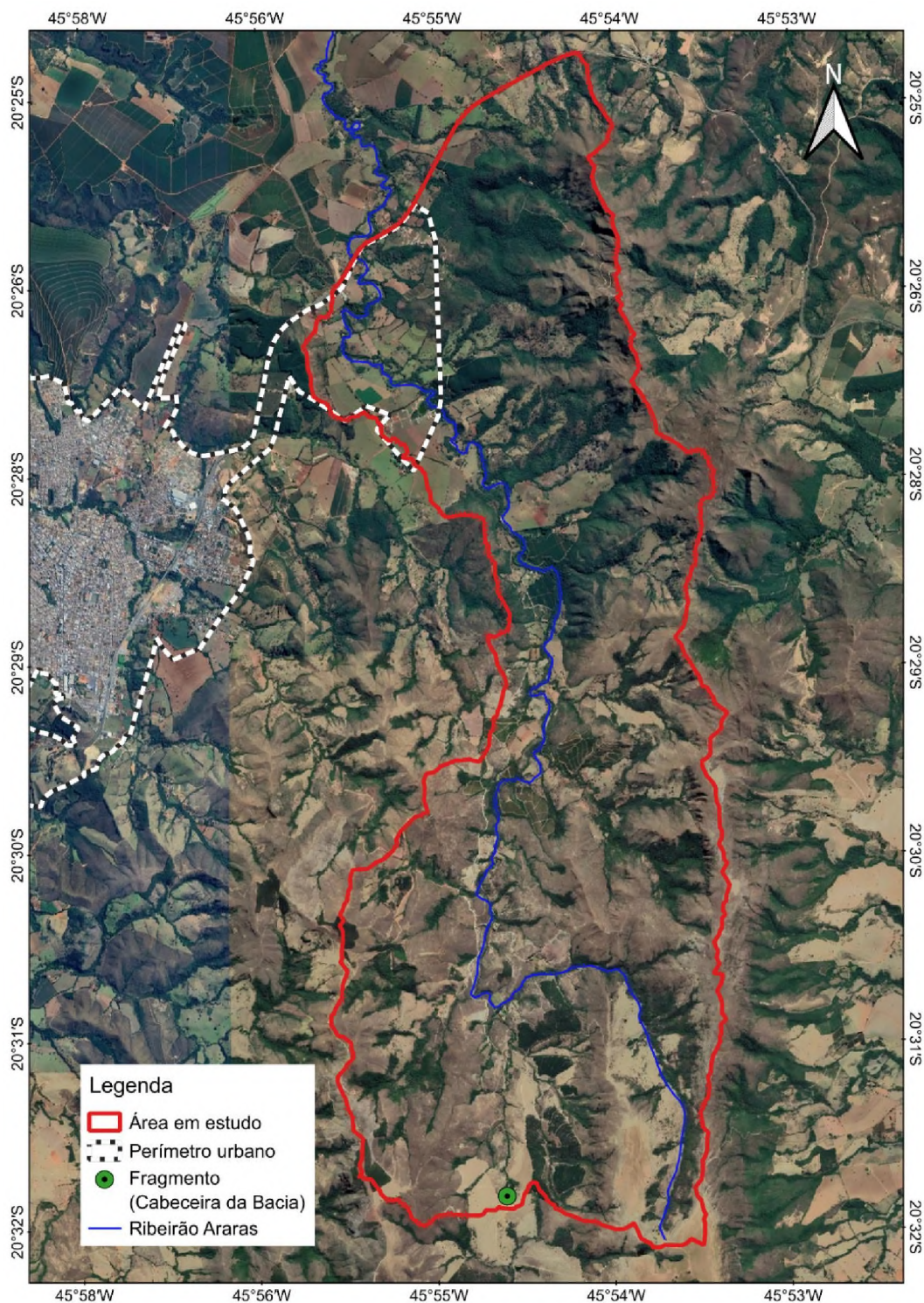
Figura 16 - Borda externa do fragmento florestal analisado.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Na cabeceira da Bacia do Ribeirão Araras foi identificado um fragmento, também com alto grau de isolamento, cuja localização está exposta na Figura 17.

Figura 17 - Fragmento localizado na cabeceira da Bacia do Ribeirão Araras.

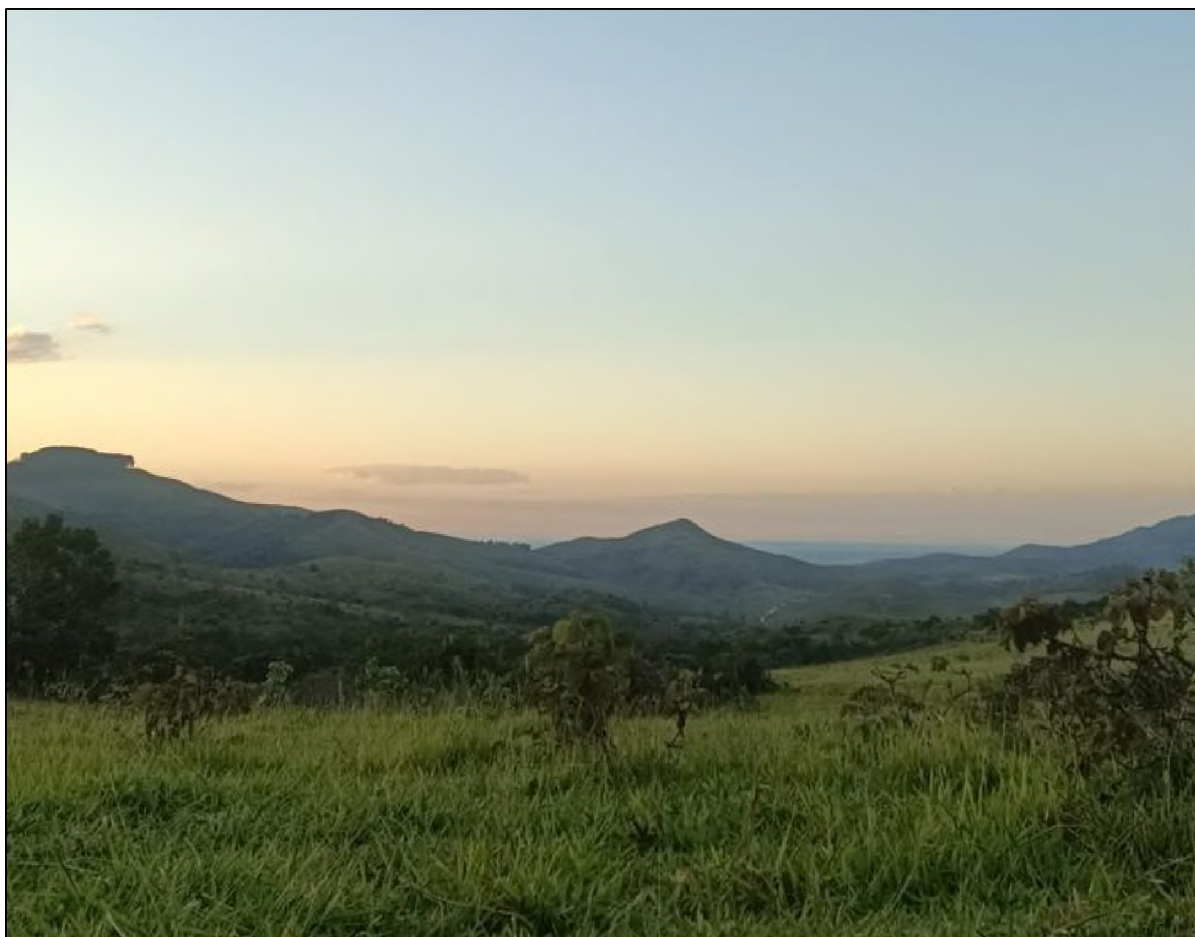


Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Este fragmento está localizado em uma área de pastagens e plantios da monocultura de eucalipto. Próximo ao fragmento, notou-se a presença de indivíduos isolados de araticum (*Annona crassiflora*) e gramíneas, provavelmente para alimentação do gado. Interno ao fragmento foi identificada a ocorrência de pau-terra (*Qualea grandiflora*), que segundo a Embrapa (2008), é uma espécie secundária inicial e própria para ambientes pouco sombreados. O pau-terra ocorre tanto em vegetações primárias, quanto secundárias (EMBRAPA, 2008).

Segue na Figura 18 o registro fotográfico da pastagem próximo ao fragmento na cabeceira da Bacia do Ribeirão Araras.

Figura 18 - Área de pastagem próxima ao fragmento na cabeira da Bacia do Ribeirão Araras.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

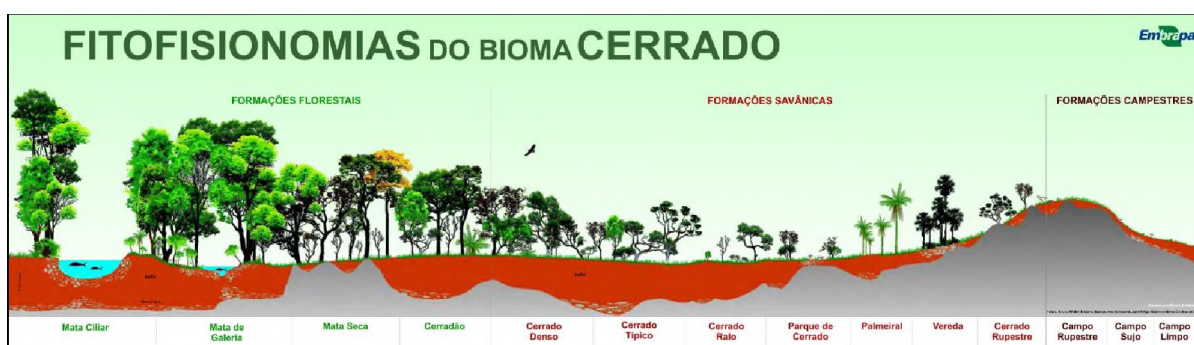
De face as informações apresentadas, infere-se que a área da cabeceira do Ribeirão Araras está em estado de baixa conservação ambiental, necessitando de

ações de recuperação do solo, recomposição da vegetação com enriquecimento de espécies, conexão com os fragmentos próximos e atração da fauna.

E) Formações Vegetais da Área de Estudo

Segundo a Embrapa (2024), O Cerrado é dividido em 11 tipos de fitofisionomias, distribuídos em três categorias distintas: formações florestais, como a Mata Ciliar, Mata de Galeria, Mata Seca e Cerradão; formações savânicas, que incluem o Cerrado Sentido Restrito, Parque de Cerrado, Palmeiral e Vereda; e formações campestres, representadas pelo Campo Sujo, Campo Limpo e Campo Rupestre

Figura 19 - Fitofisionomias do Bioma Cerrado



Fonte: EMBRAPA, 2024. Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

A formação florestal é um tipo de ecossistema caracterizado pela presença predominante de árvores que formam um dossel fechado ou quase fechado. As fitofisionomias vegetais da Mata Ciliar e da Mata de Galeria estão intimamente ligadas aos cursos de água, podendo ser encontradas tanto em terrenos bem drenados quanto em áreas mal drenadas. Por outro lado, a Mata Seca e o Cerradão são encontrados nos interflúvios, em terrenos bem drenados, sem qualquer associação direta com cursos de água (Ribeiro e Walter, 2008).

A formação savânica é um tipo de ecossistema caracterizado pela presença de gramíneas predominantes, com árvores e arbustos espaçados, que não formam um dossel contínuo. O Cerrado Sentido Restrito se distingue pela configuração de seus estratos arbóreo e arbustivo-herbáceo, onde as árvores são distribuídas de maneira não uniforme pelo solo, formando densidades variadas sem a formação de um dossel contínuo (Ribeiro e Walter, 2008).



No Parque de Cerrado, as árvores se concentram em áreas específicas do terreno. Em áreas de Palmeiral, seja em locais bem ou mal drenados, uma espécie de palmeira arbórea é proeminente, enquanto as árvores de outras espécies (dicotiledôneas) não se destacam. Por sua vez, a Vereda também é caracterizada pela presença predominante de uma única espécie de palmeira, o buriti, porém em densidade menor do que nos Palmeirais (Ribeiro e Walter, 2008).

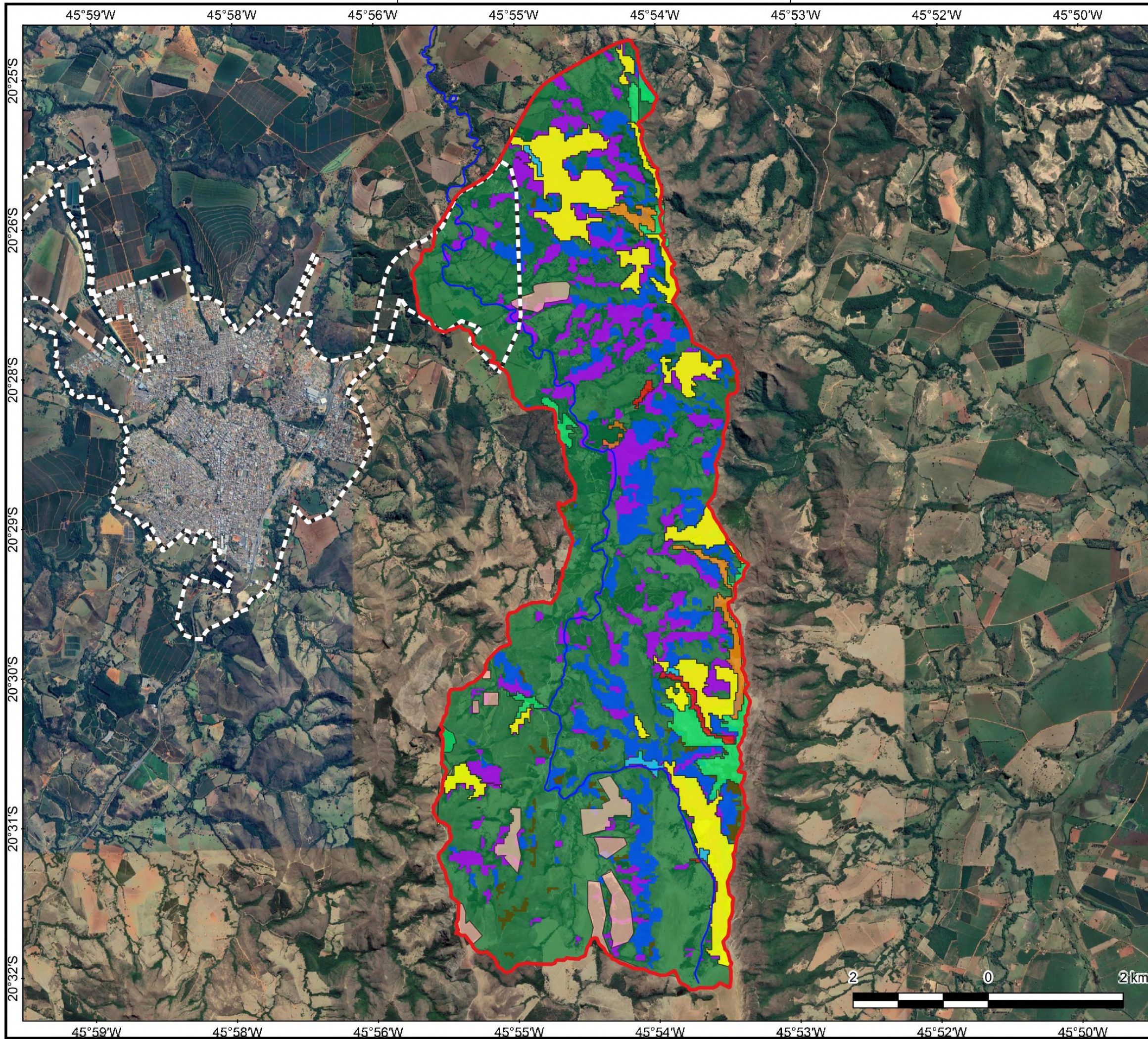
A formação campestre refere-se a um tipo de ecossistema caracterizado por vegetação de gramíneas e herbáceas, tipicamente encontrada em áreas de pastagens, pradarias ou savanas. As formações campestres do Cerrado são distintamente caracterizadas por três tipos fitofisionômicos principais: o Campo Sujo, o Campo Limpo e o Campo Rupestre (Ribeiro e Walter, 2008).

No Campo Sujo, destaca-se a presença notável de arbustos e subarbustos dispersos entre o estrato arbustivo-herbáceo. Em contrapartida, no Campo Limpo, a presença desses elementos é mínima, caracterizado pela predominância de gramíneas e ervas, com ausência ou presença esparsa de arbustos e árvores. Já o Campo Rupestre, além de compartilhar características estruturais semelhantes com o Campo Sujo ou o Campo Limpo, se diferencia significativamente pelo substrato rochoso predominante e pela sua composição florística peculiar, que inclui uma alta proporção de espécies endêmicas (Ribeiro e Walter, 2008).

O mapeamento das fitofisionomias do Cerrado na área de estudo foi realizado utilizando uma combinação de ferramentas geoespaciais avançadas, dados do projeto MapBiomias (2024), dados do Inventário Florestal do Estado de Minas Gerais (2009), revisão da bibliografia disponível sobre a região e dados obtidos por levantamento in loco. As ferramentas geoespaciais permitiram uma análise detalhada das características vegetacionais e topográficas, proporcionando uma visão abrangente da distribuição das diferentes fitofisionomias.

O mapa resultante das fitofisionomias do Cerrado foi elaborado por meio do cruzamento das informações obtidas das fontes citadas anteriormente. Em um primeiro momento identificou-se as grandes formações (Florestal, Savânica e Campestre), e quando possível, as fitofisionomias de cada formação presentes na área de estudo conforme Mapa 18.

Abaixo segue a Tabela 4 que apresenta a relação de espécies mais representativas de cada formação vegetal listada.



Mapa 18 - Formações vegetais da área de estudo.



Prefeitura Municipal de Piumhi - MG

Legenda

- Área em estudo
- Perímetro urbano
- Ribeirão Araras
- Área Antropizada
- Silvicultura

Formações Vegetais

- Formação Florestal
- Formação Savânica
- Formação Campestre
- Campo Limpo (Campestre)
- Campo Sujo (Campestre)
- Cerradão (Florestal)
- Mata de Galeria (Florestal)
- Sentido restrito (Savânica)



Diagnóstico Ambiental para Criação da APA na
Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras
Prefeitura de Piumhi - MG

Sistema de Coordenadas Geográficas
Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Elaborado em Jun., 2024.





Tabela 4 - Relação das espécies representativas de cada formação vegetal.

Formação Vegetal		Nome Popular	Nome Científico	Família Botânica	Origem	Endemismo
Formação Campestre	Campo Limpo	Aroeira-vermelha	<i>Schinus terebinthifolia</i>	Anacardiaceae	Nativa	Não endêmica
		Pau-santo	<i>Kielmeyera sp.</i>	Calophyllaceae	Nativa	Não endêmica
		Trombeteira	<i>Justicia asclepiadea</i>	Acanthaceae	Nativa	Não endêmica
		Felpudo	<i>Stenandrium hirsutum</i>	Acanthaceae	Nativa	Endêmica do Brasil
		Caraguatá	<i>Alstroemeria gardneri</i>	Alstroemeriaceae	Nativa	Não endêmica
		Corango	<i>Pfaffia gnaphaloides</i>	Amaranthaceae	Nativa	Não endêmica
		Gravatá	<i>Ananas bracteatus</i>	Bromeliaceae	Nativa	Não endêmica
		Tiririca	<i>Ctenodon brasilianus</i>	Fabaceae	Nativa	Não endêmica
		Erva-de-pipi	<i>Utricularia subulata</i>	Lentibulariaceae	Nativa	Não endêmica
		Orquídea-dos-campos	<i>Cyanaeorchis arundinae</i>	Orchidaceae	Nativa	Não endêmica
	Campo Sujo	Melosa	<i>Dyschoriste erythrorhiza</i>	Acanthaceae	Nativa	Endêmica do Brasil
		Capim-de-anta	<i>Rhynchospora exaltata</i>	Cyperaceae	Nativa	Não endêmica
		Losna-do-campo	<i>Richtergo campestris</i>	Asteraceae	Nativa	Endêmica do Brasil
		Bracatinga	<i>Aneilema brasiliense</i>	Commelinaceae	Nativa	Não endêmica
		Pau-de-tamanco	<i>Leiothrix flagellaris</i>	Eriocaulaceae	Nativa	Endêmica do Brasil
		Maria-mole	<i>Clusia criuva</i>	Clusiaceae	Nativa	Endêmica do Brasil
		Cascavelzinho	<i>Centropogon cornutus</i>	Campanulaceae	Nativa	Não endêmica
		Favela	<i>Cnidoscolus urens</i>	Euphorbiaceae	Nativa	Não endêmica
		Caneleiro	<i>Cenostigma macrophyllum</i>	Fabaceae	Nativa	Não endêmica
		Espada-de-são-jorge	<i>Ctenodon falcatus</i>	Fabaceae	Nativa	Não endêmica
Formação Florestal	Cerradão	Copaíba	<i>Copaifera langsdorffii</i>	Fabaceae	Nativa	Não endêmica
		Oiti	<i>Hirtella glandulosa</i>	Chrysobalanaceae	Nativa	Não endêmica
		Pacari	<i>Lafoensia pacari</i>	Lythraceae	Nativa	Não endêmica
		Maria-preta	<i>Siphoneugena densiflora</i>	Myrtaceae	Nativa	Endêmica do Brasil
		Escorrega-macaco	<i>Vochysia haenkeana</i>	Vochysiaceae	Nativa	Não endêmica
		Açoita-cavalo	<i>Luehea divaricata</i>	Malvaceae	Nativa	Não endêmica
		Mutamba	<i>Guazuma ulmifolia</i>	Malvaceae	Nativa	Não endêmica
		Marmelada-de-cachorro	<i>Alibertia edulis</i>	Rubiaceae	Nativa	Não endêmica
		Mama-cadela	<i>Brosimum gaudichaudii</i>	Moraceae	Nativa	Não endêmica
		Pinha-do-campo	<i>Duguetia furfuracea</i>	Annonaceae	Nativa	Não endêmica
	Mata de Galeria	Garapa	<i>Apuleia leiocarpa</i>	Fabaceae	Nativa	Não endêmica
		Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i>	Fabaceae	Nativa	Não endêmica
		Jacarandá-do-campo	<i>Gomidesia lindeniana</i>	Myrtaceae	Nativa	Não endêmica
		Pata-de-vaca	<i>Bauhinia fortificata</i>	Fabaceae	Nativa	Não endêmica
		Camboatá-branco	<i>Matayba guianensis</i>	Sapindaceae	Nativa	Não endêmica



Formação Vegetal		Nome Popular	Nome Científico	Família Botânica	Origem	Endemismo
		Marinheiro	<i>Guarea guidonea</i>	Meliaceae	Nativa	Não endêmica
		Guaramirim	<i>Myrcia rostrata</i>	Myrtaceae	Nativa	Não endêmica
		Landim	<i>Calophyllum brasiliense</i>	Clusiaceae	Nativa	Não endêmica
		Quaresmeira	<i>Tibouchina granulosa</i>	Melastomataceae	Nativa	Não endêmica
		Veludo-branco	<i>Guettarda viburnoides</i>	Rubiaceae	Nativa	Não endêmica
Formação Savânica	Sentido Restrito	Araticum	<i>Annona coriacea</i>	Annonaceae	Nativa	Não endêmica
		Peroba-do-campo	<i>Aspidosperma tomentosum</i>	Apocynaceae	Nativa	Não endêmica
		Sucupira-preta	<i>Bowdichia virgilioides</i>	Fabaceae	Nativa	Não endêmica
		Gauçatonga	<i>Casearia sylvestris</i>	Salicaceae	Nativa	Não endêmica
		Bico-de-papagaio	<i>Connarus suberosus</i>	Connaraceae	Nativa	Não endêmica
		Lixeira	<i>Curatella americana</i>	Dilleniaceae	Nativa	Não endêmica
		Paineira-do-cerrado	<i>Eriotheca gracilipes</i>	Malvaceae	Nativa	Não endêmica
		Pau-de-leite	<i>Himatanthus obovatus</i>	Apocynaceae	Nativa	Não endêmica
		Carvoeiro	<i>Sclerolobium aureum</i>	Fabaceae	Nativa	Não endêmica
		Ipê-amarelo	<i>Tabebuia aurea</i>	Bignoniaceae	Nativa	Não endêmica

Fonte: EMBRAPA, 2024; REFLORA - Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2024. Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.



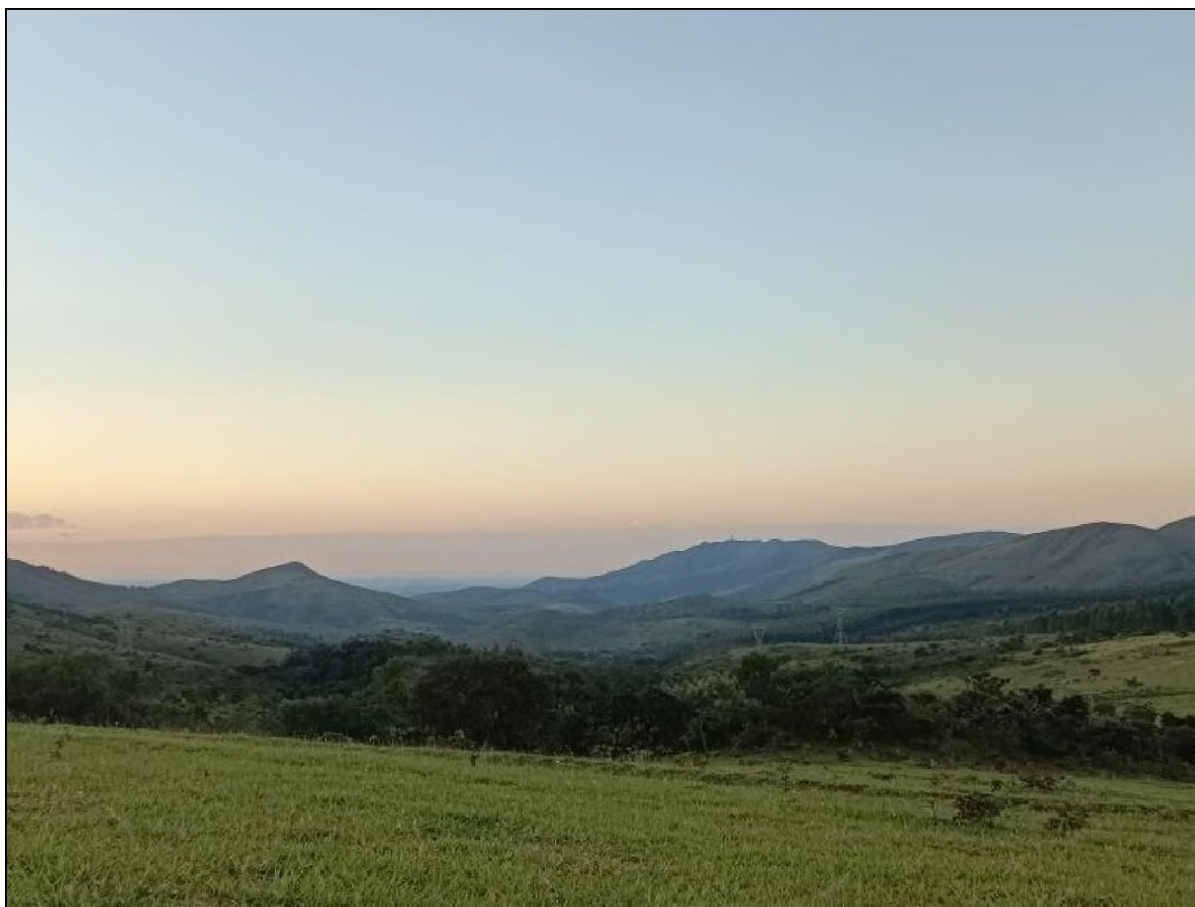
F) Estado de Regeneração das Áreas Degradadas

O Ribeirão Araras é a principal fonte hídrica para o abastecimento urbano da região. A área de cabeceira deste manancial encontra-se em um estado avançado de degradação, resultado de interferências naturais e, principalmente, antrópicas. As nascentes não possuem proteção adequada, a cobertura vegetal foi removida das áreas de topo de morro e das margens dos cursos d'água, e há processos erosivos em vertentes e assoreamento dos cursos d'água (Souza, Bhering e Freitas, 2007).

De acordo com o MapBiomas (2024), a área dedicada aos plantios de Café, Citrus e Outras Lavouras Perenes no município de Piumhi aumentou significativamente entre os anos 2000 e 2022. Em 2000, essas áreas eram de 3.139 ha para Café, 35 ha para Citrus e 67 ha para Outras Lavouras Perenes. Em 2022, esses valores subiram para 11.443 ha, 451 ha e 845 ha, respectivamente, evidenciando um expressivo crescimento da agricultura na região.

Durante visita *in loco* também foi identificada a presença de gado por percepção visual dos técnicos, que associada ao terreno sem vegetação é possível constatar sobre a ocorrência de pastagens na parte alta da Bacia.

Figura 20 - Área de cabeceira da Bacia do Ribeirão Araras predominantemente ocupada por pastagem



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Observa-se a expansão das atividades agrícolas e pecuárias, que contribuem significativamente para esses problemas (Souza, Bhering e Freitas, 2007). A remoção da vegetação nativa e a falta de proteção das nascentes têm consequências diretas no regime hidrológico da bacia.

A vegetação desempenha um papel fundamental na infiltração da água no solo e na manutenção da umidade, o que afeta diretamente a recarga dos aquíferos (Rodrigues et al., 2019). Sem essa cobertura, o solo fica mais suscetível à erosão, aumentando o assoreamento dos cursos d'água e reduzindo a capacidade de armazenamento de água.

Os processos erosivos em vertentes, combinados com a prática inadequada de manejo do solo, intensificam o transporte de sedimentos para os corpos hídricos, causando o assoreamento. Esse fenômeno reduz a capacidade dos cursos d'água de



armazenar e transportar água, agravando a disponibilidade hídrica na bacia (Silva et al., 2021).

Além disso, o avanço das atividades agrícolas e pecuárias sem a devida gestão sustentável tem levado à compactação do solo e à contaminação das águas por agro-químicos, comprometendo ainda mais a qualidade da água disponível (Freitas e Santos, 2020).

As intervenções antrópicas na região do Ribeirão das Araras têm, portanto, resultado na queda progressiva do potencial hidrogeológico e na diminuição da biodiversidade local. A recuperação e a proteção das áreas de cabeceira são essenciais para a sustentabilidade hídrica e ecológica da bacia, sendo necessário um manejo integrado que inclua a restauração da vegetação nativa, práticas agrícolas sustentáveis e a proteção das nascentes.

G) Proposição de Pesquisas e Estudos Futuros

Com base nos resultados obtidos no levantamento de flora, propõe-se os seguintes programas e estudos futuros para a área de estudo:

- Programa de Monitoramento Contínuo e Recuperação de Áreas Antropizadas

O objetivo principal será monitorar as áreas impactadas pela atividade humana, especialmente aquelas afetadas pela pecuária e fragmentação florestal, e desenvolver projetos de recuperação ambiental.

As ações poderão incluir a utilização de técnicas de sensoriamento remoto e incursões de campo periódicas para avaliar a saúde das áreas florestais, além de projetos de reflorestamento e restauração ecológica focados em espécies nativas e adaptadas ao ecossistema. A criação de corredores ecológicos será incentivada para conectar fragmentos florestais, facilitando a movimentação da fauna e a dispersão da flora.



- Estudo Detalhado dos Impactos da Pecuária na Flora Local

Este estudo terá como objetivo avaliar os impactos específicos da pecuária e propor medidas mitigadoras adequadas. As ações objetivam a condução de estudos de caso em áreas onde a pecuária é predominante, visando entender a extensão e a natureza dos impactos sobre a flora.

Práticas de manejo sustentável, como a rotação de pastagens, a implementação de cercas vivas e o uso de espécies forrageiras nativas, poderão compor as atividades desenvolvidas. Além disso, será promovida a conscientização dos pecuaristas sobre os benefícios de práticas sustentáveis para a conservação da flora e a melhoria da qualidade do solo e da água.

- Programa de Capacitação Técnica de Profissionais e Produtores Rurais

Este esforço tem como objetivo aumentar a disponibilidade e o acesso a materiais técnicos e científicos sobre a flora local, facilitando estudos futuros e a implementação de práticas de conservação. Poderão ser desenvolvidos bancos de dados online com informações detalhadas sobre a flora da região, incluindo descrições de espécies, habitats, status de conservação e práticas de manejo recomendadas.

Publicações de guias de campo e manuais técnicos, além da organização de workshops, cursos e seminários, poderão ser promovidas para capacitar profissionais e produtores rurais na área de botânica e conservação ambiental.

- Programa de Educação Ambiental

A educação e o envolvimento da comunidade são igualmente importantes. O objetivo será engajar a comunidade local na conservação da flora, promovendo uma compreensão ampla sobre a importância da biodiversidade e as formas de protegê-la. Programas educativos nas escolas e comunidades abordarão temas como biodiversidade, ecossistemas locais e práticas de conservação.

A participação da comunidade em projetos de restauração e monitoramento ambiental será incentivada, criando grupos voluntários e parcerias com organizações não-governamentais. Campanhas de conscientização sobre os impactos da



fragmentação florestal e a importância de manter áreas verdes intactas também poderão ser desenvolvidas.

- Programa de Turismo Rural

Este programa terá como objetivo fomentar o desenvolvimento econômico sustentável da região, ao mesmo tempo em que promove a educação ambiental e a conscientização sobre a importância da biodiversidade. As ações poderão incluir a criação de trilhas ecológicas guiadas por especialistas em botânica, visitas a áreas de reflorestamento e projetos de restauração ecológica, e oficinas sobre práticas de agricultura sustentável e conservação da flora.

O turismo rural permitirá que visitantes e moradores locais conheçam a riqueza da flora nativa, compreendam os desafios enfrentados pela região devido à antropização e fragmentação florestal, e se engajem ativamente na proteção e recuperação do meio ambiente. Além de gerar renda para a comunidade, o programa promoverá a conservação da biodiversidade através da educação e do envolvimento direto das pessoas na preservação dos recursos naturais.

- Estudos de Ecologia da Paisagem

Realizar estudos detalhados sobre a ecologia da paisagem para entender melhor como a fragmentação florestal afeta a diversidade e a dinâmica das comunidades vegetais. Isso pode incluir análises da conectividade da paisagem e seu impacto na dispersão de espécies.

- Estabelecimento de Parcerias Estratégicas

Parcerias com universidades, institutos de pesquisa, ONGs, e órgãos governamentais podem ser buscadas para fortalecer a capacidade técnica e científica da região. Fontes de financiamento nacionais e internacionais podem ser identificadas, incluindo bolsas de pesquisa, programas de financiamento ambiental e incentivos fiscais para projetos de conservação.



Propostas detalhadas de projetos poderão ser desenvolvidas para submissão a agências de fomento e patrocinadores privados, destacando a importância dos estudos e programas para a sustentabilidade da região.

- Programa de Divulgação da Unidade de Conservação

O principal objetivo é promover o conhecimento e a visibilidade da UC, atraindo público para o turismo rural e fortalecendo a conscientização ambiental. Através de estratégias de marketing e comunicação, eventos promocionais e parcerias com empresas locais e agências de turismo, o programa visa destacar os atrativos naturais e culturais da UC, incentivando visitantes a explorar suas belezas e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

Além disso, a sensibilização ambiental é integrada ao programa, oferecendo informações sobre a importância da conservação da biodiversidade e a promoção de práticas responsáveis durante as visitas.

2.2.5 Fauna

A) Resultados do Levantamento

O presente relatório técnico oferece os resultados do levantamento de fauna realizado na Bacia do Ribeirão Araras, situada em Piumhi-MG, especialmente a montante da MG-050, abarcando uma extensão de 4.353,707 hectares. Devido à localização do município de Piumhi, é importante destacar que esta região se encontra num ecótono entre o Cerrado e a Mata Atlântica, o que possibilita a presença de espécies características de ambos os biomas.

A Bacia do Ribeirão Araras é reconhecida por sua relevância tanto ecológica quanto econômica. Este estudo tem como objetivo apresentar os resultados detalhados do diagnóstico da fauna local, identificando a diversidade biológica presente e os impactos das atividades humanas na área.



B) Lista de Espécies de Fauna

Com base na metodologia detalhada anteriormente e na área de estudo definida, realizamos a identificação e catalogação das espécies de fauna levantadas neste estudo na região. A seguir, apresentamos a lista das espécies encontradas durante o levantamento faunístico, divididas entre dados primários e dados secundários obtidos por meio de consultas em levantamentos de fauna realizados no município de Piumhi.



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Tabela 5 - Espécies identificadas por dados primários.

Nome Popular	Nome Científico	Família	Origem	Endemismo	Risco de Extinção (IUCN Red List)	Risco de Extinção (Portaria MMA nº148/2022)	Lista Histórica de Espécies em Extinção em MG 1995 - 2010 (SIBBR)
Periquitão-maracanã	<i>Psttacara leucophthalmus</i>	Psittacidae	Nativa	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta
Seriema	<i>Cariama cristata</i>	Cariamidae	Nativa	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta
Tucano-toco	<i>Ramphastos toco</i>	Ramphastidae	Nativa	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta
Bacurau	<i>Nyctidrous albicolins</i>	Caprimulgidae	Nativa	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta
Lavandeira-de-máscara	<i>Fluvicola nengeta</i>	Tyrannidae	Nativa	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta
Gralha-do-campo	<i>Cyanocorax cristatellus</i>	Corvidae	Nativa	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta
Aranha-armadeira	<i>Phoneutria sp.</i>	Ctenidae	Nativa	Não endêmica	LC	Não consta	Não consta
Aranha-lança-rede	<i>Deinopsis.</i>	Deinopidae	Nativa	Não endêmica	Não consta	Não consta	Não consta
Marimbondo	<i>P olistinae</i>	Vespidae	Nativa	-	-	-	-
Iraí	<i>Nannotrigona testaceicornes</i>	Apidae	Nativa	Endêmica	-	-	-
Roedor	-	Cricetidae	Nativa	-	-	-	-
Roedor	-	Cricetidae	Nativa	-	-	-	-

Onde: LC – Menos Preocupante, de acordo com a IUCN. Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Tabela 6 - Espécies identificadas por dados secundários.

Nome Popular	Nome Científico	Classificação IUCN Brasil
Papagaio-verdadeiro	<i>Amazona aestiva</i>	NT - Quase Ameaçada
Marreca-cabocla	<i>Amazonetta brasiliensis</i>	LC - Pouco preocupante
Tico-tico-do-campo	<i>Ammodramus humeralis</i>	LC - Pouco preocupante
Soldadinho	<i>Antilophia galeata</i>	LC - Pouco preocupante
Canivete	<i>Apareiodon ibitiensis</i>	LC - Pouco preocupante
Canivete	<i>Apareiodon piracicabae</i>	LC - Pouco preocupante
Canivete	<i>Apareiodon vittatus</i>	LC - Pouco preocupante
Periquito-rei	<i>Aratinga auricapillus</i>	LC - Pouco preocupante
Garça-branca-grande	<i>Ardea alba</i>	LC - Pouco preocupante
Garça-moura	<i>Ardea cocoi</i>	LC - Pouco preocupante
Lambari	<i>Astyanax fasciatus</i>	LC - Pouco preocupante
Piaba	<i>Astyanax rivularis</i>	LC - Pouco preocupante
Coruja-buraqueira	<i>Athene cunicularia</i>	LC - Pouco preocupante
Pula-pula-de-garganta-branca	<i>Basileuterus culicivorus</i>	LC - Pouco preocupante
Periquito-de-encontro-amarelo	<i>Brotogeris chiriri</i>	LC - Pouco preocupante
Pirapitinga	<i>Brycon nattereri</i>	LC - Pouco preocupante
Coruja-orelhuda	<i>Bubo virginianus</i>	LC - Pouco preocupante
Garça-boiadeira	<i>Bubulcus ibis</i>	LC - Pouco preocupante
Bagre	<i>Bunocephalus hartti</i>	NT - Quase Ameaçada
Risadinha	<i>Camptostoma obsoletum</i>	LC - Pouco preocupante
Carcará	<i>Caracara plancus</i>	LC - Pouco preocupante
Seriema	<i>Cariama cristata</i>	LC - Pouco preocupante
Urubu-de-cabeça-vermelha	<i>Cathartes aura</i>	LC - Pouco preocupante



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Nome Popular	Nome Científico	Classificação IUCN Brasil
Bagrinho	<i>Cetopsorhamdia iheringi</i>	LC - Pouco preocupante
Andorinhão-de-coleira	<i>Chaetura meridionalis</i>	LC - Pouco preocupante
Canivete	<i>Characidium fasciatum</i>	DD - Data Deficient
Lambari	<i>Characidium gomesi</i>	LC - Pouco preocupante
Lambari	<i>Characidium zebra</i>	LC - Pouco preocupante
Beija-flor-de-garganta-verde	<i>Chlorostilbon lucidus</i>	LC - Pouco preocupante
Tiziu	<i>Chrysomus ruficapillus</i>	LC - Pouco preocupante
Ferreirinho-asa-de-telha	<i>Cnemotriccus fuscatus</i>	LC - Pouco preocupante
Cambacica	<i>Coereba flaveola</i>	LC - Pouco preocupante
Pica-pau-do-campo	<i>Colaptes campestris</i>	LC - Pouco preocupante
Beija-flor-de-orelha-violeta	<i>Colibri serrirostris</i>	LC - Pouco preocupante
Pombo-doméstico	<i>Columba livia</i>	LC - Pouco preocupante
Rolinha-das-rochas	<i>Columbina squammata</i>	LC - Pouco preocupante
Rolinha-de-peito-pintado	<i>Columbina talpacoti</i>	LC - Pouco preocupante
Urubu-preto	<i>Coragyps atratus</i>	LC - Pouco preocupante
Sanhaçu-de-encontro-branco	<i>Coryphospingus pileatus</i>	LC - Pouco preocupante
Pula-pula	<i>Corythopsis delalandi</i>	LC - Pouco preocupante
Acará	<i>Crenicichla lacustris</i>	LC - Pouco preocupante
Anu-preto	<i>Crotophaga ani</i>	LC - Pouco preocupante
Macuquinho	<i>Crypturellus parvirostris</i>	LC - Pouco preocupante
Freirinha	<i>Culicivora caudacuta</i>	VU - Vulnerável
Majuba	<i>Curimatella lepidura</i>	LC - Pouco preocupante
Gralha-do-campo	<i>Cyanocorax chrysops</i>	LC - Pouco preocupante
Gralha-cristada	<i>Cyanocorax cristatellus</i>	LC - Pouco preocupante



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Nome Popular	Nome Científico	Classificação IUCN Brasil
Bico-de-prata	<i>Cyclarhis gujanensis</i>	LC - Pouco preocupante
Sai-azul	<i>Dacnis cayana</i>	LC - Pouco preocupante
Pula-pula-de-cabeça-cinza	<i>Dysithamnus mentalis</i>	LC - Pouco preocupante
Garça-branca-pequena	<i>Egretta thula</i>	LC - Pouco preocupante
Peixe-elétrico	<i>Eigenmannia virescens</i>	LC - Pouco preocupante
Guaracava-de-barriga-amarela	<i>Elaenia chiriquensis</i>	LC - Pouco preocupante
Guaracava-de-topete	<i>Elaenia cristata</i>	LC - Pouco preocupante
Guaracava-de-barriga-amarela	<i>Elaenia flavogaster</i>	LC - Pouco preocupante
Gavião-carrapateiro	<i>Elanus leucurus</i>	LC - Pouco preocupante
Guaracava-de-coroa-cinzenta	<i>Emberizoides herbicola</i>	LC - Pouco preocupante
Maria-cavaleira	<i>Empidonomus varius</i>	LC - Pouco preocupante
Beija-flor-tesoura	<i>Eupetomena macroura</i>	LC - Pouco preocupante
Gaturamo-verdadeiro	<i>Euphonia chlorotica</i>	LC - Pouco preocupante
Periquito-rei	<i>Eupsittula aurea</i>	LC - Pouco preocupante
Falcão-de-coleira	<i>Falco femoralis</i>	LC - Pouco preocupante
Quiriquiri	<i>Falco sparverius</i>	LC - Pouco preocupante
Lavadeira-mascarada	<i>Fluvicola nengeta</i>	LC - Pouco preocupante
Tuim	<i>Forpus xanthopterygius</i>	LC - Pouco preocupante
João-de-barro	<i>Furnarius rufus</i>	LC - Pouco preocupante
Narceja	<i>Gallinago paraguaiiae</i>	LC - Pouco preocupante
Acará	<i>Geophagus brasiliensis</i>	LC - Pouco preocupante
Águia-chilena	<i>Geranoaetus albicaudatus</i>	LC - Pouco preocupante
Caburé-do-mato	<i>Glaucidium brasilianum</i>	LC - Pouco preocupante
Graúna	<i>Gnorimopsar chopi</i>	LC - Pouco preocupante



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Nome Popular	Nome Científico	Classificação IUCN Brasil
Maria-cavaleira	<i>Gubernetes yetapa</i>	LC - Pouco preocupante
Anu-branco	<i>Guira guira</i>	LC - Pouco preocupante
Peixe-elétrico	<i>Gymnotus sylvius</i>	LC - Pouco preocupante
Cascudinho-torrente	<i>Harttia torrenticola</i>	LC - Pouco preocupante
Beija-flor-rajado	<i>Helimaster squamosus</i>	LC - Pouco preocupante
Alegrinho	<i>Hemitriccus margaritaceiventer</i>	LC - Pouco preocupante
Pula-pula-de-chapéu-preto	<i>Herpsilochmus atricapillus</i>	LC - Pouco preocupante
Juruviara	<i>Hirundinea ferruginea</i>	LC - Pouco preocupante
Cascudinho	<i>Hisonotus francirochai</i>	LC - Pouco preocupante
Traíra	<i>Hoplias intermedius</i>	LC - Pouco preocupante
Filipe	<i>Hylophilus amaurocephalus</i>	LC - Pouco preocupante
Cascudo	<i>Hypostomus alatus</i>	LC - Pouco preocupante
Cascudo	<i>Hypostomus francisci</i>	LC - Pouco preocupante
Cascudo	<i>Hypostomus lima</i>	LC - Pouco preocupante
Concriz	<i>Icterus pyrrhopterus</i>	LC - Pouco preocupante
Acará	<i>Imparfinis schubarti</i>	LC - Pouco preocupante
Guaracava-verde-de-garganta-amarela	<i>Lathrotriccus euléri</i>	LC - Pouco preocupante
Trepador-de-bico-fino	<i>Lepidocolaptes angustirostris</i>	LC - Pouco preocupante
Papagaio-da-serra	<i>Leporellus vittatus</i>	LC - Pouco preocupante
Piava	<i>Leporinus friderici</i>	LC - Pouco preocupante
Lambari	<i>Leporinus octofasciatus</i>	LC - Pouco preocupante
Maria-cavaleira	<i>Leptopogon amaurocephalus</i>	LC - Pouco preocupante
Rolinha-asa-de-bronze	<i>Leptotila verreauxi</i>	LC - Pouco preocupante
Andorinhão-cinzentos	<i>Machetornis rixosa</i>	LC - Pouco preocupante



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Nome Popular	Nome Científico	Classificação IUCN Brasil
Martim-pescador-verde	<i>Megarynchus pitangua</i>	LC - Pouco preocupante
Pica-pau-branco	<i>Melanerpes candidus</i>	LC - Pouco preocupante
Morcego-de-telhado	<i>Molossus molossus</i>	LC - Pouco preocupante
Chopim	<i>Molothrus bonariensis</i>	LC - Pouco preocupante
Gritador	<i>Myiarchus ferox</i>	LC - Pouco preocupante
Tesourinha	<i>Myiarchus swainsoni</i>	LC - Pouco preocupante
Suiriri-cavaleiro	<i>Myiarchus tyrannulus</i>	LC - Pouco preocupante
Bem-te-vi-rajado	<i>Myiodynastes maculatus</i>	LC - Pouco preocupante
Pula-pula-de-coroa-cinza	<i>Myiopagis caniceps</i>	LC - Pouco preocupante
Alegrinho	<i>Myiophobus fasciatus</i>	LC - Pouco preocupante
Canário-da-terra-verdadeiro	<i>Myiothlypis flaveola</i>	LC - Pouco preocupante
Bem-te-vi-de-coroa-cinza	<i>Myiozetetes similis</i>	LC - Pouco preocupante
Pia-cobra	<i>Nemosia pileata</i>	LC - Pouco preocupante
Gavião-pato	<i>Neopelma pallescens</i>	LC - Pouco preocupante
Morcego-branco	<i>Noctilio albiventris</i>	LC - Pouco preocupante
Codorninha	<i>Nothura maculosa</i>	LC - Pouco preocupante
João-bobo	<i>Nystalus chacuru</i>	LC - Pouco preocupante
Saracura-três-potes	<i>Pardirallus nigricans</i>	LC - Pouco preocupante
Bagre	<i>Parodon hilarii</i>	LC - Pouco preocupante
Peixe-prego	<i>Parodon nasus</i>	LC - Pouco preocupante
Abelha	<i>Partamona cupira</i>	LC - Pouco preocupante
Pardal	<i>Passer domesticus</i>	LC - Pouco preocupante
Pomba-asa-branca	<i>Patagioenas cayennensis</i>	LC - Pouco preocupante
Pomba-de-bando	<i>Patagioenas picazuro</i>	LC - Pouco preocupante



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Nome Popular	Nome Científico	Classificação IUCN Brasil
Jacupiranga	<i>Penelope obscura</i>	LC - Pouco preocupante
João-teneném	<i>Phacellodomus rufifrons</i>	LC - Pouco preocupante
Beija-flor-de-fronte-violeta	<i>Phaethornis pretrei</i>	LC - Pouco preocupante
Pula-pula-de-peito-listrado	<i>Phyllomyias fasciatus</i>	LC - Pouco preocupante
Piabinha	<i>Piabina argentea</i>	LC - Pouco preocupante
Alma-de-gato	<i>Piaya cayana</i>	LC - Pouco preocupante
Pica-pau-anão-de-coleira	<i>Picumnus cirratus</i>	LC - Pouco preocupante
Bagre	<i>Pimelodella vittata</i>	LC - Pouco preocupante
Bagre	<i>Pimelodus maculatus</i>	LC - Pouco preocupante
Bagre	<i>Pimelodus pohli</i>	LC - Pouco preocupante
Sangue-de-boi	<i>Piranga flava</i>	LC - Pouco preocupante
Bem-te-vi	<i>Pitangus sulphuratus</i>	LC - Pouco preocupante
Balança-rabo-de-mascara	<i>Platyrinchus mystaceus</i>	LC - Pouco preocupante
Lavadeira-mascarada	<i>Polioptila dumicola</i>	LC - Pouco preocupante
Andorinha-doméstica	<i>Progne chalybea</i>	LC - Pouco preocupante
Sofrê	<i>Psarocolius decumanus</i>	LC - Pouco preocupante
Garibaldi	<i>Pseudoleistes guirahuro</i>	LC - Pouco preocupante
Maritaca	<i>Psittacara leucophthalmus</i>	LC - Pouco preocupante
Maritaca	<i>Psittacara leucophthalmus</i>	LC - Pouco preocupante
Andorinha-das-barreiras	<i>Pygochelidon cyanoleuca</i>	LC - Pouco preocupante
Andorinha-das-barreiras	<i>Pygochelidon cyanoleuca</i>	LC - Pouco preocupante
Tiriba-de-testa-vermelha	<i>Pyrrhura frontalis</i>	LC - Pouco preocupante
Tucano-toco	<i>Ramphastos toco</i>	LC - Pouco preocupante
Jundiá	<i>Rhamdia quelen</i>	LC - Pouco preocupante



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Nome Popular	Nome Científico	Classificação IUCN Brasil
Bagre	<i>Rhamdiopsis microcephala</i>	LC - Pouco preocupante
Gavião-da-caatinga	<i>Rupornis magnirostris</i>	LC - Pouco preocupante
Dorado	<i>Salminus hilarii</i>	LC - Pouco preocupante
Trinca-ferro-do-banhado	<i>Saltator similis</i>	LC - Pouco preocupante
Pardalzinho	<i>Saltatricula atricollis</i>	LC - Pouco preocupante
Galo-da-serra-de-coroa	<i>Schistochlamys ruficapillus</i>	LC - Pouco preocupante
Lavadeira-de-cara-branca	<i>Serpophaga nigricans</i>	LC - Pouco preocupante
Lavadeira-de-cara-parda	<i>Serpophaga subcristata</i>	LC - Pouco preocupante
Piabucu	<i>Serrapinnus heterodon</i>	LC - Pouco preocupante
Piaçoca	<i>Setophaga pitiauyumi</i>	LC - Pouco preocupante
Canário-da-terra	<i>Sicalis flaveola</i>	LC - Pouco preocupante
Canário-do-campo	<i>Spinus magellanicus</i>	LC - Pouco preocupante
Pardalzinho	<i>Sporophila ardesiaca</i>	LC - Pouco preocupante
Bigodinho	<i>Sporophila lineola</i>	LC - Pouco preocupante
Papa-capim-de-coqueiro	<i>Sporophila nigricollis</i>	LC - Pouco preocupante
Pássaro-de-ferro	<i>Sporophila plumbea</i>	LC - Pouco preocupante
Piava	<i>Steindachnerina insculpta</i>	LC - Pouco preocupante
Andorinha-de-barrete	<i>Stelgidopteryx ruficollis</i>	LC - Pouco preocupante
Pichororé	<i>Synallaxis albescens</i>	LC - Pouco preocupante
João-baiano	<i>Synallaxis frontalis</i>	LC - Pouco preocupante
Trepadorzinho-verde	<i>Synallaxis spixi</i>	LC - Pouco preocupante
Maria-faceira	<i>Syrigma sibilatrix</i>	LC - Pouco preocupante
Andorinha-de-casa	<i>Tachycineta leucorrhoa</i>	LC - Pouco preocupante
Sai-andorinha	<i>Tersina viridis</i>	LC - Pouco preocupante



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Nome Popular	Nome Científico	Classificação IUCN Brasil
Lambari	<i>Tetragonopterus chalceus</i>	LC - Pouco preocupante
Beija-flor-de-fronte-violeta	<i>Thalurania furcata</i>	LC - Pouco preocupante
Choca-da-mata	<i>Thamnophilus caerulescens</i>	LC - Pouco preocupante
Colhereiro	<i>Theristicus caudatus</i>	LC - Pouco preocupante
Ferreirinho-relógio	<i>Todirostrum cinereum</i>	LC - Pouco preocupante
Eitio-branco	<i>Tolmomyias sulphurescens</i>	LC - Pouco preocupante
Bagre	<i>Trichomycterus variegatus</i>	LC - Pouco preocupante
Sabiá-una	<i>Turdus amaurochalinus</i>	LC - Pouco preocupante
Sabiá-amarelo	<i>Turdus leucomelas</i>	LC - Pouco preocupante
Suiriri	<i>Tyrannus melancholicus</i>	LC - Pouco preocupante
Tesourinha	<i>Tyrannus savana</i>	LC - Pouco preocupante
Quero-quero	<i>Vanellus chilensis</i>	LC - Pouco preocupante
Tiziu	<i>Volatinia jacarina</i>	LC - Pouco preocupante
Trepadorzinho	<i>Xenops rutilans</i>	LC - Pouco preocupante
Tesourinha-do-campo	<i>Xolmis velatus</i>	LC - Pouco preocupante
Rolinha-roxa	<i>Zenaida auriculata</i>	LC - Pouco preocupante
Tico-tico-do-campo	<i>Zonotrichia capensis</i>	LC - Pouco preocupante
Tamanduá-bandeira	<i>Myrmecophaga tridactyla</i>	VU - Vulnerável
Anta	<i>Tapirus terrestris</i>	VU - Vulnerável
Onça-pintada	<i>Panthera onca</i>	NT - Quase Ameaçada
Tatu-canastra	<i>Priodontes maximus</i>	VU - Vulnerável
Cervo-do-pantanal	<i>Blastocerus dichotomus</i>	VU - Vulnerável
Mão-pelada	<i>Procyon cancrivorus</i>	LC - Pouco preocupante
Porco-do-mato	<i>Tayassu pecari</i>	LC - Pouco preocupante



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Nome Popular	Nome Científico	Classificação IUCN Brasil
Veado-campeiro	<i>Ozotoceros bezoarticus</i>	LC - Pouco preocupante
Veado-mateiro	<i>Mazama americana</i>	LC - Pouco preocupante
Cutia	<i>Dasyprocta spp.</i>	LC - Pouco preocupante
Tamanduá-mirim	<i>Tamandua tetradactyla</i>	LC - Pouco preocupante
Raposa-do-campo	<i>Lycalopex vetulus</i>	LC - Pouco preocupante
Gato-maracajá	<i>Leopardus wiedii</i>	LC - Pouco preocupante
Mico-leão-dourado	<i>Leontopithecus rosalia</i>	CR - Criticamente em Perigo
Sagui-de-tufos-brancos	<i>Callithrix jacchus</i>	LC - Pouco preocupante
Tamanduá-de-colete	<i>Tamandua tetradactyla</i>	LC - Pouco preocupante
Lobo-guará	<i>Chrysocyon brachyurus</i>	VU - Vulnerável

Fonte: Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBR). Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

C) Discussão dos Resultados de Fauna

A biodiversidade do Cerrado destaca-se pela sua riqueza, porém, a quantidade de animais registrados em estudos pode ser significativamente impactada por diversos fatores ambientais e antrópicos. Entre esses elementos, a alta fragmentação da área de estudo, o intenso tráfego de veículos automotivos em áreas rurais, a extensiva presença de pastagens e a criação de animais de pequeno e grande porte exercem influências particulares.

A fragmentação do habitat emerge como um dos principais fatores negativos para a biodiversidade no Cerrado. Nesse bioma, a fragmentação é predominantemente causada pela expansão das atividades agrícolas e pelo avanço da urbanização. A redução e o isolamento dos fragmentos florestais resultam na diminuição de habitats adequados para numerosas espécies, levando a populações menores e mais vulneráveis. Conforme observado por Ribeiro et al. (2009), a fragmentação compromete a conectividade entre os habitats (Figura 21), limitando o deslocamento e a dispersão das espécies, aspectos essenciais para a manutenção da diversidade genética e para a sobrevivência a longo prazo.

Figura 21 - Registro de fragmentos florestais próximos sem conexão.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

A elevada movimentação de veículos automotivos no ambiente rural também contribui significativamente para a redução da quantidade de animais registrados (Figura 22). As estradas funcionam como barreiras físicas para muitas espécies, aumentando consideravelmente o risco de atropelamentos, o que representa uma causa significativa de mortalidade da fauna. Estudos conduzidos por Bager e Fontoura (2013) evidenciam que o tráfego intenso de veículos está diretamente associado a altas taxas de mortalidade por atropelamento, afetando especialmente espécies de maior mobilidade e aquelas que utilizam áreas próximas às estradas.

Figura 22 - Presença de veículos em ambiente rural e Seriema (*Cariama cristata*).



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

A conversão de vegetação nativa em pastagens também exerce um impacto significativo sobre a fauna do Cerrado. As áreas destinadas à criação de animais de pequeno e grande porte modificam a estrutura do habitat, reduzindo a complexidade e a disponibilidade de recursos naturais para as espécies nativas. De acordo com Santos et al. (2018), a presença de animais criados em cativeiro pode resultar em competição por recursos e aumento da pressão predatória sobre as espécies nativas (Figura 23). Além disso, a adoção de práticas agropecuárias intensivas frequentemente leva à degradação do solo e à contaminação de corpos d'água, fatores que têm impactos adversos sobre a biodiversidade local.

Figura 23 - Presença de animais de criação de grande porte na área de estudo.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

A combinação desses fatores - fragmentação de habitat, tráfego automotivo, pastagens extensivas e criação de animais - configura um ambiente desafiador para muitas espécies, resultando em uma redução significativa na densidade e diversidade da fauna observada nas pesquisas. Ferreira et al. (2020) destacam que esses fatores interativos podem gerar efeitos sinérgicos negativos, amplificando os impactos individuais de cada um e aumentando a vulnerabilidade das populações animais.

A baixa quantidade de animais levantados no Cerrado pode ser atribuída a uma série de fatores inter-relacionados, incluindo a fragmentação do habitat, o intenso tráfego de veículos, a substituição da vegetação nativa por pastagens e a criação de

animais domésticos. Compreender essas dinâmicas é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de conservação eficazes que possam mitigar esses impactos e promover a recuperação da biodiversidade no Cerrado.

Durante a busca ativa por fauna dentro da unidade, foram identificados rastros de mastofauna não identificada (Figura 24), além de possíveis tocas (Figura 8); no entanto, não foram registrados avistamentos diretos desse táxon. As armadilhas fotográficas capturaram imagens de dois indivíduos de roedores, conforme ilustrado no Anexo III.

Figura 24 - Rastro de mamífero.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Figura 25 - Possíveis tocas de mamíferos.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Nas buscas por aves, realizadas durante a revoada do início da manhã e do fim da tarde, foi observado que o grande tráfego de automóveis durante o horário de pico prejudicou a gravação e a reprodução de vocalizações (playback), limitando a eficácia das técnicas de monitoramento acústico. A avistagem de aves em fragmentos florestais desempenha um importante papel na conservação da biodiversidade e na compreensão das dinâmicas ecológicas em ecossistemas fragmentados. Espécies como o periquitão-maracanã (*Psittacara leucophthalmus*), a seriema (*Cariama cristata*), o tucano-toco (*Ramphastos toco*), o bacurau (*Nyctidromus albicollis*), a lava-deira-de-máscara (*Fluvicola nengeta*) e a gralha-do-campo (*Cyanocorax cristatellus*) são indicadoras da saúde ambiental e da funcionalidade dos fragmentos florestais.

Periquitão-maracanã (*Psittacara leucophthalmus*) - O periquitão-maracanã, um psitacídeo, depende de áreas florestais para nidificação e alimentação. Sua presença em fragmentos florestais indica a disponibilidade de árvores adequadas para a construção de ninhos e uma dieta diversificada, essencial para sua sobrevivência (Mikich, 2002).

Seriema (*Cariama cristata*) - Ave de hábitos terrestres, a seriema é frequentemente avistada em áreas abertas e fragmentos florestais, indicando boa qualidade ambiental e a necessidade de habitats extensos para forragear e se reproduzir (Sick, 1997).

Tucano-toco (*Ramphastos toco*) - Esta espécie frugívora desempenha um papel crucial na dispersão de sementes, indicando a existência de vegetação



diversificada e a presença de espécies cujas sementes são dispersas por ele (Galetti et al., 2000).

Bacurau (*Nyctidromus albicollis*) - Ave noturna, o bacurau é indicador de habitats com baixa perturbação antrópica e diversidade adequada de insetos, sua principal fonte de alimento (Cleere, 1999).

Lavadeira-de-máscara (*Fluvicola nengeta*) - Adaptada a ambientes ripários e áreas abertas, sua presença em fragmentos florestais sugere a existência de corpos d'água limpos e margens vegetadas, fundamentais para sua alimentação e nidificação (Antas et al., 2005).

Gralha-do-campo (*Cyanocorax cristatellus*) - Esta espécie social desempenha um papel importante na dispersão de sementes e no controle de pragas, indicando a existência de uma estrutura social complexa e recursos alimentares variados (Silva & Tabarelli, 2000).

A avistagem dessas aves em fragmentos florestais destaca a importância da conservação desses habitats para a manutenção da biodiversidade e dos processos ecológicos. A presença de espécies como o periquitão-maracanã, a seriema, o tucano-toco, o bacurau, a lavadeira-de-máscara e a gralha-do-campo é indicativa de um ambiente saudável e funcional. Portanto, a proteção e a restauração de fragmentos florestais são essenciais para a conservação das espécies e a sustentabilidade dos ecossistemas.

Para a herpetofauna, não foram detectadas vocalizações de anfíbios, e nenhum encontro direto com animais foi registrado durante as buscas. A busca ativa pela entomofauna revelou a presença de uma caixa de marimbondo, cujos membros desempenham papéis cruciais nos ecossistemas florestais. Sua presença é indicativa de um ambiente saudável e funcional, contribuindo significativamente para a biodiversidade e o equilíbrio ecológico. As vespas, incluindo os marimbondos, são polinizadores eficazes para várias espécies de plantas, desempenhando um papel vital na regeneração e sustentabilidade dos ecossistemas florestais (Kevan et al., 1990).

Os marimbondos desempenham um papel crucial como predadores naturais de pragas agrícolas e florestais. Eles caçam uma variedade de insetos, incluindo lagartas, moscas e outros invertebrados, alimentando suas larvas e ajudando a controlar populações que podem danificar as plantas. Matthews e Matthews (2010) destacam que as vespas são fundamentais no controle biológico, mantendo as populações



de pragas em níveis baixos e reduzindo a necessidade de pesticidas químicos, o que é essencial para a saúde e a sustentabilidade das florestas.

Além de sua função como predadores, os marimbondos contribuem significativamente para a reciclagem de nutrientes. Ao se alimentarem de insetos mortos e pequenas carcaças, eles ajudam na decomposição e na devolução de nutrientes ao solo. Este processo é vital para a fertilidade do solo e para o crescimento vegetal, como ressaltado por Hunt et al. (1991), facilitando a ciclagem de nutrientes e apoiando a produtividade das florestas.

A diversidade e a abundância de marimbondos podem servir como indicadores de saúde ambiental. Santos et al. (2018) observaram que áreas com alta diversidade desses insetos tendem a ser menos afetadas por atividades humanas, apresentando maior complexidade ecológica. Portanto, a robustez da população de marimbondos indica um ecossistema equilibrado e funcional, refletindo interações ecológicas complexas que incluem mutualismos, predação e competição (Kistner et al., 2017).

As aranhas armadeiras do gênero *Phoneutria* e as aranhas lança-teia da família *Theraphosidae* também desempenham papéis ecologicamente significativos nas áreas florestais. Sua presença é essencial para manter o equilíbrio ecológico, contribuindo para o controle de populações de insetos e outras presas, além de atuarem como bioindicadores da saúde do ecossistema.

Aranhas Armadeiras (gênero *Phoneutria*) - Estes aracnídeos são predadores eficazes, alimentando-se de uma ampla gama de insetos, pequenos vertebrados e outros aracnídeos. Sua habilidade predatória ajuda a regular populações de pragas, como insetos herbívoros, que podem prejudicar as plantas florestais (Hodge, 1999).

Aranhas Lança-teia (família *Theraphosidae*) - As aranhas lança-teia capturam suas presas utilizando teias complexas, sendo especialmente importantes para controlar insetos voadores. Estas aranhas desempenham um papel crucial na regulação de populações de insetos, contribuindo para a saúde das plantas e a estrutura do habitat (Uetz, 1991).

A diversidade e a abundância dessas aranhas também podem indicar a qualidade ambiental de uma área florestal. Riechert e Lockley (1984) destacam que aranhas são sensíveis às mudanças ambientais, sendo sua presença um indicativo da integridade ecológica do habitat. Além de serem predadoras, elas também servem



como presas para aves, pequenos mamíferos e outros predadores, mantendo a diversidade e a resiliência do ecossistema (Foelix, 2011).

A presença dessas espécies em áreas florestais é crucial para a manutenção da biodiversidade e do equilíbrio ecológico. Elas atuam como controladores biológicos de pragas, indicadores de saúde ambiental, recicladores de nutrientes e participantes em complexas interações ecológicas. A conservação desses aracnídeos é, portanto, fundamental para assegurar a sustentabilidade e a funcionalidade dos ecossistemas florestais.

A colmeia de abelha Iraí (*Nannotrigona testaceicornis*) também desempenha um papel fundamental nos ecossistemas florestais, contribuindo para a polinização de plantas nativas, a manutenção da biodiversidade e a sustentabilidade dos ecossistemas. Polinizadoras eficientes, essas abelhas visitam uma ampla gama de plantas floríferas para coletar néctar e pólen, sendo essenciais para a reprodução de muitas espécies vegetais nativas (Wilms e Wiechers, 1997).

A presença da abelha Iraí em áreas florestais pode indicar a qualidade ambiental e a integridade do ecossistema. Nogueira-Neto (1997) destaca que a diversidade e a abundância dessas abelhas são indicadores de um ambiente saudável, com uma boa disponibilidade de recursos florais e uma baixa presença de poluentes. Além de suas funções ecológicas, essas abelhas têm importância socioeconômica significativa, produzindo mel, própolis e cera utilizados na alimentação, medicina tradicional e cosméticos (Kerr et al., 1996).

A conservação dessas espécies de insetos é essencial para garantir a sustentabilidade e a funcionalidade dos ecossistemas florestais, promovendo a interação ecológica dinâmica e o equilíbrio ambiental.

D) Proposição de Pesquisas e Estudos Futuros

Com base nos resultados obtidos no levantamento de flora, propõe-se os seguintes programas e estudos futuros para a área de estudo:

A proposta de estabelecer uma unidade de conservação em Piumhi, Minas Gerais, não apenas promete fortalecer a proteção ambiental na região, mas também abre um leque de oportunidades para desenvolver projetos inovadores. Este texto discute as possíveis iniciativas positivas que podem ser implementadas, abrangendo desde o



monitoramento de fauna até o desenvolvimento de ecoturismo e pesquisas acadêmicas.

- Programa de Monitoramento Biodiversidade

Um dos aspectos essenciais de qualquer unidade de conservação é o monitoramento contínuo da fauna e da biodiversidade. Em Piumhi, isso poderia ser realizado através da implementação de programas de observação e pesquisa de espécies locais, incluindo aves, mamíferos e répteis. Estudos de longo prazo poderiam documentar padrões migratórios, alterações populacionais e impactos das mudanças climáticas sobre os ecossistemas locais., inclusive através da Ciência Cidadã, envolvendo a participação ativa da comunidade local e visitantes na coleta de dados.

Esta abordagem não só aumenta a quantidade de informações coletadas, mas também fortalece o vínculo entre a população e a conservação ambiental.

Paralelamente, programas educativos focados em educação ambiental poderiam ser desenvolvidos para escolas locais e grupos comunitários. Atividades práticas, como trilhas interpretativas e workshops sobre conservação, não apenas capacitam os participantes a compreender melhor os ecossistemas locais, mas também promovem atitudes sustentáveis em relação ao meio ambiente.

- Desenvolvimento de Ecoturismo Sustentável

A criação da unidade de conservação oferece uma oportunidade única para o desenvolvimento de ecoturismo sustentável em Piumhi. Iniciativas poderiam incluir trilhas guiadas, atividades de observação de aves, turismo educativo e programas de voluntariado ambiental. Estas atividades não apenas promovem a conscientização ambiental, mas também geram receitas que podem ser reinvestidas na conservação da área protegida.

- Pesquisas Acadêmicas e Interdisciplinares

A presença de uma unidade de conservação em Piumhi poderia atrair pesquisadores de diversas disciplinas, como biologia, ecologia, geografia, e ciências sociais.



Estudos poderiam abordar temas como a interação entre comunidades locais e áreas protegidas, o impacto de políticas de conservação sobre a economia regional, e estratégias para mitigar conflitos entre conservação ambiental e desenvolvimento econômico.

A implementação de uma unidade de conservação em Piumhi, Minas Gerais, não apenas fortalecerá os esforços de conservação ambiental, mas também catalisará o desenvolvimento de projetos inovadores e multidisciplinares. Através do monitoramento de fauna com participação da ciência cidadã, da promoção da educação ambiental local e do desenvolvimento de ecoturismo sustentável, a região pode se beneficiar significativamente, garantindo a preservação de seus recursos naturais para as gerações futuras.

3 ANÁLISE SOCIOECONÔMICA

3.1 HISTÓRIA E PATRIMÔNIO

As informações quanto a história e patrimônio da cidade, foram obtidas em consulta ao site da Prefeitura Municipal de Piumhi e no Plano Municipal de Cultura de Piumhi – MG.

A origem de Piumhi remonta ao século XVIII, caracterizada pelos padrões mineiros da época com interação entre mineração, agricultura, pecuária e religiosidade. Inicialmente, a região era habitada por indígenas e quilombolas, mas, em 1731, João Batista Maciel liderou uma expedição em busca de ouro na área, desencadeando uma ocupação gradual. Em 1752, a mineração ganhou destaque na região, impulsionando o crescimento populacional. A Paróquia de Nossa Senhora do Livramento de Piumhi foi estabelecida em 1754, contribuindo para o desenvolvimento religioso e social da localidade.

Em 1841, Piumhi foi elevada à categoria de Vila e, em 1842, tornou-se município, com a instalação da Câmara Municipal. Em 1868, foi elevada à condição de cidade. A religiosidade foi um aspecto importante na história de Piumhi, evidenciada pela construção de igrejas e capelas ao longo dos anos. Com o passar do tempo, a atividade mineradora foi substituída pela agricultura e pecuária, consolidando a



vocação agrícola da cidade. Atualmente, Piumhi é reconhecida nacionalmente pela produção de café.

Quanto ao nome da cidade, inicialmente escrito como "Piumhy", foi alterado para "Piumhi" durante a presidência de Getúlio Vargas, seguindo a reforma ortográfica da época. A grafia "Piumhi" foi oficializada por lei municipal, unificando sua escrita. O significado do topônimo pode ser interpretado como "rio de muitos peixes" ou "mosquito d'água", refletindo a abundância de recursos naturais na região. Em decorrência da hospitalidade e gentileza dos munícipes, a cidade recebeu o apelido de "Cidade Carinho".

A Constituição de 1988 estabeleceu a corresponsabilidade dos entes federativos (União, Estados e Municípios) na promoção e conservação do Patrimônio Histórico e Cultural. O artigo 24, inciso VII, confere competência concorrente à União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Em Piumhi, as iniciativas culturais remontam à criação da Biblioteca Municipal Maria Serafina de Freitas, estabelecida pela Lei nº 37 de 15/02/1949, posteriormente regulamentada pela Lei nº 583 de 03/03/1971. A Lei nº 471 de 06/03/1967 propôs a criação do serviço municipal de informação, incluindo radiodifusão para divulgar atos administrativos e promover intercâmbio cultural.

Em 1980, foi sancionada uma lei destinando subvenções a entidades assistenciais com fins cívicos e culturais, com destaque para bandas musicais. A reorganização administrativa municipal, estabelecida pela Lei nº 1.002 de 16/08/1989, criou o Departamento Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, objetivando a promoção cultural e recreativa. A Lei nº 11.053 de 08/02/1993 alterou o nome do departamento para "Departamento Municipal de Educação e Cultura".

Atualmente, Piumhi possui aproximadamente 133 bens patrimoniais inventariados, incluindo estruturas arquitetônicas e urbanísticas (igrejas, capelas e edifícios), bens móveis e integrados, fontes arquivísticas e patrimônio imaterial (o modo artesanal de fazer o queijo de Minas nas regiões da Serra da Canastra, por exemplo). Entre os patrimônios protegidos estão: os desenhos de José Il Bruno de Lima, a Casa da Cultura, a Praça Dr. Avelino de Queiroz e o Arquivo do Jornal Alto S. Francisco. A cidade também é rica em expressões culturais, como música, artesanato e literatura. Quanto ao patrimônio arqueológico, não foram verificados registros.



3.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

O município de Piumhi apresentou, em 2022, uma população total de 36.062 habitantes e uma densidade demográfica de 39,96 hab/km² de acordo com o último censo demográfico do IBGE (2022). É um município em que se observou uma tendência de crescimento populacional, demonstrado por meio dos dados do IBGE, utilizados para realizar o estudo da evolução da população total do município. Os valores na Tabela 7 e Gráfico 8 apresentam os dados de população do município, entre 1970 e 2022.

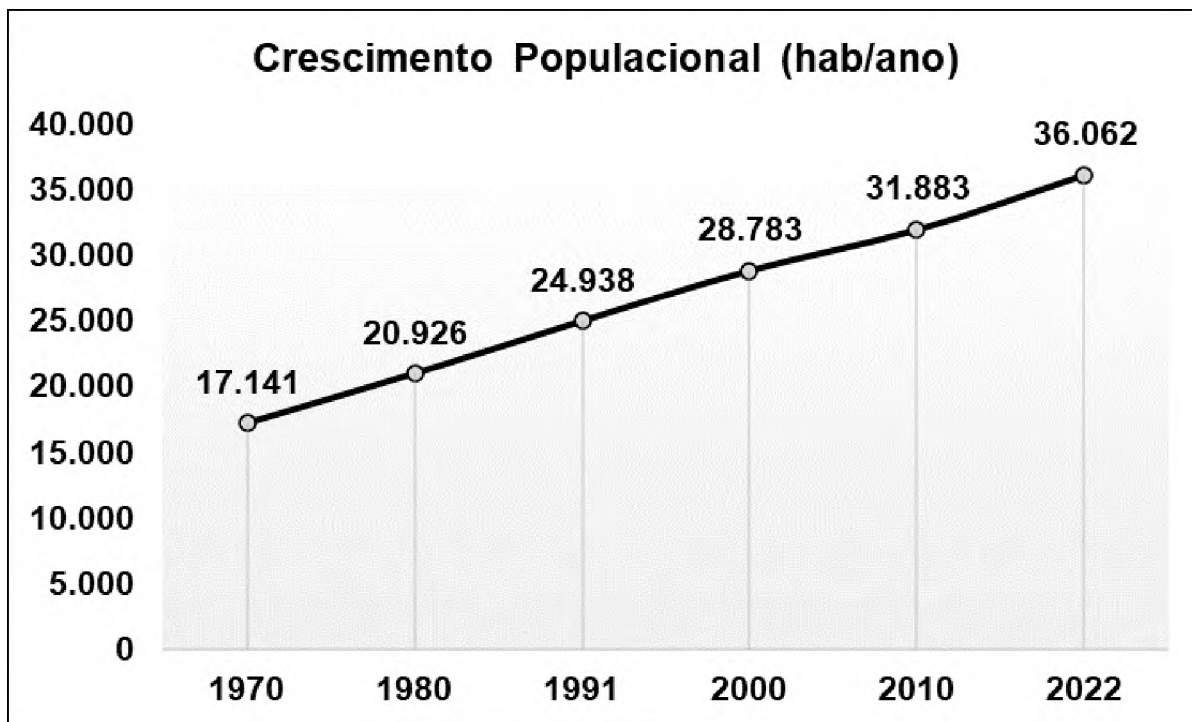
Tabela 7 - Evolução da população total do Município de Piumhi.

Ano	População (habitantes)
1970	17.141
1980	20.926
1991	24.938
2000	28.783
2010	31.883
2022	36.062

Fonte: IBGE, 2022. Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.



Gráfico 8 - Crescimento populacional em Piumhi entre 1970 e 2022.



Fonte: IBGE, 2022. Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Quanto ao número de habitantes em áreas urbanas e rurais, ainda não foram divulgadas as informações para o município de acordo com o último censo do IBGE. Contudo, dados de 2021 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), indicam que, no município, a concentração de população urbana era predominante, sendo correspondente a 31.479 habitantes (taxa de urbanização de 89,6%) e a rural a 3.658 habitantes (10,4%), proporções que vêm se mantendo desde o ano de 2010.

Em 2017, a população de Piumhi mostrou uma ligeira predominância de mulheres em relação aos homens, com 50,29% e 49,71%, respectivamente. Dos 34.525 habitantes do município naquele ano, 17.362 eram mulheres e 17.163 eram homens.

A estrutura etária da população, resultado da combinação de fecundidade, mortalidade e migração, gera diferentes demandas por serviços públicos para atender às necessidades básicas da população. A estrutura etária da população em Piumhi, nos anos de 2000 e 2010 é apresentada na Tabela 8.



Tabela 8 - Estrutura etária de Piumhi (2000 e 2010).

Estrutura Etária	População (2000)	% do total (2000)	População (2010)	% do total (2010)
Menor de 15 anos	7.347	25,53	6.412	20,11
15 a 64 anos	19.294	67,03	22.455	70,43
65 anos ou mais	2.142	7,44	3.016	9,46
Razão de dependência	49,18	-	41,99	-
Taxa de envelhecimento	7,44	-	9,46	-

Fonte: Censo Demográfico (2000; 2010). Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

3.3 ASPECTOS ECONÔMICOS

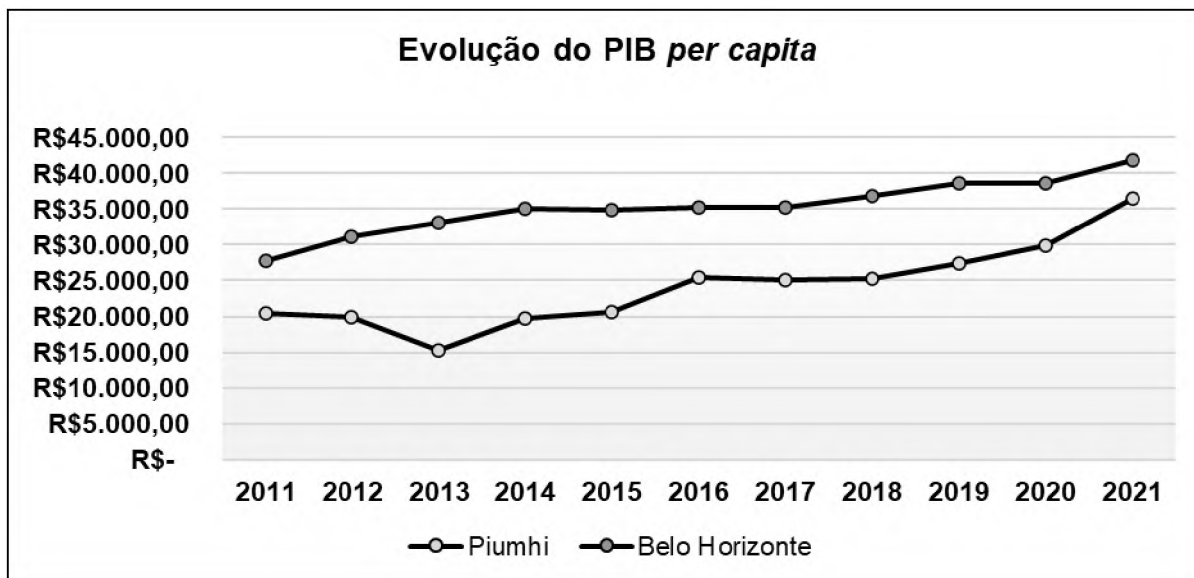
3.3.1 Produto Interno Bruto (PIB)

O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região durante um período específico. Amplamente utilizado na macroeconomia, o PIB é um indicador fundamental para mensurar a atividade econômica de uma região. No entanto ele é apenas um indicador síntese, pois embora forneça uma visão geral da economia de um país, estado ou cidade, o PIB não reflete aspectos importantes como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde. É possível que um país com um PIB relativamente baixo tenha um alto padrão de vida, enquanto outro com um PIB elevado apresente um padrão de vida mais modesto.

Segundo dados do IBGE de 2021, o PIB *per capita* de Piumhi era de R\$36.452,59, enquanto na capital Belo Horizonte esse valor era de R\$41.818,32, fornecendo uma base de comparação entre os dois locais. O Gráfico 9 ilustra a evolução do PIB de Piumhi ao longo dos anos de 2011 a 2021, oferecendo uma representação visual da dinâmica econômica do município.



Gráfico 9 - Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*.



Fonte: IBGE, 2021. Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Na classificação estadual, Piumhi encontrava-se na 157ª posição do *ranking* em 2021. A receita do PIB gerado em Piumhi tem origem principalmente no setor de serviços (47,84%), seguido pelo setor agropecuário (25,83%). No interior da área destacam-se as atividades agrícolas e pastagem que, como observado no tópico de uso e cobertura da terra, existem extensas áreas dedicadas a estes usos (cerca de 62,9%).

3.3.2 Renda

Através de pesquisas minuciosas e abrangentes, o IBGE fornece dados essenciais sobre a dinâmica socioeconômica do país, oferecendo uma base sólida para compreender as tendências, desigualdades e mudanças que influenciam o mercado de trabalho e a distribuição de renda. Com base nos dados de 2021, o salário médio mensal em Piumhi era equivalente a 1,8 salários mínimos, enquanto a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 25,28%.

Analisando as informações do Atlas do Desenvolvimento Humano, os dados de renda *per capita* mensal nos anos 2000 e 2010 indicam um aumento na renda do município. Em 2000, a renda per capita mensal era de R\$ 668,96, aumentando para R\$ 747,20 em 2010 (para convertê-los para preços de fevereiro de 2020, multiplicar por 1,71765 - variação do IPCA).



O Atlas classifica a população mais vulnerável dos municípios em extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza, com base na renda domiciliar *per capita* mensal (valores em 01 de agosto de 2010). A Tabela 9 apresenta as proporções para cada classe em Piumhi.

Tabela 9 - Classificação pela renda domiciliar *per capita* no município.

Categoria	Extremamente pobre	Pobre	Vulneráveis a pobreza
Renda <i>per capita</i>	< R\$ 70,00	< R\$ 140,00	< R\$ 255,00
Proporção em 2000	1,35%	8,99%	29,88%
Proporção em 2010	0,81%	3,84%	18,72%

Fonte: Censo Demográfico (2000; 2010). Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Analisando os dados do Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal, a proporção de pessoas extremamente pobres (com renda familiar per capita mensal inferior a R\$ 70,00), inscritas no CadÚnico e beneficiárias do Bolsa Família, aumentou de 13,98% em 2014 para 14,28% em 2017. A proporção de pessoas pobres (com renda familiar per capita mensal inferior a R\$ 140,00), também inscritas no cadastro e beneficiárias do Bolsa Família, aumentou de 42,53% em 2014 para 45,98% em 2017. Por fim, a proporção de pessoas vulneráveis à pobreza (com renda familiar per capita mensal inferior a R\$ 255,00), inscritas no cadastro e beneficiárias do Bolsa Família, aumentou de 47,68% em 2014 para 70,90% em 2017.

No que se refere ao índice de desigualdade, o Gini é uma das métricas de disparidade de renda presentes no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Seu valor varia de 0 a 1, em que um valor mais alto indica uma maior desigualdade de renda. No caso de Piumhi, o índice Gini passou de 0,57 em 2000 para 0,47 em 2010, evidenciando uma diminuição na desigualdade de renda ao longo desse período.

3.3.3 Vulnerabilidade Social

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) é um indicador que oferece uma análise detalhada das condições de vida de todas as camadas socioeconômicas do país, identificando aquelas que estão em situação de vulnerabilidade e risco social. A Vulnerabilidade Social refere-se à susceptibilidade à pobreza e é calculada utilizando variáveis relacionadas à renda, educação, emprego e habitação de indivíduos e famílias



em situação vulnerável. No contexto de Piumhi, os resultados dessas quatro dimensões de indicadores podem ser visualizados na Tabela 10.

Tabela 10 - Vulnerabilidade social em Piumhi - MG.

Indicadores		Ano	
		2000	2010
Crianças e Jovens	% de crianças de 0 a 5 anos de idade que não frequentam a escola	75,49	52,00
	% de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham em domicílios vulneráveis à pobreza	8,45	6,05
	% de crianças com até 14 anos de idade extremamente pobres	2,92	2,31
Adultos	% de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal	54,22	38,72
	% de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade	9,13	18,92
	% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	1,66	1,23
	% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho	-	0,52
Condição de Moradia	% da população que vivem em domicílios com banheiro e água encanada	96,92	99,15

Fonte: Censo Demográfico (2000; 2010). Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

A situação da vulnerabilidade social no município pode ser analisada pela dinâmica de alguns indicadores:

- Entre 2000 e 2010, ocorreu uma redução no percentual de crianças extremamente pobres, que passou de 2,92% para 2,31%.
- Houve um aumento representativo de mães chefes de família com ensino fundamental incompleto e com filhos menores de 15 anos, de 9,13% para 18,92%.
- Redução no percentual de indivíduos entre 15 e 24 anos que não estudam nem trabalham e que estão vulneráveis à pobreza, reduzindo de 8,45% para 6,05%.



- Aumento no percentual da população em residências com acesso a banheiro e água encanada no município. Em 2000, o percentual era de 96,92% e, em 2010, o indicador registrou 99,15%.

3.3.4 Atividades Econômicas

Conforme os indicadores municipais referentes ao Censo Agropecuário de 2017, o município possuía 928 estabelecimentos agropecuários, abrangendo uma extensão total de 72,62 hectares. Os indicadores são apresentados na Tabela 11.

Tabela 11 - Indicadores municipais – Censo Agropecuário 2017 (Piumhi – MG).

Nome	Piumhi - MG
Estabelecimento (N)	928
Área Média (ha)	72,623611
Pessoal Ocupado/Estabelecimento (Pessoa)	5,079741
Área Lavoura/Adubadeira (ha)	61,468475
Área Lavoura/Colheitadeira (ha)	142,530029
Área Lavoura/Semeadeira (ha)	106,068863
Área Lavoura/Trator (ha)	23,270208
Ativ. Econ. - Lavoura Temporária (%)	12,931034
Ativ. Econ. - Lavoura Permanente (%)	29,849138
Ativ. Econ. - Pecuária (%)	52,370689
Ativ. Econ. – Horticultura e Floricultura (%)	1,724138
Ativ. Econ. – Sementes e Mudas (%)	0,323276
Ativ. Econ. - Produção Florestal (%)	2,586207
Ativ. Econ. - Pesca (%)	-
Ativ. Econ. - Aquicultura (%)	0,215517
Uso das Terras - Lavoura (%)	33,837677
Uso das Terras - Pastagem (%)	44,95248
Aves - Corte (%)	2,478448
Aves - Ovos (%)	15,301724
Bovinos - Corte (%)	35,021553
Bovinos - Leite (%)	31,896551
Rendimento - Arroz (kg/ha)	6.000
Rendimento - Cana (kg/ha)	41.363,519531
Rendimento - Mandioca (kg/ha)	3.087,719238



Rendimento - Milho (kg/ha)	6.994,711914
Rendimento - Soja (kg/ha)	3.295,536621
Rendimento - Trigo (kg/ha)	-
Rendimento - Cacau (kg/ha)	-
Rendimento - Café (kg/ha)	1.535,411133
Rendimento - Laranja (kg/ha)	24.281,884766
Rendimento - Uva (kg/ha)	-
Carga Bovinos (n/ha)	1,430241
Cisterna (%)	1,400862
Utilização Agrotóxicos (%)	62,176723
Despesa Agrotóxicos (%)	12,860206
Uso Irrigação (%)	4,310345
Assistência Técnica (%)	42,133621
Agricultura Familiar (%)	67,780174
Produtor - até Ens. Fundamental (%)	49,353447

Fonte: Censo Agropecuário (2017). Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

A Tabela 12 e a Tabela 13 apresentam dados de produção agrícola, com as principais culturas cultivadas em lavoura permanente e temporária no ano de 2017.

Tabela 12 - Principais culturas agrícolas produzidas – Lavoura permanente.

Principais Culturas	Quantidade Produzida (t)	Área Colhida (ha)
Café (grão verde arábica)	18.170	51.969
Laranja	670	49

Fonte: IBGE, 2017. Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Tabela 13 - Principais culturas agrícolas produzidas – Lavoura temporária.

Principais Culturas	Quantidade Produzida (t)	Área Colhida (ha)
Cana-de-açúcar	2.267	55
Cana-de-açúcar forrageira	685	17
Feijão (grão)	1.469	947
Milho (grão)	28.094	4.016
Milho forrageiro	78.896	2.378
Soja (grão)	6.315	1.916

Fonte: IBGE, 2017. Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.



Os dados de produção pecuarista, outra atividade econômica bem difundida no território municipal, são apresentados na Tabela 14, e os principais produtos da pecuária na Tabela 15.

Tabela 14 - Produção pecuarista.

Principais Rebanhos	Quantidade Produzida
Bovino	43.330 cabeças
Galináceo	748 (x1000) cabeças
Ovino	122 cabeças
Equino	633 cabeças
Suíno	4.491 cabeças
Bubalino	1.471 cabeças
Caprino	86 cabeças
Muare	55 cabeças
Patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões	60 cabeças

Fonte: IBGE, 2017. Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Tabela 15 - Principais produtos da pecuária.

Principais Produtos da Pecuária	Quantidade Produzida
Leite	27.417 (x1000) litros
Ovos	53 (x1000) dúzias

Fonte: IBGE, 2017. Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Com relação aos estabelecimentos comerciais, a Tabela 16 apresenta os estabelecimentos presentes no município, de acordo com dados oriundos do Plano Municipal de Turismo de Piumhi:

Tabela 16 - Lista de estabelecimentos comerciais em Piumhi – MG.

Estabelecimentos Comerciais	Quantidade
Acomodações (hotéis, pousadas e casas de aluguel)	194
Restaurantes	17
Bares	15
Padarias	15
Hamburguerias	16
Clínicas	18
Hospitais	4
Consultórios	30
Farmácia	13



Estabelecimentos Comerciais	Quantidade
Táxis	12

Fonte: Plano Municipal de Turismo, 2023. Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

As atividades produtivas descritas nesse tópico, que também são realizadas dentro do território visado para a implementação da APA, têm impactos na área devido à demanda por terra, recursos naturais e uso de insumos como defensivos agrícolas e irrigação. A expansão agrícola e pecuária pode resultar em desmatamento, fragmentação de habitats naturais e contaminação de recursos hídricos, afetando a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos da região. Assim, é essencial que as atividades produtivas sejam implementadas e/ou readequadas com base no uso de práticas sustentáveis e medidas de conservação para mitigar os possíveis impactos e promover o equilíbrio entre as atividades econômicas e a preservação ambiental na APA.

3.4 USO E COBERTURA DA TERRA

A ocupação histórica do bioma Cerrado teve início com a colonização, contudo, por muito tempo, o foco de atenção esteve direcionado para outros biomas, deixando o Cerrado em segundo plano. Com o avanço da fronteira agrícola e a crescente demanda por terras destinadas à agricultura e pecuária, o Cerrado passou por significativas transformações, sofrendo os impactos da expansão humana nessas atividades, o que resultou na perda de vegetação nativa e biodiversidade.

De acordo com os dados de mapeamento de uso e cobertura da terra de 2022 do MapBiomas, cerca de 50,1% da área do Cerrado estava ocupada por atividades agropecuárias, enquanto 40,6% eram cobertos por formações florestais. As formações naturais não florestais representavam 7,3% da área, enquanto as áreas não vegetadas e os corpos d'água ocupavam 1,2% e 0,7%, respectivamente. O mapeamento indicou que a cobertura de vegetação nativa era de 47,9%, com uma perda líquida de 25,2% entre 1985 e 2022, totalizando aproximadamente 32.100.000 hectares. A Tabela 17 apresenta as categorias de uso e cobertura do solo na área em estudo, juntamente com suas respectivas áreas e proporções.



Tabela 17 - Categorias de uso e cobertura do solo identificadas na área em estudo, com base em dados do MapBiomas (2022).

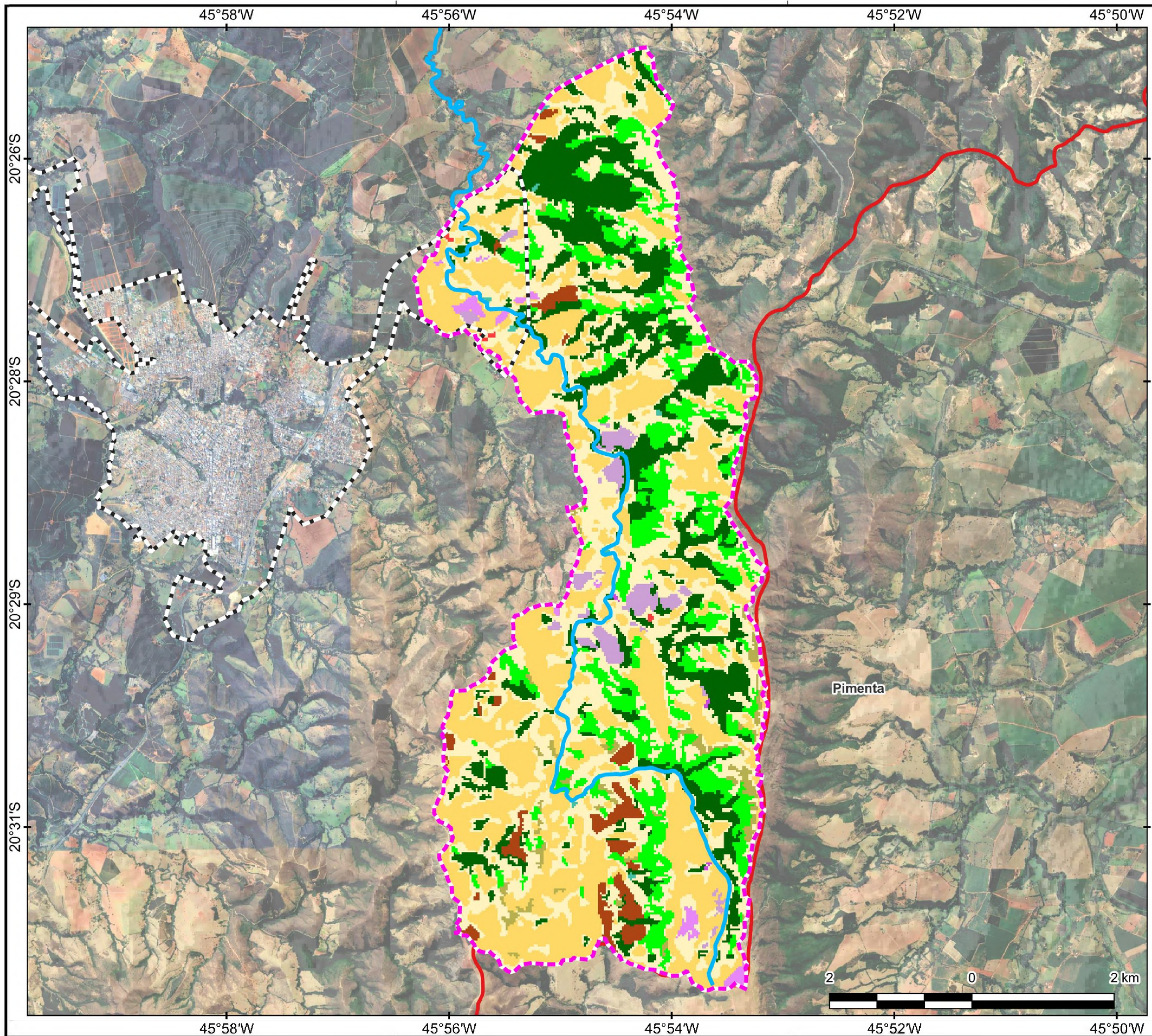
Categoria de uso/cobertura	Área (km ²)	%
Formação Florestal	7,66	17,44
Formação Savânica	5,59	12,72
Silvicultura	1,12	2,55
Campo Alagado e Área Pantanosa	0,06	0,15
Formação Campestre	0,65	1,47
Pastagem	13,82	31,46
Mosaico de Agricultura e Pastagem	13,81	31,44
Outras Áreas não vegetadas	0,03	0,08
Outras Lavouras Temporárias	0,32	0,72
Café (beta)	0,84	1,92
Outras Lavouras Perenes	0,02	0,05

Fonte: MapBiomas (2022). Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024

Observa-se que as categorias de uso do solo mais significativas na área são pastagem e agricultura, que juntas representam 62,9% da área total, indicando uma predominância de atividades agropecuárias na região.

São atividades que, quando feitas sem planejamento e gestão adequados, podem trazer impactos significativos na paisagem e na biodiversidade, especialmente quando envolvem a conversão de vegetação nativa em áreas de pastagem ou agricultura. Além disso, pode resultar em impactos negativos sobre os recursos hídricos, como a erosão do solo, o assoreamento e a contaminação de rios, aumentando os riscos de degradação da qualidade da água e comprometimento da disponibilidade hídrica para as comunidades que dependem desse recurso. Portanto, a gestão integrada dessas áreas, com a implementação de práticas sustentáveis de manejo do solo e conservação da vegetação nativa, é essencial para garantir a proteção dos mananciais e a segurança hídrica das populações locais.

O Mapa 19 apresenta o mapeamento temático de uso e cobertura do solo para a área em estudo.



Mapa 19 - Uso e cobertura do solo da área em estudo.



Prefeitura Municipal de Piumhi - MG

Legenda

- Área em Estudo
- Perímetro Urbano
- Limite Municipal de Piumhi
- Ribeirão das Araras
- Uso e Cobertura (MapBiomias)**
 - Formação Florestal
 - Formação Savânica
 - Silvicultura
 - Campo Alagado e Área Pantanosa
 - Formação Campestre
 - Pastagem
 - Mosaico de Agricultura e Pastagem
 - Outras Áreas não Vegetadas
 - Outras Lavouras Temporárias
 - Café (beta)
 - Outras Lavouras Perenes



Diagnóstico Ambiental para Criação da APA na
Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras
Prefeitura de Piumhi - MG

Sistema de Coordenadas Geográficas
Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Elaborado em Abr., 2024.





3.5 PROCESSOS MINERÁRIOS

Na área de estudo em Piumhi, atividades minerárias são visadas em decorrência dos recursos minerais presentes na região, como abordado na caracterização geológica. Dentre os principais minerais explorados na área destacam-se o cromo. A mineração de cromo, iniciada na região desde a década de 1950, era concentrada principalmente no Maciço de Piumhi.

As fases dos processos minerários, de acordo com a Agência Nacional de Mineração (ANM), compreendem diferentes etapas que uma área mineral pode passar desde a sua identificação até a sua exploração efetiva. São elas:

- i. Disponibilidade: Nesta fase, a área mineral está disponível para requerimento de pesquisa. Isso significa que a ANM autoriza que interessados solicitem autorização para realizar estudos de viabilidade e exploração na região;
- ii. Requerimento de Pesquisa: Após a disponibilidade, os interessados podem requerer a autorização para realizar pesquisas visando identificar a presença de substâncias minerais na área. Essa etapa visa coletar dados geológicos e geofísicos para avaliar o potencial econômico da região;
- iii. Autorização de Pesquisa: Caso os estudos de viabilidade indiquem a presença de substâncias minerais de interesse econômico, a ANM pode conceder autorização para a realização de pesquisas mais detalhadas na área. Nesta fase, são realizados estudos mais aprofundados para confirmar a viabilidade econômica da exploração mineral;
- iv. Direito de Requerer Lavra: Após a autorização de pesquisa, os interessados podem requerer o direito de explorar comercialmente os recursos minerais identificados na área. Este é o estágio em que se solicita à ANM o direito de requerer a concessão de lavra;
- v. Requerimento de Lavra: Após a autorização para requerer lavra, os interessados podem solicitar formalmente à ANM a concessão de lavra para explorar os recursos minerais da área. Este é o estágio final antes da concessão efetiva da lavra;



- vi. Concessão de Lavra: Nesta fase, a ANM concede oficialmente o direito de explorar os recursos minerais da área. Isso permite que os beneficiários realizem a exploração e extração dos minérios de forma legal e regulamentada.

Ainda, para efetivamente ocorrer a atividade de exploração do minério, o empreendimento deve passar pelo licenciamento ambiental. No estado de Minas Gerais, esse processo é regido pelo Decreto Estadual nº 47.383, de 02/03/2018, o qual define, em seu artigo 11:

“Art. 11 - A construção, a instalação, a ampliação e o funcionamento de atividades e empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento ambiental.
Parágrafo único - Considera-se licenciamento ambiental o procedimento administrativo destinado a licenciar a atividade ou o empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidor ou capaz, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.” Minas Gerais, 2018.

As licenças ambientais são instrumentos fundamentais no processo de licenciamento ambiental em Minas Gerais. Essas licenças são emitidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), de acordo com suas competências específicas.

A primeira modalidade de licença é a Licença Prévia (LP), que é concedida após análise da viabilidade ambiental do empreendimento, considerando sua concepção e localização. Nessa fase, são estabelecidos os requisitos básicos e as condicionantes que deverão ser atendidos nas etapas seguintes.

Em seguida, tem-se a Licença de Instalação (LI), que autoriza efetivamente a instalação da atividade ou empreendimento, conforme as especificações dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e outras condicionantes.

Após a instalação, é necessária a obtenção da Licença de Operação (LO), que permite a operação regular da atividade. Essa licença é concedida após a verificação do cumprimento das condições estabelecidas na LP e na LI, incluindo as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação e, se aplicável, para a desativação.



Uma modalidade de licenciamento mais simplificada é a Licença Ambiental Simplificada (LAS), que atesta a viabilidade ambiental e autoriza tanto a instalação quanto a operação da atividade ou empreendimento. Isso pode ser feito por meio de cadastro eletrônico ou pela apresentação do Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

Além disso, existem diferentes modalidades de licenciamento ambiental. O Licenciamento Ambiental Trifásico (LAT) compreende a obtenção sucessiva da LP, LI e LO. Já o Licenciamento Ambiental Concomitante (LAC) permite a análise de duas ou mais etapas simultaneamente.

O órgão ambiental competente pode determinar a modalidade de licenciamento conforme o critério técnico exigido, podendo até mesmo alterá-la durante o processo, desde que respeitado o contraditório e observadas as exigências dos estudos ambientais.

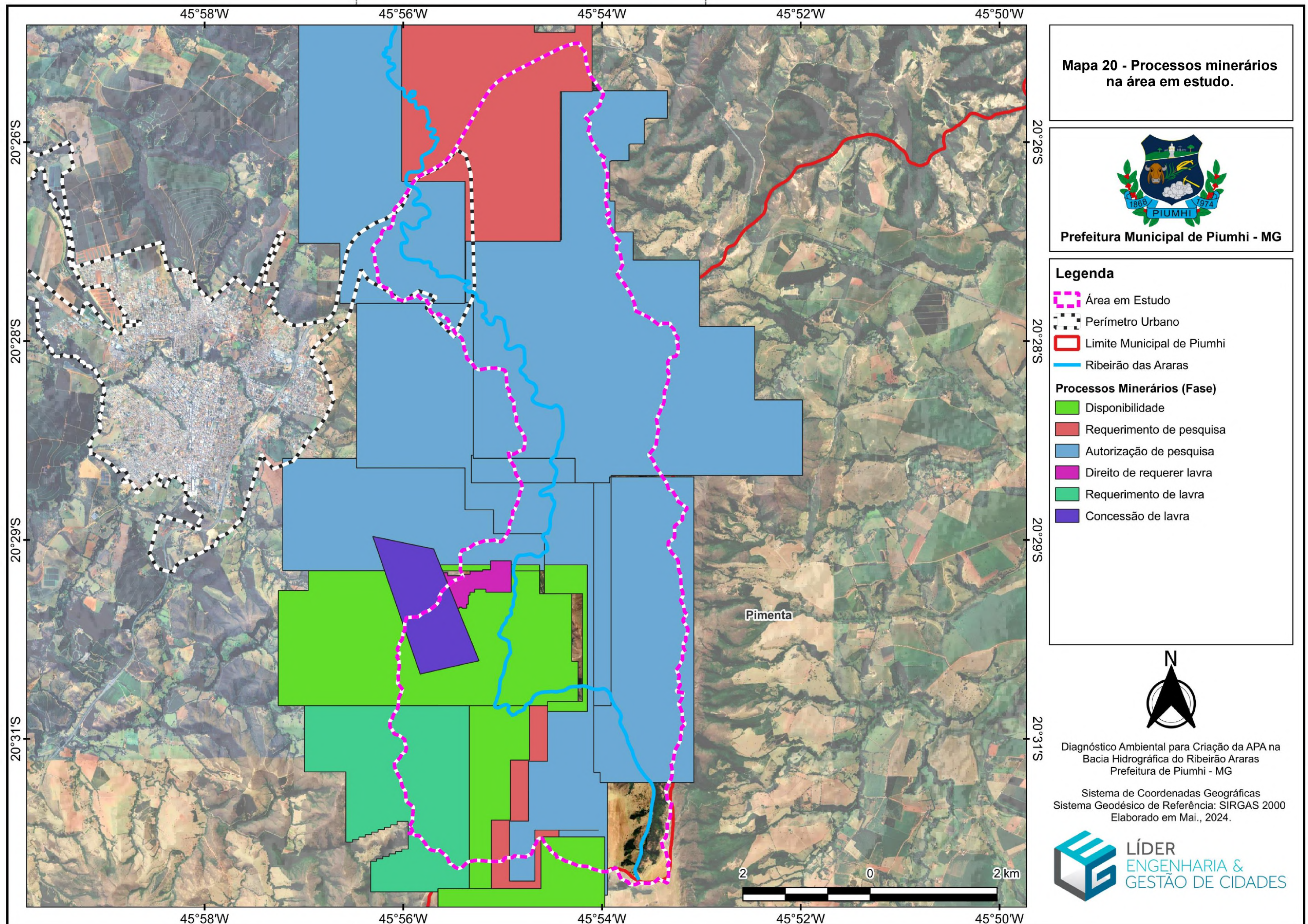
As licenças ambientais têm prazos de validade específicos, variando de acordo com a modalidade. Por exemplo, a LP tem validade de cinco anos, enquanto a LI tem validade de seis anos. No caso de licenças concomitantes à LO e a LAS, o prazo de validade é de dez anos. Esses prazos visam garantir o acompanhamento e a revisão periódica das atividades, considerando possíveis mudanças no contexto ambiental e tecnológico.

Considerando as informações coletadas no ambiente virtual da ANM e na IDE-Sisema, na região em estudo há um total de 18 áreas com processos minerários, distribuídas em diversas fases:

- 6 áreas estão na fase de disponibilidade, sendo que em 3 delas o edital foi cancelado e em 2 a proposta não foi paga, resultando no retorno das áreas para disponibilidade.
- Há 2 requerimentos de pesquisa em andamento, envolvendo substâncias minerais como minério de cromo e ouro.
- 7 áreas estão na fase de autorização de pesquisa, abrangendo substâncias minerais como minério de cobre, ouro, ferro, níquel e cromo.
- 1 área está na fase de direito de requerer lavra, com minério de manganês.
- 1 área está na fase de requerimento de lavra, para minério de ferro.
- 1 área está na fase de concessão de lavra, destinada à exploração de cromita.



O Mapa 20 apresenta as poligonais das áreas com processos minerários na região, classificados de acordo com a fase em que se encontram.





Embora atividades minerárias possam ter contribuição para a economia local, também tem o potencial de gerar impactos ambientais significativos, como a degradação do solo, contaminação hídrica e perda de biodiversidade. Além disso, o processo de extração do cromo, ouro e de outras substâncias pode resultar em alterações na paisagem e no ecossistema local, que venham a afetar negativamente a qualidade de vida das comunidades locais e vizinhas, além do turismo, tendo em vista que é uma região com atributos turísticos de relevante interesse, além de um importante patrimônio histórico-cultural, temas que serão aprofundados em capítulos posteriores.

Como já mencionado, a Lei Ordinária nº 2.091/ 2012 declara a sub-bacia do Ribeirão Araras como patrimônio ambiental, turístico e científico, proibindo a instalação de empreendimentos que possam causar alterações aos aspectos naturais do rio. Portanto, tendo em vista o potencial que esse tipo de atividade tem de gerar impactos, nos termos da lei, a continuidade e exequibilidade desses processos minerários podem ser impossibilitadas.

3.6 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E CAR

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é uma ferramenta fundamental para o controle e a regularização ambiental das propriedades rurais no Brasil. Ele consiste no registro eletrônico obrigatório de todas as áreas de imóveis rurais, fornecendo informações detalhadas sobre a situação ambiental de cada uma delas, como a delimitação das Áreas de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal (RL) e remanescentes de vegetação nativa.

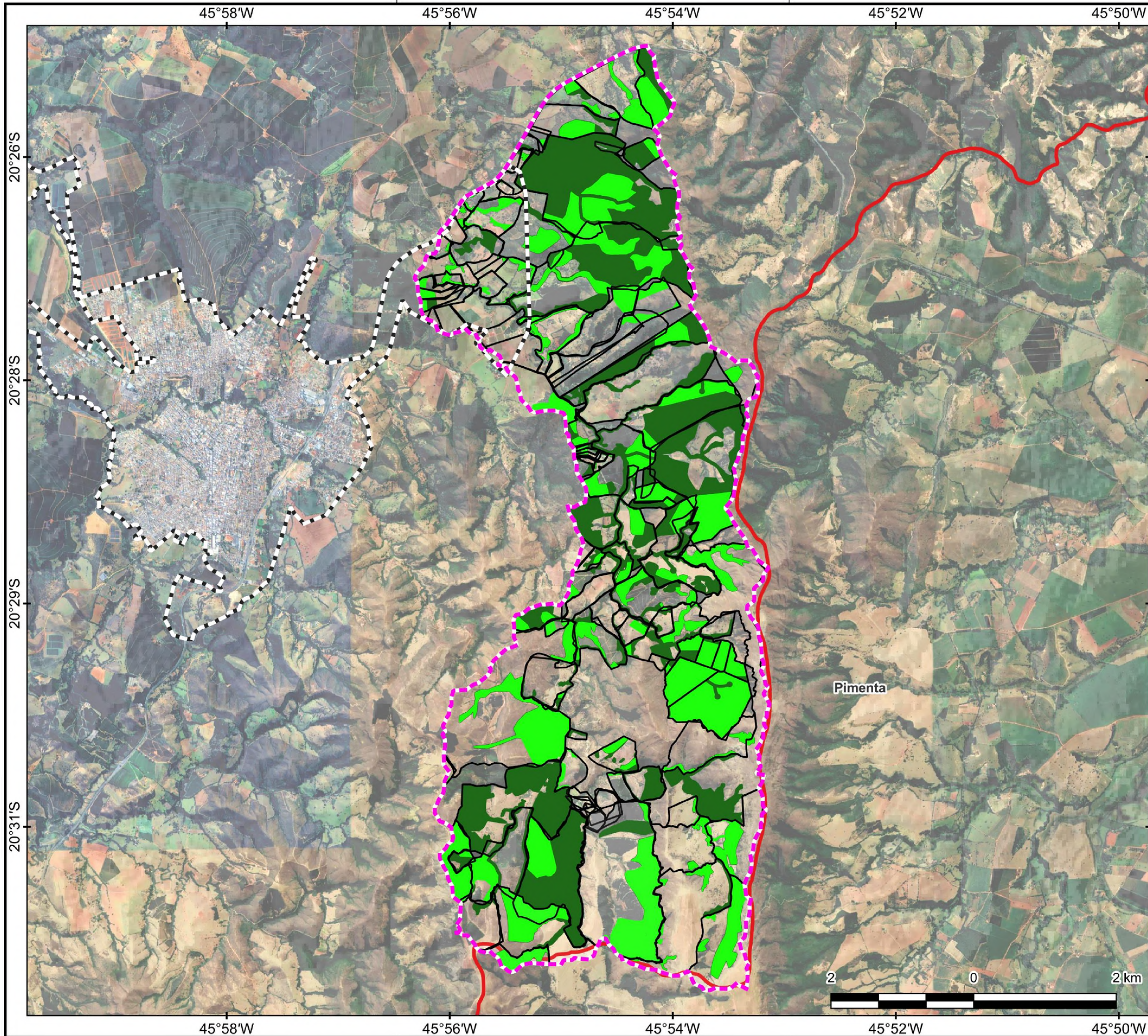
Essa iniciativa, instituída pela Lei nº 12.651/2012, tem como objetivo principal promover a adequação ambiental das propriedades rurais, garantindo a conservação dos recursos naturais, como solo, água, fauna e flora, além de contribuir para o combate ao desmatamento ilegal e para a regularização fundiária. Portanto, é importante que sejam promovidos esforços para incentivar a regularização fundiária e o cadastro de imóveis rurais no CAR.

O CAR permite o monitoramento e o planejamento ambiental das áreas rurais, facilitando a identificação de áreas prioritárias para a conservação e recuperação ambiental, bem como o controle do uso do solo e a fiscalização ambiental. Além disso, o cadastramento no CAR é pré-requisito para a adesão a programas de regularização



ambiental, acesso a crédito rural e obtenção de licenças ambientais para atividades agropecuárias.

A partir da análise dos dados vetoriais obtidos por meio de download no site do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), existem na área cerca de 118 imóveis, que ocupam uma área de 43,77 km² (99,41% da área objeto do diagnóstico). Desse montante, 9,08 km² são destinados à Reserva Legal (RL), o que representa 20,74% da área dos imóveis. Além das áreas ocupadas pelos imóveis e RL, também foram considerados na elaboração dos mapas as áreas de remanescentes de vegetação nativa, APPs (hídrica, declividade e topo de morro), Áreas de Uso Restrito (AUR). O Mapa 21 e o Mapa 22 apresentam a situação fundiária da área com base nos dados do Sicar e do IDE-Sisema.



Mapa 21 - Situação fundiária da área em estudo.



Prefeitura Municipal de Piumhi - MG

Legenda

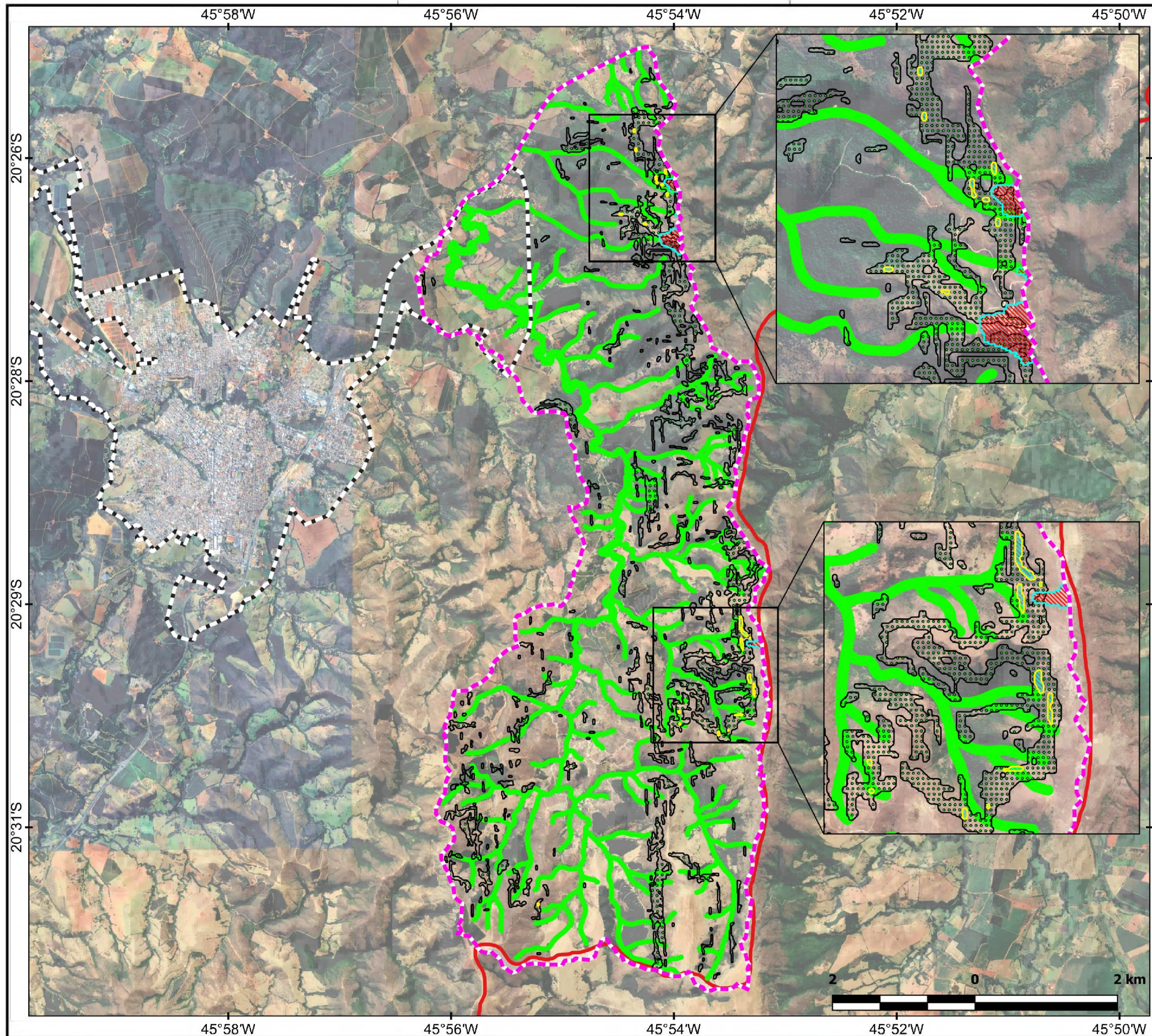
- Área em Estudo
- Perímetro Urbano
- Limite Municipal de Piumhi
- Polígonos Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR)**
- Perímetro dos Imóveis
- Reserva Legal
- Remanescente de Vegetação Nativa



Diagnóstico Ambiental para Criação da APA na
Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras
Prefeitura de Piumhi - MG

Sistema de Coordenadas Geográficas
Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Elaborado em Abr., 2024.





Mapa 22 - Áreas de Preservação Permanente (APP) e Uso Restrito (AUR) da área em estudo.



Prefeitura Municipal de Piumhi - MG

Legenda

- Área em Estudo
- Perímetro Urbano
- Limite Municipal de Piumhi
- APP recursos hídricos
- APP topo de morro
- APP declividade
- Área de Uso Restrito (declividade)



Diagnóstico Ambiental para Criação da APA na
Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras
Prefeitura de Piumhi - MG

Sistema de Coordenadas Geográficas
Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Elaborado em Abr., 2024.





3.7 ASPECTOS TURÍSTICOS

O município de Piumhi apresenta um grande potencial turístico, apresentando diversas alternativas de atividades ligadas aos diferentes segmentos turísticos, como turismo ecológico/ecoturismo, rural, turismo religioso, de gastronomia, de aventura, cultural, de esportes, de contemplação, de pesca e de eventos.

O turismo em Piumhi tem se desenvolvido com a criação do Departamento de Turismo em 2019, a subsequente formação do Conselho Municipal de Turismo (COM-TUR) e do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), além da instituição do Plano Municipal de Turismo (PMT), que foi homologado e validado por meio do Decreto nº 5.122, 17 de dezembro de 2021.

Essas iniciativas permitiram a articulação de ações e a busca por recursos, incluindo habilitação (a partir de 2023) para o recebimento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Turístico, um mecanismo de repasse de recursos financeiros destinado a municípios que desenvolvem atividades voltadas para o turismo.

Atualmente, com uma estrutura mais consolidada, o município visa não apenas ser um portal para destinos turísticos próximos, como a Serra da Canastra e o Lago de Furnas, mas também um destino turístico em si. Projetos de estruturação e de sinalização viária, criação de rotas turísticas, incluindo o uso de aplicativos como o WIKILOC, e a inauguração do Centro de Atendimento ao Turista (CAT) visam melhorar a experiência dos visitantes.

O município aposta principalmente no turismo rural e gastronômico, destacando-se o desenvolvimento de rotas turísticas, como as Rotas do Queijo Canastra de Piumhi. Essas iniciativas visam diversificar a oferta turística do município e promover seu potencial como destino turístico. Alguns dos atrativos turísticos do município, com base no PMT, são: Cachoeira dos Gogas, Cachoeira do Nenzico, Cachoeira da Usina da Confusão, Cachoeira da Pedra Rosada e Cachoeira das Pedras, Cachoeira da Belinha, Mirante da Belinha, Mirante do Morro da Onça, Trilha das Cruzes / Serra do Microondas, Mirante Serra das Torres e/ou Serra do Microondas, Rota do Cromo, Encontro dos Rios, Poço do Cipó, Poço da Raiz Torta, Árvore Sinuosa, Fazenda Água Limpa Dinho, Fazenda Taquaril, Sítio Pontal do Araras, Sítio DU Rampa, Fazenda Três Marias, Fazenda Água Limpa Sueli, Cruz do monte, Monumentos, Casa da



Cultura Oscar Alves Rocha, Cinema, Igreja Nossa Senhora do Livramento - Igreja Matriz, Igreja Nossa Senhora de Fátima – Igreja do Rosário, Igreja Santo Antônio, Igreja São Sebastião, Igreja Santa Bárbara e Capela Nossa Senhora da Abadia.

Os atrativos contidos na área em análise e em seu entorno imediato são descritos no Quadro 6 e suas localizações ilustradas no Mapa 23.



**DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS**
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Quadro 6 - Descrição dos atrativos turísticos na área em estudo e entorno imediato.

Atrativo Turístico	Descrição
Cachoeira/Poço dos Gogas	Localizado a 14 km de Piumhi-MG, é um encantador destino natural com pequenas quedas d'água que oferece aos visitantes uma experiência tranquila e refrescante em meio à vegetação da região.
Cachoeira do Nenzico	Localizada a 12 km da área urbana de Piumhi A cachoeira escorre pelas pedras formando banheiras de hidromassagens naturais. No percurso é possível passar pela Cachoeira da Belinha e a Cachoeira dos Gogas.
Cachoeira da Pedra Rosada/Cachoeira das Pedras	Localizada no Córrego das Pedras, na divisa entre Piumhi e Pimenta, é o principal afluente da cabeceira do Ribeirão Araras. Suas águas fluem por pedras com tonalidades predominantemente alaranjada e rosada. A cachoeira, embora pequena, é marcada por pedras com essas colorações. O acesso ao local é feito por trilhas e está situado em uma propriedade particular utilizada para pastagem de gado. Até o momento, não são cobradas taxas para visitação. O trajeto desde a cidade de Piumhi até a cachoeira é de 13,5 km de ida. O acesso é de carro por 10 km até a Cachoeira do Nenzico, seguido por uma trilha de 3,5 km de nível fácil. É recomendável a contratação de condutores de atrativos locais (guias), pois não há sinalização no percurso.
Cachoeira da Belinha	Localizada na Serra do Andaime, a 6 km de Piumhi, a cachoeira constitui um ponto de interesse para os visitantes das cachoeiras da região e apresenta acesso gratuito, estando às margens da Rua José Sabino da Silva.
Cruzes dos Peregrinos	Localizado na Serra das Torres, a 12,5 km de Piumhi, o Cemitério das Cruzes é um atrativo turístico de destaque na região. Para acessá-lo, os visitantes devem seguir pela MG-050 sentido Pimenta e entrar na placa à direita para o Centro de Formação SERRA. Embora a estrada até o Centro de Formação seja asfaltada, o restante do percurso requer veículo 4x4 ou caminhada a pé até a última curva, alcançando assim o topo da Serra das Torres. É importante ressaltar que a trilha até o local não é sinalizada e deve ser feita acompanhada de um guia especializado. Conhecida também como Morro das Cruzes, a trilha é repleta de histórias, oferecendo paisagens exuberantes. No local, é possível observar cruzeiros amontoados de pedras, cuja origem é alvo de controvérsias. Para alguns, trata-se de um Cemitério de Quilombolas, enquanto outros acreditam que as cruzeiros foram deixadas por bandeirantes ou pagadores de promessas que subiam a Serra e as cravavam ali, firmando-as com pedras. Com uma elevação de 646m e um nível de dificuldade moderado, a trilha até o Cemitério das Cruzes não é recomendada para iniciantes ou para ser feita desacompanhada.
Igreja Jardim de São Francisco	É uma organização religiosa fundada em 26/01/2021 na cidade Piumhi, que possui vários atrativos religiosos.
Mirante da Belinha	O Mirante da Belinha, situado na Serra do Andaime a 7 km de Piumhi, proporciona uma vista panorâmica da cidade e da Cachoeira da Belinha, sendo acessível diretamente pela estrada próxima (Rua José Sabino da Silva).
Mirante do Morro da Onça	O Mirante do Morro da Onça, situado na Serra do Andaime a 15 km de Piumhi, oferece uma vista panorâmica da região, destacando-se como um dos pontos mais altos do município. Do local, é possível contemplar toda a Serra da Canastra.

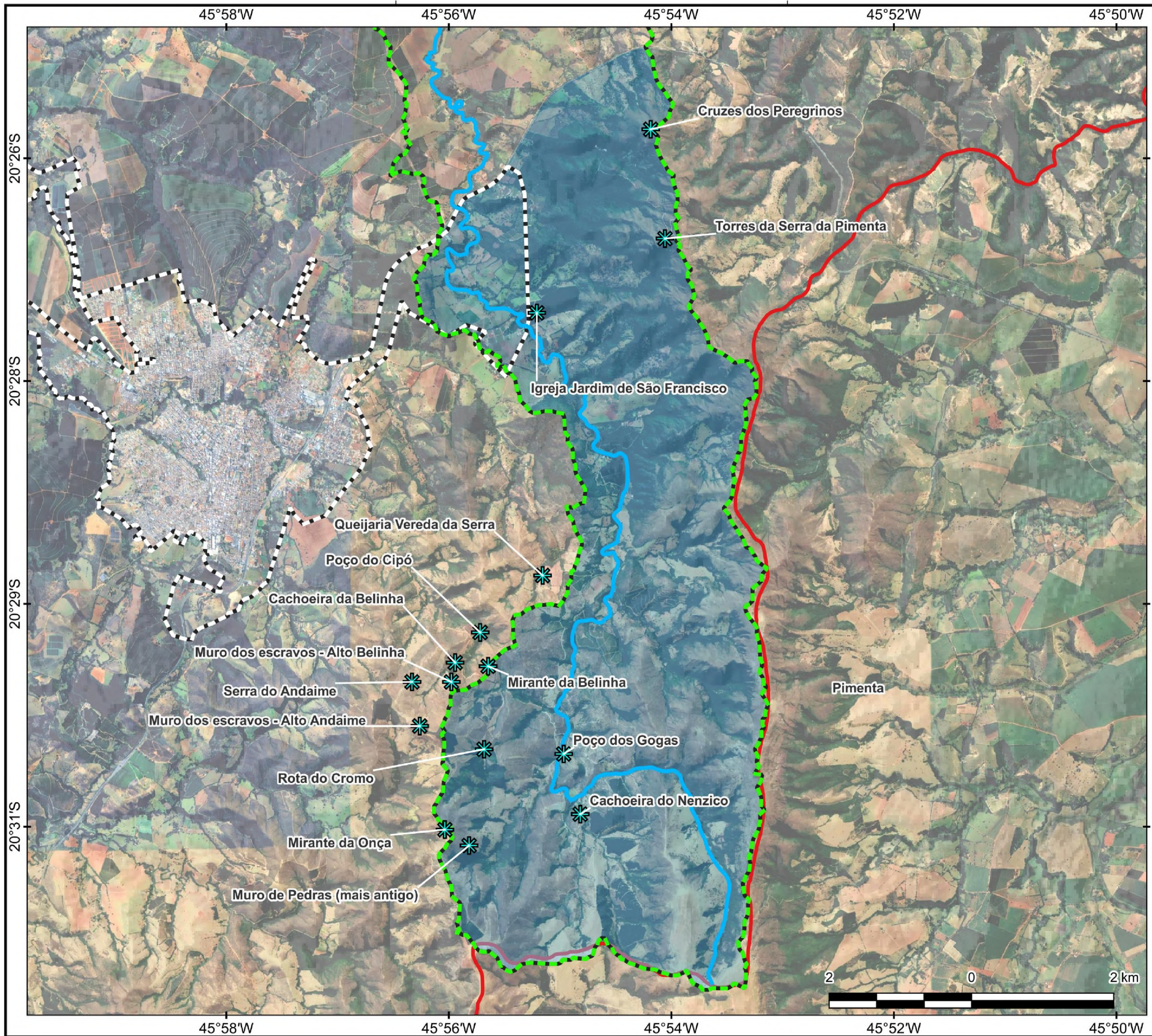


**DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS**
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Atrativo Turístico	Descrição
Muro dos Escravos/Muro de Pedras	Os muros de pedra encontrados na Serra do Andaime foram construídos por escravos, constituindo parte significativa do patrimônio histórico local. Ao percorrer a região, os visitantes têm a oportunidade de apreciar esses muros e refletir sobre o legado histórico e cultural que representam.
Poço do Cipó	Localizado próximo à área urbana de Piumhi, o atrativo consiste em um poço no meio de uma mata fechada com águas cristalinas, possuindo uma pequena queda d'água e grande beleza cênica. Porém o acesso até o poço tende a ser complicado, o que requer acompanhado pelo guia. O trajeto pode ser feito por água ou por trilha.
Queijos Vereda da Serra/Fazenda Taquaril	A Queijaria Vereda da Serra e a Fazenda Taquaril situam-se na região do Araras, na Serra do Andaime. Oferecem uma variedade de queijos de massa cozida distribuídos em todo o país e disponíveis para degustação e compra na própria fazenda. Além da comercialização de queijos, o local proporciona uma experiência rural completa, com vastas áreas de propriedade e uma variedade de animais.
Rota do Cromo	Na Serra do Andaime, a 12 km de Piumhi no sentido do Mirante da Onça, encontra-se a Rota do Cromo. Esta rota inclui três pontos de interesse: a antiga máquina de extração de cromo, o mirante da máquina e a jazida onde ocorria a extração do minério. Embora a atividade de extração não ocorra mais, os vestígios da atividade e a máquina antiga abandonada ainda podem ser observados na região.

Fonte: Prefeitura Municipal de Piumhi; Plano Municipal de Turismo, 2023. Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.



Mapa 23 - Atrativos turísticos da área em estudo.



Prefeitura Municipal de Piumhi - MG

Legenda

- Área em Estudo
- Sub-bacia do Ribeirão Araras
- Perímetro Urbano
- Limite Municipal de Piumhi
- Ribeirão das Araras
- Atrativos Turísticos



Diagnóstico Ambiental para Criação da APA na
Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras
Prefeitura de Piumhi - MG

Sistema de Coordenadas Geográficas
Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Elaborado em Mai., 2024.





3.8 ASPECTOS SOCIAIS

3.8.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) visa avaliar a qualidade do desenvolvimento humano com base em três indicadores: longevidade, renda e educação. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estabelece que o valor desse índice varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, melhor é a qualidade do desenvolvimento, e quanto mais próximo de 0, pior é o desenvolvimento.

A Tabela 18 apresenta a série histórica do IDH para o estado de Minas Gerais e os municípios de Belo Horizonte e Piumhi, com base no censo de 2010. O município de Belo Horizonte é incluído na tabela por ter mantido o melhor IDHM do estado por mais tempo, servindo como referência para comparação com Piumhi. Observa-se um significativo avanço na qualidade, com o IDHM do município aumentando de 0,523 para 0,737, estando acima da média do estado que era de 0,731 em 2010.

Tabela 18 - Série histórica do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

Ano	IDH Minas Gerais	IDHM Belo Horizonte	IDHM Piumhi
1991	0,478	0,602	0,523
2000	0,624	0,726	0,657
2010	0,731	0,810	0,737

Fonte: IBGE, 2010. Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Na Tabela 19 é apresentada a evolução do IDHM de Piumhi durante os censos realizados pelo IBGE nos anos de 1991, 2000 e 2010 para cada indicador.

Tabela 19 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH por indicador.

IDHM Piumhi	1991	2000	2010
IDHM Renda	0,630	0,711	0,729
IDHM Educação	0,316	0,488	0,625
IDHM Longevidade	0,719	0,818	0,878

Fonte: IBGE, 2010. Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.



Pôde-se observar que a dimensão que mais contribuiu para o IDHM 2010 do município foi longevidade, seguido pela renda e por último a educação.

3.9 ANÁLISE FOFA (SWOT)

A abordagem metodológica utilizada para identificar Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA), conhecida internacionalmente pela sigla *SWOT* (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*), visa investigar e discutir a situação atual da área em estudo, além de propor ações estratégicas. Essa análise examina os fatores internos e externos que impactam positiva ou negativamente a realização dos objetivos da unidade. Para alcançar esse propósito, são realizadas oficinas consultivas que têm o objetivo de identificar desafios e coletar sugestões de soluções práticas. Com essa ferramenta, os cenários são analisados de forma integrada para definir os objetivos estratégicos do planejamento.

Em resumo, a matriz FOFA facilita uma análise estratégica do ambiente em diversos contextos, incluindo:

- Interno da UC (influenciáveis por ela):
 - Forças: aspectos vantajosos;
 - Fraquezas: aspectos que necessitam de aprimoramento.
- Externo da UC (não influenciáveis por ela):
 - Oportunidades: aspectos favoráveis para alcançar os objetivos;
 - Ameaças: aspectos que podem dificultar o alcance dos objetivos.

O Quadro 7 apresenta os resultados obtidos com a aplicação da metodologia descrita acima, durante a oficina participativa relacionada ao diagnóstico ambiental da área.



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Quadro 7 - Matriz FOFA – Resultado da Oficina Participativa para elaboração do diagnóstico ambiental para criação da APA na bacia hidrográfica do ribeirão Araras, Piumhi, Minas Gerais.

AMBIENTE INTERNO	
FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none">➤ Relevo imponente;➤ Potencial hídrico;➤ Riqueza da flora;➤ Riqueza mineral;➤ Reservas minerais;➤ Diversidade de flora;➤ Fauna;➤ Turismo;➤ Agricultura familiar;➤ Piscicultura;➤ Apicultura;➤ Arrecadação do ICMS ecológico;➤ Esportes;➤ Segurança hídrica para o município;➤ Agricultura (café) e queijo Canastra;➤ Meio ambiente equilibrado através do diagnóstico ambiental.	<ul style="list-style-type: none">➤ Solo com vulnerabilidade à erosão;➤ Voçorocas em junção de atividades degradantes;➤ Relevo (desafio);➤ Mau uso do solo;➤ Pecuária intensiva (em APP);➤ Dificuldades de acesso (topografia);➤ Falta de preservação da mata ciliar;➤ Falta de conscientização dos proprietários e usuários;➤ Estradas precárias;➤ Falta de fiscalização.



**DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS**
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



AMBIENTE EXTERNO	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">➤ Ecoturismo;➤ Desenvolvimento econômico;➤ Tabu social;➤ Preservação do meio ambiente;➤ Recuperação de áreas degradadas;➤ Pagamento por serviços ambientais;➤ Turismo religioso/rural;➤ Arrecadação de ICMS;➤ Programa de Educação Ambiental (PEA);➤ Geração de empresas com atividades sustentáveis;➤ Controle da exploração econômica;➤ Fontes alternativas: apicultura, piscicultura, plantas medicinais;➤ Práticas esportivas: motocross, trilhas, caminhadas ecológicas;➤ Mineração: medidas compensatórias serem voltadas para a APA, como recuperação de áreas degradadas e PEA.	<ul style="list-style-type: none">➤ Caça;➤ Pesca;➤ Uso de agrotóxicos;➤ Uso não outorgado da água;➤ Espécies invasoras;➤ Queimadas;➤ Mineração sem controle;➤ Passivo ambiental da mineração de cromo;➤ Atividades agropecuárias às margens do ribeirão das Araras;➤ Exploração turística sem controle;➤ Falta de fiscalização;➤ Construções irregulares às margens do ribeirão das Araras;➤ Instalação de mineração nas nascentes dos afluentes do ribeirão das Araras;➤ Fauna ameaçada de extinção sem proteção;➤ Contaminação da água que abastece o município;➤ Uso do “direito minerário” para explorar os recursos da propriedade sem o aval do proprietário.

Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.



A análise da área em estudo apresenta um panorama complexo, com elementos internos e externos que influenciam diretamente sua gestão e preservação, segundo a visão dos participantes da oficina.

Entre as forças destacam-se o relevo, o potencial hídrico e a riqueza tanto da flora quanto da fauna. Esses elementos não apenas suportam a biodiversidade local, mas também oferecem oportunidades para o desenvolvimento do turismo e de atividades como a piscicultura e a apicultura. Adicionalmente, a presença de recursos minerais e a possibilidade de arrecadação do ICMS ecológico representam importantes ativos econômicos.

Contudo, a análise também identificou fraquezas, como a vulnerabilidade do solo à erosão, a presença de voçorocas e o desafio imposto pelo relevo acidentado. O mau uso do solo, a pecuária intensiva em áreas de preservação permanente (APP) e a falta de preservação da mata ciliar são problemas agravados pela falta de conscientização dos proprietários e pela infraestrutura precária das estradas, além da insuficiente fiscalização ambiental.

Externamente, surgem oportunidades com o desenvolvimento do ecoturismo e do turismo religioso/rural, que podem fomentar o desenvolvimento econômico sustentável. A implementação de programas de pagamento por serviços ambientais e a recuperação de áreas degradadas são iniciativas que podem reforçar a preservação ambiental. Entretanto, ameaças como a caça, a pesca, o uso de agrotóxicos, espécies invasoras, queimadas e a mineração sem controle representam sérios riscos para a conservação da área. A exploração turística sem controle e a falta de fiscalização exacerbam esses problemas, colocando em risco a fauna ameaçada de extinção e a qualidade da água que abastece o município.

A implementação de uma APA na Bacia do Ribeirão Araras, portanto, exige uma abordagem estratégica que maximize as forças e oportunidades, ao mesmo tempo em que mitiga as fraquezas e ameaças identificadas. A gestão eficaz dessa área é essencial para garantir a sustentabilidade e a conservação dos recursos naturais, beneficiando tanto o meio ambiente quanto a população local.



4 PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS

No bioma Cerrado, o fogo desempenha um importante papel na manutenção das savanas e campos, moldando seus ecossistemas ao longo do tempo. Adaptadas a diferentes regimes de fogo, as plantas desenvolveram uma variedade de estratégias para sobreviver e se reproduzir após a passagem do fogo que ocorre de forma natural neste bioma. O manejo de fogo torna-se uma ferramenta para a preservação dessas formações abertas, contribuindo para a manutenção da biodiversidade e o controle da biomassa acumulada, especialmente durante os meses mais secos.

No entanto, os incêndios que ocorrem de forma não natural, desencadeados por atividades humanas irresponsáveis, como queimadas para limpeza de áreas agrícolas, descarte inadequado de cigarros, uso de fogos de artifício, manejo florestal e uso recreativo do fogo, apresentam um grande perigo. Esses eventos geram uma série de consequências negativas, incluindo perda de biodiversidade, degradação do solo, erosão, emissão de gases de efeito estufa e prejuízos econômicos.

Nesse sentido, quando utilizada como prática de manejo, sua aplicação deve ser cuidadosamente planejada, levando em consideração as características do bioma, clima e equipamentos necessários, sendo adaptada às peculiaridades de cada área.

No Cerrado mineiro, os focos de incêndio são uma preocupação devido às características do bioma, que inclui uma vegetação adaptada ao fogo sazonal, apresentando potencial de inflamabilidade nos períodos mais secos. Durante os períodos de estiagem, as condições climáticas favorecem a propagação rápida do fogo, especialmente em áreas de pastagens, plantações e fragmentos de vegetação nativa. As principais causas dos incêndios no Cerrado mineiro incluem ações naturais, como a ocorrência de raios durante tempestades, mas também ações antrópicas, como queimadas para limpeza de áreas agrícolas, práticas agrícolas inadequadas e queimadas criminosas.

A Tabela 20 apresenta os valores relativos à série histórica do total de focos ativos detectados pelo satélite de referência (AQUA M-T) em cada mês, no período de 1998 até 07 de maio de 2024 no estado de Minas Gerais, ilustrado pelo Gráfico 10, de acordo com dados do Programa Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Destaca-se que estes focos não são discriminados quanto a serem naturais ou causados por ações antrópicas.



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Tabela 20 - Comparação do total de focos ativos detectados pelo satélite de referência em cada mês no estado de Minas Gerais, no período de 1998 até 07/mai.

Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
1998	-	-	-	-	-	70	231	878	1977	1091	31	21	4299
1999	36	112	13	27	51	133	319	1193	2687	1361	271	32	6235
2000	24	20	24	49	67	135	345	770	1080	1954	43	14	4525
2001	18	39	13	60	83	165	265	858	1597	529	62	44	3733
2002	29	62	62	99	98	207	888	2142	3818	4660	486	280	12831
2003	47	181	123	265	369	1065	1465	2094	7489	5540	508	280	19426
2004	29	36	125	161	237	303	831	1865	5288	3062	1066	226	13229
2005	52	106	157	227	230	336	874	1520	2301	7145	548	206	13702
2006	168	135	103	153	379	444	1277	1948	3077	815	195	138	8832
2007	115	99	263	188	473	884	1429	3681	6800	5880	2306	396	22514
2008	99	84	113	172	285	283	767	1448	2765	4299	1436	137	11888
2009	82	104	132	61	200	216	515	702	1380	1128	310	106	4936
2010	132	185	121	144	246	619	1040	3634	5200	2196	119	130	13766
2011	112	131	82	97	201	387	889	2445	5930	1251	192	49	11766
2012	90	140	181	201	178	245	701	919	2919	4038	258	238	10108
2013	93	161	136	80	182	191	512	933	1618	1157	244	80	5387
2014	130	121	62	145	208	344	537	1791	3154	4373	349	123	11337
2015	127	69	62	85	109	192	272	962	2631	3393	1340	248	9490
2016	37	127	91	166	178	241	986	1563	1979	911	113	90	6482
2017	99	54	99	67	124	233	471	1610	3084	2336	145	61	8383
2018	62	60	107	56	153	201	557	553	1860	840	86	92	4627
2019	142	111	127	85	143	322	808	1369	3833	2049	892	118	9999
2020	80	114	82	83	166	272	536	1155	3467	2404	281	97	8737
2021	96	40	230	150	382	519	1302	1941	5638	1627	140	45	12110
2022	110	66	190	143	319	665	990	1120	2518	1481	154	34	7790
2023	55	162	186	133	274	384	550	1029	1795	919	642	373	6502
2024	65	82	194	153	83	-	-	-	-	-	-	-	577
Máximo*	168	185	263	265	473	1065	1465	3681	7489	7145	2306	396	22514
Média*	83	101	115	124	213	348	744	1543	3303	2555	470	141	9717
Mínimo*	18	20	13	27	51	70	231	553	1080	529	31	14	3733

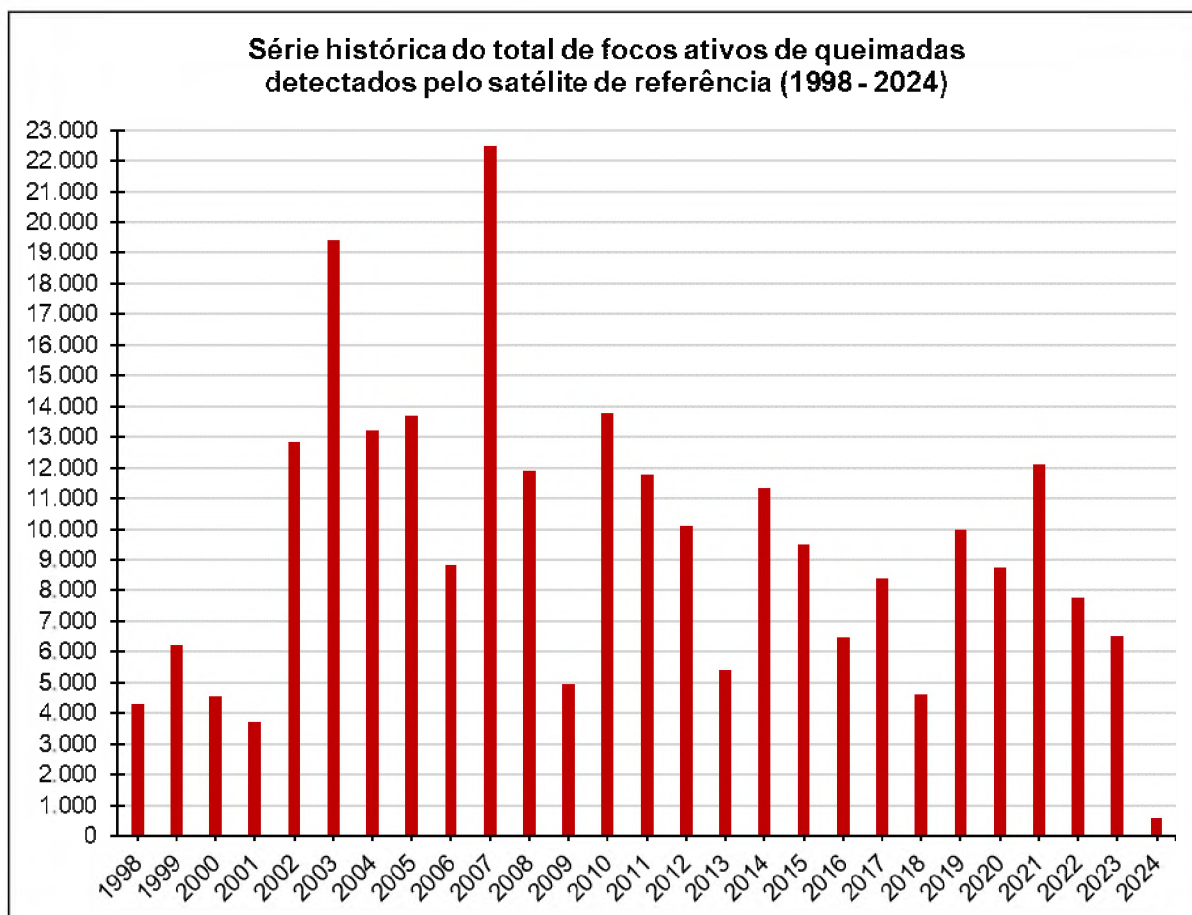
* O cálculo de máxima, média e mínima não consideram os valores do ano corrente.

** Os valores do mês mais recente do ano corrente são parciais porque compreendem as detecções dos primeiros dias do mês, porém os demais valores compreendem o mês todo.

Fonte: INPE (2024).



Gráfico 10 - Série histórica do total de focos ativos detectados pelo satélite de referência, no período de 1998 até 07/Mai no estado de Minas Gerais.

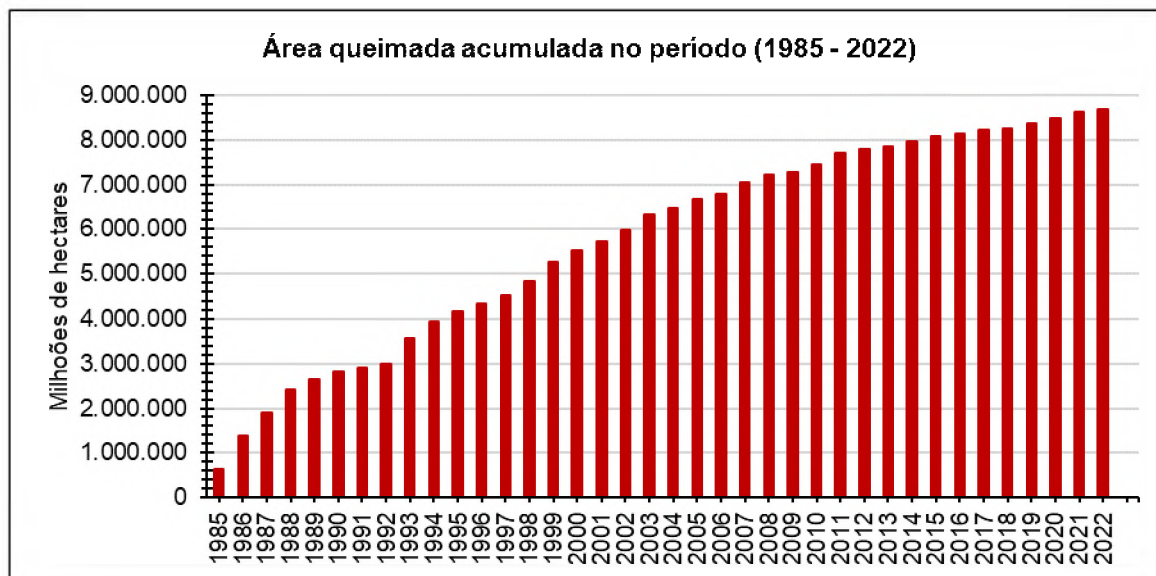


Fonte: INPE (2024). Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

O MapBiomas também realiza monitoramentos de queimadas, sendo apresentado no Gráfico 11 a representação da área queimada acumulada no período de 1985 a 2022, que totalizou 8.672.199 ha, não havendo discriminação entre queimada natural ou por ação antrópica.



Gráfico 11 - Área queimada acumulada no estado de Minas Gerais no período (1985 - 2022).



Fonte: MapBiomass (2023). Adaptado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

As principais causas identificadas para esses incêndios incluem práticas agrícolas inadequadas, como a queima de pastagens e resíduos agrícolas, e a utilização de fogo para a limpeza de terrenos. Essas atividades, frequentemente realizadas de maneira descontrolada, são intensificadas pela falta de conscientização dos proprietários rurais sobre os riscos e as técnicas de manejo sustentável do solo.

As consequências dos incêndios são graves e variadas. Primeiramente, a queima descontrolada resulta na degradação do solo, tornando-o mais suscetível à erosão e ao surgimento de voçorocas, o que compromete a capacidade produtiva das terras agrícolas e a integridade dos ecossistemas locais. Além disso, os incêndios causam a perda de biodiversidade, afetando tanto a flora quanto a fauna da região. Espécies vegetais e animais endêmicas ou vulneráveis são particularmente impactadas, o que pode levar à diminuição da riqueza biológica e à fragmentação dos habitats naturais.

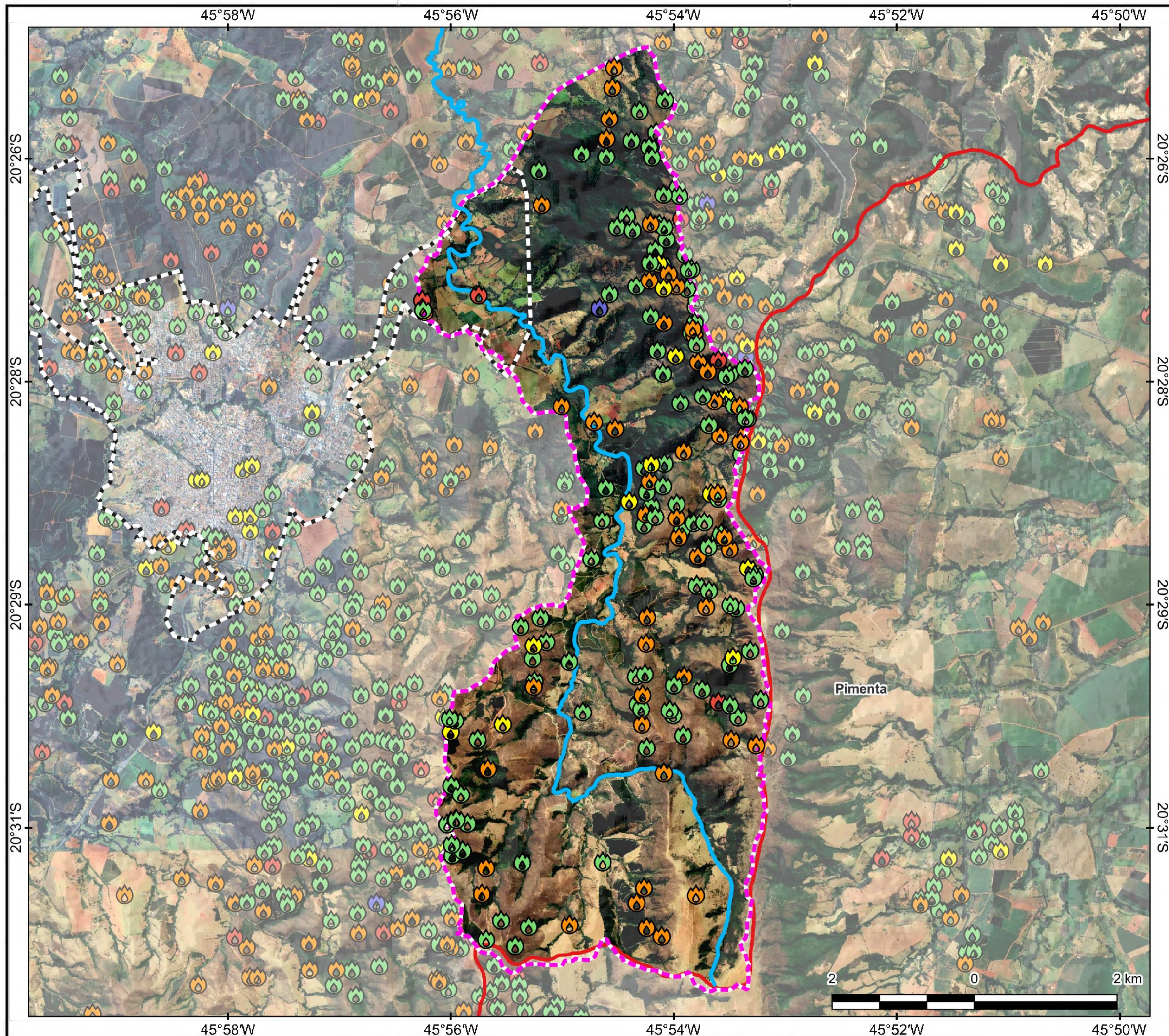
Outra consequência significativa é a deterioração da qualidade do ar e da água. A fumaça gerada pelos incêndios contém partículas e substâncias tóxicas que afetam a saúde pública e a qualidade de vida das comunidades locais. A contaminação dos corpos d'água com cinzas e outros detritos também prejudica os recursos hídricos, comprometendo o abastecimento de água para o município e aumentando os custos de tratamento.



As atividades no entorno da bacia que utilizam o fogo incluem a pecuária extensiva, onde o fogo é empregado para renovar pastagens, e a agricultura tradicional, onde a queima é utilizada para preparar o solo para o plantio. Essas práticas, se não forem adequadamente manejadas, podem desencadear incêndios de grandes proporções, especialmente em períodos de seca, quando a vegetação está mais propensa a pegar fogo.

Portanto, para mitigar os impactos negativos dos incêndios, é essencial implementar estratégias de manejo sustentável e conscientização ambiental entre os proprietários e usuários das terras. A criação de programas de educação ambiental, o incentivo ao uso de técnicas agrícolas alternativas ao uso do fogo, e o fortalecimento da fiscalização são medidas fundamentais para proteger a bacia hidrográfica do Ribeirão Araras e garantir a sustentabilidade dos seus recursos naturais.

O Mapa 24 e o Mapa 25 apresentam os focos de queimadas e área queimada acumulada, de acordo com dados do INPE (de 2014 a 2024) e do MapBiomas (de 1985 a 2022), respectivamente.



Mapa 24 - Histórico de focos de queimadas (2014 – 2024) na área em estudo e entorno.



Prefeitura Municipal de Piumhi - MG

Legenda

- Área em Estudo
- Perímetro Urbano
- Limite Municipal de Piumhi
- Ribeirão das Araras

Satélites

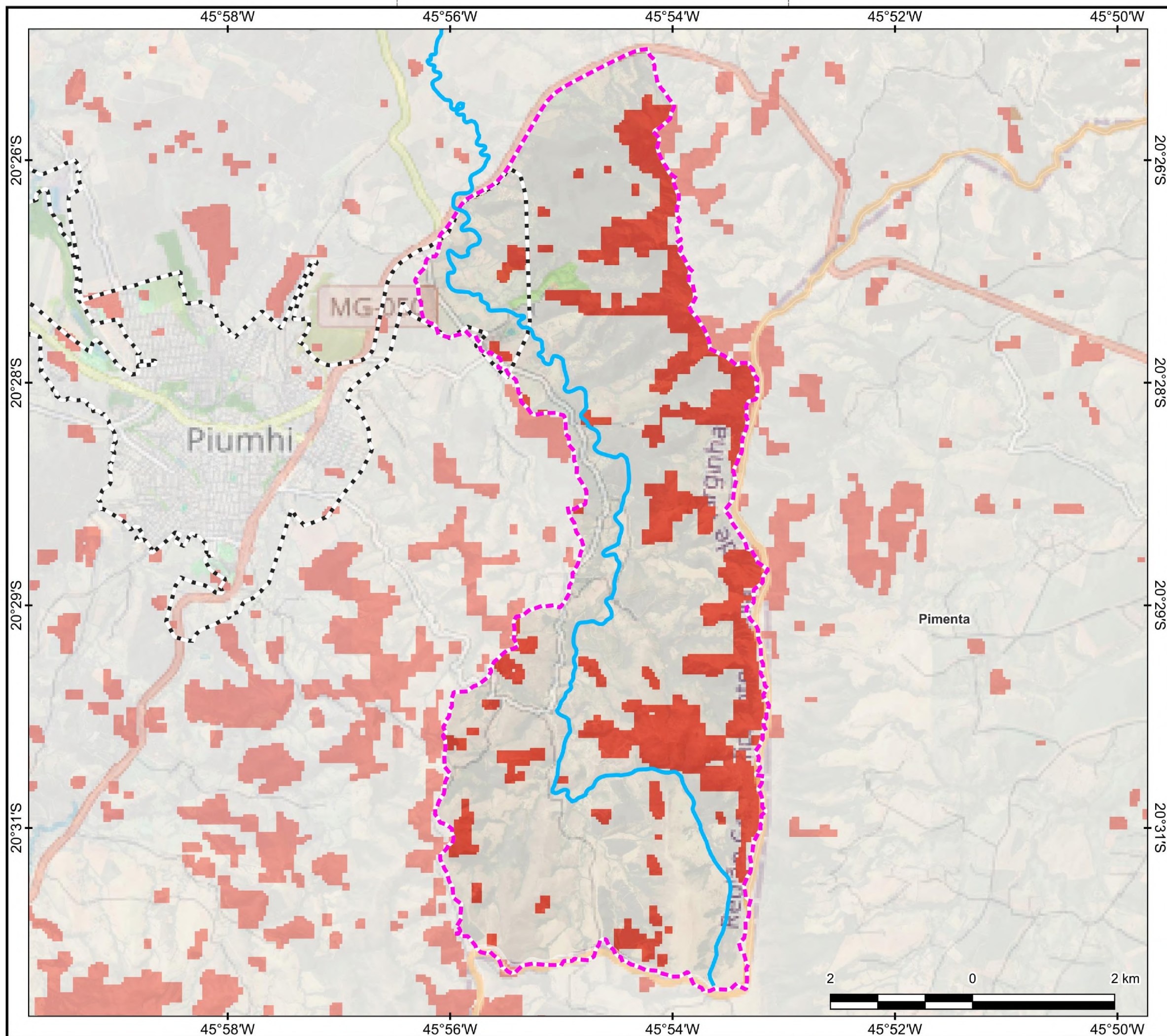
- AQUA
- GOES
- NOAA
- NPP
- TERRA



Diagnóstico Ambiental para Criação da APA na
Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras
Prefeitura de Piumhi - MG

Sistema de Coordenadas Geográficas
Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Elaborado em Mai., 2024.





Mapa 25 - Área queimada acumulada (1985 - 2022) na área em estudo e entorno.



Prefeitura Municipal de Piumhi - MG

Legenda

- Área em Estudo
- Perímetro Urbano
- Limite Municipal de Piumhi
- Ribeirão das Araras
- Área Queimada Acumulada (MapBiomas; 1985 - 2022)



Diagnóstico Ambiental para Criação da APA na
Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras
Prefeitura de Piumhi - MG

Sistema de Coordenadas Geográficas
Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Elaborado em Mai., 2024.





Por outro lado, como apontado no tópico que trata da caracterização climática, as características do clima na região não favorecem a ocorrência de incêndios na maior parte do ano, o que é um ponto positivo. Contudo, isso não exime a possibilidade em eventos climáticos adversos (como altas temperaturas e baixa umidade do ar), considerando as mudanças climáticas e microclimáticas que vêm ocorrendo no planeta.

Portanto, mesmo que o clima seja favorável positivamente, é importante que haja o monitoramento de ocorrências e ações de prevenção e combate, com a mobilização e envolvimento da comunidade local e do entorno imediato, por meio de: campanhas educativas de conscientização e educação ambiental, destacando a importância da preservação dos recursos naturais e os riscos associados aos incêndios florestais; incentivo à participação da comunidade em programas de voluntariado para monitoramento e vigilância das áreas vulneráveis, bem como em treinamentos e capacitações em prevenção e combate a incêndios florestais; capacitação de brigadistas voluntários e estabelecimento de parcerias entre órgãos governamentais, organizações não governamentais, instituições de ensino e empresas locais para fortalecer as ações de proteção ambiental e engajar um maior número de pessoas na causa.

O Decreto Estadual nº 47.919, de 17 de abril de 2020 regulamenta o uso do fogo para prevenção ou combate a incêndios florestais no interior e no entorno de UCs instituídas pelo Poder Público estadual, exigindo autorização prévia e a apresentação de uma série de documentos (requerimento expresso e certidão da matrícula do imóvel), um Plano de Queima Prescrita elaborado por profissional capacitado, além do cumprimento de medidas de proteção ambiental. Essas práticas visam não apenas mitigar os impactos dos incêndios, mas também promover a sustentabilidade dos ecossistemas e garantir a subsistência das comunidades locais, integrando aspectos ecológicos, socioeconômicos e técnicos de forma holística.

O Plano de Manejo da Unidade de Conservação é o documento que irá estabelecer, entre outras coisas, as diretrizes e medidas para o uso controlado do fogo, com base em técnicas e práticas adequadas de prevenção, monitoramento e mitigação de incêndios. Para avaliar a possibilidade e viabilidade do manejo de fogo na UC, considerando sua categoria de manejo como Área de Proteção Ambiental (APA), são necessárias diversas condições e estudos.



Primeiramente, é preciso realizar uma análise detalhada das características do ecossistema presente na UC, incluindo o tipo de vegetação, a fauna associada, os padrões climáticos e os regimes de fogo históricos. Em seguida, conduzir estudos de avaliação de riscos e impactos ambientais, levando em consideração os possíveis efeitos do manejo de fogo na biodiversidade, na qualidade do solo e da água, e nos ecossistemas adjacentes. Esses estudos são necessários para o desenvolvimento de planos de prevenção e combate adequados às características locais e às necessidades da comunidade.

5 ANÁLISE DE USO PÚBLICO

A análise do uso público para a Área de Proteção Ambiental (APA) na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras, no município de Piumhi - MG, deve considerar tanto as potencialidades quanto as limitações atuais da região. A fragmentação das formações vegetais e a consequente perda de biodiversidade são desafios significativos, mas também oferecem oportunidades para a promoção de uma educação ambiental focada na recuperação e na conservação dos recursos naturais.

Apesar da fragmentação, a região estudada possui áreas de interesse que podem ser desenvolvidas para atividades educativas e de interpretação ambiental. A presença de nascentes e corpos d'água, mesmo em meio à degradação, oferece uma plataforma para educar a comunidade sobre a importância da conservação dos recursos hídricos. A região ainda conserva fragmentos de mata ciliar que podem ser utilizados como exemplo em trilhas interpretativas para mostrar os benefícios da preservação e recuperação ambiental.

As atividades educativas devem ser direcionadas a diferentes públicos, incluindo escolas, universidades, agricultores e a comunidade em geral. Programas de educação ambiental podem incluir visitas guiadas, oficinas sobre técnicas de restauração ecológica, palestras sobre a importância das matas ciliares e atividades práticas de plantio de árvores e monitoramento da qualidade da água. Essas atividades ajudam a aumentar a conscientização sobre a importância de práticas sustentáveis e a conservação dos recursos naturais.

Para suportar essas atividades, é essencial desenvolver uma infraestrutura adequada, que inclui:



- Trilhas interpretativas: sinalizadas e com pontos de observação estratégicos.
- Centros de visitantes: Com exposições interativas e áreas para escritórios e palestras.
- Áreas de observação da fauna e flora: Equipadas com plataformas de observação e binóculos.
- Instalações para atividades ao ar livre: como áreas de piquenique e espaços para eventos comunitários.

Para viabilizar e alimentar essas atividades, é fundamental a constituição de parcerias com diversas entidades:

- Universidades e centros de pesquisa: Parcerias com instituições como o Institutos Federais, a exemplo o IFMG e Universidades, como a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) entre outras instituições de Minas Gerais e de outros estados, que podem trazer conhecimento científico e técnico, além de fomentar projetos de pesquisa e extensão. Essas universidades podem auxiliar em levantamentos de biodiversidade, estudos de recuperação de áreas degradadas e projetos de educação ambiental;
- ONGs ambientais: Organizações como a Fundação SOS Mata Atlântica, WWF Brasil, Instituto Terra e organizações locais podem fornecer apoio técnico e financeiro para projetos de conservação e educação ambiental.
- Empresas privadas: empresas locais e regionais, como cooperativas de café e empresas de turismo, podem ser parceiras em programas de responsabilidade social corporativa, financiando infraestruturas como trilhas e centros de visitantes. Empresas do setor de turismo e ecoturismo, em particular, podem ter interesse direto no desenvolvimento sustentável da área objeto do estudo para criação da APA;
- Órgãos governamentais: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD), o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e a Agência Nacional de Águas (ANA) podem fornecer apoio



institucional e financeiro, além de integrar as atividades da APA com políticas públicas estaduais;

- Comunidade local: Envolver a população local por meio de associações de moradores, cooperativas agrícolas e grupos comunitários é essencial para garantir a sustentabilidade das ações e promover a conscientização ambiental. A participação ativa da comunidade pode ser incentivada por meio de programas de voluntariado e iniciativas de pagamento por serviços ambientais.

6 SERVIÇOS AMBIENTAIS E BENEFÍCIOS FORNECIDOS

A criação da APA na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Araras oferece uma oportunidade significativa para recuperar e fortalecer diversos serviços ambientais essenciais. Mesmo com a fragmentação atual dos habitats, a área tem potencial para fornecer benefícios substanciais para o meio ambiente e a comunidade local.

A proteção e restauração das matas ciliares são fundamentais para a manutenção da qualidade e quantidade da água. Essas áreas atuam como filtros naturais, filtram a sedimentação e alteram a qualidade da água dos rios e nascentes. A manutenção de fluxos hídricos regulares também é importante para a agricultura local e o abastecimento de água da população.

Embora a biodiversidade esteja atualmente ameaçada pela fragmentação, a criação de obstáculos ecológicos e a restauração de habitats podem ajudar a recuperar a conectividade dos ecossistemas. Isso não só beneficia as espécies locais, mas também melhora a resiliência do ecossistema frente a mudanças climáticas e outras pressões ambientais. A reintrodução de espécies nativas e a proteção de áreas remanescentes de vegetação natural são estratégias fundamentais para atingir esses objetivos.

A vegetação natural, especialmente nas encostas e áreas de nascentes, desempenha um importante papel na prevenção da erosão. A restauração dessas áreas pode reduzir significativamente a perda de solo, proteger a fertilidade agrícola e prevenir inundações, beneficiando tanto a produção agrícola quanto a infraestrutura local. A implementação de técnicas de conservação do solo, como plantio direto e terraceamento, também pode ser promovida.



As áreas vegetadas região da bacia do Araras atuam como coletores de carbono, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas. A captura de carbono pelas florestas ajuda a reduzir a quantidade de gases de efeito estufa na atmosfera, o que é necessário para combater o efeito estufa. A promoção de práticas de agrofloresta e reflorestamento pode ampliar esses benefícios.

Os serviços ambientais oferecidos pela APA beneficiam de uma ampla gama de grupos:

- Comunidade local: Melhoria na qualidade da água e na estabilidade do solo, além de oportunidades para atividades recreativas e educacionais.
- Agricultores: Adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis, aumento da fertilidade do solo e melhor manejo dos recursos hídricos.
- Turistas e visitantes: Acesso a atividades recreativas e educativas de qualidade, promovendo o ecoturismo e a valorização do patrimônio natural.
- Pesquisadores: Oportunidades para estudos e pesquisas em áreas de restauração e conservação, promovendo o avanço do conhecimento científico.
- Empresas privadas: Desenvolvimento de novas oportunidades de negócios sustentáveis, como o turismo ecológico e a venda de produtos agrícolas certificados.

Em suma, a criação e gestão adequada de uma APA na Bacia do Ribeirão Araras não só podem promover a preservação ambiental, mas também gerar benefícios econômicos e sociais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região. A integração do planejamento entre diferentes setores e a promoção de práticas sustentáveis são essenciais para atingir esses objetivos.



REFERÊNCIAS

- Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA). MG - Piumhi - Projeto Araras. 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/ana/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-produtor-de-agua/pasta-projetos/projetos-09>>. Acesso em: abr. 2024.
- ANTUNES, F.Z. Caracterização climática do estado de Minas Gerais: climatologia agrícola. **Informe Agropecuário**, v.12, p. 9-13, 1986.
- Atlas Brasil. Perfil do Município de Piumhi – MG. Disponível em: < <http://www.atlas-brasil.org.br/perfil/municipio/315150>>. Acesso em: abr. 2024.
- AZEVEDO, A. D. O planalto brasileiro e o problema da classificação de suas formas de relevo. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 2, p. 43–53, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1417>. Acesso em: Mai, 2024.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>.
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos (Rio de Janeiro, RJ). Súmula da 10. reunião Técnica de Levantamento de Solos. Rio de Janeiro, 83 p. (EMBRAPA-SNLCS. Mice-lânea, 1). 1979.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/piumhi/panorama>>. 2022.
- Piumhi - MG. Plano Municipal de Cultura (2021). Disponível em: <<https://prefeitura-piumhi.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/06/PLANO-MUNICIPAL-DE-CULTURA-2021-2031.pdf>>. Acesso em: Abr. 2024.
- Piumhi - MG. Plano Municipal de Turismo (2023). Disponível em: <https://conselhos.prefeiturapiumhi.mg.gov.br/?jet_download=34190>. Acesso em: Abr. 2024.
- Plano Diretor de Recursos Hídricos e o Enquadramento de Corpos de Água para a Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Alto São Francisco (PDRH/ECA-SF1). Download Relatórios. Disponível em: <https://pdrhsf1.com.br/?page_id=5370>. Acesso em: Abr. 2024.
- Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Piumhi (SAAE). Projeto Araras. Disponível em: <http://saaepiumhi.mg.gov.br/projeto_araras/index.php>. Acesso em: abr. 2024.



INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). Minas Gerais: biodiversidade e conservação. Belo Horizonte: IEF, 2020.

FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS. Biodiversidade do Cerrado mineiro: estudos recentes. Belo Horizonte: Biodiversitas, 2019.

SILVA, J. M.; LIMA, M. B. Matas de galeria em Piumhi: importância e conservação. In: Anais do Congresso Brasileiro de Botânica, 2017.

SANTOS, A. B. et al. Fauna associada às áreas de mata em Piumhi: desafios e perspectivas. Piumhi, 2018.

FERREIRA, C. S. et al. Desafios na conservação da biodiversidade em Piumhi: expansão agrícola, fragmentação de habitats e caça ilegal. Piumhi, 2020.

RIBEIRO, L. C. et al. Fragmentação de habitats e corredores ecológicos: estratégias para conservação em Piumhi. Piumhi, 2009.

IBGE. Agricultura em Minas Gerais: dados recentes. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

PIUMHI. Projeto de Lei nº 048/2023: criação da Área de Proteção Ambiental Municipal Serras e Águas de Piumhi. Piumhi, 2023.

SANTOS, A. et al. Fauna do Cerrado: diversidade e metodologias de levantamento. Belo Horizonte: Editora Cerrado, 2018.

MACHADO, A. B. M. Fauna do Cerrado: descobertas recentes e estimativas de biodiversidade. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2008.

SUTHERLAND, W. J. et al. Ecological assessment rapid: a review of research and methodologies. London: Wiley-Blackwell, 2004.

GARDNER, T. A. Rapid ecological assessment: lessons from case studies across the globe. New York: Columbia University Press, 2006.

OLIVEIRA, M. A. et al. Métodos de coleta e análise em Avaliação Ecológica Rápida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

MARGULES, C. R.; PRESSEY, R. L. Systematic conservation planning. Nature, v. 405, p. 243-253, 2000.

OLIVEIRA, L. S. et al. Relatórios de Avaliação Ecológica Rápida: síntese de resultados e recomendações. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011.

RODRIGUES, R. R.; MARTINS, S. V. Avaliação Ecológica Rápida no Brasil: aplicações e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.



MACE, G. M. et al. Biodiversity targets after 2010. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 2, n. 1-2, p. 3-8, 2010.

IUCN - União Internacional para Conservação da Natureza. IUCN Red List of Threatened Species. Disponível em: <<https://www.iucnredlist.org>>. Acesso em: 24 jun. 2024.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (Brasil). Portaria MMA Nº 148, de 2022. Dispõe sobre as espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SiBBr - Sistema de Informação Sobre a Biodiversidade Brasileira. Lista Histórica do Grau de Ameaças das Espécies de Fauna e Flora de Minas Gerais. Disponível em: <<https://www.sibbr.gov.br>>. Acesso em: 24 jun. 2024.

RIBEIRO, M. C. et al. Fragmentação de habitats. In: LEMOS, C. Q. et al. (Org.). *Biodiversidade Brasileira: Síntese do Estado Atual do Conhecimento*. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2009. p. 132-145.

BAGER, A.; FONTOURA, D. A. Impactos do tráfego de veículos automotivos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECOLOGIA, 10., 2013, São Lourenço. *Anais eletrônicos...* São Lourenço: ABECO, 2013. Disponível em: <<http://www.abeco.org.br/cbe2013>>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SANTOS, F. R. et al. Impactos da criação de animais em pastagens. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BIOLOGIA, 25., 2018, Goiânia. *Anais...* Goiânia: SBB, 2018. Disponível em: <<http://www.sbb.org.br/sbb2018>>. Acesso em: 24 jun. 2024.

FERREIRA, S. G. et al. Sinergias entre fragmentação de habitat, tráfego de veículos, pastagens e criação de animais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, 15., 2020, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: CBCN, 2020. Disponível em: <<http://www.cbcn.org.br/cbcn2020>>. Acesso em: 24 jun. 2024.

MIKICH, S. B. Psitacídeos. In: REIS, N. R. et al. (Org.). *Mamíferos e aves do Brasil: guia de identificação*. Porto Alegre: Technical Books, 2002. p. 32-45.

SICK, H. *Ornitologia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

GALETTI, M. et al. Frugivory and seed dispersal by the toucan (*Ramphastos toco*) in the Brazilian Pantanal. *Biotropica*, v. 32, n. 4b, p. 862-871, 2000.

CLEERE, N. *Nightjars: a guide to nightjars and related nightbirds*. Sussex: Pica Press, 1999.

ANTAS, P. T. Z. et al. Breeding birds of the Atlantic forest of southern Bahia, Brazil. *Ornithological Monographs*, v. 56, p. 1-97, 2005.

SILVA, J. M. C.; TABARELLI, M. Tree species impoverishment and the future flora of the Atlantic forest of northeast Brazil. *Nature*, v. 404, n. 6773, p. 72-74, 2000.



KEVAN, P. G. et al. Pollination of greenhouse tomatoes by the bumblebee *Bombus impatiens* (Hymenoptera: Apidae). *Journal of Economic Entomology*, v. 83, n. 3, p. 1032-1039, 1990.

MATTHEWS, R. W.; MATTHEWS, J. R. *Insects and flowers: the biology of a partnership*. Princeton: Princeton University Press, 2010.

HUNT, J. H. et al. *Foraging behavior and ecology of paper wasps*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

SANTOS, A. M. et al. *Ecological interactions in fragmented landscapes*. Chicago: University of Chicago Press, 2018.

KISTNER, D. H. et al. *Social wasps: their biology and control*. Ithaca: Cornell University Press, 2017.

HODGE, S. *Spider ecology: a study of arachnid behavior*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

UETZ, G. W. *Ecology of spider assemblages in agroecosystems*. New York: Oxford University Press, 1991.

RIECHERT, S. E.; LOCKLEY, T. *Spiders and their prey*. New York: Springer-Verlag, 1984.

FOELIX, R. F. *Biology of spiders*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

WILMS, W.; WIECHERS, B. *Pollination biology of the Irai bee*. Berlin: Springer-Verlag, 1997.

NOGUEIRA-NETO, P. *The natural history of native bees in Brazil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

KERR, W. E. et al. *Beekeeping in tropical climates*. Rio de Janeiro: Embrapa, 1996.

GONÇALVES, Danielly Caroline Miléo et al. Análise da vegetação secundária em unidades de conservação: o uso de recursos florestais por comunidades tradicionais. *Nature and Conservation*, v. 12, n. 1, p. 1-9, 2019.

DUBOC, Eny. *Cultivo de espécies nativas do bioma cerrado*. 2004.

BUDOWSKI, G. Distribution of tropical American rain forest species in the light of successional processes. *Turrialba*, 15(1), 40-42, 1965.

FINEGAN, B. Pattern and process in neotropical secondary rain forests: The first 100 years of succession. *Trends in Ecology & Evolution*, 11(3), 119-124, 1996.



GUARIGUATA, M. R.; OSTERTAG, R. Neotropical secondary forest succession: Changes in structural and functional characteristics. *Forest Ecology and Management*, 148(1-3), 185-206, 2001.

MARTINS, S. V. Sucessão ecológica em áreas de Floresta Atlântica secundária. *Revista Brasileira de Biologia*, 51(3), 471-482. 1991.

SOUSA, R. C. C. de; BLUM, C. T.; SIMÃO, C. Estudo das condições ecológicas para três espécies medicinais de floresta ombrófila mista, Turvo/Guarapuava - PR. In: CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, 51., 2000, Brasília, DF. Resumos. Brasília, DF: Sociedade Botânica do Brasil, 2000. p. 221.

FERRETTI, A. R.; KAGEYAMA, P. Y.; ÁRBOCZ, G. de F.; SANTOS, J. D. dos; BARROS, M. I. A. de; LORZA, R. F.; OLIVEIRA, C. de. Classificação das espécies arbóreas em grupos ecológicos para revegetação com nativas no Estado de São Paulo. *Florestar Estatístico*, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 73-84, 1995.

FREITAS, L. A., & Santos, M. A. Impacto das atividades agropecuárias na qualidade da água de bacias hidrográficas. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental*, 14(3), 450-462, 2020.

RODRIGUES, J. A.; SILVA, E. F.; ALMEIDA, R. M. A importância da cobertura vegetal na recarga de aquíferos. *Revista de Hidrologia e Recursos Hídricos*, 22(1), 100-115, 2019.

BEGON, M.; HARPER, J. L.; TOWNSEND, C. R. *Ecology: From Individuals to Ecosystems*. Blackwell Publishing, 2007.

KAGEYAMA, P. Y.; GANDARA, F. B. *Restauração Florestal: Conceitos e Aplicações*. Universidade Federal do Paraná, 2003.

MELO, F. P. L.; DIRZO, R.; TABARELLI, M. Biased seed rain in forest edges: Evidence from the Brazilian Atlantic forest. *Biological Conservation*, 136(3), 541-556, 2007.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. *Biologia da Conservação*. Editora Planta. 2001.

SILVA, P. R.; COSTA, L. F.; Martins, H. M. (2021). Erosão e assoreamento em bacias hidrográficas: desafios e soluções. *Revista de Engenharia Ambiental e Sanitária*, 26(2), 305-318

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados: Minas Gerais. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg.html>> Acesso em: Jun 2024

PEREIRA, F. C.; GUILHERME, F. A. G.; MARIMON, B. S. Edge Effects on Successional Dynamics of Forest Fragments in the Brazilian Cerrado. *Floresta e Ambiente*, v. 28, 2021.



CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em:
<<https://cnuc.mma.gov.br/powerbi>> Acesso em: Jun 2024

KLINK, C.A.; MACHADO, R.B. Conservation of the Brazilian Cerrado. *Conservation Biology* 19, 707–713. <https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.2005.00702.x>, 2005.

WALTER, B. M. T. Fitofisionomias do bioma Cerrado: síntese terminológica e relações florísticas. 2006.

RIBEIRO, J.; WALTER, B. M. T. As Principais Fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. de; RIBEIRO, J. F. (Ed.). *Cerrado: ecologia e flora* v. 2. Brasília: EMBRAPA-CERRADOS, 2008. 876 p.3

SOUZA, Leonardo Andrade de; BHERING, Iracema Generos de Abreu; FREITAS, Érika Gaspar. PLANO DIRETOR DE PIUMHI – MG: DIAGNÓSTICO DO MEIO FÍSICO E ZONEAMENTO AMBIENTAL. *Geociências*, São Paulo, v. 3, n. 26, p. 215-228, jan. 2007.

TANSEY, K. "Vegetation Burning in the Year 2000: Global Burned Area Estimates from SPOT VEGETATION Data." *Journal of Geophysical Research*. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1029/2003JD003598>.

SILVA, P. S. D. et al. Foraging in highly dynamic environments: leaf-cutting ants adjust foraging trail networks to pioneer plant availability. *Entomologia Experimentalis et Applicata* 147:110–119, 2013. <http://dx.doi.org/10.1111/eea.12050>

IBF – Instituto Brasileiro de Florestas. Árvores nativas do Bioma Cerrado. Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/conteudo/arvores-nativas-do-cerrado> Acesso em: Jun 2024

MACHADO, R. B. et al. Caracterização da fauna e flora do Cerrado. Palestras do XI Simpósio Nacional sobre o Cerrado e II Simpósio Internacional sobre Savanas Tropicais, v. 12, p. 17, 2008.

SANTOS, M.T.P.; FERREIRA, E.J.; FERREIRA, M.F.F. Estudo de caso da degradação ambiental do rio Gorutuba no município de Francisco Sá. *Revista Cerrados*, Montes Claros, v. 15, n.1, p. 265-284, jan./jun-2017.

PENDRILL, F. et al. Agricultural and forestry trade drives large share of tropical deforestation emissions. *Global environmental change*, v. 56, p. 1-10, 2019

SAD – CERRADO (Sistema de Alerta de Desmatamento do Cerrado). Disponível em: <https://sadcerrado.ipam.org.br/> Acesso em: Jun 2024

OLIVEIRA, R. B.; BARBOSA, R. I.; FERREIRA, M. M.; SANTOS, J. de A. Avaliação ecológica rápida da flora em uma área de transição cerrado-amazônia no estado de Roraima. *Revista de Geografia (Recife)*, 31(2), 172-186. 2014.



IUCN – União Internacional para Conservação da Natureza. Red List. Disponível em: <https://www.iucnredlist.org/en> Acesso em: Jun 2024

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Portaria N° 148 de 7 de junho de 2022. Dispõe sobre a lista de fauna e flora ameaçadas de extinção no Brasil. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/pan/saiba-mais/documentos-e-downloads/07_-_portaria_mma_no_148_-de_7_de_junho_de_2022.pdf/view. Acesso em: Jun 2024

RAMEZANI, H.; RAMEZANI, A.. Forest fragmentation assessment using field-based sampling data from forest inventories. *Scandinavian Journal of Forest Research*, p. 18, 2021.

KRISHNADAS, M.; STUMP, S. M. Dispersal limitation and weaker stabilizing mechanisms mediate loss of diversity with edge effects in forest fragments. *Journal of Ecology*, v. 109, n. 5, p. 2137-2151, 2021.

CUNHA, S. D. et al. Forest fragmentation in the landscape in the Atlantic Forest Biome: A systematic review of the literature. *Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista*, v. 17, n. 1, 2021.

CARVALHO, F. M.V.; JÚNIOR, P. de M.; FERREIRA, L. G. The Cerrado into-pieces: Habitat fragmentation as a function of landscape use in the savannas of central Brazil. *Biological conservation*, v. 142, n. 7, p. 1392-1403, 2009.

NABINGER, C.; DALL'AGNOL, M.; CARVALHO, PCF de. Biodiversidade e produtividade em pastagens. *Simpósio sobre Manejo da Pastagem*, v. 23, p. 87-138, 2006.

WÜST, C.; TAGLIANI, N.; CONCATO, A. C. A pecuária e sua influência impactante ao meio ambiente. In: *Congresso brasileiro de gestão ambiental*. 2015. p. 1-5.

MACEDO, M. C. M. Pastagens no ecossistema Cerrados: evolução das pesquisas para o desenvolvimento sustentável. *Reunião anual da sociedade brasileira de zootecnia*, v. 42, n. 2005, p. 56-84, 2005.

MAPBIOMAS. Mapeamento de Uso e Cobertura do Solo do Brasil. Disponível em: <<https://brasil.mapbiomas.org/>> Acesso em: Jun 2024

DURIGAN, G.; NOGUEIRA, J. C. B. *Recomposição de matas ciliares*. São Paulo: Instituto Florestal, 1990. 14 p. (IF. Série Registros, 4).

MOTTA, M. L. e; BENVENUTTI, R. D.; ANTUNES, E. C. Aplicação dos estudos fitosociológicos ao reflorestamento ciliar do Vale do Rio Turvo, GO. In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS*, 3., 1997, Ouro Preto. Do substrato ao solo: trabalhos voluntários. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1997. p. 558-571.

PINTO, J. R. R. Levantamento florístico, estrutura da comunidade arbóreo-arbustiva e suas correlações com variáveis ambientais em uma floresta de vale no Parque



Nacional da Chapada dos Guimarães, Mato Grosso. 1997. 85 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.

CHAZDON, R. L. (2008). Beyond deforestation: Restoring forests and ecosystem services on degraded lands. *Science*, 320(5882), 1458-1460.

FEARNSIDE, P. M. (2001). Soybean cultivation as a threat to the environment in Brazil. *Environmental Conservation*, 28(1), 23-38.

EMBRAPA. Copaíba (*Copaifera langsdorffii*). Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/231686/1/Especies-Arboreas-Brasileiras-vol-1-Copaiba.pdf>. Acesso em: Jun 2024

EMBRAPA. Guamirim (*Myrcia splendens*). Disponível em: https://www.embrapa.br/documents/1355054/26025431/SITE+ARVORES_FICHA_56_Myr-cia+splendens.pdf/631b91fb-a093-d82a-9bf5-aaff2d00612a. Acesso em: Jun 2024

EMBRAPA. Açoita-cavalo (*Luehea divaricata*). Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1137308/acoita-cavalo-luehea-divaricata>. Acesso em: Jun 2024

EMBRAPA. Quaresmeira (*Tibouchina granulosa*). Disponível em: <https://www.embrapa.br/quaresmeira>. Acesso em: Jun 2024

EMBRAPA. Casearia sylvestris. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1140732/cafezeiro-do-mato-casearia-sylvestris>. Acesso em: Jun 2024

EMBRAPA. Pau-terra (*Qualea grandiflora*). Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1136652/pau-terra-grande-qualea-grandiflora>. Acesso em: Jun 2024

FLORA E FUNGA DO BRASIL. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/> >. Acesso em: Jun 2024



ANEXOS



ANEXO I – Relatório da 1ª Reunião Técnica e Oficina Participativa

Local: Câmara Municipal de Piumhi - MG

Data: 02 de maio de 2024

Horário: 19:00

Pauta da Oficina:

- Apresentação da empresa e equipe técnica;
- Nivelamento de conceitos;
- Exposição do escopo do trabalho;
- Demonstração da metodologia;
- Explanação de dúvidas da sociedade;
- Análise FOFA e mapeamento comunitário;

Relatório:

Para promover a mobilização social, foi organizada uma oficina de diagnóstico utilizando a metodologia de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP). Esta oficina foi conduzida pelo Engenheiro Guilherme Nogueira, da empresa Líder Engenharia e Gestão de Cidades. Durante o evento, o Engenheiro apresentou a empresa e realizou um nivelamento de conceitos sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Em seguida, foram exibidos alguns dados preliminares do diagnóstico da área de estudo, bem como os levantamentos de flora e fauna que estavam em andamento. A participação popular foi incentivada, permitindo a retirada de dúvidas, comentários e sugestões.

A oficina prosseguiu com a realização da análise FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), também conhecida como SWOT em inglês. Esta dinâmica visa diagnosticar as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças relacionadas a área em estudo. Os participantes escreveram em cartazes cada uma das características apontadas, que foram amplamente discutidas com o apoio técnico do Engenheiro.

A Figura 26 apresenta alguns registros da oficina e da dinâmica FOFA.

Após a análise FOFA, foi realizada a dinâmica de mapeamento comunitário. Nesta etapa, os participantes identificaram as características da região em mapas, utilizando adesivos de diferentes cores para cada um dos aspectos. Esta dinâmica permitiu uma melhor visualização das características e problemáticas da área, auxiliando na elaboração de estratégias mais eficazes para o diagnóstico ambiental e a criação da APA na bacia hidrográfica do ribeirão Araras. A

Figura 27 - Mapeamento comunitário.



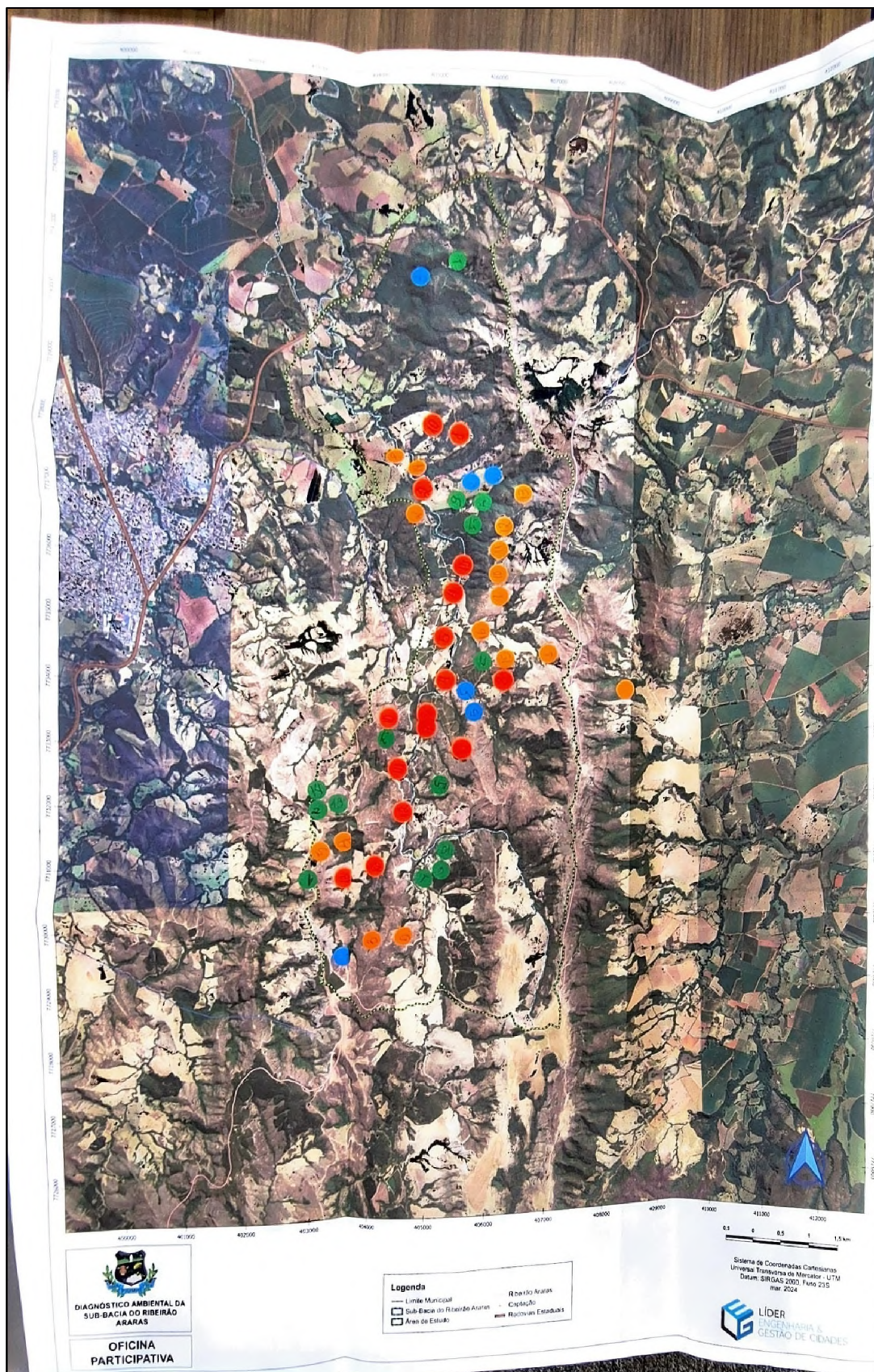
Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS
Município de Piumhi - MG
Relatório Preliminar



Figura 28 - Mapeamento comunitário.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.

Figura 29 - Flyer de divulgação da 1ª Oficina.

OFICINA PARTICIPATIVA DO DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS



O MUNICÍPIO PIUMHI VEM CONVIDAR TODA A POPULAÇÃO PARA A OFICINA PARTICIPATIVA DO DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA BACIA DO RIBEIRÃO ARARAS, PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

EXERÇA SUA CIDADANIA E AJUDE NO DESENVOLVIMENTO DO SEU MUNICÍPIO. PARTICIPE!

OFICINA PARTICIPATIVA



DATA	HORÁRIO	LOCAL
02/052024	19 horas	Câmara Municipal de Piumhi



Prefeitura Municipal
de Piumhi



LÍDER
ENGENHARIA &
GESTÃO DE CIDADES



DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA CRIAÇÃO DA APA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARARAS Município de Piumhi - MG Relatório Preliminar



Figura 30 - Apresentação de slides utilizada durante a oficina.



[illegible]

ANEXO II – Relatório Fotográfico de Flora

Figura 32 - Pata-de-vaca (*Bauhinia fortificata*).



Figura 33 - Flor de Açoita-cavalo (*Luehea divaricata*).



Figura 34 - Indivíduo de Açoita-cavalo (*Luehea divaricata*).



Figura 35 - Indivíduo de Mangueira (*Mangifera indica*).





Figura 36 - Indivíduo de Carrapicho (*Triumfetta semitriloba*).



Figura 37 - Indivíduo de *Gleichenella* sp.



Figura 38 - Indivíduo de Pau-terra (*Qualea grandiflora*).



Figura 39 - Indivíduo de Sapateiro (*Pera glabrata*).



Figura 40 - Indivíduo de Micônia (*Miconia* sp.).



Figura 41 - Indivíduo de Araticum (*Annona crassiflora*).



Figura 42 - Indivíduo de Filodendro (*Philodendron* sp.).



Figura 43 - Indivíduo de Mentrasto (*Ageratum conyzoides*).



**Figura 44 - Indivíduo de Barbatimão
(*Stryphnodendron adstringens*).**



Figura 45 - Fruto de Goiabinha (*Psidium guineense*).



**Figura 46 - Indivíduo de Língua-de-vaca
(*Vernonanthura tweediana*).**



Figura 47 - Fruto de Ingá (*Inga sp.*).

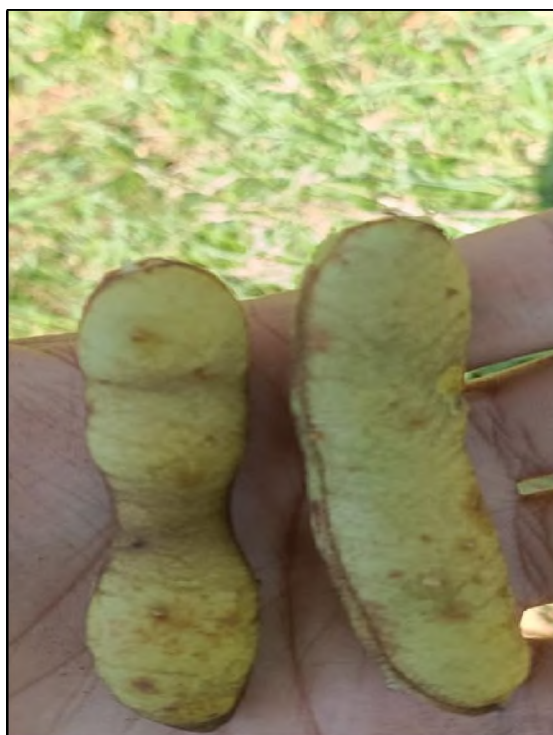


Figura 48 - Indivíduo de Bolsa-de-pastor (*Zeyheria montana*).



Figura 49 - Indivíduo de Jaborandi-falso (*Piper aduncum*).



Figura 50 - Indivíduo de Joá-bravo (*Solanum viarum*).



Figura 51 - Indivíduo de Malva-branca (*Sida cordifolia*).



Figura 52 - Indivíduo de Bambú (*Bambusa sp.*).



Figura 53 - Indivíduo de Cambará (*Lantana camara*).



Figura 54 - Indivíduo de Guaxuma (*Malvatum coromandelianum*).





ANEXO III – Relatório Fotográfico de Fauna

Figura 55 - Periquitão-maracanã (*Psittacara leucophthalmus*).



Figura 56 - Seriema (*Cariama cristata*).



Figura 57 - Tucano-toco (*Ramphastos toco*).



Figura 58 - Bacurau (*Nyctidrous albigolins*).





Figura 59 - Lavandeira-de-máscara (*Fluvicola nengeta*).



Figura 60 - Gralha-do-campo (*Cyanocorax cristatellus*).



Figura 61 - Aranha-armadeira (*Phoneutria* sp.).



Figura 62 - Aranha-lança-rede (*Deinopsis*).





Figura 63 - Roedor (Cricetidae)



Figura 64 - Roedor (Cricetidae).



Figura 65 - Casa de marimbondo.





Figura 66 - Registro de avifauna próximo a curso d'água.





ANEXO IV – Relatório Fotográfico da Paisagem

Figura 67 - Pastagem com presença de fragmento florestal próximo.



Figura 68 - Paisagem com fragmentos florestais espalhados.



Figura 69 - Registro de paisagem.





Figura 70 - Registro de monocultura de *Eucalyptus* sp. desfolhado.



Figura 71 - Registro de paisagem.





Figura 72 - Curso d'água em propriedade particular.





Figura 73 - Registro da Cachoeira da Belinha.





Figura 74 - Registro de beleza cênica na cabeceira da Bacia do Ribeirão Araras.



Figura 75 - Registro de beleza cênica na cabeceira da Bacia do Ribeirão Araras.



Figura 76 - Entrada de fragmento florestal.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2024.